FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 33.942 TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2022 R$ 5,00

Alckmin define filiação ao PSB para ser vice de Lula

O ex-governador Geraldo Alckmin acertou ontem sua filiação ao PSB para ser candidato a vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A cerimônia para oficializar a adesão deve ocorrer até dia 20, com expectativa da presença de Lula. Um grupo minoritário no PT ainda tenta impedir a aliança, costurada desde o ano passado. Política A4

Rússia faz exigências para encerrar guerra na Ucrânia

Condições são rendição militar e desistência de integrar Otan e União Europeia

O governo de Vladimir Putin exigiu que a Ucrânia se renda militarmente, mude a Constituição para garantir que nunca irá aderir à Otan (aliança militar ocidental) nem à União Europeia, reconheça a Crimeia como russa e as regiões separatistas no leste como independentes.

A lista, declamada pelo porta-voz Dmitri Peskov em entrevista à agência Reuters nesta segunda (7) e entregue aos negociadores ucranianos na semana passada, elenca as condições colocadas por Moscou para acabar com a guerra que amanhã completa duas semanas.

As delegações dos dois países se reuniram pela terceira vez, mas Kiev refutou o plano da Rússia para abrir corredores humanitários até seu território e o da aliada Belarus, sede das tratativas. Duas tentativas de retirar refugiados falharam após o frágil cessar-fogo ser violado.

O conflito se intensificou nos arredores da capital e de Odessa, cidade portuária estratégica no sudoeste ucraniano. Na quinta (10), na neutra Turquia, os chanceleres dos dois países devem conversar pela primeira vez desde que o Kremlin invadiu a nação vizinha. Mundo A13

Homem caminha com bandeira branca durante fuga de moradores de Irpin, cidade nas cercanias de Kiev onde civis ucranianos foram mortos quando tentavam deixar o país Aris Messinis/AFP

ENTREVISTA
Arthur do Val

É injusto MBL pagar por um erro só meu

Alvo de processo de expulsão do Podemos e 11 pedidos de cassação até ontem pelo que chama de "idiotice gigantesca que fiz", o deputado estadual Arthur do Val disse à Folha que se afastará do MBL. Política A10

Renata Mendonça

Reação masculina a Mamãe Falei

Homens ficaram perplexos com os áudios, mas quem de vocês, homens, nunca ouviu histórias de amigos que se aproveitaram de mulheres bêbadas, drogadas, deprimidas ou em alguma situação vulnerável para transar e contar vantagem? Esporte B7

Rio se torna 1ª capital a abolir totalmente uso de máscara

Prefeitura orientou ontem o fim da obrigatoriedade também em ambientes fechados, inclusive em escolas e transporte público. O uso do item nas ruas deve deixar de ser exigido em cinco estados e no Distrito Federal. Cotidiano B1

A pandemia em 7.mar Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Ao menos uma dose (dose única ou 1ª dose)	82,8%
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose)	72,7%
Dose de reforço	31,0%

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel	Em 24 h	Total
425 ↓ -48,5%*	211	652.418

Casos ↓ -60,5%* (estável)

*Variação em relação a 14 dias

Governo agora avalia segurar reajuste de preços da Petrobras

A disparada nos preços do petróleo ante o conflito entre Rússia e Ucrânia levou o governo Jair Bolsonaro (PL), em cálculo político, a discutir internamente e com o Congresso a possibilidade de segurar temporariamente os reajustes de preços da Petrobras.

Com o lucro recorde de R$ 106 bilhões em 2021, o Planalto avalia ser possível a "colaboração dos acionistas" para reduzir o impacto nos postos. As ações da estatal caíram 7% ontem, após Bolsonaro criticar a equiparação dos preços à cotação internacional. Mercado A17

Mauro Zafalon

Brasil já reflete alta nas cotações agrícolas A19

Yuval N. Harari

Putin já perdeu esta guerra

O povo ucraniano está resistindo, ganhando a admiração do mundo. E vencendo. Os russos podem até conquistar toda a extensão da Ucrânia, mas para conservá-la precisariam de aval dos ucranianos. Isso parece cada vez mais improvável. Mundo A14

Liderança feminina reduziu danos da Covid em cidades B2

Prefeitura de SP planeja comprar 45 mil casas

Imóveis populares farão parte de programa social, com financiamento até 30 anos. Prefeito diz que dará carta de crédito a mulheres vítimas de violência. B5

EDITORIAIS A2

O sujeito oculto
Sobre estratégia de Xi Jinping na guerra da Ucrânia.

Perigo em duas rodas
Acerca de alta de mortes de ciclistas em São Paulo.

Refugiadas sofrem com pais e maridos retidos na Ucrânia

Com homens de 18 a 60 anos proibidos de deixar a Ucrânia para ficarem disponíveis ao combate, boa parte dos refugiados é de mulheres e crianças. Além de deixarem para trás pais e maridos, elas ficam mais sujeitas à exploração sexual e ao tráfico. Mundo A15

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Marcelo Benez *(comercial)* e Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O sujeito oculto

China de Xi tenta se distanciar de Putin na Ucrânia, com um olho na própria disputa com os EUA

A guerra na Ucrânia tem suas origens no desarranjo que a implosão da União Soviética e da Guerra Fria, 30 anos atrás, legou à Rússia e a sua vizinhança. Quando acabar, poderá ter ajudado a moldar os novos capítulos da versão redesenhada do embate, protagonizada pelos mesmos Estados Unidos de antes e agora pela emergente China.

O líder chinês, Xi Jinping, é o grande sujeito oculto da crise que se desenrola no Leste Europeu. Aliado fundamental de Vladimir Putin, ele estendeu o tapete vermelho ao presidente russo 20 dias antes da guerra, ofertando um tratado informal de "amizade eterna".

Segundo relatos não confirmados, Xi foi avisado da ação russa de 24 de fevereiro e pediu que ela ficasse para após o fim dos Jogos de Inverno de Pequim, dia 20.

Naquele e em outros encontros antes, o chinês disse a Putin que ambas as nações tinham de enfrentar juntas o Ocidente e suas pressões, particularmente o instrumento das sanções econômicas.

Na irresistível ascensão econômica do país, Pequim sempre procurou deixar o aspecto militar em segundo plano. Até por sua interdependência econômica com o Ocidente, a ditadura sabe que guerras podem ser ruins para os negócios.

Mas a assertividade de Xi nunca passou despercebida fora da China, como em sua crescente agressividade em relação a Taiwan.

Assim, EUA e aliados do Indo-Pacífico trataram de colocar o sino no gato, alertando que Taiwan não é a Ucrânia. Uma imprecisão: por mais que aja como age, Putin não tem como base oficial de sua política a tese de que o vizinho é sua propriedade, como Xi faz quando fala da ilha autônoma.

Desde que a guerra estourou, o líder chinês tenta se manter na sombra. Diz que a aliança com Putin segue inabalável, não condena o conflito na ONU e critica as duras sanções a Moscou. Defendeu, contudo, um cessar-fogo e se ofereceu para facilitar conversas.

Xi examina o cenário, pois sabe que no futuro pode ser a China a enfrentar os ocidentais. Se a disputa tarifária com os EUA —que em 2017 marcou o novo ensaio da Guerra Fria sob Donald Trump— já causou desgaste, um regime amplo de sanções pode ser um pesadelo.

Ocorre que, mais ainda do que no caso atual, ao menos enquanto não se agrava o impacto no mercado de petróleo e gás, tal disputa teria um potencial destruidor para todo o mundo. Talvez dessa dinâmica vá emergir uma nova etapa do conflito sino-americano, com Moscou alinhada a Pequim.

A Rússia ainda respira sem precisar do oxigênio chinês, mas isso pode mudar, colocando mais pressão sobre Xi para que assuma o papel que já poderia exercer agora —o de mediador de uma paz possível.

Perigo em duas rodas

Alta do número de ciclistas mortos em São Paulo expõe ciclovias insuficientes e desrespeito às leis

Elo mais frágil do violento trânsito paulistano, historicamente marcado pela prevalência do automóvel, o ciclista que se aventura pelas ruas e avenidas da cidade de São Paulo parece pedalar sob um risco ainda maior nos últimos anos.

Dados do Infosiga, computados pelo governo estadual, apontam que 41 ciclistas foram mortos na capital paulista em 2021, ante 35 no ano anterior (alta de 17%).

Recorde desde o início da série estatística, em 2015, a alta surpreende porque, com a queda da atividade econômica na pandemia, houve significativa redução na circulação de pessoas no ano passado.

As mortes no trânsito paulistano, no geral, também registraram queda —2021 teve o segundo menor número de vítimas desde 2015 (732, ou ainda inadmissíveis duas vidas perdidas por dia, em média).

A análise dos dados exige exame criterioso, porém a proliferação de entregadores de aplicativos em bicicletas —a maioria jovem e muitas vezes desprovida de equipamentos de segurança— é um indicador a ser considerado. Entre os mortos do ano passado, 7 eram ciclistas de 18 a 24 anos (17%), a faixa etária mais atingida.

Exemplo trágico ocorreu com o entregador Claudemir Kauã dos Santos Queiroz, 17, atropelado e morto em fevereiro por um empresário com a carteira suspensa e que apresentava sinais de embriaguez. Casos como o do jovem estimularam recentes protestos pela cidade, reunindo ativistas, familiares de vítimas e ciclistas em geral.

Modal relegado a segundo plano, a bicicleta ganhou visibilidade na gestão de Fernando Haddad (PT). De 2013 a 2016 foram criados cerca de 400 km de ciclovias e ciclofaixas.

Apesar do avanço, a malha foi concebida com falhas que perduram até hoje, como vias esburacadas, sinalização precária, traçados mal planejados e conexões insuficientes com o transporte sobre trilhos e os terminais de ônibus.

De lá para cá, São Paulo chegou a 692,5 km dessas vias, segundo o governo Ricardo Nunes (MDB), que prevê mais 300 km até 2024.

De baixo custo e não poluente, o transporte sobre duas rodas é valorizado e estimulado em grandes cidades do planeta, seja para trabalho, lazer ou atividade física.

Se cabe às autoridades racionalizar o sistema e ampliar a oferta, é dever de motoristas —e também de ciclistas— a prática da condução defensiva, atenuando o risco de acidentes, e, obviamente, o respeito irrestrito às leis de trânsito.

Elétrons com sentimentos

Hélio Schwartsman

A invasão da Ucrânia é o prelúdio da 3ª Guerra Mundial, o início de uma nova e mais tensa ordem global ou um evento histórico dramático, mas sem repercussões duradouras? A resposta é bem anticlimática: não dá para saber.

Como o futuro é contingente, os três cenários —e todas as variações concebíveis— ainda podem se materializar. O que sabemos é que as situações mais extremas, pelo simples fato de serem em menor número do que as intermediárias, são menos prováveis. Também sabemos que, por razões evolutivas óbvias, tendemos a superestimar a gravidade das crises presentes. Isso não significa que nossos piores pesadelos nunca se concretizem, mas apenas que eles já assombram nossas mentes mesmo que nunca se tornem reais.

Duas décadas atrás, em 11 de setembro de 2001, nós nos perguntávamos, ainda atônitos, se o ataque de Osama bin Laden aos EUA nos lançaria num conflito global. A realidade não foi tão extrema, mas houve repercussões, em especial para afegãos, iraquianos e passageiros de avião. O desastrado fim da intervenção americana no Afeganistão, aliás, está entre os fatores que estimularam Putin a lançar-se sobre a Ucrânia.

Se algumas ciências naturais podem nutrir a pretensão de fazer predições e acertá-las, esse é um sonho que não está à disposição de historiadores. Pesquisadores de ciências sociais até podem encontrar princípios gerais que funcionarão num grande número de casos, mas terão dificuldades para fazer previsões.

A grande verdade é que, se já é difícil tentar adivinhar o que vai acontecer com elétrons e fótons, a coisa fica muito perto do impossível quando envolve pessoas, que estão sujeitas a um número muito maior de estímulos concorrentes e ainda reagem às próprias previsões dos cientistas, com o intuito de frustrá-las.

Como uma vez observou Richard Feynman, "pense em como a física seria muito mais difícil se os elétrons tivessem sentimentos".

helio@uol.com.br

Todo sangue é vermelho 2

Cristina Serra

Desde a Antiguidade, uma guerra pode ser contada de muitos pontos de vista. A nova ordem mundial dela resultante, os lances do xadrez geopolítico, as vitórias militares, os lucros da indústria armamentista, tudo isso conta uma parte da guerra.

Há outras maneiras, porém, e o jornalista norte-americano John Hersey mostra isso muito bem no seu clássico livro-reportagem "Hiroshima". Hersey escolheu meia dúzia de sobreviventes do ataque nuclear dos Estados Unidos ao Japão, em 1945, para escrever sobre a guerra na sua dimensão mais singular e humana.

As histórias condensam a dor, o horror e o desespero provocado por um dos maiores crimes de guerra, jamais julgado. Estima-se mais de 200 mil mortos em Hiroshima e Nagasaki, desintegrados, em minutos, nas chamas do cogumelo atômico.

Setenta e sete anos depois, quem ameaça apertar o botão da hecatombe nuclear é a Rússia, em sua guerra contra a Ucrânia, os Estados Unidos e seu braço na Europa, a Otan. A cartada nuclear e a agressividade do invasor provocaram a justíssima e urgente solidariedade aos ucranianos e acenderam o alerta e o medo de uma terceira guerra mundial em solo europeu.

Terceira guerra? Na Europa, sim (se considerarmos os Bálcãs um conflito localizado). Mas o que foram a Guerra Fria (Coreia, Vietnã, guerras colonialistas na África e na Ásia), a chamada Guerra ao Terror (Afeganistão, Iraque, Síria) e muitos outros confrontos se não decorrência da disputa de hegemonia entre as grandes potências?

Guerras sempre existiram nas periferias do mundo desenvolvido, com seus rios de sangue e sofrimento, crises humanitárias e milhões de refugiados. A estupidez da guerra faz a espécie humana retroceder ao estágio primitivo de selvageria, seja qual for o canto do mundo onde ocorra. Sobre isso, a colunista Ana Cristina Rosa elaborou a síntese definitiva: "Embora nem todos os olhos sejam azuis, todo sangue é vermelho". Uma verdade que o mundo inteiro precisa ouvir.

Operação Dostoiévski

Alvaro Costa e Silva

Os acontecimentos históricos costumam imitar uns aos outros até nos detalhes. O comboio russo que avança em direção a Kiev não pode confiar nas placas de orientação: elas foram trocadas ou invertidas para confundir o inimigo. Como conta Milan Kundera em seus romances, a mesma coisa aconteceu em 1968 durante a invasão da antiga Tchecoslováquia pelos tanques soviéticos.

Além da opressão, a burrice política também retorna em ciclos. Uma apresentação de "Romeu e Julieta" pelo Balé Bolshoi, transmitida para a televisão de 112 países em 1976, foi proibida no Brasil. A explicação revelou a lógica dos milicos no poder: o Bolshoi era russo, a Rússia comandava a União Soviética, portanto o balé era comunista.

No "Febeapá", Stanislaw Ponte Preta registra que em 1967 um filme clássico de Serguei Eisenstein, "Ivan, o Terrível" —a história do czar que viveu no século 16—, não pôde ser exibido em Belém do Pará. A censura era para impedir que o "credo vermelho" se difundisse entre nós. É bom ficar só nesses dois exemplos, para não dar ideia ao secretário de Cultura, Mario Frias.

Os marios-frias, no entanto, são muitos. No momento eles promovem uma temporada de caça a artistas russos, vivos ou mortos, a começar por Dostoiévski. Nem o fato de ter enfrentado quatro anos de trabalhos forçados na Sibéria, para escapar à pena de morte, livrou a cara do autor de "O Idiota". Depois de eliminar Dostoiévski, a turma do banimento cultural pretende atacar novos alvos: a vodka, o strogonoff e o engov.

Do outro lado, Putin —atual crush de Bolsonaro— resolveu cancelar no varejo e atacado. Com Facebook e Twitter já bloqueados, prepara-se para desconectar a Rússia da internet mundial. Além disso, determinou 15 anos de prisão para quem divulgar "notícias falsas" sobre a guerra. Guerra, aliás, que não pode ser chamada pelo nome. O correto, para o Kremlin, é "operação militar especial".

Substantivo feminino

Preto Zezé*

Presidente Nacional da Cufa, escritor e membro da Frente Nacional Antirracista

Nada mais pertinente para esses tempos em que avanços e retrocessos caminham de braços dados que reforçar a importância da representatividade, da repercussão das narrativas que as reconheçam como potências e mais que isso, da visibilidade Delas. Das comandantes dos fogões e dos tanquinhos, das que aprendem a ensinar a sobreviver ao tempo em que morrem todos os dias, seja pelas mãos de seus agressores, seja pela ausência do Estado e de suas políticas públicas.

Segundo texto na **Folha**, houve um aumento nos índices de feminicídio no país em 2020, comparado ao ano anterior. O registro apontou que 1338 mulheres foram assassinadas no Brasil, um número inaceitável e que indica o quanto mulheres brasileiras estão vulneráveis às violências.

E elas são a resistência, a resiliência, a presença permanente, as que carregam a missão de enfrentar um mundo desigual, com o peso de todas as cólicas que dilaceram seus úteros. São elas as que emitem o alerta, que criam as estratégias, que articulam os planos de sobrevivência, as que nem sempre nutrem sonhos por não lhes restar tanto tempo.

Segundo pesquisa do Espro, 20% de jovens entre 14 e 24 anos já deixaram de ir à escola por não terem absorventes durante o período menstrual, esse número aumenta para 24% quando se trata de mulheres pretas.

E é por Elas que estamos aqui, numa rede transversalizada pela diversidade, pelas regionalidades, pelas especificidades que nos rodeiam. Estamos por Elas porque somos Elas, somos a mama que escorre leite e alimenta a alma de quem acredita na nossa história, somos os braços que acolhem e acalentam o choro de desespero ao se deparar com as injustiças, essas mesmas que atiçam a nossa reação e que estremecem as suas estruturas.

A Cufa –Central Única das Favelas- lançou a campanha nacional Cufa contra o vírus e o projeto Mães da Favela durante a pandemia da Covid 19. Só em 2021, foram arrecadados R$ 375,3 milhões, que foram convertidos em cestas básicas físicas e digitais, além de outros recursos como chips de telefonia com pacotes de internet grátis, gás, produtos de higiene e limpeza, entre outros.

Somos a coluna, a resenha, o artigo e a poesia. Somos a maior potência de Marias, somos a teia que une esse país numa imensa rede de combate à carestia. Somos as mães, as avós e as filhas, somos mulheres pretas, não pretas, trans, cis, quilombolas, ribeirinhas e indígenas. Somos a multiplicidade de que ocupa cada viela e cada esquina, somos sudestinas, sulistas, nortistas e nordestinas. Somos a mais alta patente, somos a maior potência, somos a Favela Feminina.x

Este texto é de Kalyne Lima, coordenadora do Mulheres da CUFA e copresidente Nacional da Cufa

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É **DIA DA MULHER**

Claros, sombras e mulheres

Muitas são silenciadas e invisibilizadas na importância política, cívica e social

Cármen Lúcia
Ministra do Supremo Tribunal Federal, é professora titular de direito constitucional da PUC-MG

"(...) e quem não é capaz para as coisas, não se meta nelas; e mais vale morrer com honra que viver com desonra". Assim dona Hipólita Jacinta Teixeira de Melo dirigiu-se ao vigário da Comarca de Rio das Mortes dando notícia da prisão de Tiradentes.

Eram os idos de 1789. Maio. Dona Hipólita, informada, cuidou de avisar os participantes da "Inconfidência Mineira". Atuara no movimento, sua casa em Ponta do Morro sendo local de encontros dos depois apelidados "inconfidentes". Importante marco da história brasileira, são conhecidos os nomes dos seus participantes, sua trajetória, sua ação. As parcas referências às mulheres que participaram daquela conjuração registram, quase sempre, apenas as mencionadas como musas, cantadas em versos conhecidos. As inconfidentes mineiras ou outras figuras de ação no período, de dona Hipólita a Inácia Gertrudes de Almeida, permaneceram ausentes da história brasileira.

Afirma-se cega a justiça. Se fosse, sua imagem mesma seria inexplicável com a venda a acompanhar sua representação. Não se venda cego, mas aquele capaz de ver o que não se quer seja vislumbrado. À parte a história desta representação, o que vem à mente é se a história também tem sua cegueira de conveniência, ocultos à visão humana fatos ou passagens que marcam a trajetória das pessoas.

Nos sombrios da história e nos silêncios da justiça foram guardadas, quando não escondidas, as mulheres. Principalmente as mais pobres, as negras, as "bem-comportadas moças" e, mais ainda, as que não eram "tão boazinhas". Mesmo alteando suas ações, dando voz a suas ideias e atuando altivamente, são mantidas silenciadas e invisibilizadas na importância política, cívica e social.

Assim é para se manter o modelo repetido de uma sociedade de não partilhamento ou compartilhamento do poder. Como se fosse ele apenas prerrogativa ou gozo, não responsabilidade e compromisso cívico. Versejado por Carlos Drummond de Andrade ao festejar Mietta Santiago, o direito mesmo de ser igual como eleitora, que causou estranheza e foi desigualdade vencida, faz agora 90 anos no Brasil. Por isso gracejava o poeta aos estranhamentos: "Mulher votando? Mulher, quem sabe, Chefe da Nação? O escândalo abala a Mantiqueira, faz tremerem os trilhos da Central e acende no Bairro dos Funcionários, melhor, na cidade inteira funcionária, a suspeita de que Minas endoidece, já endoideceu: o mundo acaba".

[...]

Nos sombrios da história e nos silêncios da justiça foram guardadas, quando não escondidas, as mulheres. Principalmente as mais pobres, as negras, as "bem-comportadas moças" e, mais ainda, as que não eram "tão boazinhas". (...) Mulher não abdica de sua obrigação humana. Porque não quer ser sombra e esconderijo, senão também luz

Dona Hipólita segue como exemplo na "doidice" de um mundo no qual a igualdade humanizadora ainda é luta contra tantas cruéis formas de desigualdade.

Mas não há acasos na história da humanidade. O que há é a sua construção, os ideais que se impõem, os interesses que prevalecem, as formulações racionais ou não que se projetam e que contam, não raro, com o imponderável. Mesmo este há de ser superado para que a invenção humana tenha vez. Na aventura humana se pode ser protagonista ou figurante, atuante ou espectador. É escolha e trabalho, empenho e persistência.

A conquista de direitos é um "continuum" civilizatório. Para além da conquista de textos legais garantidores do respeito à igualdade é imprescindível também assegurar a efetividade dos direitos conquistados. As leis são necessárias; não são bastantes. A vida não começa nem termina em Constituições e leis. Inicia-se e segue, isso sim, na ideia de mulheres e de homens. Dela se passa às ações voltadas a finalidades legítimas apenas quando postas para realização do interesse de todos os viventes. Da ação à transformação se tem o projeto e a concretização da criação humana, responsabilidade de todos, mulheres e homens.

Afinal, ainda seguindo o testemunho ativo de dona Hipólita, a mulher é capaz para as coisas, por isso há de nelas atuar. Ser parte e participar são deveres do ser humano nesta passagem tumultuada da história. Mulher não abdica de sua obrigação humana. Porque não quer ser sombra e esconderijo, senão também luz, a que se busca para o melhor projeto social de uma humanidade mais digna, ética e comprometida com todas as formas de vida.

Dia de uma voluntária da pátria

Nascida em 8 de março, Jovita se travestiu de homem para lutar na guerra

Maria Carolina Loss Leite
Mestre e doutoranda em sociologia pelo Iesp-Uerj e bacharela em segurança pública pela UFF

Sempre que falamos no Dia Internacional da Mulher, comemorado nesta terça-feira (8), a maioria das pessoas costuma parabenizá-las pela data. Flores, bombons, presentinhos e cartões fazem parte das vendas. Mas o que muitos não sabem é que a efeméride marca o nascimento de uma de heroína brasileira.

Cearense de Tauá e nascida em 8 de março de 1848, Antonia Alves Feitosa, mais conhecida como Jovita Feitosa ou "Joana d'Arc brasileira", é considerada a primeira mulher a tentar se alistar em nossas Forças Armadas. Sua pretensão: lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870) após saber das atrocidades que lá aconteciam, em especial às mulheres brasileiras. Mas, em uma época em que mulheres nem sequer votavam (1865), não havia espaço para Jovita (ou qualquer outra mulher) nos campos de batalhas. O que fazer, então, após ser ridicularizada pela ideia de que gostaria de se alistar? Decidiu vestir-se de homem para tal façanha, haja vista que mulheres não poderiam participar de tais atividades. Simples, assim!

Sem pestanejar, cortou sozinha suas madeixas e escondeu seus seios. O disfarce funcionou, e Jovita foi aceita, sendo incorporada na "Voluntários da Pátria", uma seção do Exército brasileiro que recebia homens dispostos a lutar na Guerra do Paraguai. Como sabia atirar, sentiu-se à vontade na missão. Uma mulher, porém, desconfiou daquele "soldado", haja vista que percebera as orelhas furadas: resolveu então "apalpar o moço" e descobriu os seios escondidos. Jovita foi encaminhada para uma delegacia, lamentando o fim de sua empreitada, na qual estava disposta a lutar pela nação.

Por conta disso, recebeu a patente de sargenta, que mais tarde lhe foi tirada através de uma carta enviada pelo Ministério da Guerra, já que mulheres não poderiam participar de conflitos. Foi então convidada a trabalhar como enfermeira, mas negou tal posição e decidiu voltar para casa.

[...]

Sem pestanejar, cortou sozinha suas madeixas e escondeu seus seios. O disfarce funcionou, e Jovita foi aceita, sendo incorporada na "Voluntários da Pátria", uma seção do Exército brasileiro que recebia homens dispostos a lutar na Guerra do Paraguai. Como sabia atirar, sentiu-se à vontade na missão

Por ter forjado ser um soldado, seu pai não aceitou tal "desonra" e negou o seu retorno. A única opção foi viajar até o Rio de Janeiro para tentar nova vida, já que estava frustrada por não ter conseguido integrar o Exército. Sem dinheiro e morando em uma cidade estranha, acabou se prostituindo para sobreviver. Lá, Jovita conheceu um engenheiro do País de Gales, William Noot, que estava a trabalho na cidade. Romantizou construírem uma família juntos.

Infelizmente, em 9 de outubro de 1967, após receber uma carta do amado informando que voltaria à sua terra natal, a jovem, desiludida, acabou cravando um punhal no peito dentro do escritório de William. Ao lado do corpo, deixou uma carta: "Não culpem a minha morte a pessoa alguma. Fui eu quem me matei. A causa só Deus sabe".

Jovita Alves é uma das homenageadas no "Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria", o qual existe desde 7 de setembro de 1989 e está localizado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves (criado por Oscar Niemeyer), na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Em 2019, o historiador José Murilo de Carvalho escreveu "Jovita Alves Feitosa: Voluntária da Pátria, Voluntária da Morte", trazendo fatos e um pouco mais sobre esta heroína brasileira. Por isso, celebrar o 8 de março, para nós, é motivo de orgulho. É, também, o dia de uma de nossas guerreiras. Parabéns, Jovita!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Soldados a favor das tropas russas em frente a memorial ao comandante Vladimir Zhoga, morto em conflito em Donetski Alexander Ermochenko/Reuters

Guerra

O mundo virado de cabeça para baixo, pela ambição totalitária do autocrata russo Vladimir Putin. A solução óbvia está nas mãos dos oligarcas russos, donos de todas as grandes empresas e que pagam um percentual de seus colossais lucros a Putin; dos chefes militares do exército russo e ao ludibriado povo russo, a quem o Czar Putin nega toda notícia real sobre a guerra e o mundo. Depor Putin e restaurar a paz na Europa e no mundo é a pauta do momento em todo o planeta.
Paulo Sergio Arisi (Porto Alegre, RS)

*

É dilacerante o que estamos vendo em tempo real. Quem armou a guerra já perdeu toda e qualquer noção de humanidade. São monstros insensíveis. Tenho alguma esperança de que quando estiverem em posições de comando, as crianças e jovens que estão vendo hoje o que é de fato uma guerra, qual é o efeito do ódio e o tamanho do sofrimento que ela provoca, decidam que nunca permitirão que isso aconteça. Que crianças e jovens de qualquer país do mundo possam entender, no fundo de cada alma, que ganância, insensibilidade e falta de amor ao próximo tornam o mundo muito perigoso e triste.
Rosana Gomes (São Paulo, SP)

*

Paradoxalmente, a nefasta recente invasão militar do território ucraniano pelo exército russo serviu para acordar o mundo e demonstrar a urgente necessidade de pôr se fim ao risco e ao perigo nuclear —usinas e armamentos— que a todas ameaça, indistintamente. Urge, portanto, que a ONU assuma o papel que lhe é devido e dê início às providências cabíveis e necessárias, mediante a convocação de reunião permanente de todos os seus membros, visando, especificamente, evitar a proliferação de novas Chernobyl". A ONU caberá a escolha do planeta-depositário desse "Lixão Radioativo".
Gary Bon-Ali (São Paulo, SP)

Desespero e desgosto

Deixar as páginas deste jornal serem ocupadas por um ignóbil como Marco Feliciano já é por si só ultrajante para com o leitor que paga para ter acesso a conteúdo de qualidade. E ter que ler já no título do texto o sujeito chamar Bolsonaro de "gênio estrategista", aí foi pra rir mesmo, só que de desespero e de desgosto.
Márcio Cristiano Alexandr (São Paulo, SP)

*

Há tempos que não lia tanta imbecilidade como essa escrita ontem pelo lambe-botas Marco Feliciano, que tudo faz para continuar mamando nas benesses do governo, mamando não, mordendo, pois se não estou equivocado foi esse literato que tratou a arcada dentária pela bagatela de R$ 105 mil devidamente pagos com o nosso dinheirinho.
Claudio Viveiros (São Bernardo do Campo, SP)

Falei

Alguém tão pérfido, desumano e repulsivo como o deputado estadual Arthur do Val, que acha que mulheres refugiadas de guerra são mais "fáceis", não pode ficar impune. O mínimo de punição necessária a ele é a cassação célere do mandato e também a expulsão dos quadros de seu partido, o Podemos, que não pode compactuar com falas tão imorais proferidas pelo deputado("Arthur do Val fica isolado e sob pressão de punição", Política, 7.mar.).
Ary Braz Luna (Sumaré, SP)

*

Eu li a reportagem "Arthur do Val fica isolado e sob pressão de punição", publicada na **Folha de S.Paulo**, nesta segunda-feira (7). É impossível não se indignar com tal declaração deplorável. Lamento e repudio veementemente a fala machista, preconceituosa e sexista de Arthur do Val, deputado estadual por São Paulo (Podemos), ao se referir às mulheres ucranianas como meros objetos para satisfazer desejos sexuais. É inacreditável que um parlamentar se preste a usar o sofrimento alheio para promover a sua imagem pessoal, principalmente quando zomba de refugiadas de guerra.
Elvis Gonçalves Pereira (São Paulo, SP)

*

Atitude inadmissível para qualquer um de nós, mas principalmente para um parlamentar, que deve ter conduta ilibada e exemplar. Aproveito para reafirmar o respeito e admiração por todas as mulheres, pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, nesta terça-feira (8), e em especial às ucranianas, que neste momento estão enfrentando uma guerra que tem custado muitas vidas. Espero que este episódio não passe impune pela Comissão de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
Azuaite Martins de França, vereador por São Carlos (São Carlos, SP)

*

Li duas vezes o artigo do deputado Marco Feliciano, aquele que gastou uma fortuna do meu, do seu, do nosso dinheiro, com dentes, em defesa do posicionamento do presidente Bolsonaro. E então fico a pensar que liberdade de expressão e o que esta **Folha** chama de multiplicidade de opinião. Poderia ter melhores critérios, pelo menos conhecimento de causa de quem escreve sobre um tal assunto.
Marcos Barbosa (Casa Branca, SP)

*

São duvidosas as observações aduzidas pelo deputado federal Marco Feliciano para tentar legitimar o ambíguo posicionamento de Jair Bolsonaro acerca da agressão militar russa à Ucrânia. É difícil crer que americanos, chineses e russos tenham ideias similares às do congressista e vejam na postura do presidente brasileiro um exemplo de genialidade estratégica. O mais provável parece ser que eles a considerem manifestação ou de confusão mental ou de uma tremenda cara de pau.
João Paulo Zizas (São Bernardo do Campo, SP)

Governos

Governos mudam, mas a destruição que deixam podem ficar por séculos. Reconstruir um país custa muito tempo, dinheiro e sofrimento. Precisamos saber o que pode ser feito sobre a entrega dos bens estatais roubados do povo. Parece que o povo é o único proprietário no mundo que não tem nenhum domínio sobre patrimônio. Dá pra continuar assim?
Rute Bevilaqua (São Paulo, SP)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Tudo como dantes

Menos de 48 horas após áudios de teor sexista terem inviabilizado a candidatura ao Governo de SP de Arthur do Val, o MBL (Movimento Brasil Livre) decidiu apresentar ao Podemos o vereador paulistano Rubinho Nunes como substituto. A decisão mostra que o escândalo não alterou o acordo firmado entre o movimento, o partido e Sergio Moro. Pelo acerto, o MBL comanda o palanque do partido em SP e em troca empresta sua capacidade de mobilização para a campanha do ex-juiz.

CRONOGRAMA Lideranças do Podemos dizem acreditar que Do Val vá se desfiliar do partido antes que avance o processo de avaliação do ocorrido no conselho de ética da sigla.

SEI LÁ Procurado pelo Painel, Do Val diz que não pensou no tema e que está focado em recuperar suas relações pessoais e cuidar de sua saúde mental.

DEVAGAR Principal liderança feminina do MBL, a ativista Adelaide Oliveira divulgou um vídeo para apoiadores em que condena os áudios gravados por Do Val, mas critica o "linchamento virtual" que ele estaria sofrendo.

DOSIMETRIA "Condenar o erro, ok. Destruir uma pessoa, não. As pessoas não são descartáveis. Eu acho deplorável a cultura do cancelamento, que é a versão digital do apedrejamento em praça pública", afirmou. Oliveira deve ser candidata a deputada federal neste ano pelo Podemos.

TOPO O senador José Serra (SP) aceitou o convite feito pelo PSDB e será candidato a deputado federal. Como revelou o Painel, Bruno Araújo, presidente da sigla, ofereceu a ele a estrutura de campanha que teria se fosse disputar a reeleição no Senado, com inserções televisivas diárias e mais recursos financeiros.

TURBO A ideia de Araújo é que Serra seja um puxador de votos e consiga eleger até seis outros tucanos na Câmara dos Deputados, ajudando assim a reverter o encolhimento do partido na Casa previsto para os próximos meses.

NO LIMITE O ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) deixará para se desincompatibilizar da pasta para disputar o Governo de São Paulo em 1º de abril, véspera da data-limite para deixar o cargo, por razões práticas.

FOMINHA O ministro quer bater ele próprio o martelo do máximo possível de concessões, que considera marcos de sua gestão. Ele carrega o apelido de "Thorcísio", dado por seus apoiadores.

LISTA No dia 30 de março, por exemplo, haverá o leilão da Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), que se trata da primeira desestatização de porto no Brasil, e de outros três terminais portuários.

ACENO Presidenciável mais rejeitado pelas mulheres, Jair Bolsonaro (PL) fará anúncio de iniciativas relacionadas à população feminina em cerimônia alusiva ao Dia Internacional da Mulher no Palácio do Planalto nesta terça-feira (8).

CANA No evento, o ministro Anderson Torres (Justiça) apresentará balanço da Operação Resguardo 2, de combate à violência contra a mulher, que prendeu mais de 2.500 pessoas desde 7 de fevereiro.

PACOTE Jair Bolsonaro deve anunciar o Programa Mães do Brasil, a Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Brasil pra ELAS e o Comitê de Empreendedorismo Feminino.

PERIGO A possibilidade de o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes, ser candidato ao Senado por Minas Gerais na chapa de Alexandre Kalil (PSD) ao governo ameaça inviabilizar a aliança entre os dois partidos no estado. Lopes escreveu nas redes sociais que é o pré-candidato de Lula ao Senado.

COSTURA Um dos empecilhos é que o PSD tem o nome do atual senador Alexandre Silveira para a candidatura à reeleição. Kalil afirma que não tratou do tema. "Estou prefeito de Belo Horizonte e nunca conversei com o deputado ou com o PT sobre o assunto", afirmou.

VEM... Na reunião em que sacramentou a filiação ao PSB para ser vice de Lula (PT), Geraldo Alckmin disse que pretende levar consigo para o novo partido até dez aliados, não apenas de SP. A maioria disputaria mandatos de deputado federal.

...COMIGO Entre os especulados para se filiar ao PSB com Alckmin estão Antonio Carlos Pannunzio, Pedro Tobias, Silvio Torres e Floriano Pesaro.

CONSEQUÊNCIA O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), fez uma cobrança a prefeitos para que se esforcem na vacinação infantil contra a Covid-19, e afirmou que isso facilitará a retirada da exigência de máscaras nas escolas. O recado foi dado em reunião nesta segunda-feira (7).

ALÔ Como mostrou o Painel, Doria tem feito cobranças aos prefeitos, pessoalmente e por telefone, em cidades onde os índices de vacinação infantil ainda estão atrasados.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Geraldo Alckmin cumprimenta Lula durante encontro entre os dois em São Paulo Ricardo Stuckert - 19.dez.21/Divulgação

Geraldo Alckmin define filiação ao PSB para ser candidato a vice de Lula

Ex-governador de SP desconversa sobre acerto e fala em reunião produtiva; presidente do partido vê ato de filiação até o dia 20

José Matheus Santos

RECIFE O ex-governador Geraldo Alckmin (ex-PSDB) acertou nesta segunda-feira (7) a sua filiação ao PSB para ser candidato a vice-presidente na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Alckmin encaminhou a filiação em uma reunião em hotel de São Paulo com a participação do presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, do prefeito do Recife, João Campos, do ex-governador Márcio França (SP) e do ex-prefeito de Campinas Jonas Donizete. O acerto da filiação foi revelado pelo portal G1.

No encontro, os integrantes do PSB discutiram a necessidade de formação de uma frente ampla contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) já no primeiro turno da eleição presidencial.

A cerimônia de filiação deverá acontecer até 20 de março. O mais provável é que aconteça em São Paulo. A ideia é que o ex-presidente Lula esteja presente. No ato de filiação, o PSB ainda quer ser o primeiro partido a anunciar oficialmente o apoio a Lula.

"Tivemos uma reunião muito boa pela manhã. Está praticamente selada a entrada dele para ser candidato a vice. Provavelmente haverá um evento à altura do novo filiado", disse Siqueira à **Folha**.

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), um dos articuladores da chegada de Alckmin ao PSB, disse que a filiação do ex-governador paulista vai atender a um movimento nacional dentro do partido.

"Há um movimento nacional no partido de que o nome dele é muito bom para o PSB. Estamos num momento onde precisamos fazer alianças que demonstrem a amplitude do nosso campo e larguem a política. No diálogo que está acontecendo entre o PSB e o PT, o nome dele seria um grande nome para cumprir essa tarefa", afirmou Campos.

"Naturalmente, quem decide o candidato a vice é o candidato à Presidência, mas o PSB tem essa disposição de fazer a filiação e poder apresentá-lo como alternativa. Precisamos buscar aquilo que nos une e não eventuais divergências que nos separe", acrescentou o prefeito do Recife.

Nas redes, Alckmin afirmou que a reunião foi muito produtiva "e provou haver convergência política e vontade de união em benefício do país".

"Sigo conversando com outros partidos que buscam uma unidade de ação em defesa da democracia e de melhores condições de vida para o nosso povo. Até a próxima semana definirei a minha filiação partidária", escreveu.

> **"Tivemos uma reunião muito boa pela manhã. Está praticamente selada a entrada dele [Alckmin] para ser candidato a vice. Provavelmente haverá um evento à altura do novo filiado**
>
> **Carlos Siqueira**
> presidente do PSB

As tratativas para a formação da chapa Lula-Alckmin foram reveladas pela coluna Mônica Bergamo, da **Folha**, em novembro de 2021. No mês seguinte, a coluna também antecipou que a aliança para a formação da chapa já estava selada, embora ainda não tenha sido oficializada.

Segundo interlocutores, Lula já afirmou que, com o tucano de vice, poderia dormir tranquilo: Alckmin, que foi quatro vezes governador, teria experiência e estatura política. E não transformaria a vice em um centro de conspiração e sabotagem para desestabilizar o governo.

O ex-governador Geraldo Alckmin também havia recebido convites para se filiar a PV e Solidariedade com o objetivo de ser vice de Lula, mas acabou optando pelo PSB.

Agora, a expectativa no PT é que Lula oficialize sua pré-candidatura à Presidência. O encaminhamento da ida de Alckmin ao PSB é mais um passo nesse sentido.

A chegada de Alckmin à legenda pessebista não influenciará, de acordo com a cúpula do PSB, na discussão sobre uma possível federação envolvendo PT e PSB. As tratativas deverão ser retomadas nesta semana, mas as chances foram reduzidas, segundo membros dos dois partidos.

Mesmo com a federação emperrada, o apoio do PSB a Lula está cristalizado. Se o PSB não aderir à federação, o PT tem planos de se federar com PC do B e PV.

A chapa Lula e Alckmin enfrenta resistência de um grupo minoritário do PT.

Reunidos na noite da última sexta (4), dirigentes de correntes de esquerda do partido decidiram levar ao diretório nacional —principal instância do PT— sua objeção à escolha do ex-governador como vice na chapa.

Convidados a participar da reunião virtual, o deputado federal Rui Falcão (SP) e o ex-deputado José Genoino —dois ex-presidentes da sigla— criticaram a trajetória política do ex-tucano. A reunião está programada para o dia 18.

No encontro virtual, que chegou a reunir 342 pessoas, Falcão chamou de temerária a eventual escolha de Alckmin.

Escalado para integrar o conselho político de Lula, Falcão afirmou que, em São Paulo, ninguém desconhece Alckmin e que, em outros estados, já há uma noção pelo menos aproximada da devastação que foi a gestão tucana à frente do Palácio Bandeirantes.

A aproximação entre Lula e o ex-governador de São Paulo, com troca de elogios e um jantar público em meio às articulações para formem uma chapa nas eleições de 2022, é uma novidade na longa relação política entre os dois.

Alckmin comandou o governo paulista em dois períodos, de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018, por quatro mandatos. Lula foi presidente do Brasil por dois mandatos, entre 2003 e 2010.

Com isso, eles conviveram institucionalmente por quase quatro anos. Os dois também disputaram as eleições de 2006, vencida pelo petista em um segundo turno contra, justamente, o ex-tucano.

Mesmo antes do período eleitoral daquele pleito, a troca de declarações entre os dois foi pautada mais por rusgas e ataques do que pelos elogios que agora eles fazem, reciprocamente, em público.

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90		R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90		R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90		R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
363.733 exemplares (janeiro de 2022)

Lira prioriza pedido de cassação de desafeto

Por outro lado, processos de aliados demoram; há caso contra deputado travado na Mesa da Câmara há mais de dois anos

Ranier Bragon e Danielle Brant

BRASÍLIA A Mesa da Câmara dos Deputados, presidida por Arthur Lira (PP-AL) e composta de outros seis deputados titulares, tem segurado na gaveta pedidos de punição a parlamentares de partidos que integram a base governista, sendo que um deles está há mais de dois anos aguardando uma mera canetada para começar a tramitar.

Ao mesmo tempo em que não se move em relação a esses parlamentares, Lira indica que dará prioridade ao caso envolvendo o deputado Kim Kataguiri (União-SP), adversário político e crítico do governo Jair Bolsonaro, que, em uma entrevista, disse ter sido um erro a Alemanha ter criminalizado o partido nazista.

O caso mais antigo se refere ao deputado Wilson Santiago, que, em 2019, teve o mandato suspenso por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) nas investigações de desvio de verbas públicas de obras contra a seca no sertão da Paraíba.

O plenário da Câmara, presidida à época por Rodrigo Maia (sem partido-RJ), derrubou a decisão do STF e restabeleceu o mandato de Santiago. O discurso dos parlamentares, na ocasião, foi o de que o caso seria tratado pela instância adequada, o Conselho de Ética da Câmara.

Para isso, era preciso apenas que a Mesa da Câmara encaminhasse a representação ao Conselho, órgão que poderia propor penalidades que vão de advertência à cassação do mandato. Só que essa mera formalidade não aconteceu até hoje. No último ano da gestão de Maia, a pandemia de Covid-19 deixou o colegiado e as demais comissões da Câmara inativos. No mandato de Lira, que teve início em fevereiro do ano passado, a representação também não andou.

Outro caso parado na Mesa da Câmara há oito meses se refere a recomendações do Conselho de Ética para suspensão do mandato do bolsonarista Daniel Silveira (União-RJ), que foi preso em fevereiro do ano passado por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, por ter publicado na internet um vídeo com ataques a ministros da corte.

São duas as punições decididas pelo conselho, mas elas dependem do aval do plenário para serem aplicadas. A maior, de suspensão de seis meses do mandato, foi deliberada justamente pelos vídeos com xingamentos a ministros do STF.

Há ainda outra suspensão de dois meses que tem como origem a gravação clandestina, pelo bolsonarista, de uma reunião interna do PSL durante a crise que rachou o partido no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Em outubro de 2019, o ex-PM divulgou o encontro, durante o qual o deputado Delegado Waldir (PSL-GO), então líder do partido na Câmara, chamou o presidente Jair Bolsonaro de "vagabundo".

Waldir integrava a ala do PSL alinhada ao presidente da sigla, o também deputado federal Luciano Bivar (PE), que foi alvo de Bolsonaro e de aliados em uma disputa pelo comando do partido.

Cabe à Mesa colocar esses pareceres em votação no plenário, mas isso não ocorreu até agora —ainda não foi decidido se as duas punições serão cumulativas ou se será considerada a maior suspensão, de seis meses. Com isso, Daniel Silveira, que cumpre medidas cautelares, segue recebendo salário (R$ 33,8 mil) e cotas, como os R$ 112 mil mensais para contratação de assessores.

Outros casos parados na Mesa da Câmara são o de Josimar Maranhãozinho (PL-MA), suspeito de desvio de recursos de emendas para a Saúde, de Bia Kicis (União-DF), por divulgação de dados de médicos favoráveis à vacinação infantil, e de Evandro Roman (Patriota-PR), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral em novembro por infidelidade partidária. Nesse último caso, cabe à Câmara, pela Constituição, apenas efetivar a perda do mandato, mas isso não ocorreu até agora.

Questionado por jornalistas no último dia 22 sobre o caso de Silveira, Lira não deu uma definição clara, mas citou especificamente o caso de Kataguiri, que é do mês passado, o mais recente a chegar à Mesa da Câmara. "Tem muita coisa aí que está esperando, inclusive a remessa do Kim Kataguiri para o Conselho de Ética também está parada. Nós precisamos reunir a mesa para deliberar sobre isso."

Kim e Lira são adversários desde que o fundador do MBL se posicionou contra a eleição do alagoano para a Presidência da Câmara, no início de 2021. Lira venceu o presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), por 302 votos a 145.

Procurado pela **Folha**, Lira disse não haver prazo específico que a Mesa tome essas decisões, "o que dependerá da complexidade de cada caso".

"Os casos dos parlamentares citados são diferentes entre si, de complexidade diversa e se encontram em momentos distintos de análise."

Sobre o caso de Santiago, Lira ressaltou que ele começou a tramitar na gestão de Maia. "O assunto está na pauta, mas a Mesa ainda não se reuniu para deliberar sobre a matéria", se limitou a dizer. Lira disse ainda não há decisão de como o plenário irá apreciar as representações contra Silveira (se ambas ou apenas a de maior pena), mas ressaltou que será no formato de projeto de resolução, que permite ao plenário alterar a pena recomendada pelo Conselho de Ética —e não só arquivar ou referendar.

Kicis e Maranhãozinho não se manifestaram. A assessoria de Silveira lembrou que ele está impedido por Moraes de dar entrevistas. A defesa de Roman, que recorre no TSE, disse que o tribunal deveria rever a sua decisão.

O MBL tem futuro?

A decisão do movimento de amadurecer nunca teve a coragem de ir até o fim

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP

Ir do Brasil para a Ucrânia em pleno conflito armado para ajudar na resistência contra os invasores russos? Era obviamente um golpe de marketing, um exemplo extremo de vale-tudo para aparecer, mas era também o tipo de coisa funcionar e capturar a atenção dos eleitores.

Não se vence eleição com debate técnico; é preciso fazer barulho. Aprove-se ou não seus métodos, o MBL é craque na comunicação das redes sociais.

Não contavam, contudo, com o desastre dos áudios de Arthur do Val sobre as mulheres ucranianas. Mistura de machismo com o detalhe sórdido extra da exploração da pobreza pelo turismo sexual.

Comparar uma fila de refugiadas com uma fila de mulheres na balada não é o que se espera de um defensor da família. E isso veio poucas semanas depois do episódio em que Kim Kataguiri defendeu a liberdade à defesa do nazismo.

O MBL nasceu dos protestos de junho de 2013 que reconfiguraram a política brasileira. Tanto nas propostas quanto na comunicação eram a cara do sentimento antissistema que marcou aqueles dias. Seu mix de linguagem das redes (cortes de vídeos e memes), pose de outsider virtuoso, indignação moralista e liberalismo econômico radical funcionou muito bem nos protestos contra o governo Dilma e também nas eleições de 2018, em que optaram por ser linha auxiliar do bolsonarismo.

Pessoas próximas ao MBL protagonizaram as primeiras milícias digitais, verdadeiros gabinetes do ódio e fábricas de fake news contra adversários e desafetos.

E, no entanto, o governo Bolsonaro, que ajudaram a eleger, foi também uma janela para uma possível redenção. Ao se negarem a serem coadjuvantes do governo, foram cuspidos pelo bolsonarismo e perderam uma boa fatia de seu público.

Daí em diante o MBL se converteu em movimento de oposição democrática, estabelecendo pontes inclusive com políticos e pensadores de todo o espectro político, inclusive comigo.

A decisão de amadurecer, contudo, nunca teve a coragem de ir até o fim. Talvez porque perdessem justo aquilo que os destaca. É difícil combinar comunicação sensacionalista e que tende ao extremismo —sempre com ataques, rótulos e oportunismo de sobra— com postura responsável no exercício do poder. Apesar do discurso de renovação, voltaram várias vezes às velhas práticas, como quando moveram campanha contra o Padre Júlio Lancelotti.

O deputado Kim Kataguiri ilustra bem o dilema do grupo. É inegável que amadureceu muito depois de eleito (apesar dos deslizes de um ex-libertário), e hoje é um deputado produtivo, propositivo e, ademais, disposto a trabalhar junto de todos os seus colegas.

Posso lamentar muitas de suas pautas (como o desprezo pela questão ambiental) e mesmo assim reconhecer que, em sua conduta, é um deputado acima da média. Mas será que, para se reeleger, vai se erguer sobre seus méritos ou apostar no sensacionalismo agressivo que o elegeu em 18? Tem sentido, para um deputado do sério, continuar no MBL?

Uma coisa é construir uma aparência; outra é manter a substância longe das câmeras. Arthur Do Val, em sua conduta predatória, não é diferente de tantos outros supostos "conservadores" que nos governam; apenas se deslumbrou mais e falou mais.

No vale-tudo para ficar por cima, divulgar áudios destruidores de alguém que se considerava seu amigo é só mais uma ferramenta. O MBL agora experimenta um pouco dos linchamentos virtuais que ele próprio, no passado, ajudou a promover. Oportunismo, falta de escrúpulos, histrionismo tudo por fama, sexo e poder; será que suas virtudes na comunicação são separáveis de tudo isso?

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Internet amplia violência política contra mulheres

Para especialistas, lei de 2021 que busca inibir casos é apenas o 1º passo

Tayguara Ribeiro

SÃO PAULO Embora não seja uma situação recente, a violência política ganhou novos contornos com o crescimento das redes sociais e o maior acesso à internet, o que possibilita também ataques virtuais.

A prática, que consiste em restringir, limitar ou impedir a participação política, pode ser direcionada a qualquer pessoa ou grupo social, mas tem afetado as mulheres com mais ênfase e vem sendo mais um dos desafios para o aumento da presença feminina na política.

Neste ano, teremos a primeira eleição após a sanção da lei de combate à violência política contra as mulheres. Entre as ações previstas no texto, estão a criminalização de abusos e a determinação de que o enfrentamento a esse tipo de violência faça parte dos estatutos partidários.

Mas o que é a violência política e por que atinge mais as mulheres?

O homicídio por motivos políticos é um caso de violência direta e mais explícita.

Contudo, a violência política também se manifesta de maneira difusa, na forma de silenciamentos, subfinanciamento nas campanhas eleitorais, boicote na participação partidária ou em comissões parlamentares, deslegitimação de opiniões, assédio moral e sexual e ataques preconceituosos na internet.

Embora o objetivo da violência política no abstrato seja impedir a participação de determinado indivíduo ou grupo, este tipo de prática é influenciado pelo machismo existente nos diversos aspectos da sociedade.

Exercer menos cargos de poder do que homens e conseguir menor participação política são alguns dos fatores que acabam deixando as mulheres mais expostas a esse tipo de violência.

"Mulheres e homens que sofrem violência política não passam por este fenômeno sem que as hierarquias de gênero sejam consideradas", afirma Danusa Marques, professora e diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

"É importante ressaltar que as camadas de desvantagens sociais afetam de forma combinada a chance de uma pessoa ou grupo ser vítima de violência política. Por isso, falamos de violência política de gênero, de violência política racial, de violência política LGBTIfóbica", diz.

Segundo ela, o objetivo da violência política contra as mulheres é exatamente impedir a participação feminina. "Por isso, é operada para minar todos os aspectos que possam contribuir para o engajamento político das mulheres."

Isso ocorre para que elas "sejam obrigadas a desistir de ocupar posições de poder".

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Justiça de Saia, entre outubro e novembro de 2021, mostra que mais da metade das entrevistadas (51%) — eleitoras, candidatas ou mulheres no exercício do mandato— já foi vítima de comentários ou manifestações preconceituosas ou discriminatórias. O levantamento compilou 1.194 respostas para o mapeamento.

Um outro levantamento, este realizado pelo Instituto Marielle Franco, divulgado no fim de 2020, identificou que 8 em cada 10 mulheres negras que concorreram às eleições daquele ano sofreram violência virtual, como o recebimento de mensagens machistas e racistas e invasões durante lives das quais participaram. Foram ouvidas 142 mulheres negras de 16 partidos e de 93 municípios de todo o país.

"As redes sociais não inauguram o problema da violência política, mas tudo o que é terrível tem se tornado pior. Elas são catalisadoras de violência política por causa da arquitetura atual da internet", avalia Danusa Marques.

Segundo ela, a forma como foram desenvolvidas essas redes sociais promoveu formas muito intensas de propagação de discursos de ódio, ataques e ameaças baseadas nas hierarquias de gênero.

Flávia Rios, professora da UFF (Universidade Federal Fluminense), pondera que, embora as redes sociais facilitem a violência política, elas também ajudam a jogar luz em casos antes invisibilizados.

"As redes sociais se tornaram uma importante ferramenta para a denúncia de agressões e violações de direitos de grupos minoritários", diz a pesquisadora, em resposta enviada à reportagem em parceria com Huri Paz, pesquisador do Afro-Cebrap.

Flávia afirma que os recentes avanços em igualdade de representação nos espaços da política no Brasil de grupos que antes não conseguiam acessar os locais de poder geraram grande resistência. Isso porque, segundo ela, parte de algumas correntes políticas não tolera a autonomia dessas pessoas.

"Essas representações políticas se tornaram ameaças ao poder tradicional", argumenta.

"Elas ameaçam o patriarcado, hierarquias de gênero e as estruturas coloniais persistentes na sociedade. Em minoria na representação política do Brasil, as mulheres têm sido o alvo fácil e preferido destes ataques."

Embora seja comum casos de assédio, falta de financiamento e ataques virtuais contra mulheres, Flávia diz que a violência letal é maior entre os homens na política, como mostra o estudo "Assassinatos de Políticos no Rio de Janeiro (1988-2020)", realizado por ela e por Paz.

"Identificamos que, entre as mulheres, as que mais sofreram violência letal nas décadas analisadas foram as mulheres negras. O que é algo alarmante porque essas são minorias na política institucional", afirma.

> "Ela [a lei de combate à violência política] é importante, mas precisamos também de um conjunto integrado de políticas para o combate à violência política de gênero
>
> **Danusa Marques**
> professora e diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

Neste sentido, a lei 14.192, sancionada em agosto de 2021, que entra em funcionamento pela primeira vez na eleição deste ano e busca proteger as mulheres contra a violência política, pode ser vista como um avanço, na avaliação de Flávia Rios.

"É interessante que a lei possua um agravante para atos cometidos com desprezo à raça, cor ou etnia. Entretanto, falta a menção a mulheres trans, por exemplo, que têm sido constantemente atacadas por sua condição de gênero e sexualidade e que, através desta lei, continuam sem proteção."

Ela cita ser importante também que exista mais proteção por parte dos partidos e pede a criação de condições para que a presença das mulheres seja rotineira na esfera do poder.

Danusa Marques vai na mesma linha e considera que a lei que pune violência política contra mulher é positiva, mas apenas um primeiro passo.

"Ela é importante, mas precisamos também de um conjunto integrado de políticas para o combate à violência política de gênero."

De acordo com a professora da UNB, o combate à violência política contra as mulheres deve passar por incentivos a boas práticas, além de um sistema que monitore e permita a punição em caso de violações.

"É preciso promover o debate, a visibilização do problema, pensar coletivamente formas de evitar a violência política dentro dos partidos, nas instituições do Estado, nas instituições sociais, na mídia. Em resumo, precisamos de espaços coletivos de monitoramento e práticas de incentivo à igualdade política."

Mulheres vítimas de violência política

ASSASSINADA

Marielle Franco (PSOL-RJ)
vereadora do Rio de Janeiro, foi morta em março de 2018 e o mandante do crime ainda não foi identificado

AMEAÇADAS DE MORTE

Manuela D'Ávilla (PCdoB-RS)
ex-deputada federal, recebeu ameaças de estupro contra sua filha de 5 anos. Ela também foi ameaçada de morte

Andréia de Jesus (PSOL-MG)
deputada estadual, relatou ter recebido ameaças de morte após se solidarizar com afetados pela ação policial que terminou com 26 mortos, em Varginha

Erika Hilton (PSOL-SP)
vereadora foi ameaçada de morte por meio das redes sociais. Hilton foi alvo de comentários transfóbicos no Twitter após a exibição de uma reportagem feita pelo Fantástico, da TV Globo

AMEAÇADAS DE MORTE

Monica Seixas (PSOL-SP)
deputada estadual pediu licença, em 2021, para cuidar de sua saúde mental. Ela afirma que o pedido foi motivado por crises de pânico, ansiedade e depressão, que atribui ao racismo, ameaças e ofensas a ela e à família

Ana Lúcia Martins (PT-SC)
primeira vereadora negra eleita em Joinville (SC), foi ameaçada de morte. Agressores afirmaram que pretendiam matá-la para liberar a vaga para o suplente branco

OUTROS

Isa Penna (PSOL-SP)
deputada estadual sofreu assedio sexual do também deputado Fernando Cury (Cidadania), em sessão na Assembleia Legislativa. Ele tocou no seio da parlamentar, sem consentimento

Simone Tebet (MDB-MS)
Em depoimento à CPI da Covid, Wagner Rosário, ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), afirmou que a senadora estava descontrolada

Aliados querem Michelle na campanha eleitoral

Bolsonaristas querem explorar imagem da primeira-dama, considerada positiva, para reduzir rejeição do presidente

Julia Chaib, Marianna Holanda e Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Diante da alta rejeição de Jair Bolsonaro (PL) entre as eleitoras, o entorno do presidente passou a defender maior participação da primeira-dama, Michelle, na campanha em busca da reeleição.

A avaliação do núcleo que define a estratégia eleitoral de Bolsonaro é a de que Michelle é carismática e pode ajudar a humanizar a imagem do chefe do Executivo, que conta com a rejeição de 61% das mulheres, segundo a mais recente pesquisa do Datafolha.

De acordo com o mesmo levantamento, 55% da população feminina avalia o governo como ruim ou péssimo.

Ativa nas redes sociais, Michelle tem tido papel discreto no governo, mas atua em projetos de caridade e é militante da causa de doenças raras. Na última semana, no Palácio do Planalto, participou de um evento sobre o tema.

Neste domingo (6), ela saiu para correr em área pública, perto do Palácio da Alvorada, e se deixou ser fotografada.

A avaliação na campanha do presidente é que Michelle é articulada e agrega positivamente à imagem de Bolsonaro. Segundo interlocutores, ela teria se mostrado disposta a ter um papel mais atuante.

Desta forma, o objetivo será aproveitar seu potencial tanto em viagens com o mandatário como nas propagandas.

Líderes do PL, inclusive, gostariam de filiar a primeira-dama, mas ela não demonstrou estar à disposição.

Michelle tem ajudado, contudo, na ida de outras mulheres para o partido do clã Bolsonaro. Na semana passada, por exemplo, Michele foi à filiação de Ana Amália Barros, influenciadora digital e ativista dos direitos de monoculares. Amália será candidata a deputada federal em Mato Grosso.

Evangélica da Igreja Batista Atitude de Brasília, a primeira-dama também acompanhou com entusiasmo a aprovação de André Mendonça para a vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Quanto à pandemia, a primeira-dama tem uma postura diferente do marido e pode ajudar a suavizar as críticas ao presidente sobre o tema. Enquanto Bolsonaro ataca o uso de máscaras, Michelle usa o equipamento de proteção em eventos no Palácio do Planalto e em viagens oficiais.

Além disso, ela se vacinou, ao contrário de Bolsonaro.

Como a **Folha** mostrou, a maior preocupação do núcleo de campanha do presidente é com a pandemia. Sua posição negacionista, em especial quanto à vacinação contra Covid, tem levado a um desempenho ruim nas pesquisas.

Por isso, ele tem sido pressionado a abandonar esse discurso. Mais além, defendem que o chefe do Executivo se vacine e exalte feitos do governo que possibilitaram a imunização da população.

O cálculo é eleitoral: além dos mais de 630 mil mortos pelo vírus, mais de 70% da população brasileira já completou o esquema vacinal.

A primeira-dama Michelle Bolsonaro discursa durante evento do Dia Mundial das Doenças Raras Pedro Ladeira - 3.mar.22/Folhapress

A rejeição das eleitoras ao presidente passa por seu comportamento antivacina. Assim, aliados de Bolsonaro passaram a tratar Michelle como figura central na tentativa de humanizá-lo.

Auxiliares palacianos dizem haver um descompasso entre o que o governo federal tem feito e o que Bolsonaro tem dito sobre a vacinação.

Alguns aliados veem como impossível uma mudança completa de postura do presidente, mas defendem que ele, ao menos, diga que sua administração já comprou mais de 500 milhões de doses.

A tentativa de humanizar a imagem de Bolsonaro não é de hoje. Ele já tinha dificuldades com o eleitorado feminino em 2018 e foi alvo de uma onda de protestos #EleNão.

Adversários exploraram falas machistas do então candidato, em especial quando se referiu à sua filha, Laura, como uma "fraquejada".

Sua campanha, então, passou a incluir a menina nas peças de Bolsonaro. Em um vídeo, ele chegou a chorar ao contar a história do nascimento da menina, que na época da eleição tinha sete anos.

Na ocasião, Flávio Bolsonaro, então candidato ao Senado, compartilhou o vídeo dizendo: "O lado humano do meu pai Jair Bolsonaro que muitos não conhecem. Ele sempre resistiu em externar isso, mas é o mais puro e verdadeiro sentimento dele, especialmente em relação às mulheres".

Pesquisa Datafolha de intenção de voto em dezembro de 2021 mostrou que 61% das eleitoras dizem que não votariam de jeito nenhum em Bolsonaro, o mais mal avaliado entre todos. Na sequência, aparecem Lula, com 32%, e João Doria, com 29%.

Mais recentemente, o presidente chegou a ironizar sua rejeição entre eleitoras.

"Segundo pesquisa, as mulheres não votam em mim, a maioria vota na esquerda. Agora, não sei, pesquisa a gente não acredita, mas se há reação por parte das mulheres, faz uma visitinha em Pacaraima, Boa Vista, nos abrigos, e vê como é que estão as mulheres fugindo do paraíso socialista defendido pelo PT", disse a apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada.

O tom do presidente destoa da preocupação de seus aliados. Uma ala defende que o melhor seria ter uma vice para sua chapa, que seria a ministra Tereza Cristina —por ser mulher e ter um perfil mais moderado que o presidente.

Bolsonaro, contudo, tem refutado essa possibilidade. Interlocutores dão como certo que ele escolherá o general Braga Netto, ministro da Defesa. Nesta configuração, Tereza disputaria o Senado pelo Mato Grosso do Sul no PP.

O chefe do Executivo quer alguém que seja da sua absoluta confiança, não um nome bem quisto pelo centrão.

Ele teme que num eventual segundo mandato tenha o mesmo destino que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT): impichada pelo Congresso e não tinha boas relações com o vice Michel Temer (MDB), acusado de conspirar contra ela.

Nesta segunda (7), Bolsonaro enviou acenos ao eleitorado feminino. Primeiro, condenou os áudios sexistas de autoria do deputado estadual Arthur do Val (Podemos-SP).

Nos áudios, o parlamentar estadual diz que as ucranianas são "fáceis" de pegar por serem pobres —e que a fila de refugiados da guerra tem mais mulheres bonitas do que a "melhor balada do Brasil".

As declarações desencadearam uma forte e Arthur do Val retirou sua candidatura ao governo de São Paulo.

"Um deputado estadual de São Paulo vai agora para a Ucrânia, que está em guerra, numa situação um pouco semelhante à da Venezuela; e vai lá para dizer que as mulheres pobres são fáceis. É uma coisa terrível", disse Bolsonaro nesta segunda, durante entrevista a uma rádio de Roraima. "Uma coisa que não tem adjetivo para classificar o que esse parlamentar foi fazer lá."

O presidente anunciou ainda três eventos alusivos ao Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta terça (8). Bolsonaro disse que inicia o dia numa cerimônia de hasteamento da bandeira nacional, seguido por um café da manhã com mulheres, a primeira-dama Michelle Bolsonaro e a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos).

Depois, haverá um ato pelo Dia da Mulher. "Vamos discutir, conversar, o que era o Brasil até há pouco tempo e o que é hoje em dia no tocante à família", disse Bolsonaro.

O ovo da serpente

*Nelson Wilians**

"O homem esquece mais facilmente a morte do pai do que a perda do patrimônio" (Nicolau Maquiavel).

O ataque à economia russa me leva a pensar nas duas grandes Guerras Mundiais, eventos que marcaram profundamente o cenário geopolítico e social no século 20.

Em 1919, o Tratado de Versalhes tinha como objetivo inviabilizar economicamente a Alemanha, após ser derrotada no conflito. O tratamento dado à Alemanha criou um ambiente propício para a deflagração da Segunda Guerra.

Não sei se as sanções ora impostas à Rússia resolverão ou irão agravar o problema. Mas vale lembrar: "A diferença entre o remédio e o veneno está na dose" (Paracelso).

BUSH ACHOU PUTIN CONFIÁVEL

No dia 26 de fevereiro, quando o exército da Rússia enfrentava uma forte resistência ucraniana, a agência estatal de notícias online RIA Novosti dizia aos russos: "Um novo mundo está nascendo diante de nossos olhos. A operação militar da Rússia na Ucrânia deu início a uma nova era".

Contra a sangrenta ação das forças de Vladimir Putin na Ucrânia, bem no quintal da Europa, se deu uma outra ação, inédita e não menos intensa.

Enquanto Putin tentava se livrar do papel de agressor cruel, Volodymyr Zelensky tentava mostrar ao mundo o que o russo queria esconder com sua narrativa desconectada da realidade.

Aparentemente ignorando os apelos por sua segurança, Zelensky — um comediante de profissão e bem-preparado para encarar as câmeras em situações difíceis — usou sua empatia para ajudar a motivar e sustentar os ucranianos, reafirmando a teoria de que "os líderes não nascem, mas são feitos".

Zelensky até o momento parece que virou herói, convenceu o mundo a apoiá-lo e, ainda, ligou o countdown do fim da era Putin, teoricamente.

Movidos pelo forte impacto emocional, pela opinião pública, pela ameaça à paz e aos valores em ascensão no Ocidente e em todo o mundo, os chefes de Estado americanos e europeus se posicionaram fortemente contra o invasor, aplicando a ele pesadas e inéditas sanções econômicas, com restrições e bloqueios a vários bancos, às exportações e importações russas.

Emerson Lima

O advogado Nelson Wilians

As sanções se estenderam ao congelamento de bens de Putin, de seus ministros e da elite financeira próxima ao presidente, com a apreensão de dinheiro, iates, casas e jatos.

Putin enviou repetidos sinais de que pretendia ampliar a esfera de influência da Rússia. Ele deixou claro que via a Ucrânia como parte de seu país. Ainda assim, os líderes ocidentais não imaginavam que Putin seria capaz de realizar uma invasão em grande escala.

Recordo aqui as palavras de George W. Bush em sua primeira reunião com Putin na Eslovênia, em junho de 2001: "Olhei o homem nos olhos e o achei muito direto e confiável… Pude ter uma noção de sua alma. Ele é um homem que está profundamente comprometido com seu país e com os melhores interesses de seu país".

Em parte, Bush tinha razão.

A vitória de Putin no campo de batalha deve ter um significado pequeno diante das consequências que ele e o povo russo terão de enfrentar.

Em desvantagem, o acidente moveu algumas peças para colocar em xeque a economia russa. E, ainda que as sanções de alta complexidade demorem algum tempo para surtir efeito em seu conjunto, o objetivo é desencadear uma crise bancária, sobrecarregar as reservas financeiras de Moscou e levar a economia russa a uma profunda recessão ou ruína.

Como o poderoso Império Romano ruiu paulatinamente com a crise do sistema escravista, a estagnação comercial, a diminuição da produção agrícola etc., espera-se também a derrocada do império Putin.

Putin não apenas subestimou os ucranianos como subestimou todo o resto do mundo.

É preciso lembrar que, durante duas décadas de poder, o mandatário russo encontrou pouca resistência e até aquiescência do Ocidente, que financiou seu projeto militar e chancelou seus atos. E, diga-se, mesmo agora em meio a sanções, o Ocidente está enviando centenas de milhões de dólares diariamente para pagar o gás russo.

Contudo, seus ataques implacáveis com mísseis atingindo alvos civis e ameaças a outros países europeus não poderiam ter comunicado mais claramente ao Ocidente que essa é uma luta entre o "bem e o mal", embora o "bem e o mal" sejam relativos.

E isso, obviamente, nos leva a uma questão fundamental, a de como podemos prevenir guerras.

Para usar uma frase da escritora Nancy Koehn, "toda crise é uma boa sala de aula". E essa guerra, escancaradamente russa, nos ensinou que há uma nova relação de interconexão e interdependência global, muito além de uma mesa gigante de onde um autocrata vomita ordens para aumentar a sua esfera de influência à base da força e colocar em risco o mundo. A parte agora pode ser rapidamente o todo.

OVO DA SERPENTE

Não mais vivemos em um aquário. E uma guerra econômica nas proporções da atual é a primeira vez que vemos. Dará certo?

Esperamos apenas que o ovo da serpente, como o que gerou a Segunda Grande Guerra, não esteja sendo gestado.

**Empreendedor e advogado*

Adriano Vizoni - 26.jan.21/Folhapress

Arthur do Val, 35
Nascido em São Paulo, está em seu primeiro mandato como deputado estadual pelo Podemos. Foi expulso do DEM e passou pelo Patriota. É membro do MBL. Ficou em quinto lugar (9,78%) na eleição para a Prefeitura de SP em 2020 e foi o segundo deputado estadual mais votado em 2018, com 478 mil eleitores. Em 2015, abriu o canal "Mamãe Falei" no YouTube, onde fazia provocações à esquerda e pregava liberalismo econômico. Formado em engenharia química, atuou no comércio e distribuição de resíduos metálicos e gerenciou um estacionamento

Arthur do Val

Não é justo que o MBL sofra consequências de um erro só meu

Deputado estadual anuncia afastamento do grupo após declaração misógina e diz ter ficado chateado com Moro

Não é justo que Rubinho, Kim, Moro paguem pelo meu erro. Eu desci do avião, já chegaram para mim e falaram: Moro já declarou publicamente que não te apoia mais

“

Existem duas coisas. O erro existe. E existe a extrapolação do erro. Existem pessoas genuinamente decepcionadas comigo porque imaginam que eu fui fazer turismo sexual

O que me ferrou mesmo, me tirou o chão, acabou comigo, foi [perder] minha namorada. Imagina ela ouvindo falar sobre essas coisas. Eu fiquei sabendo [do término] pela internet, mas eu até tomo cuidado ao falar isso, porque não é culpa dela

ENTREVISTA

Carolina Linhares

SÃO PAULO O deputado estadual Arthur do Val (Podemos) afirmou que irá se afastar do MBL (Movimento Brasil Livre) e se defendeu de uma possível cassação na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Arthur, que retirou sua pré-candidatura ao Governo de São Paulo, disse ainda que não pensou sobre seu futuro político e que, no momento, só está preocupado com o fim do seu namoro com a enfermeira Giulia Blagitz.

O deputado, que foi ao conflito na Ucrânia na semana passada, enviou áudios a amigos dizendo que as ucranianas são "fáceis" por serem pobres —e que a fila de refugiados da guerra tem mais mulheres bonitas do que a "melhor balada do Brasil".

Conhecido como Mamãe Falei por seu canal no YouTube, Arthur é alvo de pedidos de cassação e de expulsão do Podemos, que tem o ex-juiz Sergio Moro como pré-candidato à Presidência. Na entrevista, Arthur diz ter ficado chateado com a reação do ex-juiz, que disse que não dividiria mais o palanque com ele.

*

Quando o sr. ficou sabendo do vazamento dos áudios? Eu estava entrando no voo, de Viena para Frankfurt. Liguei no wi-fi do aeroporto e ligou uma pessoa querendo confirmar a autenticidade do áudio. Só que eu estava entrando no voo e perdi o wi-fi. Fiquei duas horas no voo. Só que, quando eu saí desse voo, nós já saímos atrasados para o outro. Tinha que ter um atestado da Anvisa [declaração sobre Covid], que eu não tinha. Eu tive que entrar na internet para pegar e preencher. Quando entrei na internet, meu celular, assim, parecia uma enxurrada de mensagem. Então foram 30 segundos que eu tive para dar uma olhadinha no que tinha acontecido e entrar no no segundo voo. Quando eu entrei, perdi o sinal.

Imagina, eu fiquei dentro do voo, sem sinal, olhando aquela enxurrada de mensagens no WhatsApp dizendo "acabou". Jornalista me perguntando. Nossa, foi o pior dia da minha vida.

O sr. mandou esse áudio em que contexto e para qual grupo? Foi uma uma idiotice gigantesca que eu fiz. Estava há três dias em tomar banho, sem dormir, sem comer, sem beber, sem nada. Quando eu saí da Ucrânia e entrei na Eslováquia, o clima era outro, o clima era bom. As pessoas estavam felizes. Eu não eu não vou falar que era uma comemoração, mas é um alívio. As pessoas estavam entregando chá, café, comida, cobertor. Uns com os outros, gente tudo quanto era nacionalidade. E eu comecei a responder várias conversas. Aí num grupo perguntaram: mas e aí, elas são bonitas? Aí eu mandei aqueles áudios. Eu nem sou aquela pessoa, esse é o problema. Eu perdi minha namorada por uma coisa que eu falei e eu não fiz. É uma sensação horrorosa.

O sr. mandou os áudios para quais amigos? Mandei o áudio num grupo de futebol que não tem nada a ver com isso. Foi uma atitude imatura.

Eu não quero justificar isso como cancelamento ou politicamente correto, não. Eu errei. Ponto. Mas psicologicamente... E até no áudio eu misturo um monte de coisas. As coisas estavam tão misturadas na minha cabeça, que eu misturei tudo.

Existem dois tipos de pessoas que estão decepcionadas comigo e que estão me atacando. As pessoas hipócritas.

Por exemplo, o Lula já falou coisas muito piores. Tem um cara que foi pego com dinheiro na bunda e beleza, né? E da mesma forma o Bolsonaro falou de fazer turismo sexual aqui, só não podia ser gay. Muitas vezes eles querem dar demonstrações públicas de virtude sobre a desgraça dos outros.

Agora existe um outro grupo de pessoas que estão genuinamente decepcionadas comigo. Esse é que é difícil. É ruim de pensar porque essas pessoas não sabem o que aconteceu e elas não tem culpa de não saber. Quando os áudios vazaram, as pessoas tiveram a impressão de que o Arthur foi para Ucrânia e está mandando um monte de áudio que ele está curtindo, que ele está se aproveitando de refugiadas em situação de vulnerabilidade. Isso machuca, porque não é isso.

No final do dia, sinto... Abrindo o coração para você, tá? O que me ferrou mesmo, me tirou o chão, acabou comigo foi [perder] minha namorada. Imagina ela ouvindo falar sobre essas coisas. Eu fiquei sabendo [do término] pela internet, mas eu até tomo cuidado ao falar isso, porque não é culpa dela. Não quero que escreva de uma forma que pareça: nossa, olha o que ela fez com ele. Eu sempre fui acostumado a enfrentar meus oponentes e está tudo certo. Agora perder a namorada assim? Acertar no pessoal é fogo.

Já falou ou esteve com ela desde que chegou? Tentei, mas não quero [fazer] parecer que ela é uma pessoa cruel. Ela está no espaço dela, no tempo dela. Eu não quero falar mais nada, porque não tenho autorização de expor a vida de uma pessoa que não escolheu isso.

O sr. não considera que as pessoas estejam decepcionadas não por terem imaginado que o sr. fez turismo sexual, mas pelo conteúdo dos áudios em si? Sim, com certeza. Existem duas coisas. O erro existe. E existe a extrapolação do erro. Existem pessoas genuinamente decepcionadas comigo porque imaginam que eu fui fazer turismo sexual. Então é uma outra camada de problema ainda. Existe a camada do problema de coisas que eu não fiz e existe a camada de problemas de coisas que eu realmente fiz. Em nenhum momento eu tentei negar que mandei aqueles áudios.

Quando eu desci no Brasil, um cara já passou e me chamou de pedófilo. Eu falei meu Deus, meu Deus! O que está acontecendo? A maior parte das pessoas se decepcionou com um áudio que é real, que é meu. Eu tenho vergonha do que eu fiz.

O sr. diz que não é essa pessoa [dos áudios], mas como uma pessoa que não é assim manda esses áudios? Nós temos um problema que é o seguinte: é um contexto. Eu ficar falando disso vai ficar parecendo que estou relativizando. Não tem perdão, não existe justificativa. Mas eu não sou uma pessoa que admira ou fala esse tipo de bobagem. As pessoas que convivem comigo sabem. Foi uma idiotice completa.

O que imagina para sua carreira política no futuro? Ela está encerrada? Nem sei te responder isso. Estou com uma muralha na minha frente que me impede de fazer qualquer outra coisa. Eu não falo da minha vida pessoal, mas dessa vez não tem como.

Eu retirei a candidatura porque eu não tenho direito de atrapalhar ninguém. Não é justo que Rubinho, Kim, Moro paguem pelo meu erro. Eu desci do avião, já chegaram para mim e falaram: Moro já declarou publicamente que não te apoia mais.

O sr. ficou chateado com ele? Lógico né? Nem viu o que tinha acontecido. E eu sou recebido com uma notícia dessa. Mas eu não julgo também. Eu não posso julgar. Uma coisa é a minha sensação. A outra coisa é a realidade.

A minha sensação é de frustração, de tristeza da parte dele. Outra coisa são os fatos. E o fato é que nós ainda temos um país que está aí na beira de ter Lula ou Bolsonaro. Se eu estou atrapalhando a missão [de Moro], será que eu não faria o mesmo [que ele fez]? Será que faria diferente? Eu hoje te falaria diferente.

E a notícia de que Rubinho pode vir a ser candidato do Podemos em SP? Fiquei sabendo agora por você.

Cogitou sair do MBL para preservar o movimento? Sim, eu vou fazer isso. E eles não sabem. Estou te falando agora.

Vai se afastar ou vai sair de vez? Eu não sei. Eu só quero me afastar, eu só quero que as pessoas não sofram as consequências do que eu fiz.

Concorda com a avaliação de que o MBL acabou? Não, de jeito nenhum. O MBL tem um trabalho maravilhoso. Imagina, nada apaga o que o MBL fez. O que o Kim Kataguiri tem a ver com isso? O que a Adelaide Oliveira tem a ver com isso? Fui eu. Eu. Sozinho.

Acha que vai perder o mandato e/ou vai ser expulso do partido? Sinceramente, eu não parei para ver isso.

Cogitou se desfiliar do Podemos ou desistir do mandato? Conversou com a Renata Abreu, presidente do Podemos? Foi uma conversa superimprodutiva porque eu não tenho cabeça. Se você perguntar o que conversamos, eu nem saberia te dizer. Minha cabeça está em outra coisa.

Se o sr. perder o mandato ou não tiver legenda para concorrer à reeleição, o fim da carreira política vai te abalar? Eu nunca pensei em política como algo de longo prazo, como uma carreira. Essa eleição que eu ia disputar este ano era uma eleição majoritária completamente desconfortável. Eleição confortável é ir para a proporcional.

Se eu estou atrapalhando a missão e eu sair, me cassarem, eu só vou ficar com o questionamento: que país é esse? Porque Lula falou coisas muito piores e está aí líder das pesquisas. Bolsonaro também. Meu mandato é irretocável. O que eu errei fui eu pessoalmente. Se isso for suficiente para me cassar e me tirar os direitos políticos por oito anos, aí também não quero mais nada. Que país é esse?

O sr. sempre foi um deputado que comprou brigas com colegas na Alesp, que não teve um grupo político. Esse isolamento agora cobra seu preço? Se fosse outro deputado, os colegas talvez relevassem? Se isso cobra o preço, é claro que sim. O Fernando Cury [na época no Cidadania] assediou de verdade a Isa Penna [PSOL]. Não é que ele mandou um áudio falando. E ele teve uma punição de seis meses [de suspensão]. Eu vou ser cassado por um áudio? Houve o erro. Eu errei. Agora, é claro que parte dessa consequência política de cassação é por eu ser quem eu sou. Por eu ser solitário, um cara que nunca se misturou e sempre incomodou todo mundo.

Todo mundo queria um motivo para me cassar desde o dia um. E eu dei um pretexto para falarem... Eles podem fazer isso. Claro que isso é péssimo. Eu me arrependo? De jeito nenhum, não me arrependo do que eu fiz no meu mandato. Pelo contrário, tenho muito orgulho. Eu sozinho travei o aumento para os fiscais de renda, o auxílio de Natal, o contrato de publicidade da Alesp. O PSOL está querendo me cassar em três dias. Tem um deputado que tentou me bater no plenário, não deu nada. E um áudio meu vai dar cassação em três dias? É desproporcional.

Podemos inicia processo de expulsão do deputado

O Podemos anunciou, nesta segunda-feira (7), a abertura de procedimento disciplinar para expulsar do partido o deputado estadual Arthur do Val (SP). Segundo o partido, Arthur do Val terá cinco dias para apresentar uma defesa, de acordo com o regimento interno. Esgotado esse prazo, o processo segue para parecer conclusivo pela Comissão de Ética e Disciplina da legenda. Caberá recurso para a Comissão Executiva Nacional dentro do mesmo prazo. Em nota, o Podemos afirma que recebeu o pedido de expulsão de Arthur do Val no domingo (6).

Caso Arthur do Val agrava crise no MBL e põe em xeque futuro do grupo

Movimento fica com expansão ameaçada por falas do deputado e enfrenta pressão no Podemos

Artur Rodrigues, Carolina Linhares e Joelmir Tavares

SÃO PAULO A repercussão das falas de cunho sexista do deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei (Podemos-SP), terá impacto no projeto político do MBL (Movimento Brasil Livre), do qual ele é um dos principais líderes. A nova crise se soma a uma série de reveses que o grupo sofreu nos últimos anos.

Além da retirada de sua pré-candidatura a governador de São Paulo, anunciada horas após a revelação dos áudios com conteúdos ofensivos a mulheres na guerra na Ucrânia, o episódio interferiu na relação do movimento com o presidenciável Sergio Moro (Podemos), que tenta se descolar do escândalo.

O MBL promoveu uma série de adaptações de discurso e imagem desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PL), que recebeu forte apoio do grupo, e vinha traçando um ambicioso plano para a próxima década, que passava pela eleição e fortalecimento de quadros em São Paulo.

Depois de romper com o atual governante em 2019 e fazer um mea-culpa sobre sua parcela de responsabilidade na radicalização do debate público no país, a entidade vive um momento agudo de "cancelamento" na opinião pública e de indefinição sobre o futuro imediato de seus líderes.

Com o reposicionamento, a ideia era figurar como catalisador de setores contrários simultaneamente ao bolsonarismo e ao petismo. Não à toa, o congresso anual do MBL, em novembro, virou uma ode à terceira via na corrida presidencial, com a presença de postulantes da centro-direita.

A maré negativa já estava em andamento desde o mês passado, depois que o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) se envolveu em controvérsia ao dizer, em entrevista a um podcast, que a Alemanha errou ao criminalizar o nazismo. Sob pressão de Moro e aliados, pediu desculpas.

A adesão do MBL à candidatura do ex-juiz, até então tratada como um trunfo na aproximação com o eleitorado jovem e na estratégia de mobilização das redes, acabou se tornando uma dor de cabeça para o presidenciável.

Como parte do acordo, a organização alojou algumas de suas principais lideranças, inclusive Arthur, no Podemos. Apesar da estratégia de marketing para valorizar sua dimensão, o MBL já tinha dado mostras de perda de fôlego com o fiasco de um protesto pelo impeachment de Bolsonaro em setembro de 2021.

Entre uma metamorfose e outra, o movimento perdeu um de seus integrantes mais midiáticos, o vereador da capital Fernando Holiday (Novo), que anunciou sua saída em janeiro de 2021. Ele, que é gay, cobrava mais espaço para a pauta LGBTQIA+.

Apesar de tropeços aqui e ali, o grupo vinha demonstrando força no âmbito eleitoral. Com seus principais cabeças abrigados dentro de partidos —como DEM e, mais recentemente, Patriota, até o desembarque em peso no Podemos—, colheu resultados significativos, como os 9,8% dos votos válidos de Arthur na disputa para prefeito da capital paulista em 2020.

O desempenho era tratado pelos principais articuladores como indício de que o grupo estava no caminho certo em sua trajetória de expansão.

Sob pressão, com pedidos de cassação do mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo e de expulsão do partido por parte de alas rivais e correligionários escandalizados com o teor das mensagens, Arthur desistiu da disputa pelo Palácio dos Bandeirantes, em boa medida, para preservar Moro.

O MBL tenta agora emplacar outro de seus líderes, o vereador da capital Rubinho Nunes, como o candidato do Podemos no estado. Ele, que inicialmente seria lançado para deputado federal, não quis falar sobre o episódio envolvendo Arthur —limitou-se a divulgar nota do movimento repudiando as falas.

Pré-candidato do Novo a governador, o deputado federal Vinicius Poit diz que tem visto nos últimos dias uma migração na direção dele de eleitores que pretendiam votar no membro do MBL. "Acho que posso alcançar nas próximas pesquisas de 4% a 5% das intenções", afirma.

Para Poit, ele e Arthur navegam "em uma raia muito parecida do eleitorado", por isso a saída do rival do páreo o fortalece. "Somos a única candidatura que vai contra o sistema e não usa o fundo eleitoral."

O prefeito de Itapevi, Igor Soares (Podemos-SP), que largou a presidência estadual do partido por discordar da candidatura de Arthur, diz que sempre foi crítico do estilo do deputado youtuber e que agora o movimento está sendo vítima de campanha semelhante às que promoveu.

"O MBL sempre tratou suas decisões com radicalismo e muito ataque. Fizeram assim com Bolsonaro e a esquerda. Precisam respeitar para serem respeitados."

Ele e outros quatro prefeitos da legenda em São Paulo enviaram à sigla um pedido de expulsão de Arthur. Para Soares, que defende apoio a Rodrigo Garcia (PSDB), a proposta de ter Rubinho Nunes como o postulante ao governo não deve prosperar.

"Temos que ter uma candidatura com experiência, e ele está no seu primeiro mandato de vereador. É um egoísmo por parte do MBL. Está parecendo que não é um projeto para melhorar o estado, mas um projeto de poder deles."

O futuro político de Arthur se tornou incerto. A cúpula do movimento, porém, minimiza as especulações sobre o fim de seu projeto político e diz que o MBL não se alimenta de eleições e tem condições de encarar as críticas vindas de membros do Podemos, por exemplo.

Há uma ponta de ressentimento pelo fato de Moro ter condenado a atitude do ex-aliado sem nem ouvi-lo, já na sexta (4). Apesar disso, porta-vozes compartilham a impressão de que o "cancelamento" de Arthur pode durar pouco —em torno de uma semana.

A prioridade agora, dizem, é restabelecer a verdade —esclarecer que o deputado não fez turismo sexual na Ucrânia e que é uma pessoa honesta. O deputado pediu desculpas aos colegas e cogitou deixar o MBL. A questão, contudo, não foi deliberada. À Folha ele disse que vai se afastar do movimento. "Eu só quero que as pessoas não sofram as consequências do que eu fiz."

Desafeto de parlamentares da esquerda à direita, Arthur pode ter dificuldade para atenuar uma punição na Casa.

Nesta terça (8), o movimento deve se reunir para tratar do tema. Arthur e Kataguiri tendem a submergir temporariamente. No período eleitoral, devem ganhar espaços, além de Rubinho, nomes como Renato Battista e Amanda Vettorazzo, que miram a Assembleia de São Paulo.

Os integrantes do movimento que já se manifestaram sobre o caso da Ucrânia seguem o exato roteiro da nota oficial do MBL. Criticam as falas do deputado, mas ressaltam as doações realizadas no país, motivo principal da viagem.

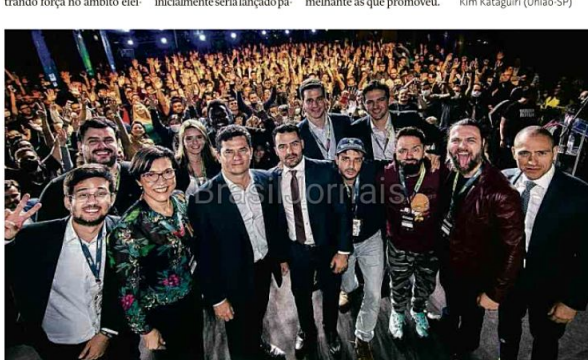
Raio-X

MBL (MOVIMENTO BRASIL LIVRE)

Ano de fundação
2014

Histórico Surgido como um movimento em defesa do liberalismo, convocou protestos contra o PT e pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Desde 2016 tem braços na política institucional, com membros eleitos com o apoio do grupo

Principais líderes
Kim Kataguiri, Renan Santos, Arthur do Val

Membros com mandato
Quatro vereadores, entre eles Rubinho Nunes (Podemos-SP); um deputado estadual, Arthur do Val, o Mamãe Falei (Podemos-SP); um deputado federal, Kim Kataguiri (União-SP)

Integrantes do MBL ao lado do ex-juiz Sérgio Moro durante evento do movimento Divulgação MBL

FOLHA EXPLICA

Deputado é alvo de 11 pedidos de cassação; entenda o caminho

Géssica Brandino e Bruno B. Soraggi

MOGI DAS CRUZES (SP) E SÃO PAULO O deputado Arthur do Val (Podemos), conhecido como Mamãe Falei, deve começar a responder nesta semana, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), a representações que podem levar à perda de seu mandato.

Onze pedidos que solicitam a punição do deputado foram protocolados na Casa. Um deles foi assinado por 17 parlamentares da Assembleia e entregue nesta segunda-feira (7).

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Alesp vai se reunir às 10h de quarta (9), quando deve começar a debater o assunto. A presidente do grupo, deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), diz que espera que a tramitação seja célere, com a conclusão dentro de dois meses no órgão.

A partir disso, o caso segue para o plenário da assembleia, onde precisará do voto da maioria dos deputados para que o Arthur do Val perca o mandato.

*

O que pedem as representações contra Arthur do Val?

Até o momento, há 11 representações contra o parlamentar —e todas pedem a cassação do mandato.

O primeiro pedido foi protocolado pela deputada estadual Isa Penna (PSOL), que no final de 2020 foi apalpada por Fernando Cury, punido com suspensão de seis meses. Os deputados Altair Moraes (Republicanos), Gil Diniz (PL), Sargento Neri (Solidariedade), Luiz Fernando (PT), Major Mecca (PSL) e Janaina Paschoal (PRTB) também fizeram representações individuais.

As representações feitas pelos deputados petistas Professora Bebel e Emídio de Souza pedem que o caso seja apurado de acordo com o artigo 7º do Código de Ética da Casa, que lista todas as punições possíveis, entre elas a cassação, defendida por ambos em entrevista à Folha.

"É um crime contra a honra de mulheres. Quando ele fala da ucraniana, eu personifico em todas as mulheres e em véspera do Dia das Mulheres. Uma total falta de respeito", diz Bebel. "Esse é um caso de cassação: não pode ter chance."

Já Emídio diz se tratar de "um caso que fala por si e não depende nem de avaliação".

"É evidente a gravidade da mensagem do deputado, a ofensa contra as mulheres ucranianas e contra todas as mulheres e à consciência humana. É uma coisa muito grave o que ele fez, então o pedido é para que seja cassado o mandato dele", afirma.

Há também pedidos coletivos de cassação. Um deles foi assinado por 17 deputados de diferentes perfis ideológicos, inclusos alguns autores das representações individuais.

A OAB-SP também protocolou um pedido de cassação de Arthur do Val. A entrega do documento, feita à presidência da Casa, foi precedida por uma marcha contra a misoginia organizada pela entidade na Assembleia Legislativa de São Paulo. O ato cobra que a Alesp tome providências para punir o deputado.

O deputado já foi punido antes na Assembleia?

Sim. A punição mais recente foi definida em fevereiro pelo Conselho de Ética, que decidiu que o deputado deverá ser advertido por pagar salário a um assessor em um dia que ele não estava trabalhando. Na próxima reunião, ele será convocado para receber a punição. Em 2019, o colegiado havia aplicado advertência verbal a Arthur do Val, após ele chamar colegas de "vagabundos" durante uma sessão.

Como funciona a tramitação do processo no Conselho de Ética da Alesp?

O primeiro passo é o recebimento das representações pela presidente do colegiado.

Depois disso, a comunicação é feita aos nove deputados que integram o Conselho, e o deputado alvo será notificado. Arthur do Val terá um prazo de cinco sessões do plenário para apresentar a chamada defesa prévia.

A próxima etapa é a convocação de uma reunião do conselho para que os deputados julguem a admissibilidade das representações, que poderão ser unificadas.

Arthur do Val terá então um novo prazo de cinco sessões para apresentar a defesa de mérito no processo. Após esse prazo, é definido o relator, responsável pela formulação de um parecer que será votado pelo colegiado. Geralmente, esse documento é elaborado dentro de 15 dias.

"Minha preocupação é dar celeridade respeitando o regimento e esperamos que em dois meses possamos resolver essa questão. Claro que ele pode criar mecanismos jurídicos, mas no tocante ao Conselho de Ética vou seguir rigorosamente os prazos", diz a deputada Maria Lúcia Amary, que preside o colegiado.

O que é preciso para que o deputado seja punido?

É necessário maioria simples para que a punição contra o deputado seja aprovada pelo Conselho de Ética, que tem nove membros efetivos, além do corregedor. Em caso de empate, a presidente do colegiado pode definir a votação.

O parecer aprovado é encaminhado para votação em plenário, onde precisa da maioria simples para ser aprovado. A Assembleia tem 94 deputados, então isso significa que seria necessário o aval de pelo menos 48 parlamentares.

Como deve ser a avaliação do caso plenário?

O presidente da Assembleia Legislativa, Carlão Pignatari (PSDB), se comprometeu a pautar o processo de cassação do deputado Arthur do Val no plenário "tão logo" o Conselho de Ética chegue a uma decisão sobre o caso.

Em nota oficial, o deputado disse que a atitude de Mamãe Falei é "inaceitável e que será tratada com rigor e seriedade pelas esferas de investigação do Parlamento".

A deputada Isa Penna (PSOL) também avalia que o processo vai ser rápido. "Existe muita pressão dentro da Assembleia [por causa das falas sexistas do deputado]."

A mesma percepção é compartilhada por outros deputados ouvidos pela Folha, que avaliam que o histórico de Arthur do Val na Casa pesa contra ele neste momento e impedirá uma eventual blindagem.

"Ele é reincidente nessa questão de agressividade. Ele é desrespeitoso com todo mundo, inclusive com deputados e deputadas, então acho que esse caso tem menos possibilidade de manobra do que houve no outro [Fernando Cury]", diz Emídio, que foi relator no caso da deputada do PSOL.

Quais as outras possibilidades de punição?

Além da cassação do mandato, pena mais grave, o deputado também pode ser suspenso por um período determinado, o que também dependeria do aval no plenário. No caso de penalidades mais leves, como advertência e censura, a punição é aplicada diretamente pelo próprio Conselho.

mundo guerra na ucrânia

Putin apresenta lista de condições para acabar com guerra na Ucrânia

Porta-voz diz que russo quer rendição militar, neutralidade e reconhecimento da Crimeia e do Donbass

Igor Gielow

SÃO PAULO A Rússia de Vladimir Putin listou pela primeira vez as condições que apresentou à Ucrânia para acabar com a guerra que devasta o país vizinho há 12 dias.

Em uma entrevista à agência Reuters, por telefone, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que a operação "acaba em um instante" se Kiev se render militarmente, mudar sua Constituição para garantir que nunca irá aderir à Otan (aliança militar ocidental) ou à União Europeia, reconhecer a Crimeia anexada em 2014 como russa e as ditas repúblicas separatistas do Donbass, no leste, como independentes.

Segundo Peskov, os negociadores russos já informaram aos ucranianos seus termos na semana passada, quando fizeram duas reuniões na Belarus. Uma terceira rodada ocorreu nesta segunda-feira (7), mas segundo os enviados de Kiev resultou apenas em pequenos avanços na coordenação para a criação de corredores humanitários.

O negociador-chefe russo, o ex-ministro da Cultura Vladimir Medinksi, foi mais direto e disse que a conversa "não está à altura das expectativas de Moscou", um eufemismo para a rejeição dos termos.

"Esperamos que na próxima vez tenhamos um avanço mais significativo", disse. Na próxima quinta (10), os chanceleres dos dois países devem se encontrar na Turquia. Enquanto isso, os combates se intensificaram em torno de Kiev, levando a temores de que o esperado ataque à capital com blindados se materialize.

Peskov afirma que não haverá exigências territoriais adicionais a serem feitas pelo Kremlin, o que não condiz com o mapa que se desenha no solo ucraniano, particularmente com o estabelecimento de uma ponte terrestre entre o Donbass e a Crimeia, base da Frota do Mar Negro russa.

Se a cidade de Mariupol, sob intenso cerco e objeto da discussão acerca de corredores humanitários, cair, tal ligação está estabelecida. E as forças de Putin lutam para chegar até Odessa, o maior porto ucraniano. Se conseguirem, apesar dos reveses no caminho no fim de semana, podem isolar o país do mar.

"Nós realmente estamos acabando a desmilitarização da Ucrânia. Vamos acabá-la. Mas a principal coisa é a Ucrânia cessar sua ação militar. Aí ninguém vai atirar", disse Peskov. Em outras palavras, o Kremlin quer a rendição dos ucranianos, algo que o governo de Volodimir Zelenski rejeita. No sábado (5), Putin havia dito que a Ucrânia corria o risco de deixar de ser um Estado soberano.

"Eles devem fazer emendas à Constituição de acordo com as quais a Ucrânia irá rejeitar entrar em qualquer bloco", afirmou sobre a neutralidade. A frase é importante, pois "qualquer bloco" indica não só o temor decantado dos russos de ter um país enorme membro da Otan junto às suas fronteiras, mas também o desejo de evitar que a União Europeia transforme a Ucrânia em uma vitrine do tipo de democracia que possa inspirar opositores de Putin na Rússia.

Peskov disse que "seria uma questão de tempo" ver mísseis intermediários e outras armas ofensivas colocadas numa Ucrânia que fizesse parte da Otan. "Tivemos de agir." A questão da neutralidade estava no centro do ultimato feito aos EUA e à aliança ocidental.

No caso, o russo queria a garantia deles de que não trariam a Ucrânia para seu lado. O Ocidente rejeitou a ideia.

Em 2008, tal possibilidade levou o Kremlin a lutar uma guerra na Geórgia, vencida em cinco dias. As ações de 2014 na Ucrânia já seguiam essa lógica, já que o governo pró-Rússia de Kiev havia caído após não ter aceitado um acordo comercial com os europeus. Putin busca manter o cinturão que separa a Rússia de seus adversários, como fizeram antes o Império Russo e a União Soviética.

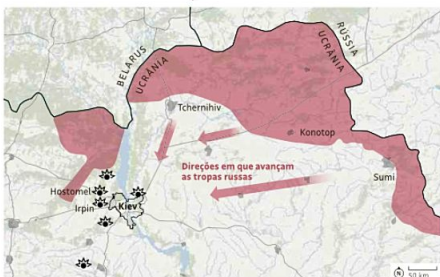
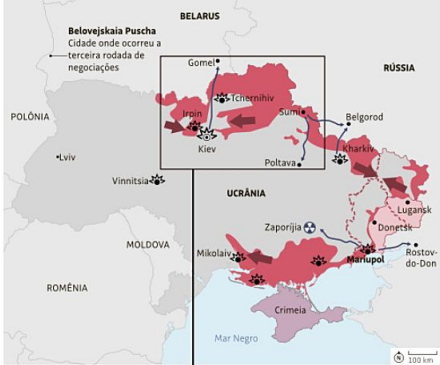
Por fim, as questões territoriais existentes. Que a retomada da Crimeia por Moscou em 2014 é um fato consumado, isso é admitido por qualquer diplomata ocidental. Fazer Kiev aceitar parece algo mais difícil. O mesmo se aplica às chamada "repúblicas populares" do Donbass, baseadas em Donetsk e Lugansk, lar de 4 milhões de pessoas, a maioria russófona, 800 mil delas com passaporte russo.

"De resto, a Ucrânia é um Estado independente que irá viver como quiser, sob as condições de neutralidade", disse. A Rússia reconheceu as duas regiões três dias antes do início da guerra. "Nós entendemos que elas seriam atacadas."

Ele não citou a "desnazificação" do vizinho, peça central da propaganda da guerra.

Ucranianas são vistas atrás de carro baleado na cidade de Mikolaiv, no sul do país Tyler Hicks/The New York Times

12º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
- Sob domínio dos separatistas e agora reconhecidas por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Anexada pela Rússia em 2014
- Incursões militares russas relatadas
- Ataques relatados
- Maior usina nuclear da Europa
- Corredores humanitários propostos pela Rússia, mas recusados pela Ucrânia

Fontes: BBC, Graphic News, The New York Times, Google Earth, Instituto para o Estudo da Guerra e The Guardian

Brasil fica fora da lista de países considerados hostis pelo Kremlin

O Kremlin divulgou nesta segunda (7) uma lista de países considerados hostis à Rússia. O Brasil, cujo presidente Jair Bolsonaro visitou Vladimir Putin na semana anterior ao início da guerra na Ucrânia e tem pregado neutralidade no conflito, não está nela. Entre os países considerados hostis, estão Austrália, Reino Unido, os 27 países da União Europeia, Islândia, Canadá, Noruega, Coreia do Sul, Singapura, Estados Unidos, Taiwan, Ucrânia, Suíça e Japão.

Kiev vê plano de corredores russos como imoral; diálogo pouco avança

SÃO PAULO A Ucrânia rejeitou nesta segunda (7) o anúncio feito pela Rússia para abertura de novos corredores humanitários. Antes, Moscou informou que planeja abrir caminho para que civis saiam do país com destino à Rússia ou à Belarus.

Segundo a vice-primeira-ministra da Ucrânia, Irina Vereschuk, a abertura das rotas para a Rússia ou para o país vizinho aliado de Moscou é uma tentativa de manipular a opinião internacional, sobretudo a do presidente da França, Emmanuel Macron, que telefonou ao líder russo, Vladimir Putin.

"[O corredor] não é uma opção aceitável", afirmou Vereschuk. "Espero que Macron entenda que seu nome e seu desejo sincero de ajudar estão na realidade sendo manipulados pela Federação Russa", argumentou.

Além de acusar Moscou de tentar manipular a opinião pública, o governo ucraniano classificou a iniciativa como "imoral" porque a Rússia se propõe a levar os civis para seu território.

"Essa é uma história completamente imoral. O sofrimento das pessoas é usado para criar a imagem desejada para a televisão. São cidadãos da Ucrânia, eles devem ter o direito de ser deslocados para o território da Ucrânia", disse um porta-voz do presidente ucraniano, Volodimir Zelenski.

Macron chamou de cinismo a proposta de Putin. Ele telefonou ao russo no domingo (6) pedindo cessar-fogo e recebeu como resposta a proposta dos corredores humanitários.

"Não é sério. É de um cinismo moral e político que me parece insuportável", disse o presidente ao canal de LCI. Para Macron, o gesto russo é hipócrita. "É um discurso que consiste em dizer 'vamos proteger as pessoas e levá-las a Rússia'. Pessoas estão morrendo, estão exaustas. E não conseguimos obter um cessar-fogo".

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, disse que exortou o Kremlin a "interromper imediatamente as hostilidades e assegurar passagem humanitária segura e acesso à assistência" na Ucrânia. Ele reiterou a solidariedade à Ucrânia, afirmando que o órgão deve discutir nos próximos dias o possível ingresso do país na UE —tópico contra os interesses do Kremlin.

O plano para cessar-fogo e a retirada de civis seria viabilizado, em tese, às 10h no horário de Moscou (4h no horário de Brasília).

Há desconfiança, porém, em relação à eficiência da operação. Dois acordos para cessar-fogo em Mariupol e Volnovakha falharam nos últimos dias, com ambos os lados se acusando de descumprir o combinado.

Um dos negociadores russos acusou a Ucrânia de cometer "crimes de guerra" ao rejeitar os corredores humanitários propostos por Moscou, tema principal da terceira rodada de negociações nesta segunda na Belarus. O encontro não teve desdobramentos significativos. A delegação russa disse que um quarto encontro deve ocorrer "em breve", sem revelar a data.

Moscou voltou a dizer que estabeleceria corredores em diversas cidades ucranianas nesta terça (8), na manhã local. As rotas não foram detalhadas; Kiev não se manifestou.

Com Reuters e AFP

Leia mais das págs. A14 a A16

Por que Vladimir Putin já perdeu esta guerra

Rússia pode conquistar a Ucrânia, mas ucranianos mostraram que não vão deixar os russos ficarem com ela

OPINIÃO

Yuval Noah Harari
Historiador israelense e autor de "Sapiens: Uma Breve História da Humanidade"

Menos de uma semana depois de iniciada a guerra, parece cada vez mais provável que Vladimir Putin caminha para uma derrota histórica. Ele pode vencer todas as batalhas, mas ainda perder a guerra.

O sonho de Putin de reconstruir o Império Russo sempre se baseou na mentira de que a Ucrânia não é uma nação de verdade, de que os ucranianos não são um povo de verdade e de que os habitantes de Kiev, Kharkiv e Lviv sonham em ser governados por Moscou. É uma mentira absoluta.

A Ucrânia é uma nação com mais de mil anos de história, e Kiev já era uma grande metrópole quando Moscou nem sequer tinha status de vilarejo. Mas o déspota russo já contou sua mentira tantas vezes que parece acreditar em si mesmo.

Quando planejou sua invasão da Ucrânia, Putin pôde contar com muitos fatos conhecidos. Sabia que, em termos militares, a Rússia supera a Ucrânia de longe. Sabia que a Otan não enviaria tropas para socorrer a Ucrânia. Sabia que a dependência europeia do óleo e gás russos faria países como a Alemanha hesitarem em impor sanções duras.

Baseado nesses fatos conhecidos, seu plano era atacar a Ucrânia com força e rapidez, decapitar seu governo, instalar um regime fantoche em Kiev e enfrentar sanções ocidentais.

Mas esse plano encerrava uma grande incógnita. Como os americanos foram descobrir no Iraque e os soviéticos aprenderam no Afeganistão, é muito mais fácil conquistar um país do que conservá-lo sob controle depois. Putin sabia que tinha o poderio suficiente para conquistar a Ucrânia. Mas será que a população ucraniana simplesmente aceitaria o regime fantoche de Putin? O líder russo apostou que sim.

Afinal, como explicou inúmeras vezes a quem estivesse disposto a ouvir, a Ucrânia não é uma nação de verdade e os ucranianos não são um povo de verdade. Em 2014, os habitantes da Crimeia praticamente não opuseram resistência aos invasores russos. Por que 2022 seria diferente?

Está ficando mais claro a cada dia que passa que Putin está perdendo a aposta. O povo ucraniano está resistindo com todas suas forças, ganhando a admiração do mundo inteiro —e ganhando a guerra. Muitos dias sombrios estão pela frente. Os russos ainda podem conquistar toda a extensão da Ucrânia. Mas para vencer a guerra, os russos teriam que conservar a Ucrânia em suas mãos, e isso eles só poderão fazer se os ucranianos permitirem. Parece cada vez mais improvável que isso aconteça.

Cada tanque russo destruído e cada soldado russo morto fortalecem a coragem dos ucranianos para resistir. E cada ucraniano morto intensifica o ódio que os ucranianos sentem dos invasores. O ódio é a mais cruel das emoções. Mas para nações oprimidas, é um tesouro oculto. Enterrado no fundo do coração, é capaz de conservar a resistência viva por gerações.

Para recriar o Império russo, Putin precisa de uma vitória relativamente sem sangue, que leve a uma ocupação relativamente isenta de ódio. Pelo fato de estar derramando mais e mais sangue ucraniano, Putin está garantindo que seu sonho jamais se realize. Não será o nome de Mikhail Gorbatchov que será inscrito na certidão de óbito do império russo: será o de Putin. Gorbatchov deixou russos e ucranianos sentindo-se como irmãos; Putin os converteu em inimigos e assegurou que de agora em diante a nação ucraniana se defina em oposição à Rússia.

Em última análise, as nações são erguidas sobre histórias. Cada dia que passa acrescenta mais histórias que os ucranianos vão relatar nas décadas ainda por vir. O presidente que se recusou a abandonar a capital, dizendo aos EUA que precisa de munição, não de uma carona; os soldados da ilha da Cobra que disseram "vá se f..." a um navio de guerra russo; os civis que tentaram barrar tanques russos. Esses são os relatos com os quais nações são construídas. No longo prazo, essas histórias valem mais que tanques.

O déspota russo deveria saber disso tão bem quanto qualquer um. Ele cresceu ouvindo histórias sobre atrocidades alemãs e a bravura russa no cerco de Leningrado. Agora ele está produzindo histórias semelhantes, mas tomando para si o papel de Hitler.

As histórias de bravura ucraniana fortalecem a determinação não apenas dos ucranianos, mas do mundo inteiro. Dão coragem aos governos de países europeus, à administração dos EUA e até aos cidadãos oprimidos da Rússia. Se ucranianos ousam barrar um tanque com suas mãos apenas, o governo alemão pode ousar lhes fornecer alguns mísseis antitanque, o governo americano pode ousar cortar o acesso da Rússia ao sistema Swift e cidadãos russos podem ousar manifestar publicamente sua oposição a esta guerra sem sentido.

Todos nós podemos ser inspirados a ousar fazer alguma coisa, quer seja fazer uma doação, acolher refugiados ou ajudar com a luta online. A guerra na Ucrânia vai moldar o futuro do mundo inteiro. Se deixarmos que a tirania e a agressão vençam, todos nós sofreremos as consequências. Não vale a pena continuar como meros observadores. É hora de dar um passo à frente e dar a cara para bater.

Infelizmente, é provável que esta guerra dure muito tempo. Assumindo formas diferentes, é bem possível que continue por anos. Mas a questão mais importante já foi decidida. Os últimos dias comprovaram que a Ucrânia é uma nação muito real, que os ucranianos são um povo muito real e que eles decididamente não querem viver sob um novo império russo. A questão que resta é quanto tempo será preciso para essa mensagem penetrar as muralhas do Kremlin.

Tradução de Clara Allain

> [...] Cada tanque russo destruído e cada soldado russo morto fortalecem a coragem dos ucranianos para resistir

Ucranianos cruzam ponte destruída ao fugir de Irpin, perto de Kiev Dmitri Kolkoff/AFP

Conflito tem começo mortífero para Rússia, com taxas semelhantes às da Segunda Guerra

Igor Gielow

SÃO PAULO O início da guerra na Ucrânia se mostrou mortífero para os invasores russos. A taxa diária de fatalidades supera a de conflitos como a primeira Guerra da Tchetchênia, e a proporção entre mortos e feridos segue o padrão da Segunda Guerra Mundial.

Essas são conclusões tiradas do único balanço oficial de baixas da guerra, cobrindo a primeira semana do conflito, que foi divulgado pelo Ministério da Defesa da Rússia na quinta-feira passada (3).

Dado o controle de informação na guerra informativa acerca do conflito no país de Vladimir Putin, é razoável supor que os números reais possam ser maiores.

Embora não devam ser tão dilatados quanto as estimativas ucranianas, também objeto de propaganda, que colocam as baixas adversárias em quase 10 mil soldados.

Usando apenas os números oficiais, Moscou perdeu 498 militares, e 1.597 ficaram feridos nos sete primeiros dias do conflito na Ucrânia, o que equivale a uma média de 71 mortes diárias.

Nos 630 dias da Primeira Guerra da Tchetchênia (1994-96), considerada o embate mais sangrento enfrentado pela Rússia após a Segunda Guerra Mundial, foram 8 mortos ao fim de cada jornada.

Naturalmente, é preciso cautela nessa comparação, pois operações militares têm fases distintas. Mas o dado chama a atenção porque há a percepção clara entre analistas de que Moscou não se arriscou muito nos primeiros dias da guerra, privilegiando ataques a longa distância.

Mais perturbadora, para a Rússia, é a proporção entre mortos e feridos. Nas Forças Armadas modernas, a taxa usual mira algo como 1 morto para cada 10 feridos.

Isso retrata a qualidade do material de proteção dos soldados, os primeiros socorros no campo e a rapidez de transferência para hospitais.

Na primeira semana da campanha ucraniana, o Kremlin viu uma taxa de 1 para 3,2, o que se assemelha mais ao desempenho nas forças da então União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial.

Ali, a taxa de baixas do Exército Vermelho foi de 1 para 2,57 nos anos em que participou da guerra, de 1941 a 1945. Naturalmente, dada a natureza do enfrentamento com a Alemanha nazista, a escala da violência é indescritível: foram 8.668.400 militares mortos e 22.326.905 feridos, segundo um estudo considerado definitivo feito pelo Ministério da Defesa russo em 1993.

São 5.650 mortos em uniforme por dia da guerra, que colheu 27 milhões de soviéticos, civis aí inclusos, 40% do total de baixas do conflito.

Os números acerca das mortes militares russas vão mudar, certamente. Mas demonstram um padrão que decorre de duas coisas. Uma, a resistência ucraniana, é claro. A outra, a ideia de que os soldados entraram na guerra sem uma coordenação precisa.

Isso é visível nos vídeos do início da guerra, mostrando soldados em unidades pouco protegidas entrando em cidades de forma exposta. Se isso foi erro ou tática deliberada para evitar resistências prévias à ideia de invadir um país considerado irmão por muitos russos, é algo impossível de saber neste momento.

O desempenho russo agora demonstra uma queda ante seu conflito direto anterior, quando lutou em 2008 para subjugar a pequena Geórgia, num embate com semelhanças de origem com o atual.

Naqueles cinco dias de guerra, cada jornada se encerrou com 13 soldados russos mortos.

Na primeira semana da invasão à Ucrânia, Moscou registrou...

498
soldados russos mortos

1.597
soldados russos feridos

71
soldados russos mortos por dia, em média

3,2
soldados russos feridos para cada militar do país morto

Fonte: balanço do Ministério da Defesa da Rússia divulgado na última quinta-feira (3)

A proporção para os feridos ficou em 1 para 4,3, um pouco pior do que aquela registrada no período de combates mais intensos da ocupação soviética do Afeganistão, de 1980 a 1985: 1 para 5, com cerca de cinco mortos por dia.

Aquela guerra na Ásia Central só acabaria em 1989. Nas duas décadas em que estiveram no mesmo Afeganistão, só para saírem derrotados com a volta do Talibã ao poder no ano passado, os EUA tiveram uma proporção de mortos/feridos de 1 para 8,6.

No engajamento mais mortal para norte-americanos no pós-guerra, o conflito no Vietnã, a taxa foi de 1 para 5,2. Na Guerra do Iraque (2003-11), um conflito que teve mais que o dobro de mortes americanas do que o do Afeganistão (4.572 ante 2.401), foi 1 para 7.

Esses dados são de fontes acadêmicas confiáveis, como o projeto Custos da Guerra, da Universidade Brown (EUA). No caso russo, o dado do Ministério da Defesa não inclui, presume-se, as baixas entre os separatistas pró-Kremlin do Donbass, no leste do país, ou na Guarda Nacional.

Fotos Marko Djurica/Reuters

Ucrânia vive 'crise de refugiadas' com homens retidos na guerra

Mulheres e crianças são maioria dos que cruzam a fronteira e estão mais sujeitas a exploração sexual e tráfico

Flávia Mantovani

SÃO PAULO Nas últimas duas semanas, o brasileiro Jorge Santos, 45, que mora em Cracóvia, atravessou a fronteira da Polônia com a Ucrânia duas vezes para resgatar pessoas que precisavam de carona para escapar da guerra. Uma cena não sai de sua cabeça: o drama das despedidas familiares na estação de trem de Lviv, com mulheres e crianças embarcando nos trens, enquanto maridos, pais e irmãos ficam nas plataformas.

"Isso me abateu demais. As crianças pequenas não querendo se separar dos pais, aquelas despedidas, essas cenas mexeram muito comigo", conta.

O êxodo ucraniano, o mais veloz da Europa em pelo menos três décadas, chegou a 1,7 milhão de refugiados nesta segunda (7), segundo o Acnur (Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas).

Com os homens de 18 a 60 anos proibidos de deixar o país para ficarem disponíveis para o combate, uma boa parte desse total é de mulheres e crianças —elas já somam meio milhão, segundo a embaixadora americana para a ONU, Linda-Thomas Greenfield.

A ONU e outras organizações ainda não divulgaram dados que permitam saber a proporção de mulheres entre os refugiados. Mas o testemunho de quem está no dia a dia nas fronteiras e em centros de acolhimento é unânime: o fluxo de mulheres é muito maior.

Trata-se de uma "crise de refugiadas", como definiu um brasileiro que morava na Ucrânia e saiu pela Polônia, em entrevista à **Folha**. O voluntário Jorge Santos confirma. "São muito mais mulheres na fila. Muitas crianças também, muitas pessoas idosas e alguns homens estrangeiros", diz ele.

Elas têm tido prioridade nos trens e nos centros de acolhimento dos países vizinhos.

Dados anteriores à invasão russa atual mostram que, desde a anexação da Crimeia pelo governo de Vladimir Putin, em 2014, as mulheres eram dois terços dos deslocados internos na Ucrânia —ou seja, daqueles que tiveram que deixar suas casas e se mudar para outras regiões dentro do país.

Nesta segunda-feira, o Comitê Internacional de Resgate (IRC) divulgou um relatório em que expressa "extrema preocupação com a segurança de mulheres e crianças que foram forçadas a deixar suas casas" na Ucrânia devido à guerra.

"Como em qualquer situação similar, mulheres podem ser vítimas de violência sexual, e em muitos casos levam crianças, também muito vulneráveis", diz à **Folha** Milan Votypka, coordenador de mídia da organização humanitária tcheca People in Need, que atua com refugiados da crise.

Segundo ele, os programas de acolhimento da guerra focam esses grupos vulneráveis.

O porta-voz do Acnur no Brasil, Luiz Fernando Godinho, diz que acolhimento e prevenção contra abusos se dirige também aos trabalhadores humanitários que lidam com refugiadas. "É preciso ter um olhar muito específico de proteção e prevenção contra a violência de gênero, incluindo exploração sexual."

Nesse contexto, na última sexta (4) vieram à tona áudios enviados a amigos pelo deputado estadual brasileiro Arthur do Val (Podemos-SP), conhecido como Mamãe Falei. Ele, que visitou a Ucrânia na semana passada, diz nas mensagens que as ucranianas são "fáceis" por serem pobres —e que a fila de refugiados da guerra tem mais mulheres bonitas do que a "melhor balada do Brasil".

Ao menos 11 pedidos de cassação já foram protocolados contra o político no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo por causa do episódio.

Segundo a mídia britânica, já há alertas para o tráfico de mulheres e crianças nas fronteiras da Ucrânia. Uma porta-voz da organização internacional Care afirmou ao jornal The Telegraph que gangues baseadas nos países vizinhos estão "prontas para se aproveitar da crise" na Ucrânia para traficar pessoas pela Europa.

O governo ucraniano denunciou também o suposto uso da violência sexual como arma de guerra, muito comum em conflitos, por militares russos.

"Quando bombas caem em suas cidades, quando soldados estupram mulheres nas cidades ocupadas —e temos muitos casos, infelizmente, quando soldados russos estupram mulheres em cidades ucranianas— é difícil, é claro, falar sobre a eficiência do direito internacional", disse o chanceler ucraniano, Dmitro Kuleba, em evento na sexta-feira na Chatham House, em Londres.

O ministro não deu nenhuma evidência para a afirmação, e agências como a Reuters não conseguiram verificar a alegação de forma independente.

A saúde das gestantes também é uma preocupação no conflito ucraniano. Estima-se que 80 mil mulheres devem dar à luz nos próximos três meses no país. "Para algumas, o parto será um risco de vida, em vez de uma experiência transformadora", diz um relatório do Unfpa (Fundo de População das Nações Unidas).

No último dia 3, a maternidade privada Adonis foi atacada nos arredores de Kiev. As pacientes e seus bebês foram levados para outro local em ônibus. Todos acabaram salvos.

Bulent Kilic/AFP

1 Ucranianos fazem fila na estação de Lviv para embarcar em trem em direção à Polônia **2** Crianças olham pela janela de vagão ao sair de Odessa **3** Mulher leva cachorro dentro da jaqueta ao tentar fugir do país, em Lviv **4** Avião da FAB decola em Brasília em voo humanitário para resgatar brasileiros em fuga da Ucrânia

Pedro Ladeira/Folhapress

UCRANOTAS

Anistia Internacional diz que Ucrânia abusa de prisioneiros de guerra

A Anistia Internacional criticou autoridades da Ucrânia nesta segunda-feira (7) por estarem usando a imagem de prisioneiros de guerra russos. De acordo com a ONG, soldados capturados estão sendo levados para entrevistas coletivas do governo ucraniano para que discursem sobre o papel que exerceram na invasão russa. "Qualquer aparição pública pode colocar os prisioneiros de guerra em risco quando estes retornarem para seu país de origem, além de criar uma situação problemática para suas famílias", afirmou Joanne Mariner, diretora do setor de respostas a crises da ONG.

Ao menos 9 morreram em 14 ataques contra hospitais, diz OMS

Bombardeios e explosões na guerra atingiram ao menos 14 hospitais e outros equipamentos de saúde na Ucrânia, disse a Organização Mundial da Saúde nesta segunda (7). Os ataques deixaram pelo menos nove mortos e 16 feridos, informou a entidade. Ao todo, 16 ataques foram reportados, mas a OMS não conseguiu confirmar dois deles, que teriam ocorrido já no primeiro dia da invasão russa. Segundo o relatório da OMS, os demais episódios ocorreram até quinta (3). Em reunião do Conselho de Segurança da ONU nesta segunda, o representante ucraniano afirmou, citando o Ministério da Saúde, que 34 hospitais foram destruídos por bombardeios russos até o domingo (6).

UE inicia análise de adesão da Ucrânia, Geórgia e Moldova

Os países da União Europeia concordaram nesta segunda (7) em dar início ao processo de adesão de Ucrânia, Geórgia e Moldova ao bloco. O processo, no entanto, é longo —costuma levar anos até ser concluído. A Comissão Europeia agora precisa apresentar um parecer sobre cada candidatura, e a adesão ao bloco exige o voto unânime dos 27 Estados-membros. Um dos motivos que levaram à eclosão da guerra na Ucrânia foram as aspirações do governo de Volodimir Zelenski de maior integração a órgãos ocidentais, mais especificamente à Otan, mas também à União Europeia. No último dia 28, quatro dias depois da invasão, Zelenski assinou um pedido formal de adesão, solicitando que o bloco analise a demanda ucraniana de forma urgente.

Guerra causou US$ 10 bi em dano à infraestrutura ucraniana, diz ministro

A Ucrânia já sofreu danos equivalentes a cerca de US$ 10 bilhões (R$ 50,9 bilhões) em sua infraestrutura do início da guerra até domingo (6), segundo o ministro responsável pelo setor, Oleksander Kubrabov. Ele afirmou que "a maioria das estruturas [danificadas] deve ser reparada em um ano, mas as mais difíceis [de reparação], em dois". Disse ainda que 40 mil pessoas já foram retiradas de Kharkiv, 2ª maior cidade do país. Segundo Vadim Denisenko, porta-voz do Ministério do Interior, 4.000 civis precisam ser removidos da região de Kiev.

Prefeito de Kiev é lenda do boxe e lidera ação anti-Rússia

Vitali Klitschko, no cargo desde 2014, joga xadrez e foi apelidado de Dr. Punho

Uirá Machado

SÃO PAULO "Não vamos nos render [...] Nossa maior motivação é defender nossas casas, nossas cidades, nossas famílias, nossas crianças", disse na quinta-feira (3) o prefeito de Kiev, Vitali Klitschko, casado há 26 anos e pai de três filhos.

Enquanto ele dava entrevista à agência de notícias Reuters, as tropas russas avançavam para tomar a maior usina nuclear da Europa. Na véspera, em vídeo postado nas redes sociais, Klitschko tinha mandado um recado: "Kiev resiste e resistirá".

Antes mesmo de o presidente russo Vladimir Putin determinar a invasão da Ucrânia, Klitschko já havia começado a organizar os 3 milhões de habitantes de Kiev. No começo de fevereiro, em entrevista à AFP, ele lembrou que serviu o Exército —o prefeito, aliás, foi um dos convidados do casamento, em meio à guerra, dos soldados Valeri e Lesia, ambos de Kiev, realizado neste domingo (6).

E, quando os russos deram início à guerra, Klitschko anunciou que pegaria em armas e lutaria no front ao lado de seu irmão Wladimir, que também se apresentou para o combate. "Não tenho outra opção", afirmou o prefeito.

Klitschko, 50, nascido em Belovodskoie, no Quirguistão, está à frente da gestão da capital ucraniana desde 2014. Ele foi eleito depois de ter se tornado um dos líderes dos protestos anti-Rússia de quase uma década atrás e menos de um ano após anunciar o fim de uma das carreiras mais vitoriosas e heterodoxas da história do boxe.

Com seus 2,01m e atuando na divisão dos pesos pesados (acima de 91 kg), Klitschko atropelou seus adversários desde a primeira vez que pisou num ringue como boxeador profissional, em 1996.

Ele venceu por nocaute 24 lutas seguidas, derrotando quase todos os oponentes em, no máximo, dois rounds. Na 25ª, em junho de 1999, disputou o título da Organização Mundial de Boxe. O resultado foi o padrão: vitória por nocaute no segundo round.

Quando se aposentou, o gigante ucraniano ostentava um cartel de 47 lutas, com 45 vitórias (41 por nocaute) e 3 títulos mundiais, somando mais de 7 anos com o cinturão. Sofreu apenas duas derrotas, ambas por contusão. Nunca foi derrubado e fez jus ao apelido, Dr. Punho de Ferro.

> Não vamos nos render [...] Nossa maior motivação é defender nossas casas, nossas cidades, nossas famílias, nossas crianças. Kiev resiste e resistirá
>
> **Vitali Klitschko**
> prefeito de Kiev

Mas Vitali Klitschko não reinou sozinho. Seu irmão Wladimir, 5 anos mais novo e 3 centímetros mais baixo, acumulou 12 anos como campeão mundial e ficou 11 anos invicto. Apelido? Dr. Martelo de Aço.

O título de "Dr." não é gratuito. Em 2000, já campeão mundial de boxe, Vitali defendeu sua tese de doutorado em ciências do esporte na Universidade de Kiev e se tornou o primeiro peso-pesado profissional a alcançar esse nível acadêmico. Wladimir seguiu os seus passos pouco depois.

Além disso, os dois brutamontes também são poliglotas (ucraniano, russo, alemão, inglês, um pouco de francês) e ambos adoram jogar xadrez.

Eles podem se enfrentar nos tabuleiros por diletantismo, mas jamais se confrontaram com luvas. De 2008 a 2013, dominaram os ringues e dividiram entre si os principais títulos. Se um dos Klitschkos competia em uma organização, o outro disputava as demais.

Em 2000, quando Vitali perdeu o cinturão para o americano Chris Byrd, Wladimir foi o primeiro desafiante do novo campeão e retomou o título para a família Klitschko.

Eles aprenderam desde cedo a cuidar um do outro. O pai, ex-general da Força Aérea Soviética, ensinou que irmãos devem se apoiar mutuamente e sempre saber como o outro está. Quando Vitali subia ao ringue, Wladimir estava do lado de fora, esperando com a toalha. E vice-versa.

Quando Vitali decidiu entrar para a política, Wladimir a princípio foi contra, mas nem por isso deixou de ajudar.

O mais velho dos irmãos tinha se impressionado com o musculoso Arnold Schwarzenegger, cujo pôster ficava decorando seu quarto na infância. Se um fisiculturista pode entrar para a política, por que não um pugilista?

Sua porta de entrada para o mundo político foi a Revolução Laranja, entre 2004 e 2005, uma série de manifestações realizadas contra supostas fraudes eleitorais na Ucrânia. Os Klitschkos se envolveram em graus distintos.

Vitali se tornou assessor de Viktor Iushchenko, político oposicionista que assumiu a Presidência da Ucrânia em 2005. O irmão Wladimir aproveitou que tinha feito uma ponta no campeão de bilheteria "Onze Homens e um Segredo" e coletou declarações de apoio de diversas celebridades do país.

A partir daí, Vitali Klitschko dividiu-se entre o mundo do boxe e o da política. Ele tentou se eleger prefeito de Kiev em 2006, mas acabou ficando em segundo lugar. Conseguiu, porém, um assento no Conselho Municipal, espécie de Câmara de Vereadores.

Quatro anos mais tarde, enquanto defendia o título mundial de boxe, ele achou tempo para fundar a Aliança Democrática Ucraniana pela Reforma, partido que defende a aproximação com a Europa.

Klitschko soube aproveitar bem sua fama no Ocidente para acumular um bom capital político para a agremiação, cujo acrônimo em ucraniano, Udar, significa "soco".

Durante os protestos anti-Rússia de 2014, usou sua notoriedade para se encontrar com líderes dos Estaods Unidos e de diversos países da Europa. Chegou a se lançar candidato a presidente, mas acabou desistindo a poucos meses da eleição, e disputando a Prefeitura da capital.

"A situação pede consolidação e unificação de esforços", discursou ele à época, durante a convenção do seu partido. "Isso só poderá ser alcançado se não dividirmos os votos entre candidatos democráticos."

Naquele pleito, ele apoiou o magnata Petro Poroshenko, que acabou vencendo a disputa com 54% dos votos.

Essa foi uma atitude incomum na política, com certeza, mas não para Vitali Klitschko, que nunca coube muito bem em estereótipos.

Vitali Klitschko (à esq.) cumprimenta os soldados Valeri e Lesia, durante casamento celebrado perto do front de batalha, em Kiev Genya Savilov - 6.mar.22/AFP

Polo da diáspora ucraniana, Nova York vira palco de protestos

Lúcia Guimarães

NOVA YORK "Somos todos ucranianos!", diz uma mulher que passava na calçada da Segunda Avenida ao ver, na porta de um prédio, cartazes que pediam apoio à Ucrânia e denunciavam a invasão liderada por Vladimir Putin.

Com cerca de 150 mil imigrantes ou descendentes, Nova York é a cidade com a maior comunidade ucraniana dos Estados Unidos, estimada hoje em 1 milhão.

A especulação imobiliária fez encolher o número de lojas e restaurantes frequentados por imigrantes e descendentes na Pequena Ucrânia, no East Village, ao sul da ilha de Manhattan. Mas assim que as bombas russas começaram a cair, a área virou cenário de protestos e manifestações de solidariedade.

A âncora da comunidade no Village é a igreja de St. George, um templo em estilo bizantino anexo à escola católica de mesmo nome. A igreja já recebeu padres brasileiros da numerosa comunidade ucraniana no sul do Brasil, e o mais recente é Cyril Isezuck, paranaense de Roncador, que consolava membros da paróquia em voz baixa, enquanto uma mulher lia orações em ucraniano ao microfone.

O padre diz que mal consegue explicar a experiência dos últimos dias. "Todos nós estamos sentindo uma grande dor no coração, mesmo nós, que não somos ucranianos de nascença, temos amor à pátria, somos binacionais."

O padre Cyril não comenta a viagem de Jair Bolsonaro a Moscou ou as declarações de apoio a Putin, mas afirma acreditar que o presidente tem demonstrado determinação de ajudar a Ucrânia.

Aos fins de semana, famílias que vão à missa costumam encher dois restaurantes de cozinha ucraniana próximos à igreja. O fim de tarde quieto num deles foi interrompido por ruidosos jovens, todos funcionários de uma empresa que faz negócios com comerciantes ucranianos.

Jennifer Lee, na cabeceira de uma longa mesa, diz não haver ucranianos no grupo, que nunca esteve naquele local antes. "Escolhemos o restaurante para demonstrar solidariedade aos nossos parceiros", disse ela, enquanto os colegas pediam doses de vodca ucraniana feita com raiz forte e estudavam o menu com pratos típicos como varenike, um bolinho de massa, e borsch, uma sopa de beterraba.

Mas a principal atração da Pequena Ucrânia continua a ser o venerado Veselka, na Segunda Avenida com a rua 9, inaugurado nos anos 1950. A fila na calçada é longa. Enquanto esperam, estranhos conversam, não sobre o menu, mas sobre a guerra.

O local é um lendário ponto de encontro de boêmios, e seu menu é tão cobiçado que, numa cena da última temporada da série "Billions", um personagem promete mandar buscar petiscos de massas no Veselka para seus corretores virarem a noite trabalhando.

> Todos nós estamos sentindo uma grande dor no coração, mesmo nós, que não somos ucranianos de nascença, temos amor à pátria, somos binacionais
>
> **Cyril Isezuck**
> padre brasileiro na igreja de St. George, um dos principais locais da Pequena Ucrânia, em Nova York

O restaurante é operado pela mesma família há três gerações. O atual proprietário, Jason Bichard, é cidadão ucraniano, assim como muitos dos empregados, que usam o local para coordenar doações para famílias afetadas, dentro e fora da Ucrânia.

Perto dali, o açougue ucraniano está próximo do horário de fechar, mas o gerente deixa a reportagem entrar. Ele mal consegue conter a indignação com a invasão russa, mas não quer dar seu nome ou identificar outros empregados, cujas famílias estão na linha de fogo das tropas russas. Pede apenas que a imprensa conte a verdade sobre a invasão.

Do outro lado do rio Hudson, que separa os estados de Nova York e de Nova Jersey, o jornalista Andrew Ninka atende a **Folha** por telefone, três dias depois de conseguir escapar da Ucrânia, pela Polônia.

Ele é o editor-chefe de duas das mais antigas publicações ucranianas nos EUA, o Svoboda, fundado em 1893, e o semanário Ukrainian Weekly, publicado desde 1933. Nova Jersey tem a segunda maior população de origem ucraniana desta região, calculada em mais de 70 mil.

Ninka nasceu nos Estados Unidos, mas morou na Ucrânia, onde cobriu a Revolução Laranja em 2005. Ele diz que sua pequena Redação está tentando identificar e listar organizações confiáveis para fazer com que a ajuda financeira e humanitária chegue, de fato, a quem precisa. A angústia de Ninka é visível quando explica que foi convencido pelos parentes a sair logo que os bombardeios começaram.

"Levaram-me de Lviv até a fronteira. Passei 24 horas em pé e vi cenas de caos que não vou esquecer."

Governo muda o discurso e avalia segurar reajustes da Petrobras

Medida seria temporária para evitar repasse dos efeitos da guerra Rússia-Ucrânia sobre o petróleo

BRASÍLIA A valorização do petróleo levou o governo Jair Bolsonaro (PL) a discutir internamente e com o Congresso a possibilidade de segurar temporariamente os reajustes de preços da Petrobras.

Após um lucro recorde de R$ 106,6 bilhões registrado pela companhia em 2021, a avaliação no governo é que é possível haver uma “colaboração dos acionistas” para minimizar os efeitos da cotação do petróleo sobre o preço nas bombas, que disparou em razão da guerra na Ucrânia.

O cálculo também é político. Pré-candidatos ao Planalto, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-ministro Ciro Gomes (PDT), têm defendido um maior controle sobre os preços praticados pela estatal.

Nesse contexto, interlocutores do presidente afirmam que uma contenção temporária de preços agora seria preferível a um tabelamento posterior mais duradouro, caso algum dos adversários de Bolsonaro vença as eleições.

A leitura de auxiliares do chefe do Executivo é que a manutenção da política de paridade internacional de preços da Petrobras fortaleceria candidatos de oposição, ao obrigar a companhia a promover reajustes superiores a 20% nos combustíveis.

Integrantes do governo também admitem a possibilidade de acionar o botão de calamidade se daqui a três meses o conflito não houver cessado —o período é considerado uma janela razoável para ter uma ideia do rumo da guerra, se terá fim ou uma escalada.

Em caso de acionamento dessa cláusula, o governo teria mais liberdade para ampliar gastos, inclusive via créditos extraordinários (fora do teto), ao mesmo tempo que ficariam proibidas as concessões de reajustes ao funcionalismo.

NA BAHIA, REFINARIA PRIVATIZADA REAJUSTA GASOLINA EM ATÉ 19%
Posto em Lauro de Freitas (BA), onde o litro da gasolina passou a beirar os R$ 8 após a refinaria de Mataripe, transferida em dezembro pela Petrobras à Acelen, anunciar aumentos no sábado (4); foi o quarto reajuste no ano, ante um da estatal Franco Adailton/Folhapress

Na ala política, há defensores da decretação imediata da calamidade, uma vez que a cotação do petróleo já ultrapassou os US$ 100 em meio à guerra na Europa. Um grupo de ministros acredita que seria possível editar uma medida provisória para criar um fundo de compensação à alta do combustível. A equipe econômica, porém, avalia não ser o momento de recorrer à calamidade, pois é preciso acompanhar os desdobramentos do conflito.

Nesta segunda (7), o presidente chegou a admitir a possibilidade de mudanças na política de preços da Petrobras.

“Tem uma legislação errada feita lá atrás que você tem uma paridade com o preço internacional [dos combustíveis]. Ou seja, o petróleo —o que é tirado do petróleo— leva-se em conta o preço fora do Brasil. Isso não pode continuar acontecendo”, disse Bolsonaro, em entrevista a uma rádio de Roraima.

O presidente também já defendeu a redução do lucro da companhia para conter a alta nos combustíveis.

Auxiliares do chefe do Executivo afirmam que ele é simpático à ideia de segurar temporariamente os reajustes e que, em decorrência disso, é possível que o lucro da Petrobras seja menor neste ano.

Um dos projetos de lei em tramitação no Senado sob a relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN) traz algumas diretrizes para a política de preços internos dos combustíveis, incluindo a redução da volatilidade. O governo não deve se opor à aprovação desse trecho, que daria a base para seguir adiante com a trava temporária.

Técnicos ressaltam, porém, que o texto não é taxativo, e sua adoção dependeria de aprovação pela Petrobras. Nesse sentido, a indicação de Rodolfo Landim para a presidência do conselho de administração da estatal é considerada um ativo para avançar na discussão.

Segundo um integrante do governo, a ideia é fazer uma contenção dos preços por alguns meses, a fim de evitar que o excesso de valorização do petróleo —que já passa dos US$ 120— onere demais os consumidores. Isso seria razoável porque parte dos custos da estatal se dá em reais, sem impactos das oscilações no mercado internacional.

A expectativa é que, ao fim do conflito, os preços não se manterão nessas cotações. Por isso, não há necessidade de repassar todo e qualquer movimento de preços para as bombas. O congelamento dos reajustes seria uma “condição transitória e de guerra”, segundo uma fonte do governo.

A possibilidade representa uma mudança no discurso do governo. No início de 2021, Bolsonaro chegou a dizer que jamais interferiria na companhia.

Em evento no BTG, em 23 de fevereiro, o presidente atrelou a mudança nos preços como algo defendido pelo seu principal adversário político, o ex-presidente Lula (PT).

“O que os senhores achariam se essas medidas fossem implementadas: se revogarmos a autonomia do Banco Central, a reforma trabalhista, se volta o imposto sindical, se reestatizarmos as empresas que foram desestatizadas, se o governo começar a interferir nos preços da Petrobras e da energia, se viermos a fortalecer o MST”, disse no evento.

O governo Dilma Rousseff (PT) chegou a ser acusado de usar a Petrobras como ferramenta macroeconômica para controle da inflação. Durante o período da petista, a estatal não repassava os aumentos provenientes da flutuação do preço no exterior, o que gerou críticas sobre o impacto nas contas da empresa.

A intervenção deixou de existir a partir do governo de Michel Temer (MDB), quando o então presidente da Petrobras, Pedro Parente, implementou a regra de preço atrelado aos valores negociados no exterior.

Na prática, a Petrobras já tem segurado o ritmo dos aumentos nos preços no governo Bolsonaro. Os últimos reajustes nos preços da gasolina e do diesel foram feitos no dia 12 de janeiro, ou seja, os valores praticados já estão defasados. Dentro do governo há quem cite que a contenção não gerou maiores ruídos no mercado financeiro.

Nos últimos dias, Bolsonaro foi aconselhado por ministros da ala política a apresentar alguma solução. Segundo fontes do governo, o presidente chegou a discutir o problema dos combustíveis com o ministro Paulo Guedes no fim de semana e também na manhã desta segunda.

O chefe da Economia tem evitado falar sobre o assunto, mas não deve ser obstáculo para a proposta de congelar temporariamente os preços praticados pela Petrobras.

Nos bastidores, a equipe de Guedes tem se posicionado contra ideias que que envolvam o uso de dinheiro do Tesouro Nacional na concessão de subsídios ao preço do diesel e da gasolina.

Em meio à escalada nas cotações do petróleo, outros ministros do governo voltaram à carga com propostas para a União bancar um subsídio usando receitas de dividendos da Petrobras e royalties.

Continua na pág. A18

Ação cai 7%, e estatal perde R$ 35 bi em valor de mercado após fala de Bolsonaro

Clayton Castelani

SÃO PAULO A disparada do preço do petróleo provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia reaviva preocupações de investidores sobre o debate político quanto à paridade internacional de preços da Petrobras.

As ações da estatal afundaram nesta segunda-feira (7) após o presidente Jair Bolsonaro (PL) ter criticado o sistema que equipara o valor dos combustíveis no Brasil à flutuação da cotação da matéria-prima e do dólar.

Ao fim do pregão, a ações preferenciais (que não dão direito a voto, mas têm preferência no recebimento de dividendos) perderam 7,10%. Os papéis ordinários (com direito a voto) desabaram 7,65%. Com isso, a Petrobras perdeu R$ 34,7 bilhões em valor de mercado.

A queda ocorre em um momento em que um possível embargo ocidental ao setor energético russo provocou a disparada dos preços do petróleo e do gás natural, elevando as cotações das grandes petroleiras mundiais nesta segunda.

A Chevron, gigante americana do setor de energia, por exemplo, subiu 2,14% na Bolsa de Nova York. Nesse sentido, a Petrobras foi na contramão do setor, diz Paula Zogbi, analista de investimentos da Rico.

O barril Brent, referência para o preço mundial da commodity, chegou ao fim desta segunda valendo US$ 123,89. No domingo (6) à noite, beirou os US$ 140, próximo do recorde de US$ 147,50 de julho de 2008.

Defasagem média em relação à paridade de importação

Quando a linha está acima de 0, a empresa está vendendo mais caro do que a paridade de importação. Quando está abaixo, o preço de venda pela estatal está mais barato

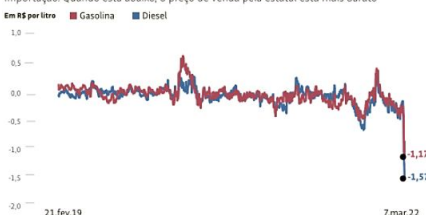
Fonte: Abicom

Queda nas ações da Petrobras

Companhia caiu 7,1% nesta segunda (7), contribuindo para baixa de 2,52% da Bolsa

Ações da Petrobras (PETR4), em R$
36
34,5
34
32
31,8
30
28
10h03
18h07

Ibovespa, em pontos
115 mil
114.471,2
113
111.593,5
111
109
107
105
10h01
18h26

Fonte: CMA

O vice-primeiro-ministro russo, Alexander Novak, afirmou em um comunicado em vídeo transmitido pela televisão estatal nesta segunda que os preços do petróleo podem subir para mais de US$ 300 (R$ 1.517) por barril se os Estados Unidos e a União Europeia proibirem as importações de petróleo da Rússia.

“É absolutamente claro que uma rejeição do petróleo russo levaria a consequências catastróficas para o mercado global”, disse Novak.

“O aumento nos preços seria imprevisível. Seria US$ 300 por barril, se não mais.”

A queda da petroleira controlada pelo governo exerceu a principal pressão negativa sobre a Bolsa. O Ibovespa, índice de referência do mercado de ações do país, caiu 2,52%, a 111.593 pontos.

Gustavo Cruz, estrategista da RB investimentos, diz que a Petrobras sofre os efeitos negativos da pressão gerada pela alta dos preços, mas, em sua avaliação, o real impacto somente será conhecido caso o governo anuncie quais são seus planos sobre o tema.

“Se for algo momentâneo, as ações da Petrobras vão sofrer menos. Mas, se for algo como antes de 2016 [quando a Petrobras não acompanhava os preços internacionais], prejudicará muito mais.”

Preocupações sobre o efeito da alta do petróleo nas decisões do governo sobre o mercado afetaram também a petroleira privada PetroRio, que recuou 2,30%.

Alexandre Wolwacz, fundador da Liberta Investimentos, diz que a volatilidade provocada pela disparada do petróleo já representaria um risco capaz de levar investidores a vender papéis do setor.

A situação é agravada pelo temor de que Bolsonaro tente controlar os preços dos combustíveis, repetindo a prática do governo de Dilma Rousseff (PT). “O receito de intervenção do governo afasta o investidor desse setor. A gente já viu qual foi o resultado disso para a empresa e para o país”, comentou Wolwacz.

Após resistir nas primeiras horas da sessão, o mercado de câmbio passou a refletir os efeitos da aversão ao risco que contagiou a Bolsa. O dólar fechou praticamente estável, com alta de 0,01%, a R$ 5,0790.

A moeda americana, porém, vem apresentando tendência de queda nos últimos meses devido à entrada de investidores estrangeiros no país. Eles são atraídos ao mercado financeiro doméstico por uma combinação de juros altos, real desvalorizado, ações baratas na Bolsa e commodities (petróleo, minério e grãos) com potencial de valorização em um cenário de possível escassez devido à guerra.

Nos Estados Unidos, os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq fecharam negativos em 2,37%, 2,95% e 3,62%, respectivamente.

Na Europa, o índice que acompanha as 50 principais empresas de países que possuem o euro como moeda caiu 1,23%. A Bolsa de Londres fechou em queda de 0,40%. Paris e Frankfurt cederam 1,31% e 1,98%, respectivamente.

Com Reuters e AFP

+ Gasolina volta a subir nos postos após cinco semanas, diz ANP

Após cinco semanas consecutivas de queda, acompanhando a redução da cotação do etanol anidro, o preço da gasolina voltou a subir nos postos brasileiros, segundo a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). O produto foi vendido na semana passada a um preço médio de R$ 6,577 por litro, alta de 0,26% em relação ao valor verificado na semana anterior. O movimento acompanha reversão também na cotação do etanol anidro, que subiu 0,59% nas usinas paulistas na semana passada.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Eleitorado

Empresários que simpatizam com as bandeiras liberais do MBL estão preocupados com o estrago que os áudios sexistas de Arthur do Val podem provocar no liberalismo econômico da terceira via. A avaliação é que sem dividir palanque com Mamãe Falei, a candidatura de Sergio Moro, vista com bons olhos por uma parte que não quer Lula nem Bolsonaro, perdeu não só um grande puxador de votos nas redes sociais mas também uma vitrine das pautas de interesse na economia.

MOLEQUE Segundo a análise de um grande empresário, os membros do MBL sempre foram vistos como aliados úteis porque sabem fazer barulho e atrair plateia para as causas liberais com fôlego jovem no ambiente da internet.

URNA O deputado federal Kim Kataguiri, que no mês passado também decepcionou com a fala sobre nazismo, é visto como um parlamentar que vota certo no plenário, ou seja, sempre obedecendo a cartilha do empresariado liberal.

REDE SOCIAL Porém, o comportamento é o que desagrada os mais discretos, segundo um empresário mais velho e experiente, que diz sentir constrangimento para comentar as falas de Mamãe Falei contra as ucranianas.

ESPELHO A avaliação é que, além de distribuir ofensas e colecionar inimigos ao longo dos anos, faltou pragmatismo e sobrou vaidade para o grupo, uma combinação que não costuma funcionar no longo prazo, pelo menos na gestão dos negócios.

TELA Desde que ganharam notoriedade, os membros do MBL atraíram a atenção de nomes de peso do empresariado, como Luciano Hang (Havan) e Flávio Rocha (Riachuelo), que até se aliou ao grupo em uma tentativa de se candidatar à Presidência em 2018.

COPO CHEIO Estimulados pela liberação da obrigatoriedade das máscaras em ambientes fechados no Rio de Janeiro nesta segunda-feira (7), donos de bares e restaurantes preparam um movimento para pedir a flexibilização total das medidas no país.

COMANDA Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, diz que o setor só gostaria de esperar passar uma semana após o Carnaval para verificar se não haveria um novo pico de casos de Covid-19.

BRINDE "Queremos deflagrar uma campanha para que o Brasil acompanhe países que já retiraram todo o tipo de restrição", afirma. A Abrasel deve levar o pedido a todos os estados e mais de 400 municípios onde tem associados.

CALENDÁRIO Cerca de 47% das empresas têm prazo estabelecido para alguma meta de elevação do número de mulheres em cargos de liderança ainda em 2022, segundo do levantamento da consultoria de recursos humanos ManpowerGroup, preparado para o Dia Internacional da Mulher, nesta terça (8), com 39 mil empregadores de 40 países, incluindo o Brasil.

AGENDA Entre as iniciativas mais citadas pelas organizações para aumentar a presença feminina aparecem os programas internos de desenvolvimento de liderança (37%), a criação de cultura organizacional inclusiva (28%) e parcerias com universidades e educação (24%), diz a consultoria.

ALVO A Taurus lança um novo modelo de pistola específico para o público feminino para aproveitar o Dia Internacional da Mulher. No ano passado, a fabricante lançou uma versão de revólver especial cor-de-rosa. Neste ano, a arma vem gravada com a expressão mulheres fortes, em inglês, e customizada com flores.

PRATELEIRA A Taeq, marca própria do Pão de Açúcar para produtos como barras de cereal e água de coco, que há cerca de 15 anos é vendida nas lojas da rede, vai ser levada para fora dos supermercados. A varejista abre um novo canal de vendas por meio de máquinas de autoatendimeto em espaços públicos.

SACOLA Os primeiros equipamentos serão testados no parque Burle Marx, na capital paulista, e no Catarina Fashion Outlet, no interior do estado. Até o fim do semestre, a empresa ainda pretende fechar uma parceria com rede de academias onde será instalada a máquina.

IGNIÇÃO A locadora de carros Unidas vai expandir a atuação no segmento de duas rodas com a abertura de um plano de assinaturas para motos elétricas para pessoas físicas em contratos de até 30 meses. Serão 50 unidades da scooter elétrica da Voltz nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, com objetivo de expansão para outros estados ao longo do ano.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS
Fev., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,05	8,26

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência fevereiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.212,00	20%	R$ 242,40
Valor máx.	R$ 7.087,22	20%	R$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.mar

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.212	5%	R$ 60,60

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.212,00	7,5%
De R$ 1.212,01 até R$ 2.427,35	9%
De R$ 2.427,36 até R$ 3.641,03	12%
De R$ 3.641,04 até R$ 7.087,22	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.296,32	Valor, em R$
Empregado	98,48
Empregador	259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Governo muda o discurso e avalia segurar reajustes da Petrobras

Continuação da pág. A17

A ideia seria usar o dinheiro para ressarcir a companhia e outros importadores pelo não repasse dos reajustes, em modelo semelhante ao adotado por Temer, em 2018, para contornar a greve dos caminhoneiros.

Na avaliação da equipe econômica, a medida poderia gerar uma fatura de R$ 120 bilhões, comprometendo o teto de gastos, a principal âncora fiscal do governo.

Interlocutores da equipe econômica afirmam reservadamente que a missão do governo é defender as contas públicas. Além disso, há integrantes do governo que dizem preferir lidar com as consequências de um congelamento temporário nos preços do que os efeitos adversos de um rombo maior.

US$ 123,89
era o preço do barril do petróleo Brent ao fim desta segunda-feira (7)

Já uma solução estrutural, na avaliação da Economia, depende do aumento da concorrência no mercado de combustíveis (hoje concentrado na Petrobras) e da aprovação de um projeto que altera a cobrança do ICMS, para mudar a alíquota atual (um porcentual sobre um valor) para uma cobrança fixa sobre o litro.

O projeto está em tramitação no Senado e deve ser votado nesta semana. Há uma articulação do governo para incluir, em acerto com a Economia, a desoneração de PIS/Cofins sobre o diesel. A medida deve drenar R$ 18 bilhões dos cofres públicos e, segundo cálculos internos, teria impacto de até R$ 0,50 nas bombas.

Para tentar conciliar o texto, o senador Jean Paul Prates enviou carta a governadores se colocando à disposição para conversar sobre os projetos.

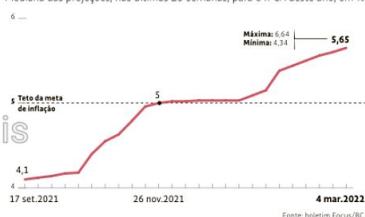
No documento, o relator diz que o texto que cria um fundo de compensação "é uma boa solução emergencial e estrutural para o atual e futuros momentos de volatilidade no custo internacional do petróleo, mas que não basta." **Idiana Tomazelli, Marianna Holanda, Alexa Salomão e Julia Chaib**
Leia mais nas pág. A19

Disparada nos preços das commodities eleva estimativas para inflação

Previsões para o IPCA em 2022 se aproximam dos 6% sob efeitos da guerra; economistas também preveem juros mais elevados

Leonardo Vieceli

Inflação acima da meta em 2022

Fonte: boletim Focus/BC

RIO DE JANEIRO Com a tensão provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia, petróleo e commodities agrícolas dispararam neste início de semana, e economistas veem inflação mais alta no Brasil com os possíveis repasses para os preços finais de combustíveis e alimentos.

Por ora, projeções sinalizam IPCA na faixa de 6% ao fim de 2022, mas um avanço maior não é descartado por parte do mercado financeiro.

Embora reflita o cenário até a semana passada, a edição mais recente do boletim Focus, divulgada nesta segunda (7) pelo Banco Central, voltou a estimar IPCA maior em 2022.

Na mediana, as previsões do mercado para o indicador ficaram mais próximas de 6%, passando de 5,60% para 5,65%. Foi a oitava semana consecutiva de alta.

Na avaliação do economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, as projeções devem voltar a subir nas próximas semanas, na esteira da tensão geopolítica e das novas pressões sobre as cotações de commodities.

Segundo Perfeito, a Necton deve elevar sua estimativa de IPCA em 2022 de 5,81% para a faixa de 6% nos próximos dias. "As projeções começam a refletir os impactos da guerra."

Nesta segunda, a gestora Santander Asset aumentou sua previsão para o IPCA deste ano, de 5,4% para 5,9%. O viés é de alta —ou seja, a tendência é de novos avanços.

De acordo com o economista-chefe da Santander Asset, Eduardo Jarra, os 5,9% refletem o quadro de preços de bens industriais e serviços ainda pressionados na largada do ano no Brasil.

Jarra relata que a revisão ainda não contempla os efeitos da guerra na Ucrânia, embora ele entenda que o conflito trará impactos sobre a inflação no Brasil.

A questão que ainda não está clara é a magnitude do choque sobre os preços finais, afirma o economista.

"A gente ainda não sabe a intensidade, mas se materializou a piora para a inflação global. Já há uma certeza: vai afetar as projeções."

Com a inflação persistente no Brasil, a Santander Asset também revisou para cima sua estimativa para a taxa básica de juros. Agora, a instituição vê a Selic em 12,25% ao fim de 2022, em linha com a mediana do Focus. A previsão anterior era de 11,75%.

> **A gente ainda não sabe a intensidade [da magnitude do choque da guerra sobre os preços finais], mas se materializou a piora para a inflação global. Já há uma certeza: vai afetar as projeções**
>
> **Eduardo Jarra**
> economista-chefe da Santander Asset

Em 2022, caso as projeções do mercado se confirmem, o IPCA vai estourar pelo segundo ano consecutivo a meta de inflação. O centro da medida de referência neste ano é de 3,50%. O teto é de 5%.

Nesta segunda-feira, os preços do petróleo subiram para os níveis mais elevados desde 2008, com o barril do tipo Brent chegando a superar os US$ 139, já que os EUA e seus aliados europeus avaliavam uma proibição da importação do óleo russo. A medida se somaria às várias sanções adotadas contra o Kremlin depois da invasão da Ucrânia.

Ao mesmo tempo, os futuros de grãos como trigo, soja e milho também eram negociados em seus maiores patamares em anos, afetados por temores de restrição da oferta ante a tensão no Leste Europeu.

A disparada de commodities como o petróleo joga pressão sobre o governo Jair Bolsonaro (PL) às vésperas da eleição. É que as cotações internacionais do produto servem como referência para os valores dos combustíveis praticados pela Petrobras nas refinarias.

Com a alta em meio ao conflito na Ucrânia, o mercado aponta uma defasagem nos preços do mercado nacional, o que abriria margem para novos aumentos no Brasil.

Em entrevista a uma rádio de Roraima, Bolsonaro criticou nesta segunda a paridade de internacional adotada pela Petrobras. O presidente defendeu uma revisão na política dos combustíveis.

Uma das propostas na mesa do governo seria a implantação de um programa de subsídios semelhante ao adotado pelo governo Michel Temer (MDB) durante a greve dos caminhoneiros de 2018.

Na avaliação do economista-chefe da Órama Investimentos, Alexandre Espirito Santo, uma medida nesses moldes poderia atenuar os impactos da guerra e "adiar o problema" dos preços no Brasil.

No caso dos alimentos, Espirito Santo entende que novos avanços são inevitáveis. Além da alta das cotações de itens como trigo e milho, há a pressão de fertilizantes.

A Rússia, de quem o Brasil importa, recomendou aos fabricantes que suspendam as exportações desses insumos usados nas lavouras.

"Os preços de alimentos vão subir. Não tem jeito. Estamos falando de altas expressivas em produtos como milho e trigo", diz Espirito Santo.

O trigo serve como insumo para a produção de itens como pães, massas e biscoitos. Já o milho impacta ovos e aves, por exemplo, porque é usado na alimentação de frangos.

A projeção mais recente da Órama é de IPCA de 5,2% neste ano, mas o número deve ser revisado para cima durante a semana, conforme Espirito Santo.

Parte do mercado já vê inflação superior a 6% em 2022. Segundo relatório divulgado na sexta (4), a consultoria MB Associados subiu a estimativa para o IPCA de 5,8% para 6,5%, com impacto dos preços de alimentos e transportes.

A inflação mais forte é vista como reflexo do conflito no Leste Europeu. A MB também aumentou a projeção para a Selic, de 12,25% para 13%, acima da mediana do Focus.

"Mais inflação e juros significa menos renda e crédito reforça a estagnação da economia neste ano, com riscos de queda de PIB [Produto Interno Bruto]", indica a consultoria.

Com Reuters

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Alta de preços agrícolas, incrementada pela guerra, chega a produtos brasileiros

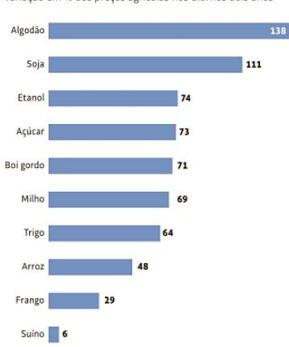
Os preços internos dos produtos agrícolas, que já vinham em uma escalada de alta nos últimos dois anos, tomaram um novo ritmo de elevação após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O mercado interno está respondendo mais rapidamente à pressão externa dos produtos mais importantes nos dois países envolvidos no conflito. Entre eles estão trigo, milho e óleo vegetal.

Os novos aumentos de preços vão trazer mais pressão para o bolso do consumidor, que já está convivendo com aumentos expressivos de vários itens de consumo diário.

Lucilio Alves, pesquisador do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), diz que, em alguns casos, essas altas vão ser incorporadas aos poucos no país, mas vão chegar ao consumidor.

O trigo é um deles. A tonelada do cereal já atinge R$ 1.760 no mercado interno. Na Argentina, o valor subiu para um patamar histórico de US$ 495 por tonelada.

Os preços internos dos derivados ainda refletem os valores dos contratos antigos, afirma o pesquisador. Os novos contratos trarão preços mais aquecidos, que chegarão ao consumidor após passarem por acertos dentro da própria cadeia do trigo.

Esses novos preços, determinados pelo mercado externo, podem provocar, porém, uma mudança na produção interna.

Na avaliação de Alves, o valor aquecido do trigo vai incentivar mais produtores a trocar as plantações "não comerciais" —as coberturas de terra no período de inverno— pela cultura do trigo.

Se isso ocorrer, o país poderá registrar mais um recorde de produção do cereal. Tudo dependerá, no entanto, da disposição de semente e de adubo.

O trigo vem sendo negociado com os patamares máximos permitidos na Bolsa de Chicago. Nesta segunda, o primeiro contrato terminou o dia em US$ 12,94, repetindo a alta de 7% que vem registrando diariamente.

A soja não foi muito afetada, por ora, nesse período de guerra. O produto passa por uma gangorra no mercado internacional, com altas e baixas, embora em patamares elevados de preços.

Internamente, a saca está sendo negociada a R$ 204 em Paranaguá. A procura por óleo de soja, porém, poderá forçar a alta dessa oleaginosa.

A tonelada de óleo de soja está sendo comercializada em um patamar recorde de R$ 9.537, com alta acumulada de 171% nos dois últimos anos no Brasil.

O óleo sobe porque a Ucrânia, grande fornecedora de óleo de girassol, está bloqueada. A Argentina, maior exportadora mundial de óleo de soja, teve quebra de safra. A Indonésia, importante fornecedora de óleo de palma, teve redução na produção.

Com isso aumentou a procura pelo produto norte-americano e brasileiro. O Brasil, devido à seca, tem redução de safra. A produção brasileira de soja, com potencial de 145 milhões de toneladas, deverá ficar em apenas 122,8 milhões, conforme estimativas divulgadas pela AgRural nesta segunda-feira (7).

Alves diz que as incertezas no preço do petróleo também ajudam a manter aquecido o mercado de óleo de soja, um componente importante na produção de biodiesel.

O preço do milho também reage no Brasil, tomando novamente o caminho dos R$ 100 por saca. O difícil acesso do milho ucraniano ao mercado internacional e as incertezas com o plantio nesse país, que terá início em poucas semanas, elevam os preços do cereal na Bolsa de Chicago.

O contrato de maio chegou a ser negociado a US$ 7,80 por bushel (25,4 kg) nesta segunda-feira.

Embora ainda não registre o efeito da guerra da Rússia contra a Ucrânia, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) já mostra preços recordes nos alimentos, o que deverá manter elevada a taxa de inflação pelo mundo.

Os preços de fevereiro superaram em 24% os de há um ano. Na comparação com janeiro, a alta média dos alimentos foi de 3,9%, com influência dos óleos vegetais, que subiram 8,5%, e do milho, que ficou 5,1% mais caro. O trigo teve elevação de 2,1%.

As carnes aumentaram, em média, 1,1%, mas a bovina registrou preços recordes, devido aumento global de demanda e oferta restrita de gado no Brasil, aponta a pesquisa da FAO. Nos últimos 12 meses, a elevação dessa proteína foi de 15%.

Fontes: Cepea e Folha

Governo e Lira tentam votar mineração em terra indígena

Necessidade de potássio com guerra é usada como pressão para apreciar texto

Danielle Brant e Vinicius Sassine

Além de elevar a pressão pela aprovação dos projetos que tratam de combustíveis, a guerra na Ucrânia também está sendo usada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como pretexto para acelerar a votação do projeto que libera mineração em terras indígenas.

Na semana passada, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), começou a coletar assinaturas para o requerimento de urgência. Lira pretende testar o apoio ao projeto em almoço de líderes da base nesta terça (8), mas não deve ter dificuldade em emplacar a ideia, segundo deputados consultados pela **Folha**.

Mesmo na oposição, que também deve ser ouvida pelo presidente da Câmara, a avaliação é que há pouca possibilidade de o texto ser barrado —seriam em torno de 150 votos contrários, e o projeto precisa do apoio apenas da maioria dos presentes no plenário.

O texto é apoiado pela base do presidente Jair Bolsonaro e pela bancada do agronegócio, que argumentam que o maior prejuízo ambiental é a exploração ilegal das reservas, como já ocorre hoje. Com a guerra na Ucrânia, a possível escassez de fertilizantes se somou às justificativas usadas para votar o projeto.

O projeto de lei que permite mineração em terras indígenas prevê mudanças radicais em relação ao que se pratica há quase 50 anos no país. A proposta altera o Estatuto do Índio, uma lei vigente desde 1973, na ditadura militar.

Se o Congresso aprovar o projeto enviado pelo governo da forma como foi elaborado, o Estatuto do Índio deve perder o artigo que restringe aos indígenas a exploração de riquezas em suas terras.

"Garimpagem, faiscação e cata" são atividades exclusivas das comunidades, conforme a lei de 1973. Se a nova lei for aprovada, empresas poderão explorar minérios em terras indígenas.

Carregamento de fertilizante no DF Adriano Machado - 15.fev.22/Reuters

O projeto do governo Bolsonaro vai além e propõe alterar uma lei de 2007 sobre cultivo de organismos geneticamente modificados. A pesquisa e o cultivo de transgênicos deixariam de ser vedados em terras indígenas, conforme o texto elaborado pelo Executivo e enviado ao Congresso.

Na semana passada, Bolsonaro escreveu nas redes sociais que já em 2016 falava sobre a dependência do potássio da Rússia.

"Com a guerra Rússia/Ucrânia, hoje corremos o risco da falta do potássio ou aumento do seu preço. Nossa segurança alimentar e agronegócio (economia) exigem de nós, Executivo e Legislativo, medidas que nos permitam a não dependência externa de algo que temos em abundância."

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro defende a possibilidade de mineração em terra indígena. Em abril de 2019, por exemplo, recebeu, em uma transmissão ao vivo, um grupo de indígenas que reivindicava o direito de explorar suas reservas. As associações mais amplas, estruturadas e representativas dos indígenas são contrárias ao projeto.

"O que pudermos fazer para que vocês tenham autonomia sobre todo o perímetro geográfico de vocês, nós faremos", disse Bolsonaro na transmissão.

Apresentado pelo governo em fevereiro de 2020, o texto foi enviado por Sergio Moro, então aliado do presidente e então ministro da Justiça e Segurança Pública, e Bento Albuquerque, que segue no cargo de ministro de Minas e Energia.

Na época, a proposta já enfrentou oposição de ambientalistas e do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (sem partido-RJ), que defendia um debate mais amplo sobre o tema antes de o projeto seguir para plenário.

Agora, sob comando de Lira, o tema deve ser finalmente pautado. Em junho do ano passado, durante discussão de um projeto que muda demarcação de terras indígenas, o presidente da Câmara afirmou que os deputados precisavam ter coragem de debater a exploração em terras indígenas.

"Na terra da deputada Joenia [Wapichana, Rede-RR] o governador me relatava que entre 100 e 200 kg de ouro saem ilegais dos garimpos de terra indígena. Por dia. E a gente tem que ficar de olho fechado aqui. Isso vai continuar acontecendo", disse, na ocasião.

Um evento marcado para esta quarta (9) tenta pressionar o Congresso contra a aprovação de textos vistos como prejudiciais ao meio ambiente. Cerca de 40 artistas devem se reunir com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para tratar do tema.

O chamado Ato da Terra, que ocorrerá em frente ao Congresso, foi convocado pelo cantor Caetano Veloso e reúne mais de 230 organizações.

O texto busca regulamentar a mineração em terras indígenas, com base em dois pontos da Constituição Federal.

Um artigo da Constituição afirma que uma lei específica deve estabelecer as "condições específicas" para pesquisa e lavra de minerais em terras indígenas. Outro diz que o Congresso deve aprovar eventuais projetos de mineração.

Como nunca houve essa regulamentação, a mineração em terras indígenas é vedada na prática. O texto dá ao presidente da República o poder de apresentar ao Congresso projetos de exploração mineral em terras indígenas. Esse encaminhamento pode ser feito inclusive com manifestação contrária de comunidades indígenas afetadas, "desde que motivado".

Estudos técnicos prévios não dependeriam de autorização do Congresso. Haveria uma indenização a indígenas por exploração de energia hidrelétrica, lavra de petróleo e gás e lavra de minerais em terras indígenas. Pagamentos deixariam de ocorrer em casos de estudos prévios.

"Nas áreas em que a ocorrência de minerais garimpáveis for notória, as zonas de garimpagem poderão ser definidas pela ANM [Agência Nacional de Mineração] independentemente de estudo técnico prévio", afirma o projeto de lei.

Subsidiar combustíveis prejudica abastecimento, afirmam petroleiras

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O crescente apoio à intervenção na política de preços dos combustíveis da Petrobras em meio à escalada da cotação do petróleo provocada pela guerra na Ucrânia gerou uma reação das empresas do setor que atuam no Brasil.

Normalmente avesso a manifestações públicas, o IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás) afirmou nesta segunda-feira (7) que a prática de preços artificiais pode prejudicar o abastecimento de combustíveis e afastar investimentos no setor.

Disse ainda que problemas de abastecimento poderiam ter efeito contrário ao desejado pelo governo, já que uma escassez de oferta pressionaria os preços finais ao consumidor, como aconteceu quando o fornecimento foi afetado pela greve dos caminhoneiros de 2018.

"A capacidade de refino do Brasil não atende a demanda nacional, precisamos importar entre 15% a 20% da demanda", disse o presidente do IBP, Eberaldo de Almeida Neto. "Se mantivermos preços artificiais, não tem sentido importar mais caro para vender mais barato."

"É fundamental para a garantia do abastecimento nacional a prática de preços de mercado, para que os agentes possam importar. Se tem apenas 80% da demanda atendida, o preço final vai disparar."

O IBP reúne as maiores empresas dos setores de exploração e produção de petróleo e distribuição de combustíveis do país. Entre seus associados estão a Petrobras e empresas estrangeiras, como as gigantes ExxonMobil e Shell.

No cargo desde maio de 2021, Almeida Neto convocou rodada de entrevistas para se posicionar em relação às propostas de controle de preços, que receberam nesta segunda apoio explícito do presidente Jair Bolsonaro e preocupam investidores.

"A maior inflação é a inflação causada pela escassez. Se tiver escassez de combustíveis, vai acontecer o que aconteceu na greve de 2018: a gasolina não chegava aos postos, e o dono do posto subiu o preço", argumenta.

Almeida Neto defende que a dependência brasileira de derivados importados é uma consequência das incertezas quanto à política de preços dos combustíveis, que evitaram investimentos na ampliação do parque nacional de refino.

"Em razão do histórico de intervenção de preços, todo o mundo tem medo de investir. Por isso não teve mais investimentos em refino. A gente acha que essa intervenção gera sequelas complicadas", afirma ele.

A Petrobras tenta vender suas refinarias desde o governo Michel Temer, mas até o momento só conseguiu interessados em duas unidades de médio e grande porte, a de Manaus e a de Mataripe, na Bahia, a única hoje operada por um grupo privado.

Comprada pelo fundo árabe Mubadala, a refinaria baiana vem praticando preços mais próximos do mercado internacional e já repassou a seus clientes parte da escalada recente das cotações, com aumentos que chegaram a 25% no diesel e 19% na gasolina neste sábado (5).

Logo após assumir as operações, em dezembro de 2021, a empresa anunciou planos de investir na ampliação da unidade. Sua gestão, porém, ainda não se manifestou sobre as recentes propostas de controle de preços.

Com a crise no Leste Europeu, diz o presidente do IBP, o Brasil poderia despontar como alternativa para investidores, já que tem reservas de petróleo e histórico de cumprimento de contratos, mas o retorno de controle de preços pode ser um empecilho.

"O Brasil se diferenciaria do resto do mundo e teria oportunidade de atrair investimentos, não só no upstream [exploração e produção de petróleo] quanto no downstream [refino e distribuição de combustíveis], porque os investidores veriam no Brasil um país que segue regras de mercado."

Segundo ele, o governo deveria focar os esforços em políticas que beneficiem a população de baixa renda, sem subsidiar a compra de produtos por consumidores mais ricos.

Programa para declarar IR tem falhas no primeiro dia

Contribuintes não conseguem baixar programa; sindicato culpa equipe reduzida

Cristiane Gercina e Luciana Lazarini

SÃO PAULO Os contribuintes que tentaram baixar o programa para declarar e enviar o Imposto de Renda 2022 nesta segunda-feira (7) encontraram falhas e dificuldades para fazer o download. Em muitos casos, não era possível baixá-lo. O aplicativo também ficou fora do ar.

O motivo da instabilidade é o alto número de acessos, segundo a Receita Federal. Em nota, o órgão pediu que os contribuintes com dificuldade tentassem baixar o programa mais tarde.

"Em razão do alto número de acessos nos primeiros momentos desta manhã, o download do programa está apresentando instabilidade. Essa situação já está sendo tratada e recomenda-se que aguardem e tentem novamente mais tarde", diz.

À noite, horário de menor fluxo, a reportagem conseguiu concluir o download do programa. O sistema apresentava menor lentidão.

O órgão liberou o programa gerador da declaração do IR às 8h desta segunda. Esse é o prazo inicial para que o contribuinte preste contas ao fisco. A data-limite é 29 de abril, às 23h59. Quem é obrigado a declarar e perde o prazo paga multa mínima de R$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

Até as 17h desta segunda, 130.099 declarações, o que representa 0,38% do total previsto para este ano, de 34,1 milhões, haviam sido entregues.

O prazo já começa com atraso de ao menos uma semana em relação a anos anteriores. O motivo é a operação-padrão dos servidores da Receita após o governo tirar verba do órgão no Orçamento de 2022 para cumprir promessa de reajuste a outras categorias, como os policiais.

Quem tentou o baixar o programa logo nos primeiros minutos desta segunda conseguiu o acesso, porém o download estava lento, indicando, muitas vezes, até uma hora para ser instalado no computador. Já quem tentou baixar após as 8h30 não teve sucesso. Havia uma tela de erro.

No caso do app, a mensagem que aparecia era que o sistema estava em manutenção.

Em anos anteriores, a prestação de contas começava em 1º de março e a Receita liberava o programa dias antes para o contribuinte se familiarizar com as regras e as novidades. Neste ano, isso não foi possível, por causa não só da operação-padrão mas por pedidos de demissão em massa dos auditores. Com a falha no download, a entrega do IR poderá atrasar ainda mais.

A Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) confirmou a falha.

Segundo Mauro Silva, presidente da entidade, a mobilização dos servidores, com entrega de cargos de chefia, operações meta zero e equipes reduzidas, tem reflexos nos serviços prestados aos cidadãos.

"O fluxo normal do trabalho ficou afetado, e algumas coisas que são relativas a Imposto de Renda acabam afetadas também, então evidentemente que isso tem reflexo da mobilização dos auditores, porque as equipes não estão completas, sem as chefias das comunicações entre equipes, planejamentos, os cronogramas acabam não sendo realizados da melhor maneira, então deve ser reflexo", diz.

PASSO A PASSO PARA BAIXAR O PROGRAMA
folha.com/x7lrf69i

Gratificação 'por fora' paga pela empresa é tributada

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

SÃO PAULO Os valores pagos "por fora", como gratificação por serviços prestados, compõem a renda mensal e são considerados rendimentos do trabalho assalariado. Assim, devem ser declarados.

*

Como declaro aluguel recebido via Airbnb? (E.C.) Considerando que a Airbnb apenas realiza a intermediação na locação de imóveis, se os aluguéis tiverem sido pagos por pessoa física, devem ser declarados, líquidos do valor da intermediação, na ficha Rendimentos Recebidos de PF e do Exterior pelo Titular, na subficha Outras Informações, na coluna Aluguéis, conforme o mês do recebimento. Se houve o recolhimento do carnê-leão, informe o valor na coluna Darf pago - cód. 0190. O valor pago à Airbnb deve ser informado na ficha Pagamentos Efetuados, com o código 71 ou 72, indicando CNPJ e nome do administrador/corretor de imóveis e o total pago em 2021. Se os aluguéis foram pagos por pessoa jurídica, informar, conforme o comprovante de rendimentos fornecido pela fonte pagadora, na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular, líquido do valor da intermediação, com CNPJ e nome da fonte pagadora, o total dos aluguéis recebidos e o IR retido na fonte, se houver.

Recebo um valor por fora, que consta no contracheque, mas não na carteira de trabalho. Não houve retenção do IR no contracheque, mas esse extra, somado ao salário da carteira, supera R$ 28.559,70. Preciso declarar? (R.S.) Sim. Para fins do IR, os valores pagos pelo empregador como gratificação por serviços profissionais prestados têm caráter remuneratório e são considerados rendimentos do trabalho assalariado. Informe o total dos valores recebidos na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ pelo Titular.

Envie sua dúvida

As perguntas devem ser enviadas para o email tireduvidasdoir@grupofolha.com.br. A **Folha** publica as respostas que possam abranger o maior número possível de leitores

SAIBA MAIS SOBRE O IR
folha.com/impostoderenda

Brasileiros encontram centavos em consulta no site do Banco Central

SÃO PAULO Quando o Banco Central anunciou, em janeiro, que liberaria R$ 8 bilhões em valores esquecidos pelos brasileiros, o sistema saiu do ar após a explosão no número de acessos e só voltou a funcionar no mês seguinte.

O suspense se manteve quando a consulta foi liberada novamente, em 14 de fevereiro: não era possível saber o valor, apenas se havia dinheiro a ser recuperado ou não.

Nesta segunda (7), começou a ser liberado o valor que cada pessoa ou empresa tem para transferir. A expectativa é grande, mas, em muitos casos, o dinheiro era pouco e há relatos de quem encontrou apenas centavos esquecidos nos bancos.

Entre os dias 7 e 11 de março, nascidos antes de 1968 podem descobrir quanto têm para retirar e pedir a transferência bancária. Ao fazer a consulta, o sistema informa a data em que o cidadão deve retornar para descobrir o valor e recuperar o dinheiro.

Só na primeira semana de acesso, mais de 100 milhões de brasileiros buscaram saber se tinham dinheiro a receber. Na primeira fase do programa há R$ 4 bilhões para 28 milhões de CPFs e CNPJs.

SAIBA COMO CONSULTAR E LIBERAR O DINHEIRO ESQUECIDO NO SITE DO BC
folha.com/e5tx0wna

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO
ABERTURA

Acha-se aberta no Hospital Geral "Dr. José Pangella" de Vila Penteado, a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº **0012/22**, Oferta de Compra Nº **090156000012022OC00012**, **referente ao Processo nº SES-PRC-2021/53452**, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR**. A realização do Pregão Eletrônico será no dia 18 de Março 2022 às 09h00min. O edital na íntegra será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS" e www.bec.sp.gov.br, opção "PREGÃO ELETRÔNICO".

RÁDIO AMÉRICA S/A
CNPJ: 60.509.072/0001-90
Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16/03/2022, às 15h, na sede social, R. Dona Inácia Uchôa, nº 62, Bloco A, 5º andar, Vila Mariana, nesta, a fim de deliberar sobre a eleição de novo Diretor Presidente, em razão da renúncia apresentada pela Sra. Deusirene Alves Oliveira. São Paulo, 08/03/2022. **Waldemir dos Santos,** Diretor Gerente.

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 171/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 5553/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00122 - PARA AQUISIÇÃO DE: ALIMENTO NUTRICIONAL PARA DIETAS ENTERAL OU ORAL.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 18/03/2022 às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **08/03/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR**. SÃO PAULO, 07 MARÇO 2022.

COMUNICADO PÚBLICO

A Claro S.A., prestadora de Serviço Móvel Pessoal, comunica que à partir do mês de abril, será alterado os novos valores promocionais praticados nos Planos Alternativos de Serviços Pós-Pagos, bem como os serviços adicionais, abaixo descriminados:
Planos: Telemetria Individual nº 037, 042 e Telemetria Compartilhado nº 060.
Serviços: Tarifas VC1/VC1i/VC1F; Serviço de Gestão; Pacotes de SMS, sofrerão alteração no valor promocional em **10,67%***. Todos os valores serão praticados em conformidade com o Art. 52 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 632/2014 da Anatel, respeitando os valores máximos homologados.
Para conhecer os novos valores praticados para o segmento GE entre em contato com seu Gerente de Contas. Valores expressos em reais, com tributos, vigentes a partir de abril/2022. Dúvidas, ligue 1052.

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA
EXTRATO DE AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Sandovalina, torna público, que se acha aberta a presente licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2022, do tipo Menor Preço, que será realizada no dia 18/03/2022 a partir das 9hs00, devido às alterações, sendo retificados os seguintes itens: Anexo II e Anexo III do Edital, permanecendo os demais itens inalteráveis. O Edital Retificado em seu inteiro teor poderá ser retirado pelos interessados diretamente no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e também através de solicitação enviada para o e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 07 de março de 2022. **Francisco Mendes da Silva Prefeito Municipal**

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA BONITA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 04/2022 - PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 02/2022

OBJETO: Aquisição de hipoclorito de sódio e ácido hexafluorsilícico destinado ao Setor Químico para tratamento de água em diversos pontos do município. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento: Dia 21 de Março de 2022, as 08:00 horas, no Departamento de Compras da Autarquia. O Edital na íntegra e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Compras da Autarquia, localizada na Rua Winifrida nº 339, Centro, Barra Bonita – SP, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00 horas ou podem ser obtidos na íntegra através do site www.saaebarrabonita.com.br. Para maiores informações e dúvidas, entrar em contato pelo telefone (14) 3604-3607 ou pelo e-mail saaebarrabonita@terra.com.br ou saaecompras@terra.com.br. Barra Bonita/SP, 07 de Março de 2022. José Arlindo Reginato Dias - Superintendente do SAAE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022- PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2022. DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04 DE MAIO DE 2022. CREDENCIAMENTO: O credenciamento das licitantes será realizados das **9:00 às 9:15 horas, a partir desse horário inicia-se abertura das propostas e lances. LOCAL:** www.portaldecompraspublicas.com.br tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, CONTRATO ADMINISTRATIVO,** e atenderá os anseios da Lei Complementar n.º 123, de 14 de Dezembro de 2006. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01 AMBULÂNCIA 4X4 DE ACORDO COM A PROPOSTA 13880.559000/1210-03 DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I). Disponível no site www.tupipaulista.sp.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Tupi Paulista- (18) 3851-9000.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

KARSTEN RAUL REINHARD, Passaporte alemão nº C276FFC62, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração no DEUTSCHE SPARKASSEN LEASING DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A., CNPJ nº 23.511.655/0001-20. ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na internet). Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB. Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL - Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf Gerência Técnica em São Paulo II (GTSP2). Avenida Paulista, 1804 - 5º andar - São Paulo - SP - CEP 01310-922. São Paulo (SP), 07 de março de 2022.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
DECISÃO ADMINISTRATIVA
Processo Administrativo nº 2188-1/2022 - Recurso referente ao Pregão Presencial nº 05/2022 – Processo nº 1029-4/2022

Após análise das razões de recurso administrativo, apresentadas pela empresa DUPATRI HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., junto ao processo licitatório, modalidade **Pregão Presencial nº 05/2022**, que trata do REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MEDICAMENTOS relativo à Ordens Judiciais, com aplicação eventual do desconto CAP (RESOLUÇÃO CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006), para atendimento às necessidades da Farmácia Municipal, bem como, do parecer jurídico, anexo aos autos, **DECIDO** por conhecer o recurso apresentado, para, no mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO-SE** a desclassificação da empresa recorrente.
Publique-se esta decisão, dando ciência à recorrente.
Após, encaminhe-se os autos ao Pregoeiro, para conhecimento e prosseguimento da marcha processual.

Cumpra-se.
Jaboticabal, 04 de março de 2022
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

MUNICIPIO DE NARANDIBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022

ITAMAR DOS SANTOS SILVA, Prefeito Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, **HOMOLOGO** a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022**, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCULTURAS ARTISTICAS NA PRAÇA CELESTE VENDRAMINI (PRAÇA CENTRAL) DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**. Que o Setor de Licitação dê publicidade e lavre o competente instrumento contratual para o que o processo surta seus efeitos.
Prefeitura Municipal de Narandiba, em 07 de março de 2022.
ITAMAR DOS SANTOS SILVA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 - PROCESSO Nº 11/2022

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública objetivando Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de cestas básicas, destinadas ao atendimento da Coordenadoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pelo período de 12 meses. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 21/03/2022. INÍCIO DA DISPUTA: às 09:00 horas do dia 21/03/2022. LOCAL: Plataforma BLL. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.
Fartura, 07 de março de 2022. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - à Av. Ibirapuera, n.º 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 170/2022 - PROCESSO IAMSPE N.º 5757/2021 - OFERTA DE COMPRA Nº 532101530552022OC00046 - PARA AQUISIÇÃO DE: KIT PARA IDENTIFICAÇÃO CORONAVIRUS 19.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 18/03/2022 às 9:00 HS.** Os interessados deverão acessar, a partir de **08/03/2022**, o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seus representantes. O EDITAL DA PRESENTE LICITAÇÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL TAMBÉM NO SITE **WWW.E-NEGOCIOSPUBLICOS.COM.BR**. SÃO PAULO, 07 MARÇO 2022.

Edital de Convocação - AGE - O presidente do **Sindicato dos Empregados em Edifícios, Condomínios e Empregados em Turismo e Hospitalidade de Araçatuba e Região**, no uso das prerrogativas legais e estatutárias, convoca todos os integrantes da categoria profissional de **"Empregados em Empresas de Lavanderias"**, associados e não associados para participarem da AGE, que será realizada no dia 15/03/2022, às 13h, em 1ª convocação, na sede desta entidade, à Rua XV de Novembro, 376, em Araçatuba/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elaboração e aprovação da Pauta de Reivindicações (cláusulas econômicas e sociais) data-base em 01.04.2022; b) Autorização para a Diretoria do Sindicato, providenciar as negociações, formalizar acordos, instaurar dissídios coletivos perante a SRT/SP e/ou Tribunal Regional do Trabalho, nos termos da legislação em vigor; c) Discussão, fixação e aprovação do percentual e desconto da Contribuição Assistencial; d) Direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da assinatura da convenção coletiva de trabalho, para o trabalhador que não concorde com o mesmo e que apresente sua oposição, por carta ou e-mail: seecetha@terra.com.br ou seecethar@hotmail.com. Caso não haja número legal de integrantes da categoria profissional presente, em 1ª convocação, a Assembleia será realizada 01 hora após, em 2ª convocação, com qualquer número de presentes. Araçatuba/SP, 08.03.2022. **Valdenir Ferreira da Silva** - Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - A entidade **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÕES E BORDADOS DE IBITINGA E REGIÃO**, com sede na Avenida Engenheiro Ivanil Franceschini nº 5.305, Jardim São José, na cidade de Ibitinga/SP, por sua presidente, Josineide de Camargo Souza, convoca todos os representados, integrantes da categoria "Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de roupas, bordado e artesanato em geral", data base em 01 de junho, para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no próximo dia 11 de março de 2022, às 17:00 horas, em primeira convocação, na sede da entidade, onde deliberarão a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação da Pauta de Reivindicação para a negociação coletiva desta categoria 2022/2023; b) Discussão e votação sobre a fixação de contribuição Assistencial e Confederativa, inclusive disciplinando o direito de oposição para o trabalhador; c) Autorização para diretoria da entidade celebrar Convenção Coletiva com a Entidade Sindical Patronal ou suscitar Dissídio Coletivo em caso de malogro da negociação coletiva; d) Outros assuntos de interesse da categoria. Realizada a primeira convocação e não preenchido o "quorum" necessário, realizar-se-á segunda convocação no mesmo dia às 18:00 horas. Ibitinga/SP, 08 de março de 2022. **Josineide de Camargo Souza** - Presidente.

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220021

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220021 de interesse da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de CAP, Curva e Joelho PVC, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 782022, até o dia 22/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 25 de Fevereiro de 2022. JORGE LUIS LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA - PREGOEIRO

MUNICIPIO DE NARANDIBA
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, nº 540, Vila Rica, o processo licitatório, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022**, o qual será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – U.B.S., NO RESIDENCIAL SANTO ANTONIO NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, NOS TERMOS DO CONVÊNIO Nº 101625/2021 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Fica estabelecido a abertura dos envelopes para dia **29/03/2022**, às **14:00 horas**, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18)3992-9082.
Narandiba, 07 de março de 2022. Itamar dos Santos Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
Estado de São Paulo

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo torna público que referente a Tomada de Preços 04/2022 Contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra e material, para prestação de serviços para Obra de recapeamento nos bairros São Roque e Bonsucesso, conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro, a licitante Pavidez Engenharia Ltda, apresentou renúncia do direito de recorrer da decisão de habilitação de todos os licitantes credenciados, conforme documento anexo ao processo, assim ficam convocadas as licitantes NJ Caetano Empreendimentos Imobiliários Ltda, Flex Comércio e Representação Ltda, Pavidez Engenharia Ltda, Construtora Etapa Ltda e Construtora Said Ltda para abertura dos envelopes propostas, a ocorrer no dia 10 de março de 2022 às 11:00 horas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
SEC OBRAS
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022 - PROCESSO Nº 069/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada para empreitada global com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução de Adequações e Melhorias no Parque da Cultura, neste município de Votuporanga. VISITA TÉCNICA: A Visita Técnica será efetuada até o dia 23 de março de 2022, por Representante, devidamente credenciado. Agendar pelo telefone (17) 3405-9700 - Ramal 9819, no horário das 09h00 às 15h00. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes serão recebidos até às 13h30 do dia 24 de março de 2022, na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, na Rua Pará nº 3227 - Patrimônio Velho. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações, no Paço Municipal, localizado na Rua Pará nº 3227 – Patrimônio Velho, Votuporanga/SP, horário das 09h00 às 15h00, dias úteis, ou ainda pelo site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.
ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 07/03/2022.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, SANTO ANDRÉ, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DA SERRA - SINDIMÓVEIS/ABC - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA - O presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - SINDIMÓVEIS/ABC - CNPJ 01.046.380/0001-68, Sr. Julio Henrique Cuco, no uso das suas atribuições estatutárias, convoca os associados quites e em condições de votar para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no próximo dia 10 de março de 2022, às 09h00min em primeira convocação com o quórum estatutário e às 11h00min em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, no endereço da Rua Jurubatuba, 1.350, sala 1015, Centro, São Bernardo do Campo CEP 09725-210, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Revisão/Alteração do estatuto social; 2) Mudança da sede do sindicato; 3) Informes gerais. São Bernardo do Campo, 07 de março de 2022. **Julio Henrique Cuco** - Presidente.

PREGÕES ELETRÔNICOS

PE.147/2022 – PEC.00363/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura do Pregão em 21/03/2022 às 14:00 horas

O(s) edital(is) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site **www.compras.saobernardo.sp.gov.br**. Telefones (11) 2630-5499/5498/5500/5495

DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2021

CNPJ Nº 10.663.610/0001-29 - NIRE nº 35300365968

I - DATA, LOCAL, HORA: Assembleia realizada no dia 30 do mês de novembro de 2021, às 14h00, na sede da DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., situada na Rua da Consolação nº 371 - 1º andar, São Paulo, Capital. **II - CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação da convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976). **III - QUÓRUM:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas lançadas às fls. 19, do Livro de Presença dos Acionistas. Presentes os acionistas: (i) Fazenda Pública do Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, CNPJ/MF 46.379.400/0001-50, representado pelos Procuradores do Estado Bruna Tapié Gabrielli, inscrita no CPF sob nº 295.573.468-33 e Bruno Lopes Megna, CPF nº 370.253.118-12; e (ii) a Companhia Paulista de Parcerias (CPP), com sede nesta Capital, na Avenida Rangel Pestana, nº 300 - 5º andar - sala 504, CNPJ/MF 06.995.362/0001-46, representada por seu Diretor de Assuntos Corporativos, Diego Jacome Valois Tafur, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.998.361-1 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.754.004-02 e pelo seu Diretor Financeiro João Carlos Gonçalves da Silva, portador da cédula de Identidade RG nº 12.839.136-4 e inscrito no CPF/MF nº 055.182.368-24. **IV - MESA:** Presidente: Sr. Jorge Luiz Avila da Silva, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.659.125 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 264.122.257-49, Presidente do Conselho de Administração. Secretária: Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion. Presente, ainda, o Senhor Thiago Rodrigues Liporaci, membro do Conselho Fiscal do Desenvolve SP, como convidado. **V - ORDEM DO DIA: A.** Aumento de Capital Social do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no valor de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para fins de subscrição, número de ações e respectivo valor unitário; **B.** Alteração do caput, do artigo 3º, do Estatuto Social, em decorrência do aumento do Capital Social da Sociedade, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária realizada no dia 16 de novembro de 2021. **VI - MANIFESTAÇÕES:** O Senhor Presidente registrou o cumprimento das formalidades legais determinadas pela Lei Federal nº 6.404/76. Todos os acionistas, titulares de ações da Agência em 10 de novembro de 2021, terão direito de subscrever o aumento de capital, na proporção de suas respectivas participações na Companhia, nos termos do artigo 171, da Lei nº 6.404/1976, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicidade deste ato. Desde logo, a acionista Companhia Paulista de Parcerias - CPP manifestou que renuncia ao seu direito de preferência. Aos acionistas foram apresentadas as manifestações favoráveis do Conselho de Administração (Certificado de Voto nº 77, de 16 de novembro de 2021) e do Conselho Fiscal da Companhia (conforme Parecer de 12 de novembro de 2021). Esses e os demais documentos referentes à pauta estão arquivados na sede. O senhor Presidente registrou que os assuntos objeto da ordem do dia foram encaminhados ao prévio exame do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, que se manifestou por meio do **Parecer CODEC nº 88/2021** (Processo Eletrônico SFP-PRC-2021/24812). **VII - DELIBERAÇÕES:** O voto do acionista Estado de São Paulo foi proferido nos exatos termos do Parecer CODEC nº 88/2021. Assim, os acionistas decidiram, por unanimidade: **ITEM A.** Aprovar o aumento de capital da companhia, no montante de R$ 1.000.000.000,00, passando o capital social de R$ 1.156.475.739,97 para R$ 2.156.475.739,97 e a correspondente quantidade de ações de 1.059.494.624 para 1.902.204.132. **ITEM B.** Aprovar a alteração do estatuto social, na forma proposta pela Companhia, contemplando, especificamente, o caput do artigo 3º, para fazer constar o novo valor do capital social, em decorrência do aprovado no item anterior "A", que passará de R$ 1.156.475.739,97 para R$ 2.156.475.739,97. Assim, a alteração para o dispositivo mencionado, passa a ter a seguinte redação: "ARTIGO 3º - O capital social é de R$ 2.156.475.739,97 (dois bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), dividido em 1.902.204.132 (um bilhão, novecentos e dois milhões, duzentos e quatro mil, cento e trinta e dois) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado." E, em decorrência dessa deliberação aprovar a consolidação do estatuto social, nos seguintes termos: "**ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO. ARTIGO 1º -** A sociedade por ações denominada **DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.** é uma empresa pública estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regendo-se pelo presente Estatuto, pelas Leis federais nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais disposições legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Parágrafo segundo -** A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo. **Parágrafo terceiro -** Na medida em que for necessário para a consecução do objeto social e observada sua área de atuação, a Companhia poderá abrir, instalar, manter, transferir ou extinguir filiais, dependências, escritórios, representações ou ainda designar representantes, respeitadas as disposições legais e regulamentares. **ARTIGO 2º -** Constitui objeto da Companhia a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo e a administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo. **Parágrafo primeiro -** Também estão englobadas no objeto social da Companhia: I. a prestação de garantias, observada a regulamentação em vigor; II. a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro; e III. a prestação de serviços como administradora de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. **Parágrafo segundo -** É expressamente proibida a realização pela Companhia: I. de qualquer operação de crédito ao Estado de São Paulo, ou a quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública estadual; II. a prestação de garantia ao Estado de São Paulo, aos Municípios ou a quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública estadual ou municipal; III. de recebimento de repasses do Tesouro do Estado de São Paulo para cobertura de despesas de pessoal ou de custeio. **Parágrafo terceiro -** A concessão de operações de créditos com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal, fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela Companhia. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES. ARTIGO 3º -** O capital social é de R$ 2.156.475.739,97 (dois bilhões, cento e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), dividido em 1.902.204.132 (um bilhão, novecentos e dois milhões, duzentos e quatro mil, cento e trinta e dois) de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. **Parágrafo primeiro -** O Conselho de Administração deliberará sobre as condições de emissão, subscrição e integralização das ações, em dinheiro, ou por meio da incorporação de reservas e lucros, indicando expressamente: I. o número, espécie e classe de ações que serão emitidas; II. as formas e as condições de subscrição; III. as condições de integralização, prazo e número de parcelas de realização; IV. o preço mínimo pelo qual as ações poderão ser subscritas; e IV. o prazo para subscrição da emissão. **Parágrafo segundo -** É possível que outras entidades, públicas ou privadas, participem minoritariamente do capital social da Companhia, desde que mediante prévia autorização do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), na forma da legislação vigente. **ARTIGO 4º -** A cada ação ordinária corresponderá 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL. ARTIGO 5º -** A Assembleia Geral será convocada, instalada e deliberará na forma da lei, sobre todas as matérias de interesse da Companhia. **Parágrafo primeiro -** A Assembleia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pela maioria dos Conselheiros em exercício. **Parágrafo segundo -** A Assembleia Geral será presidida preferencialmente pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo terceiro -** O Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, um ou mais Secretários, facultada a utilização de assessoria própria na Companhia. **Parágrafo quarto -** A ata de Assembleia Geral será lavrada conforme previsto no artigo 130, da Lei federal nº 6.404/1976. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. ARTIGO 6º -** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada. **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. ARTIGO 7º -** O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação superior da Companhia. **Composição, Investidura e Mandato: ARTIGO 8º -** O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data da eleição, estendendo-se até a posse dos sucessores, permitida a reeleição, no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas, observado que 5 (cinco) deles deverão ser representantes das seguintes Secretarias: I. 1 (um) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; II. 1 (um) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo; III. 1 (um) da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo; IV. 1 (um) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; e V. 1 (um) da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. **Parágrafo primeiro -** O Diretor-Presidente da Companhia integrará o Conselho de Administração, enquanto ocupar aquele cargo. **Parágrafo segundo -** Caberá à Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração fixar o número total de cargos a serem preenchidos, dentro do limite máximo previsto neste Estatuto, e designar o seu Presidente, não podendo a escolha recair na pessoa do Diretor-Presidente da Companhia que também for eleito Conselheiro. **Representante dos Empregados: ARTIGO 9º -** Fica assegurada a participação de 1 (um) representante dos empregados no Conselho de Administração, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros. **Parágrafo primeiro -** O Conselheiro representante dos empregados será escolhido pelo voto dos empregados, em eleição direta, vedada a recondução para período sucessivo. **Parágrafo segundo -** O Regimento Interno do Conselho de Administração poderá estabelecer requisitos de elegibilidade e outras condições para o exercício do cargo de representante dos empregados, além dos requisitos e das vedações do artigo 17, da Lei federal nº 13.303/2016. **Representante dos Acionistas Minoritários: ARTIGO 10 -** É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais Conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei federal nº 6.404/1976, e do artigo 19, da Lei federal nº 13.303/2016. **Membros Independentes: ARTIGO 11 -** O Conselho de Administração terá a participação de um ou mais membros independentes, observado o disposto nos artigos 19 e 22, da Lei federal nº 13.303/2016, garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "a", do artigo 116, da Lei federal nº 6.404/1976. **Parágrafo único -** A condição de conselheiro de administração independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger. **Vacância e Substituições: ARTIGO 12 -** Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro de Administração antes do término do mandato, o próprio Colegiado poderá deliberar sobre a escolha do substituto para completar o mandato do substituído, ficando a deliberação sujeita à ratificação posterior da próxima Assembleia Geral. **Parágrafo único -** Na vacância do cargo do Conselheiro representante dos empregados, será substituído por outro representante, nos termos previstos no Regimento Interno do Conselho de Administração. **Funcionamento: ARTIGO 13 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **Parágrafo primeiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, ou pela maioria dos Conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência escrita ou eletrônica a todos os Conselheiros e também ao Estado, por intermédio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo constar da convocação a data, horário e assuntos que constarão da ordem do dia. **Parágrafo segundo -** O Presidente do Conselho de Administração deverá zelar para que os Conselheiros recebam individualmente, com a devida antecedência em relação à data da reunião, a documentação contendo as informações necessárias para permitir a discussão e deliberação dos assuntos a serem tratados. **Parágrafo terceiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, observado o número mínimo legal e estatutário, cabendo a presidência dos trabalhos ao Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, ao Conselheiro de idade mais elevada. **Parágrafo quarto -** Em caso da ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este deverá funcionar com os demais membros, desde que respeitado o número mínimo de Conselheiros. **Parágrafo quinto -** O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá convocar diretores da Companhia ou empregados da Desenvolve SP para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação. **Parágrafo sexto -** As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a proposta aprovada da Diretoria ou dos órgãos competentes da Companhia, e de parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria. **Parágrafo sétimo -** Quando houver motivo de urgência, o Presidente do Conselho de Administração, ou a maioria dos Conselheiros em exercício, nos termos do parágrafo primeiro, deste artigo, poderá convocar as reuniões extraordinárias com qualquer antecedência, ficando facultada sua realização por via telefônica, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do Conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata. **Parágrafo oitavo -** O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos dos participantes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do Conselheiro que estiver presidindo os trabalhos. **Parágrafo nono -** As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por quem o seu Presidente indicar e todas as deliberações constarão de ata lavrada e registrada em livro próprio, com inclusão, de imediato, no Sistema de Informações das Entidades Descentralizadas - SIEDESC. **Parágrafo décimo -** Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata será arquivado no registro de comércio e publicado. **Atribuições: ARTIGO 14 -** Além das atribuições previstas em Lei, compete ainda ao Conselho de Administração: I. aprovar o planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; II. aprovar o plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; III. aprovar orçamentos de dispêndios e investimento, com indicação das fontes e aplicações de recursos; IV. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Colegiada; V. promover anualmente a análise do atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, excluindo-se dessa obrigação as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia; VI. fiscalizar e acompanhar a execução dos planos, programas, projetos e orçamentos; VII. determinar a elaboração de carta anual de governança e subscrevê-la; VIII. aprovar e revisar anualmente a elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas; IX. promover a divulgação anual do relatório integrado ou de sustentabilidade; X. definir objetivos e prioridades de políticas públicas compatíveis com a área de atuação da Companhia e o seu objeto social; XI. deliberar sobre política de preços e tarifas dos serviços fornecidos pela Companhia, respeitado o marco regulatório do respectivo setor; XII. autorizar a abertura, instalação e a extinção de filiais, dependências, escritórios e representações; XIII. deliberar sobre o aumento do capital social dentro do limite autorizado pelo Estatuto, fixando as respectivas condições de subscrição e integralização; XIV. fixar o limite máximo de endividamento da Companhia; XV. elaborar a política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da Companhia, submetendo-a à Assembleia Geral; XVI. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício em curso ou de reserva de lucros, sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Geral; XVII. propor à Assembleia Geral o pagamento de juros sobre o capital próprio ou distribuição de dividendos por conta do resultado do exercício social findo; XVIII. deliberar sobre a política de pessoal, incluindo a fixação do quadro, plano de empregos e salários, condições gerais de negociação coletiva, abertura de concurso público para preenchimento de vagas e Programa de Participação nos Lucros e Resultados; XIX. autorizar previamente, mediante provocação da Diretoria Colegiada, a celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar 5% (cinco por cento) do capital social, podendo o Conselho de Administração, também, quando julgar conveniente para os interesses da Companhia, avocar para si a decisão final acerca de negócios como os retro estipulados cujo valor seja inferior ao limite de 5% (cinco por cento) do capital integralizado da Companhia; XX. sempre que aprovado qualquer aumento de capital da Companhia, dentro do limite de alçada de 5% (cinco por cento) do capital integralizado estipulado no inciso anterior, bem como do limite de 1% (um por cento) do capital integralizado definido no artigo 19, inc. III, alínea "b"; XXI. aprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil em favor dos membros dos órgãos estatutários, empregados, prepostos e mandatários da Companhia; XXII. conceder licenças aos Diretores, observada a regulamentação pertinente; XXIII. aprovar o seu Regulamento Interno, que defina claramente as suas responsabilidades e atribuições e previna situações de conflito com a Diretoria, notadamente com o seu Presidente; XXIV. manifestar-se previamente sobre qualquer proposta da Diretoria Colegiada ou assunto a ser submetido à Assembleia Geral; XXV. avocar o exame de qualquer assunto compreendido na competência da Diretoria Colegiada e sobre ele expedir orientação de caráter vinculante; XXVI. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, política de relacionamento com partes relacionadas, política de gestão de pessoas, programa de integridade e Código de Ética, Conduta e Integridade dos agentes. XXVII. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude. XXVIII. estabelecer as políticas de porta-vozes e de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas; XXIX. avaliar os diretores da Companhia, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei federal nº 13.303/2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento; XXX. indicar Diretor estatutário que liderará a Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, vinculada ao Diretor-Presidente; XXXI. apoiar a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, quando houver suspeita do envolvimento em irregularidades ou descumprimento da obrigação de adoção de medidas necessárias em relação à situação relatada, por parte dos membros da Diretoria, assegurada sempre sua atuação independente; XXXII. aprovar o Código de Ética, Conduta e Integridade, a ser elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC; XXXIII. aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; XXXIV. supervisionar a instituição de mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Ética, Conduta e Integridade; XXXV. fixar os objetivos e aprovar a estratégia de atuação da Companhia, de forma a compatibilizá-los com os programas regionais e setoriais de desenvolvimento do Estado; XXXVI. aprovar os programas de desenvolvimento a serem executados pela Companhia, fixando critérios básicos, prioridades e condições das operações, com base em estudos aprovados pela Diretoria Colegiada; XXXVII. aprovar, mediante proposta da Diretoria Colegiada, as diretrizes dos programas de concessão de crédito ou prestação de garantia fidejussória, bem como as normas de condições do relacionamento com o agente financeiro, e o teor dos convênios celebrados com as Secretarias de Estado a que se acham vinculados os Fundos Especiais de Financiamento e Investimento; XXXVIII. fixar programa plurianual de investimentos e aprovar o orçamento anual, observado o disposto no artigo 165, incisos I e III, da Constituição da República; XXXIX. estabelecer diretrizes para a celebração de contratos e convênios com entidades públicas e privadas; XL. aprovar o Regulamento Interno do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração; XLI. aprovar a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio elaborada pela Diretoria Colegiada, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei federal nº 13.303/2016; XLII. aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, as competências e atribuições das diretorias; XLIII. eleger e destituir os membros da Diretoria Colegiada, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração. **CAPÍTULO VI - DIRETORIA COLEGIADA. Composição e Mandato. ARTIGO 15 -** A Diretoria Colegiada será composta por 4 (quatro) membros, sendo um Diretor-Presidente e 3 (três) Diretores Executivos, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas, os quais terão as seguintes funções: a) Diretor Financeiro e de Crédito, responsável pelas matérias de ordem financeira, contábil, controladoria e de crédito; b) Diretor de Negócios e Fomento, responsável pela operacionalização e comercialização dos produtos da Companhia; e c) Diretor Administrativo, de Projetos e Processos, responsável pelas matérias de planejamento e de gestão administrativa, incluída a tecnologia da informação e o desenvolvimento de projetos e processos. **Parágrafo único -** É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados pela Companhia. **Vacância e Substituições: ARTIGO 16 -** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, o Diretor-Presidente designará outro membro da Diretoria para cumular as funções. **Parágrafo único -** Nas suas ausências e impedimentos temporários, o Diretor-Presidente será substituído pelo Diretor por ele indicado. **ARTIGO 17 -** Em caso de vacância, e, até que seja eleito um sucessor, o Diretor Presidente será substituído, sucessivamente, pelo Diretor responsável pela área financeira e pelo Diretor de idade mais elevada. **Funcionamento: ARTIGO 18 -** A Diretoria Colegiada reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente ou de outros dois Diretores quaisquer. **Parágrafo primeiro -** As reuniões da Diretoria Colegiada serão instaladas com a presença de pelo menos metade dos Diretores em exercício, considerando-se aprovada a matéria que obtiver a concordância da maioria dos presentes; no caso de empate, prevalecerá a proposta que contar com o voto do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo -** As deliberações da Diretoria Colegiada constarão de ata lavrada em livro próprio e assinada por todos os presentes. **Atribuições: ARTIGO 19 -** Além das atribuições definidas em lei, compete à Diretoria Colegiada: I. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) a proposta de planejamento estratégico, contendo a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, as diretrizes de ação, metas de resultado e índices de avaliação de desempenho; b) a proposta de plano de negócios para o exercício anual seguinte, programas anuais e plurianuais, com indicação dos respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia, com a indicação das fontes e aplicações dos recursos, bem como suas alterações; d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia; e) os relatórios trimestrais da Companhia acompanhados dos balancetes e demais demonstrações financeiras; f) anualmente, a minuta do relatório da administração, acompanhada do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, com o parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria e a proposta de destinação do resultado do exercício; g) o Regimento Interno da Diretoria Colegiada e os regulamentos da Companhia; h) a proposta de aumento do capital social e de reforma deste Estatuto, ouvido o Conselho Fiscal, quando for o caso; i) a proposta da política de pessoal; j) a proposta de ampliação do limite de despesa com publicidade e patrocínio, observado o disposto no art. 93, § 2º, da Lei nº 13.303/16. II. Aprovar: a) os critérios técnicos de avaliação para os projetos de investimentos, com os respectivos planos de delegação de responsabilidade para sua execução e implantação; b) o plano de contas, observadas as normas do Banco Central do Brasil; c) o plano anual de seguros da Companhia; d) residualmente, dentro dos limites estatutários, tudo o que se relacionar com as atividades da Companhia e que não seja de competência privativa do Diretor-Presidente, do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral. III. Autorizar, observados os limites e as diretrizes fixadas pela lei, por este Estatuto e pelo Conselho de Administração: a) os atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, podendo fixar limites de valor para a delegação da prática desses atos pelo Diretor-Presidente ou qualquer outro Diretor; b) celebração de quaisquer negócios jurídicos envolvendo aquisição, alienação ou oneração de ativos, bem como assunção de obrigações em geral, quando, em qualquer caso, o valor da transação ultrapassar 1% (um por cento) e for inferior a 5% (cinco por cento) do capital social, ou outro que venha a ser definido na forma deste Estatuto. **ARTIGO 20 -** Compete ao Diretor-Presidente: I. representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo ser constituído procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais e notificações, observado o disposto no artigo 21, deste Estatuto; II. representar institucionalmente a Companhia nas suas relações com autoridades públicas, entidades públicas e privadas e terceiros em geral; III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Colegiada; IV. coordenar as atividades da Diretoria Colegiada; V. expedir atos e resoluções que consubstanciem as deliberações da Diretoria Colegiada ou que delas decorram; VI. coordenar a gestão ordinária da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Colegiada; VII. coordenar as atividades dos demais Diretores; VIII. promover a estruturação organizacional e funcional da Companhia, observado o disposto no artigo 14, XLII, deste Estatuto; IX. expedir as instruções normativas que disciplinam as atividades entre as diversas áreas da Companhia. X. admitir, demitir e praticar todos os atos da Administração referentes a empregados da Companhia, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa. **Parágrafo único.** A Área de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controle Interno será vinculada ao Diretor-Presidente. **Representação da Companhia: ARTIGO 21 -** A Companhia obriga-se perante terceiros: I. pela assinatura de dois Diretores, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou, na sua ausência, preferencialmente, o Diretor responsável pela área financeira; II. pela assinatura de um Diretor e um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; III. pela assinatura de dois procuradores, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato; IV. pela assinatura de um procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, nesse caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo único -** Os instrumentos de mandato serão outorgados por instrumento público, com prazo determinado de validade, e especificarão os poderes conferidos; apenas as procurações para o foro em geral terão prazo indeterminado. **CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL. ARTIGO 22 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, com as competências e atribuições previstas na lei. **ARTIGO 23 -** O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas. **Parágrafo único -** Na hipótese de vacância ou impedimento de membro efetivo, assumirá o suplente. **ARTIGO 24 -** O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros ou pela Diretoria Colegiada, lavrando-se ata em livro próprio. **Representante dos Acionistas Minoritários: ARTIGO 25 -** É garantida a participação, no Conselho Fiscal, de representante dos acionistas minoritários, e, dos preferencialistas, se houver, e seus respectivos suplentes, nos termos do artigo 240, e da alínea "a", do parágrafo quarto, do artigo 161, ambos da Lei federal nº 6.404/1976. **Parágrafo único -** É garantido, ao acionista controlador, o poder de eleger a maioria de seus membros, nos termos da alínea "b", do parágrafo 4º, do artigo 161, da Lei federal nº 6.404/1976. **CAPÍTULO VIII - OUVIDORIA. ARTIGO 26 -** A Companhia contará com 1 (um) Ouvidor, que terá por atribuições: I. atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; II. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços da Companhia que não forem solucionadas pelo atendimento habitual, ou encaminhadas pelo Banco Central do Brasil, por órgãos públicos ou por outras unidades públicas ou privadas; III. prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos demandantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; IV. informar aos demandantes o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado ao número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas do mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; V. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto, informado no inciso anterior; VI. manter o Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada da instituição, informados sobre os problemas e deficiências detectados durante a análise das demandas recebidas, e sobre o resultado das medidas adotadas para solucioná-los; VII. elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria, à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições, o qual será divulgado no sítio eletrônico da instituição na internet. **Parágrafo primeiro -** O Ouvidor será escolhido pelo Conselho de Administração, preferencialmente entre os funcionários da Companhia, para um mandato de 24 (vinte e quatro) meses, permitida a recondução, e somente poderá ser destituído por decisão fundamentada do Conselho de Administração, após procedimento interno conduzido pelo próprio Colegiado, e acompanhado pelo Conselho Fiscal. **Parágrafo segundo -** A Companhia garantirá à Ouvidoria: I. a criação e manutenção das condições adequadas para seu pleno e regular funcionamento, bem como para que sua atuação possa pautar-se pelos critérios de transparência, independência, imparcialidade e isenção; e II. o pleno acesso às informações necessárias para a apuração dos fatos relacionados às demandas recebidas e a formulação de resposta adequada a tais demandas, garantindo à Ouvidoria total apoio administrativo e atendendo prontamente a suas requisições de informações e documentos necessários ao exercício de suas atividades. **Parágrafo terceiro -** Caso o Ouvidor seja funcionário da Companhia, deverá optar entre uma das duas remunerações. **Parágrafo quarto -** Nas ausências legais e temporárias do Ouvidor, a Diretoria Colegiada designará, dentre os funcionários da Companhia que preencherem os requisitos exigidos para o exercício do Cargo, o substituto que responderá como Ouvidor durante o período de afastamento do titular, sem prejuízo da ratificação da indicação, pelo Conselho de Administração. **CAPÍTULO IX - COMITÊ DE AUDITORIA. ARTIGO 27 -** A Companhia terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente, formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sem mandato fixo, devendo ao menos 1 (um) dos membros do Comitê possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e auditoria, que o qualifiquem para a função. **Parágrafo primeiro -** O Comitê será coordenado por um Conselheiro de Administração independente. **Parágrafo segundo -** Para integrar o Comitê, devem ser observadas as condições mínimas estabelecidas em lei, em especial o parágrafo 1º, do artigo 25, da Lei federal nº 13.303/2016, neste Estatuto e em normas do Conselho Monetário Nacional. **Parágrafo terceiro -** A disponibilidade mínima de tempo exigida de cada integrante do comitê de auditoria corresponderá a 30 (trinta) horas mensais. **Parágrafo quarto - A função de integrante do Comitê de Auditoria é indelegável. ARTIGO 28 -** São atribuições do Comitê de Auditoria: I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas; II. recomendar, à administração da instituição, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; III. analisar, em conjunto com a Companhia de auditoria independente, as principais políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, bem como quaisquer mudanças significativas na aplicação ou escolha de tais políticas, práticas e princípios; IV. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do Auditor Independente; V. supervisionar tecnicamente as atividades da Auditoria Interna da Desenvolve SP; VI. avaliar a qualidade e a efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos existentes na Desenvolve SP; VII. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos; VIII. avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes ou internos; IX. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; X. recomendar, à Diretoria Colegiada da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; XI. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria Colegiada da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; XII. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso XI, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria Colegiada da instituição; XIII. reunir-se com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; XIV. elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria, contendo, no mínimo, o exigido pelo Banco Central do Brasil, de acordo com a regulamentação vigente; XV. manter à disposição do Banco Central do Brasil e do Conselho de Administração da instituição o relatório do Comitê de Auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração; XVI. publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento; XVII. outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil; XVIII. referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; XIX. promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; XX. garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; XXI. zelar pelo cumprimento do Código de Ética, Conduta e Integridade e o Programa de Integridade Anticorrupção da Companhia; XXII. avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Ética, Conduta e Integridade e o Programa de Integridade Anticorrupção, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XXIII. monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Ética, Conduta e Integridade e o Programa de Integridade Anticorrupção, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias; XXIV. avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas. **ARTIGO 29 -** O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei. **CAPÍTULO X - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO. ARTIGO 30 -** A Companhia contará com um Comitê de Remuneração, composto de 3 (três) membros efetivos e um suplente, com mandato de 2 (dois) anos, renovável até o máximo de 10 (dez) anos. **Parágrafo primeiro -** Os membros do Comitê de Remuneração serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo ao disposto neste Estatuto e o seu Regulamento Interno. **Parágrafo segundo -** Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração não deverá ser membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Colegiada. **Parágrafo terceiro -** Os membros do Comitê de Remuneração deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores. **Parágrafo quarto -** Será destituído o membro do Comitê de Remuneração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas, salvo motivo de força maior ou caso fortuito e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração. **Parágrafo quinto -** São atribuições do Comitê de Remuneração: a) elaborar a política de remuneração de administradores da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Companhia; c) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da Companhia; d) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei nº 6.404/1976; e) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores; f) analisar a política de remuneração de administradores da Companhia em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; g) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de risco, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nas normas inerentes. h) elaborar, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa) dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", contendo as informações previstas no artigo 15 da Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional. **Parágrafo sexto -** O funcionamento do Comitê de Remuneração deverá observar o Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração, observando-se, ainda, que o referido Comitê reunir-se-á no mínimo semestralmente para avaliar e propor a remuneração fixa e variável dos administradores da Companhia. **Parágrafo sétimo -** Os membros do Comitê de Remuneração não receberão qualquer remuneração pelo exercício do cargo. **CAPÍTULO XI - COMITÊ DE ELEGIBILIDADE E ACONSELHAMENTO. ARTIGO 31 -** A Companhia terá um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais, observado o disposto no artigo 10, da Lei federal nº 13.303/2016. **Parágrafo primeiro -** O Comitê: I. Emitirá manifestação conclusiva, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II. Verificará a conformidade do processo de avaliação dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais; III. Deliberará por maioria de votos, com registro em ata, devendo ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive das dissidências e dos protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas; IV. Deverá manifestar-se, no prazo de 7 (sete) dias, contado da data de recebimento das fichas cadastrais e documentação comprobatória dos indicados, sob pena de ser noticiada a omissão ao Conselho de Administração e às instâncias governamentais competentes. **Parágrafo segundo -** Em caso de manifesta urgência, o Comitê se reunirá, facultativamente, por meio virtual, emitindo sua deliberação de forma a possibilitar tempestivamente os procedimentos necessários; **Parágrafo terceiro -** Após a manifestação do comitê, a ata deverá ser encaminhada pela Companhia ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com solicitação de convocação de Assembleia Geral destinada à eleição dos aprovados. **Parágrafo quarto -** Os originais das fichas cadastrais e a documentação comprobatória examinada deverão ser mantidos em arquivo pela Companhia. **ARTIGO 32 -** Os órgãos de administração também poderão submeter ao Comitê solicitação de caráter consultivo objetivando o aconselhamento estratégico para o atendimento do interesse público que justificou a criação da Companhia, nos termos do artigo 160, da Lei federal nº 6.404/1976. **ARTIGO 33 -** O Comitê será composto por até 3 (três) membros, eleitos por Assembleia Geral, sem mandato fixo, que poderão participar das reuniões daquele Colegiado, com direito a voz, mas não a voto. **Parágrafo único -** Os membros do comitê devem ter experiência profissional de, no mínimo, 3 (três) anos na Administração Pública, ou, 3 (três) anos no setor privado, na área de atuação da Companhia ou em área conexa. **CAPÍTULO XII - ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE INTERNO. ARTIGO 34 -** A Companhia terá uma Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. **Parágrafo primeiro -** A área poderá contar com o apoio operacional de auditoria interna e manter interlocução direta com o Conselho Fiscal e com o Comitê de Auditoria. **Parágrafo segundo -** A área prevista neste Capítulo se reportará diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de membro da Diretoria em irregularidades ou quando integrante da Diretoria se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, assegurada sempre sua atuação independente. **ARTIGO 35 -** Compete à área, além do atendimento às disposições aplicáveis do artigo 9º da Lei federal nº 13.303/2016, o seguinte: I. estabelecer políticas de incentivo ao respeito às leis, às normas e aos regulamentos, bem como à prevenção, à detecção e ao tratamento de riscos de condutas irregulares, ilícitas e antiéticas dos membros da Companhia, devendo para isso adotar estruturas e práticas eficientes de controles internos e de gestão de riscos estratégicos, patrimoniais, operacionais, financeiros, socioambientais e reputacionais, dentre outros, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional; II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, atos normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III. disseminar a importância da conformidade, do gerenciamento de riscos e do controle interno, bem como da responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; IV. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia; V. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VI. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da Companhia; VII. avaliar o cumprimento das metas previstas nos planos, projetos e orçamentos, comprovando a legalidade e avaliando os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 74 da Constituição da República; VIII. identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e tempestivamente, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos, orientar a tomada de decisão, o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos do controle interno; IX. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; X. adotar procedimentos de controle interno, objetivando prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão das informações da Companhia; XI. elaborar e divulgar o Programa de Integridade Anticorrupção; XII. submeter à avaliação periódica do Comitê de Auditoria a aderência das práticas empresariais ao Código de Ética, Conduta e Integridade e ao Programa de Integridade Anticorrupção, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; XIII. manter canal institucional, que poderá ser externo à Companhia, para recebimento de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a sua reputação, incluindo as infrações ao Código de Ética, Conduta e Integridade e ao Programa de Integridade Anticorrupção; XIV. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria. **Parágrafo primeiro -** Os Administradores da Companhia divulgarão e incentivarão o uso do canal institucional de denúncias, que deverá assegurar o anonimato do denunciante por prazo indeterminado e a confidencialidade do processo de investigação e apuração de responsabilidades até a publicação da decisão administrativa definitiva. **Parágrafo segundo -** Sob supervisão do Conselho de Administração, a Desenvolve SP deverá instituir mecanismo de consulta prévia para solução de dúvidas sobre a aplicação do Código de Ética, Conduta e Integridade e do Programa de Integridade Anticorrupção e definir orientações em casos concretos. **Parágrafo terceiro -** O Código de Ética, Conduta e Integridade, elaborado e divulgado pelo Comitê de Ética, e o Programa de Integridade Anticorrupção, elaborado e divulgado pela Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração e ficarão disponíveis no sítio eletrônico da Desenvolve SP, dispondo sobre os padrões de comportamento ético esperados dos administradores, fiscais, empregados, prepostos e terceiros contratados, observadas as diretrizes estabelecidas no Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016. **Parágrafo quarto -** O Comitê de Ética e a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno ficarão responsáveis pela implementação de treinamento periódico sobre o Código de Ética, Conduta e Integridade e o Programa de Integridade Anticorrupção, respectivamente. **CAPÍTULO XIII - AUDITORIA INTERNA. ARTIGO 36 -** A Companhia terá Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, regido pela legislação e regulamentação aplicável. **Parágrafo único -** A área será responsável por aferir: I. a adequação dos controles internos; II. a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança; III. a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. **ARTIGO 37 -** A composição e o detalhamento de suas atribuições serão definidos em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **ARTIGO 38 -** Caberá ao Comitê de Auditoria referendar a escolha, pelo Conselho de Administração, do responsável pela Auditoria Interna, propor sua destituição àquele e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos. **ARTIGO 39 -** A Auditoria Interna prestará apoio operacional à Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. **CAPÍTULO XIV - REGRAS COMUNS AOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS. Posse, Impedimentos e Vedações: ARTIGO 40 -** Os membros dos órgãos estatutários deverão comprovar o atendimento das exigências legais, mediante apresentação de currículo e documentação pertinente nos termos da normatização em vigor. **ARTIGO 41 -** Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de atas, após aprovação pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo primeiro -** O termo de posse deverá ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à homologação do Banco Central do Brasil, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão para o qual o membro tiver sido eleito, e deverá conter a indicação de pelo menos um domicílio para recebimento de citações e intimações de processos administrativos e judiciais, relativos a atos de sua gestão, sendo permitida a alteração do domicílio indicado somente mediante comunicação escrita. **Parágrafo segundo -** A investidura ficará condicionada à apresentação de declaração de bens e valores, na forma prevista na legislação estadual vigente, que deverá ser atualizada anualmente e ao término do mandato. **Parágrafo terceiro -** A alteração na composição dos órgãos estatutários será imediatamente comunicada ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. **ARTIGO 42 -** Salvo na hipótese de renúncia ou destituição, considera-se automaticamente prorrogado o mandato dos membros dos órgãos estatutários da Companhia, à exceção do Conselho Fiscal, até a posse dos respectivos substitutos. **Remuneração e Licenças: ARTIGO 43 -** A remuneração dos membros dos órgãos estatutários será fixada pela Assembleia Geral e não haverá acumulação de vencimentos ou quaisquer vantagens em razão das substituições que ocorram em virtude de vacância, ausência ou impedimento temporário, ou acumulação em Conselhos e Comitês. **Parágrafo primeiro -** A remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral e, nos casos em que os integrantes do Comitê também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa. **Parágrafo segundo -** Fica facultado ao Diretor, que, na data da posse, pertença ao quadro de empregados da Companhia, optar pelo respectivo salário. **ARTIGO 44 -** Os Diretores poderão solicitar ao Conselho de Administração afastamento por licença não remunerada, desde que por prazo não superior a 3 (três) meses, o qual deverá ser registrado em ata. **CAPÍTULO XV - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, LUCROS, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS. ARTIGO 45 -** O exercício social coincidirá com o ano civil, findo o qual a Diretoria Colegiada fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em Lei. **ARTIGO 46 -** As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei. **Parágrafo primeiro -** O dividendo poderá ser pago pela Companhia sob a forma de juros sobre o capital próprio. **Parágrafo segundo -** A Companhia poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, para efeito de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio. **CAPÍTULO XVI - LIQUIDAÇÃO. ARTIGO 47 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, se o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, fixando sua remuneração. **CAPÍTULO XVII - MECANISMO DE DEFESA. ARTIGO 48 -** A Companhia assegurará aos membros dos órgãos estatutários a defesa técnica em processos judiciais e administrativos propostos durante ou após os respectivos mandatos, por atos relacionados com o exercício de suas funções. **Parágrafo primeiro -** A mesma proteção poderá, mediante autorização específica do Conselho de Administração, ser estendida aos empregados, prepostos e mandatários da Companhia. **Parágrafo segundo -** A forma, os critérios e os limites para a concessão da assistência jurídica estabelecida neste artigo serão definidos pelo Conselho de Administração. **Parágrafo terceiro -** Além de assegurar a defesa técnica, a Companhia arcará com as custas processuais, emolumentos de qualquer natureza, despesas administrativas e depósitos para garantia de instância. **Parágrafo quarto -** O agente que for condenado ou responsabilizado, com sentença transitada em julgado, ficará obrigado a ressarcir à Companhia os valores efetivamente desembolsados, salvo quando evidenciado que agiu de boa-fé e visando o interesse da Companhia. **Parágrafo quinto -** A Companhia poderá contratar seguro em favor dos membros dos órgãos estatutários, e, mediante aprovação do Conselho de Administração, em favor de empregados, prepostos e mandatários, para a cobertura de responsabilidades decorrentes do exercício de suas funções. **CAPÍTULO XVIII - DISPOSIÇÕES GERAIS. ARTIGO 49 -** Até o dia 30 de abril de cada ano, a Companhia publicará o seu quadro de empregos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição do Estado de São Paulo. **ARTIGO 50 -** Em face do disposto no artigo 101, da Constituição do Estado de São Paulo, na forma regulamentada pelo Decreto estadual nº 56.677, de 19 de janeiro de 2011, a contratação do advogado responsável pela chefia máxima dos serviços jurídicos da Companhia deverá ser precedida da aprovação do indicado pelo Procurador Geral do Estado, segundo critérios objetivos de qualificação, competência e experiência profissional. **ARTIGO 51 -** A Companhia deverá propiciar a interlocução direta de seus advogados com o Procurador Geral do Estado ou outro Procurador do Estado por ele indicado, com vistas a assegurar a atuação uniforme e coordenada, nos limites estabelecidos no artigo 101 da Constituição do Estado, observados os deveres e prerrogativas inerentes ao exercício profissional. **ARTIGO 52 -** É vedada a indicação, para os órgãos estatutários da Companhia, de pessoas que se enquadrem nas causas de inelegibilidade estabelecidas na legislação federal. **Parágrafo primeiro -** A proibição presente no "caput" deste artigo estende-se às admissões para empregos em comissão e às designações para funções de confiança. **Parágrafo segundo -** A Companhia observará o artigo 111-A, da Constituição do Estado de São Paulo, e as regras previstas nos Decretos estaduais nº 57.970, de 12 de abril de 2012, e nº 58.076, de 25 de maio de 2012, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **ARTIGO 53 -** A admissão de empregados pela Companhia fica condicionada à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, que deverá ser atualizada anualmente, bem como por ocasião do desligamento. **Parágrafo único -** A Companhia observará as regras previstas no artigo 13, da Lei federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações posteriores, e no Decreto Estadual nº 41.865, de 16 de junho de 1997, e suas alterações posteriores, bem como as eventuais que vierem a ser editadas. **ARTIGO 54 -** A Companhia observará o disposto na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e no Decreto Estadual nº 54.376, de 26 de maio de 2009, bem como as eventuais alterações que vierem a ser editadas. **VIII - ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente considerou finda a reunião e determinou fosse lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da mesa, dela tirando-se cópias autênticas para os fins legais. São Paulo, 30 de novembro de 2021. Presentes na Assembleia Geral: Bruna Tapié Gabrielli, Procuradora do Estado de São Paulo, representante do acionista Estado de São Paulo, Bruno Lopes Megna, Procurador do Estado de São Paulo, representante do acionista Estado de São Paulo, Diego Jacome Valois Tafur, Diretor de Assuntos Corporativos da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), representante do acionista CPP, João Carlos Gonçalves da Silva, Diretor Financeiro da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), representante do acionista CPP, Jorge Luiz Avila da Silva, Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, Thiago Rodrigues Liporaci, Membro do Conselho Fiscal, Gilmara Aparecida Biscalchim Brancalion, Secretária. Certifico tratar-se de cópia fiel que se contém no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral, realizada em 30 de novembro de 2021, da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (Extrato de ata registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 02/03/2022, sob o nº 113.091/22-9).

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20212355

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20212355, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios(Frutas, verduras e ervas desidratadas). MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 23552021, até o dia 23/03/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. CIRÍACO BARBOSA DAMASCENO NETO - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20211963

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20211963, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar (Clipes para Aneurisma), com equipamento em comodato. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 19632021, até o dia 22/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

Edital de Convocação - SINTERCAMP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM REFEIÇÕES DE CAMPINAS E REGIÃO - Assembleia Geral Extraordinária - O Presidente do Sindicato, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca pelo presente Edital, todos os sócios deste Sindicato, bem como os empregados nas empresas de Refeições Coletivas, Refeições Convênio, Cestas Básicas, Cozinhas Industriais, Restaurantes Industriais, Refeição Escolar, Refeições Servidas para Passageiros de Aeronaves de Campinas e Região, dos municípios de Aguaí, Águas da Prata, Águas de São Pedro, Americana, Américo Brasiliense, Analândia, Araraquara, Araras, Artur Nogueira, Boa Esperança do Sul, Borborema, Brotas, Campinas, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Cosmópolis, Descalvado, Dourado, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Ibaté, Ibitinga, Indaiatuba, Ipeúna, Iracemápolis, Itajobi, Itápolis, Itapira, Itirapina, Jaguariúna, Leme, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Mor, Nova Europa, Nova Odessa, Novo Horizonte, Paulínia, Pedreira, Piracicaba, Pirassununga, Porto Ferreira, Rafard, Ribeirão Bonito, Rincão, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Lúcia, Santa Maria da Serra, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antonio da Posse, Santo Antonio do Jardim, São Carlos, São João da Boa Vista, São Pedro, Sumaré, Tabatinga, Torrinha e Valinhos, quites com suas obrigações estatutárias, a fim de participarem de assembleia geral extraordinária, a ser realizada no dia **14 de março de 2022**, sendo a primeira convocação às **10h00** e, não atingido o "quorum" legal, em segunda convocação às **11h00**, com qualquer número de presentes, no endereço Rua Álvares Machado, nº 361, Campinas/SP, para apreciarem e deliberarem a seguinte ordem do dia: alteração e consolidação do estatuto social, exceto quanto à base territorial e representatividade. Obs: Para participar da Assembleia, os trabalhadores deverão apresentar CTPS e/ou documento que comprove a atividade na categoria da entidade juntamente com o documento de identidade. Campinas, 8 de março de 2022. **Paulo Eduardo Ritz** - Presidente.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20212419

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20212419 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de insumos de laboratório, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 24192021, até o dia 22/03/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220002

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220002 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico-hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 22022, até o dia 22/03/2022, às 10h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. ROBINSON DE BORBA E VELOSO - PREGOEIRO

EDITAL - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXERCICIO 2022 - Pelo presente edital, na qualidade de Presidente do **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE SÃO PAULO** - Inclusive Pesquisa e Beneficiamento de Minérios, CNPJ 47.467.857/0001-80, com sede na Rua Carlos Petit, 261, Vila Mariana, São Paulo, faz saber às empresas de sua base territorial da Capital e do Interior do Estado que, deverão descontar na folha de pagamento dos seus empregados, a Contribuição Sindical de todos os seus funcionários no mês de março (Artigos 578 a 591 da CLT), referente a 1/30 da remuneração do empregado (um dia de serviço prestado), acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, e efetuar o respectivo recolhimento até o dia 30/04/2022 (art. 583/CLT) na Caixa Econômica Federal, Lotéricas ou nos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do Sistema de Arrecadação dos Tributos Federais (art. 586/CLT). Referido recolhimento deverá ser efetuado em guias próprias ou boletos bancários, os quais já estão sendo enviados às empresas sujeitas ao desconto/recolhimento. As empresas que não receberem aludidas guias ou boletos em tempo hábil poderão solicitá-las através do telefone (11) 5549.1244 no Departamento de Contribuições ou através do email: sipetrolatendimento@terra.com.br. As empresas inadimplentes ficarão sujeitas à multa, juros e correção estabelecidos no art. 600 e 606 da CLT, além de outras penalidades impostas pela Fiscalização do Trabalho. As empresas remeterão à sede do Sindicato, dentro do prazo de 15 dias, contados da data do recolhimento da Contribuição Sindical, a relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, salário, adicional de periculosidade quando devido e o valor do desconto efetuado, conforme disposto na Nota Técnica/SRT/MTE/nº 202/2009. São Paulo, 7 de Março de 2022. **Antonio Eudimar de Oliveira** - Presidente.

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220005 - IG Nº 1152467000

Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220005 de interesse da Secretaria das Cidades, cujo OBJETO é: Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, para atender as necessidades das áreas administrativas e operacionais da Secretaria das Cidades, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 2462022, até o dia 22/03/2022, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Março de 2022. ÊNIO JOSÉ GONDIM GUIMARÃES - PREGOEIRO

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS" - Aviso de abertura de licitação - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" Pregão Eletrônico nº 08/2022- UASG 927826 Processo Licitatório nº 208/2022- Objeto **registro de preços para o fornecimento parcelado de testes rápidos para dengue, por um período de 12 meses**, com abertura às 09h00min do dia **21 de março de 2022**. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h30min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através dos sites www.gov.br/pt-br e www.mogiguacu.sp.gov.br. Mogi Guaçu, 07 de março de 2022. Wagner Tadeu Cezaroni – Superintendente.

LEILÃO Somente Online

LEILÃO DE BENS DIVERSOS
LEILÃO Nº 01/2022

Encerramento: 18/03/2022 a partir das 10h00m

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E OUTROS BENS.

VISITAÇÃO: dias 16 e 17/03/2022, no horário das 09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, **no endereço Rua Domingos Dias Correia, 148, Sala 10, Parque São José, CEP 14150-000 (Esquina com a Rua Onofre Serafim – Em frente ao Supermercado Eldi), Serrana/SP.**

Maiores informações, condições de venda e Edital completo no site!

Leiloeiro Oficial - Roberto Tadeu Gabriel - JUCESP 774

Tel. (11) 5811-0730 e (11) 99203-6014 | www.LanceLeiloes.com.br

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO DAE - BAURU/SP

Informações
Serviço de Compras do **DAE**, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 3235-6172, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do **DAE** estão disponíveis através de **download** gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br.
Processo Administrativo nº 7215/2021- DAE
Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços nº 027/2022 - DAE
Objeto: **Registro de preços para eventual aquisição de peças e acessórios novos, de acordo com a NBR 15.296/2005 – item 2.5, para veículos da linha leve das marcas Ford, GM, Renault e Volkswagen e da linha pesada das marcas Agrale, Ford, Iveco, Mercedes-Benz e Volkswagen, com maior percentual de desconto sobre a tabela de peças fornecida pelo fabricante**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data e Horário de Início da Sessão (Credenciamento e Entrega dos envelopes): 22/03/2022 às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Renan Sampaio Oliveira
Pregoeiro Substituto: Dhyego Palácios Bonifácio
"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 250,00"

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220008

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220008, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais serviços de Manipulação de Medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 82022, até o dia 23/03/2022, às 14h30min (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 03 de Março de 2022. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS DE CAMPINAS E REGIÃO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Pelo presente, ficam convocados todos os trabalhadores motoristas de caminhão, tratores, ajudantes, tratoristas, operadores de máquinas pesadas, nas empresas de coleta e tratamento de resíduos urbano e ambiental de Águas de Lindóia, Amparo, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Jaguariúna, Lindóia, Paulínia, Pedreira, Santo Antônio de Posse, Serra Negra e Valinhos, todas do Estado de São Paulo, representados por esta entidade sindical a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 11 de março de 2022 às 06:00 horas em primeira convocação e às 07:00 horas em segunda e última convocação, em frente às empresas: **Corpus-Indaiatuba, na Rua Ouro, 140, Bairro Recreio Campestre Jóia, CEP: 13346-630; Corpus-Valinhos na Rua Geraldo de Gasperi, 4981, Chácara São Bento e na Empresa Paulínia Sempre Limpa, na Rua Professor Zeferino, 988, Bairro Santa Terezinha, Paulínia-SP, com os trabalhadores das empresas aqui citadas, para discutir e aprovar os seguintes pontos da ordem do dia: 1**. Discutir, deliberar e aprovar pauta de reivindicações para os Acordos Coletivos/Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2023, com as empresas e/ou respectivas entidades sindicais patronais; **2**. Poderes para o Sindicato realizar as negociações da data-base, bem como celebrar Acordo Coletivo/Convenção Coletiva de Trabalho; **3**. Autorização para que a diretoria suscite medidas administrativas e ou judiciais (dissídio Coletivo e outros) e decretar greve, caso resultem infrutíferas as tentativas de negociação coletiva; **4**. Autorização para que a Assessoria Jurídica do Sindicato tome todas as medidas cabíveis na esfera administrativa e judicial na defesa dos interesses da categoria profissional; **5**. Aprovação da contribuição sindical, Cota de Participação Negocial, assistencial, retributiva e Taxa Negocial para custeio da entidade Sindical; **6**. Autorização da Categoria para desconto em folha e repasse diretamente para a entidade Sindical de todas as contribuições e benefícios sociais; **7**. Outros assuntos pertinentes e relevantes para a negociação coletiva. Campinas, 07 de março de 2022. **Paulo Vicente Ferreira** - Presidente.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 17/03/2022 às 14h 2º Leilão: dia 18/03/2022 às 14h

Eduardo Consentino, matrícula JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ATHENABANCO FOMENTO MERCANTIL LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 03.380.705/0001-70, levará a **PÚBLICO LEILÃO**, de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, sendo: **Primeiro Leilão: dia 17 de Março de 2022 às 14:00 horas. Segundo Leilão: dia 18 de Março de 2022 às 14:00 horas. Local do Leilão Presencial**: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP, e On-line no site www.biasileiloes.com.br. **Descrição do Imóvel: DATA DE TERRAS sob nº 11**, com área de 256,20 m², da Quadra nº 09, situada na planta do Loteamento denominado **"PARQUE DAS PALMEIRAS"**, desta cidade de Marialva/PR, com as seguintes divisas e metragens: **DIVISAS**: Com a data 18 no rumo NO 68°38' na distância de 11,60m; Com a data 12 no rumo SO 21°22' na distância de 22,00m; Com a Rua Andréia Cristina Rocha no rumo SE 68°38' na distância de 11,60m; Finalmente com a data 10 no rumo NE 21°22' na distância de 22,00m. Todos os rumos acima mencionados referem-se ao Norte Verdadeiro. No terreno foi construída **UMA RESIDÊNCIA** em alvenaria, medindo 167,69 m², a qual recebeu o nº 7, da Rua Andréia Cristina da Rocha. Matrícula nº 23.860 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Marialva/PR. **Lance inicial ou valor mínimo de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 200.000,00 - Lance inicial ou valor mínimo de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 397.154,49.** A venda será realizada à vista. Se, no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor estipulado do imóvel, será realizado o segundo leilão na data acima estipulada. No segundo leilão será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, se existentes, atualizados até a data do leilão. O proponente vencedor por meio de lance presencial ou online terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital, ou seja, 5% do valor da arrematação. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro no prazo estabelecido, não será concretizada a transação de compra e venda e estará o proponente sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. Eventual regularização das construções existentes sobre o terreno, ainda não averbadas na matrícula do imóvel, ficará a cargo do arrematante. Conforme §2-B, do artigo 27, da Lei 9514/97, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor total da dívida mais 5% de comissão do leiloeiro, conforme este edital. Correrão por conta do comprador todas as despesas existentes e relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no prazo de 24 horas da arrematação, despesas com Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registrários, etc. **O imóvel encontra-se ocupado** e será vendido no estado em que se encontra, em caráter "ad corpus", não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como, todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, sendo-lhe facultada a reintegração de posse do imóvel, na forma do artigo 30 da Lei 9514/97. Mais informações no escritório do Leiloeiro. Tel: (11) 4083-2575 ou através do site www.biasileiloes.com.br Eduardo Consentino - Matrícula – JUCESP 616 – Leiloeiro Oficial – (João Victor Barroca Galeazzi -preposto em exercício)

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

Prefeitura Municipal de São Carlos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2021 PROCESSO Nº 1464/2021 ID 926022 COMUNICADO DE REABERTURA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS PACIENTES INTERNADOS NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO E DEMAIS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. COMUNICAMOS, pelo presente, a REABERTURA do certame em epígrafe. As propostas serão recebidas e cadastradas até às 08h00 do dia 18/03/2022, com o início da sessão pública sendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 07 de março de 2022 DANIEL M. DE CARVALHO Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2022 PROCESSO Nº 17665/2021 COMUNICADO DE REABERTURA OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COMUNICAMOS, pelo presente, a **REABERTURA** do Pregão em epígrafe. O novo horário para protocolo dos envelopes será às 09h00 do dia **18/03/2022**, com a sessão ocorrendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 07 de março de 2021 HICARO L. ALONSO *Pregoeiro*

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20210968

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico Nº 20210968 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Equipamento Hospitalar. Motivo: Impugnação não acatada. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do Nº 732022, até o dia 22/03/2022, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h 2º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10117145301, firmado em 12/04/2010, no qual figura como Fiduciante **IZABEL BEZERRA DE LIMA**, brasileira, solteira, nutricionista, CPF 734.983.359-87, residente e domiciliada em Santos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 16 de março de 2022, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 625.345,93 (Seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo O APARTAMENTO sob nº 63, localizado no 6º pavimento, do **"RESIDENCIAL RIO TAMEGA"**, **situado na Rua Joaquim Távora, nº 175, esquina com a Rua Dr. Antonio Bento, no perímetro urbano de Santos/SP**, [illegible] **72,587 m², área de garagem de 17,000 m², área comum de 31,592 m² e área total construída de 116,179 m²**, [illegible] **fração ideal de 3,5830%** [illegible] **vaga de garagem nº 18 e o depósito nº 63. Matrícula nº 66.468 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP. Obs: Consta em Processo nº 1021465-16.2020.8.26.0562 – da 6ª Vara Cível de São Paulo/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 25 de março de 2022, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 312.672,97 (Trezentos e doze mil, seiscentos e setenta e dois reais e noventa e sete centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 16/03/2022 às 14h 2º Leilão: dia 25/03/2022 às 14h

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, doravante designado VENDEDOR, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10140416901, firmado em 09/02/2018, no qual figuram como Fiduciantes **LUIS CARLOS FERREIRA MOURA**, CPF 298.636.075-20, servidor público estadual, e sua mulher **SANDRA CUNHA DOS SANTOS MOURA**, aposentada, CPF 579.788.675-87, ambos brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Salvador/BA, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 16 de março de 2022, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 507.372,51 (Quinhentos e sete mil, trezentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO designado pelos nºs 704 da porta e 338.051 da inscrição municipal, integrante do prédio denominado "EDIFÍCIO ALAMEDA AREIA BRANCA", situado na Rua Augusto Lopes Pontes, nº 290, no Costa Azul, subdistrito de Amaralina, em Salvador/BA**, [illegible] **02 quartos, circulação, sanitário social, varanda, cozinha, área de serviço, WC e quarta de empregada e 01 vaga para carro coberta, com área útil de 69,140 m², área privativa de 78,004 m², área comum de 37,905 m² e área total de 115,9090 m², fração ideal de 25,042519 m², e a vaga com área total de 12,6164 m², edificado na área de terreno próprio com 1.318,25 m². Matrícula nº 48.346 do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Salvador/BA.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 25 de março de 2022, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 253.686,26 (Duzentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

ABIMDE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
Av. Brig. Luís Antônio, 2367 – 12º andar – Conj. 1211 – Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista – São Paulo/SP – CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais fabricantes dos produtos ou similares: **1. PROTEÇÃO PARA PNEUS** – Modelo da corrente e descrição: FELS SUPER PLUS – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 4X4. Medida dos pneus: 17,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 48 mm. Altura do forjado: 39 mm; **2. PROTEÇÃO PARA PNEUS** – Modelo da corrente e descrição: FELS SUPER PLUS – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 4X4. Medida dos pneus: 20,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 48 mm. Altura do forjado: 39 mm; **3. PROTEÇÃO PARA PNEUS** – Modelo da corrente e descrição: FELS SUPER PLUS – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 4X4. Medida dos pneus: 12,5/80 X 18 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 48 mm. Altura do forjado: 39 mm; **4. PROTEÇÃO PARA PNEUS** – Modelo da corrente e descrição: FELS SUPER PLUS – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 4X4. Medida dos pneus: 19,5 X 24 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 48 mm. Altura do forjado: 39 mm; **5. PROTEÇÃO PARA PNEUS** – Modelo da corrente e descrição: FELS JUMBO PLUS – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 4X4. Medida dos pneus: 23,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 16 mm. Abertura da malha: 64 mm. Altura do forjado: 56 mm; **6. CORRENTE PARA TRAÇÃO LEVE** – Modelo da corrente e descrição: As correntes de tração RUD são elaboradas em aço especial com a presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Os tratamentos térmicos de Cementação e Têmpera conferem máxima resistência à abrasão. O versátil sistema de fechamento possibilita sua rápida instalação e remoção dos pneus, tornando-se um implemento necessário em períodos chuvosos. Medida dos pneus: 295/80 R22,5; e **7. CORRENTE PARA TRAÇÃO LEVE** – Modelo da corrente e descrição: As correntes de tração RUD são elaboradas em aço especial com a presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Os tratamentos térmicos de Cementação e Têmpera conferem máxima resistência à abrasão. O versátil sistema de fechamento possibilita sua rápida instalação e remoção dos pneus, tornando-se um implemento necessário em períodos chuvosos. Medida dos pneus: 1000 R20; **8. CORRENTES DE PNEUS PARA TRAÇÃO** – Modelo da corrente e descrição: GARANT TERRA X13 – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 6X6. Medida dos pneus: 17,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 149 mm. Altura do forjado: 55 mm; **9. CORRENTES DE PNEUS PARA TRAÇÃO** – Modelo da corrente e descrição: GARANT TERRA X13 – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 6X6. Medida dos pneus: 20,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 149 mm. Altura do forjado: 55 mm; **10. CORRENTES DE PNEUS PARA TRAÇÃO** – Modelo da corrente e descrição: GARANT TERRA X13 – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 6X6. Medida dos pneus: 12,5/80 X 18 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 149 mm. Altura do forjado: 55 mm; **11. CORRENTES DE PNEUS PARA TRAÇÃO** – Modelo da corrente e descrição: GARANT TERRA X13 – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 6X6. Medida dos pneus: 19,5 X 24 L3/L5. Diam. Anel de união: 13 mm. Abertura da malha: 149 mm. Altura do forjado: 55 mm; e **12. CORRENTES DE PNEUS PARA TRAÇÃO** – Modelo da corrente e descrição: GARANT TERRA X16 – fabricada em aço liga especial com presença de Cromo, Níquel e Molibdênio. Superfície endurecida por camada cementada de carbono de 1,0 mm. Correntes com tratamentos térmicos especiais que oferecem resistência superior à abrasão. Tipo de malha: 6X6. Medida dos pneus: 23,5 X 25 L3/L5. Diam. Anel de união: 16 mm. Abertura da malha: 157 mm. Altura do forjado: 56 mm; a se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Exclusividade. São Paulo, 08 de março de 2022.

LEILÃO EXTRAJUDICIAL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Leilão: 15/03/2022 às 11h00 | 2º Leilão: 18/03/2022 às 11h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Avenida Angélica, nº 1.996, 6º andar, Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pela atual Credora Fiduciária ***ENF SPE II S.A.***, inscrita no CNPJ sob nº 30.612.977/0001-20, com sede na cidade de Campinas/SP, atual detentora dos direitos do crédito objeto do Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia e Cédula de Crédito Imobiliário Integral, nº 242, Série 2017, datados de 28/08/2017, conforme registro e averbação 04 e 05, recebidos através de Cessão de Crédito, datado de 05/07/2021, do 4º Tabelião de Notas de Brasilândia/DF, conforme averbações 10 e 11 da referida matrícula, sendo outrora credora a **Domus Companhia Hipotecária**, inscrita no CNPJ sob nº 10.372.647/0001-06, com sede no Rio de Janeiro/RJ, no qual figuram como Fiduciantes ***LUIZ AUGUSTO RIGHI***, empresário, inscrito no CPF nº 036.246.298-40, e sua esposa ***LOURDES ROCHA RIGHI***, autônoma, inscrita no CPF nº 104.405.298-83, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, já qualificados no citado instrumento particular, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente ***On-line***, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site ***www.zukerman.com.br***. **2. Descrição do imóvel: Um prédio, ainda sem numeração oficial,** com 91,20m² de área construída, e seu respectivo terreno (designado no projeto de desdobro, como lote nº 02), situado e com frente para a Travessa Colinas de Goiás, que tem acesso pela rua Reverendo Israel Vieira Ferreira, travessa essa que inicia em um ponto localizado à 61,70m de um chanfro de 5,10m existente na junção das Ruas Reverendo Israel Vieira Ferreira com a Rua Francisco de Medeiros Jordão, lado direito de quem desta se dirige para a Rua Eurico Sodré em Vila Medeiros, 22º Subdistrito Tucuruvi, começa em um ponto situado à 42,80m da Rua Reverendo Israel Vieira Ferreira, lado direito de quem entra na Travessa Colinas de Goiás, sempre seguindo o alinhamento desta, medindo 3,80m de frente para uma praça, localizada no final da Travessa Colinas de Goiás, por 22,90m do lado direito de quem da Travessa o olha, onde confronta com propriedade deles requerentes, abaixo descrito, e mencionado no projeto de desdobro, como sendo lote nº 03, 22,80m, do lado esquerdo, na mesma posição, onde confronta com propriedade deles requerentes, acima descrito, e designado no projeto de desdobro, como sendo lote nº 01, tendo nos fundos a medida de 3,80m, onde confronta com Amélia e Rosemeire Medeiros dos Santos, encerrando a área de 91,40m². **Av.02/135.877** – para constar que o prédio s/nº da Travessa Colinas de Goiás, recebeu o nº 03, e tem atualmente o nº 52 da referida Travessa. Contribuinte nº 068.262.0079-1. **Imóvel objeto da matrícula nº 135.877 do 15º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação[1]**: Imóvel ocupado. Desocupação será por conta e às expensas do adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Observação[2]**: A avaliação do bem imóvel está de acordo com os termos do Parágrafo Único do artigo 24 da Lei 9.514/97. **Observação[3]**: Tem conhecimento das condições do imóvel e da aquisição por meio de leilão particular, e tem ciência sobre a localização, estado de conservação, características e demais condições do imóvel. **3. Datas e valores dos leilões: >1º Leilão:15/03/2022**, às **11:00**h. Lance mínimo: R$ **853.244,05**. **>2º Leilão:18/03/2022**, às **11:00**h. Lance mínimo: R$ **310.453,49**. **4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão na modalidade on-line exclusivamente, cadastrar-se-ão no site zukerman.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 (Uma) hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, não sendo permitida qualquer outra forma de apresentação de lances ou propostas. Todos os horários previstos no presente Edital, constantes no site são considerados o horário oficial de Brasília/DF. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. O seu não cadastramento e/ou não acesso, e ou não exercício de eventual direito caracterizará desinteresse nos procedimentos adotados pela Fiduciante e não acarretará qualquer óbice aos leilões. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus", nos termos do art. 500, § 3º do Código Civil, e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e a foto do imóvel divulgada é apenas ilustrativas, dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o ARREMATANTE não terá direito a exigir do CREDOR FIDUCIÁRIO/VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.3.1.** O ARREMATANTE é responsável: (i) por débitos relativos ao INSS e ISS dos imóveis com construção em andamento, concluídos, reformados ou demolidos, não averbados no registro de imóveis competente, assumindo a regularização de tais débitos perante a construtora e/ou órgãos públicos, inclusive cartórios de registro de imóveis; (ii) por todas as providências e custos necessários para regularização da denominação de logradouro e numeração predial do imóvel junto aos órgãos competentes, se for o caso; (iii) pelo cancelamento dos eventuais ônus do imóvel (abrangendo hipotecas, penhoras, entre outros), se for o caso, inclusive acionando o juízo competente para tal finalidade, se necessário. O interessado deverá certificar-se previamente de todas as providências e respectivos custos para esse(s) cancelamento(s), bem como dos riscos relacionados a tais procedimentos; (iv) pelo levantamento de eventuais ações ajuizadas (v) por todas as providências e despesas relativas à desocupação dos imóveis ocupados a qualquer título, sejam eles locados, arrendados, dados em comodato ou invadidos. **5.3.2.** Será de responsabilidade do ARREMATANTE junto ao condomínio e/ou administradora a confirmação dos valores vencidos e não quitados de IPTU, condomínio, ITBI, tributos e/ou taxas nos âmbitos municipais, estaduais e/ou federais, impostos água, esgoto, energia, multas administrativas, laudêmios, foros e emolumentos cartorários, bem como encargos, correção e atualização monetária pelos índices inflacionários aplicáveis, multas pelo atraso, juros e demais tarifas, taxas, despesas ou qualquer outro tributo incidente sobre o imóvel. **5.4. DA EVICÇÃO DE DIREITO** Nos termos do artigo 448, do Código Civil, a Credora Fiduciante não responderá em qualquer hipótese pela evicção, senão em casos de perda da propriedade decorrente de demandas não identificadas no detalhamento constante neste edital; **5.5.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, não se incluindo no valor do lance, sendo paga à vista. **5.6.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá o prazo de 24 horas, contados a partir da arrematação, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.7.** Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. **5.8.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 90 (noventa) dias, contados da data do leilão. **5.9.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.10.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.11.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site zukerman.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.12.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | www.ZUKERMAN.com.br

previsul — **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ONLINE" — MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

1ºLEILÃO: **22/03/2022** Às 15h. - 2ºLEILÃO: **25/03/2022** Às 15h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo intermédio de Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a Caixa Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: em virtude da Pandemia ocasionada pelo Covid-19, os leilões em" cumprimento a lei 9.514/97, estão sendo realizados somente na modalidade online. Localização do imóvel: **VARGEM GRANDE PAULISTA - SP. BAIRRO RES. SAN DIEGO.** Rua Califórnia, nº 35 (Lt 37 da Qd 02), Res. San Diego. Casa. Área Terr. 520,37m² e constr. 375,00m²(estimada no local). Matr. 70.940 do RI Cotia/SP. Obs.: Construção e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. O vendedor providenciará sem prazo determinado a baixa da Ação na constante na AV.05 da citada matrícula. Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 22/03/2022, às 16h. **Lance mínimo: R$ 1.163.000,00** e 2º Leilão: 25/03/2022, às 16h. **Lance mínimo: R$ 581.500,00** (Caso não seja arrematado no 1º leilão). Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

CONVOCAÇÃO

"Rafael Francisco Xavier de Barros", portador do RG. 00094152615, Carteira Profissional nº 00064018 - série: 00303- SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 357935, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i da CLT."

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 031/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

OBJETO: Aquisição de aparelhos de ar condicionado split, projetor multimídia, micro computador, notebook, tablet e periféricos para implantação de uma unidade do Espaço 4.0, no Município de Barra Bonita. A realização da sessão será no dia 21 de março de 2022, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 032/2022 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2022

OBJETO: Aquisição de diversos materiais de piscina. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 22 de março de 2022, às 9:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 033/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada, devidamente registrada no CREA/CAU, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para pavimentação asfáltica e recapeamento asfáltico em diversas vias públicas do Município, nos exatos termos do projeto, memorial descritivo, memorial de cálculo, planilha orçamentária e demais documentos. Encerramento: Entrega dos envelopes documentação e proposta: Até o dia 25 de março de 2022 às 9:00 horas. Abertura dos envelopes: Dia 25 de março de 2022, às 9:15 horas.

Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 07 de março de 2022. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

vivo

Comunicado

A **Telefônica Brasil S.A.**, denominada Vivo, comunica aos seus clientes residenciais, não residenciais e usuários em geral, que devido a atualização da tecnologia de rede física nas cidades mencionadas abaixo, informamos a descontinuidade da rede física em alguns endereços em âmbito nacional, a partir de 11/04/2022.

Para saber se há disponibilidade de outra oferta/tecnologia em seu endereço, favor contatar nossa Central de Relacionamento através do número 103 15, que funciona 24 horas por dia, 7 dias da semana ou dirigir-se a uma de nossas lojas físicas.

Pessoas com necessidades especiais de fala/audição, ligue 142. Para informações de outros produtos/serviços, saber qual a loja mais perto de você ou outras informações, acesse nosso site www.vivo.com.br.

Regiões que fazem parte da ação:

BA - SALVADOR	MG - CONTAGEM	RJ - RIO DE JANEIRO
CE - FORTALEZA	MG - IPATINGA	RS - PELOTAS
DF - BRASÍLIA	MS - CAMPO GRANDE	RS - PORTO ALEGRE
ES - LINHARES	PE - RECIFE	SC - BLUMENAU
GO - GOIÂNIA	PR - CAMPO LARGO	SC - FLORIANÓPOLIS
GO - RIO VERDE	PR - CASCAVEL	SC - SÃO JOSÉ
MG - BELO HORIZONTE	PR - CURITIBA	
MG - BETIM	PR - FOZ DO IGUAÇU	

SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA, DOS EMPREGADOS E TRABALHADORES DO RAMO DE ATIVIDADE DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA DE SANTOS E REGIÃO - SINTRAGENLITORAL - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Retificação/Ratificação e Alteração Estatutária - Sindicato da Categoria Profissional Diferenciada, dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Santos e Região - SINTRAGENLITORAL, CNPJ nº 54.351.127/0001-84, email: presidencia@sintragenlitoral.com.br, denominado anteriormente de sindvigsantos - Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância de Santos", SP. Carta Sindical: Livro 108, pagina 080, ano 1988, Categoria: Profissional dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância, plano da CNTC; Abrangência: Intermunicipal Base Territorial: "São Paulo": Cubatão, Guarujá, Santos e São Vicente Rua Dr Antonio Bento nº 158, Vila Matias - Santos- SP, CEP 11075-260, pelo presente edital, de acordo com o estabelecido no Despacho (21762120) e Nota Técnica SEI nº 60842/2021/ME, nos autos do Processo 19964.116967/2021-85, publicado no DOU DE 20/01/22, Seção 1, nº 14, PÁG.74, através do seu diretor presidente, Nivaldo Bispo do Nascimento, convoca todos os membros da Categoria Profissional Diferenciada dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância, Segurança Privada, Vigilância Eletrônica, Guarda Patrimonial e Vigilância Orgânica nos Municípios de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo, com abrangência Intermunicipal, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 06 de abril de 2022, às 16:00 horas em primeira convocação e às 16:30 horas em segunda e última convocação em conformidade com o Estatuto Social, na sede do sindicato, no endereço acima citado, observando o quorum estatutário, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1)** - Retificar e ratificar as informações e deliberações constantes da ata de Assembleia Geral Extraordinária para Alteração Estatutária, realizada em 14 de abril de 2014; **a)** Ratificar a alteração estatutária de sua representação sindical "Categoria": para Categoria Profissional Diferenciada dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância, Segurança Privada, Vigilância Eletrônica, Guarda Patrimonial e Vigilância Orgânica; **b)** Ratificar a denominação do sindical alterada no estatuto para: Sindicato da Categoria Profissional Diferenciada, dos Empregados e Trabalhadores do Ramo de Atividade de Vigilância e Segurança Privada de Santos e Região - SINTRAGENLITORAL; **c)** Ratificar a ampliação da Base territorial "São Paulo": Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo; 2) Outras retificações/ratificações decorrentes das anteriores do item 1. Santos-SP, 07 de março de 2022. **Nivaldo Bispo do Nascimento** - Presidente.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Categoria: Serraria e Carpintaria - Data Base: 1º/06 - O **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BOTUCATU**, devidamente inscrito no CNPJ/MF: 54.709.423/0001-04 com sede na RUA Coronel Manoel Luís dos Santos nº 365 - Bairro: Vila São Lúcio - Cidade: Botucatu - SP - CEP: 18.630-310, pelo presente edital, convoca TODOS os trabalhadores do Setor de SERRARIA E CARPINTARIA, pertencentes ao 3º GRUPO, nos termos do Artigo 517 da CLT, ASSOCIADOS ou NÃO, representados por esta entidade sindical em suas respectivas bases territoriais nos termos estabelecidos na Carta/Certidão Sindical expedido pela Secretária do Ministério do Trabalho e Emprego, todos com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 17/03/2022, sito na Rua: Coronel Manoel Luís dos Santos nº 365 - Bairro: Vila São Lúcio - Cidade: Botucatu - SP, às 18 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º Leitura, Discussão e Aprovação da ata de assembleia anterior; 2º Apresentação, discussão e aprovação do Rol de Reivindicação dos trabalhadores, a ser enviada ao **Sindicato da Indústria de Serraria, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas no Estado de São Paulo - SINDMAD-SP**, Entidade Patronal, referente à data base de 1º/03, podendo no decorrer das negociações, alterar a pauta, com exclusão, inclusão ou modificação de reivindicações. 3º Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para dar início à negociação para renovação das cláusulas coletivas vigentes até 31/05/2022, em conjunto e/ou separadamente dos demais Sindicatos Profissionais representativos da categoria, de forma direta ou não com a Entidade Patronal; 4º Decidir sobre o calendário da negociação, bem como, seus rumos, inclusive sobre a deflagração do estado de greve; 5º Autorizar e conceder poderes a Diretoria do Sindicato, para suscitar havendo necessidade o competente Dissídio Coletivo Econômico perante o Tribunal Regional do Trabalho, com como, instaurar o Dissídio de Greve, e ainda constituírem se pertinente comissão de negociação, cujo custeio restará absorvido pelas contribuições descritas no item 9º; 6º - Deliberar a manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo negocial, para as deliberações que se fizerem necessárias; 7º Deliberar quanto à abrangência, alcance ou extensão dos frutos da negociação, cabendo aos presentes deliberarem se os mesmos abrangerão a todos os integrantes da categoria ou apenas aos associados, sendo que quanto aos associados terão seus efeitos desde logo assegurados, nos termos do Estatuto, independentemente de deliberação a respeito; 8º Havendo deliberação pela abrangência categorial, considerar-se-ão concordes com todas as deliberações desta assembleia os ausentes e omissos, bem como, expressa e previamente autorizado à Entidade Sindical a negociar em nome destes; 9º Deliberar sobre as contribuições, valores, percentuais ou taxas que serão descontados em folha de pagamento dos integrantes da categoria associados ou não, que servirão para o custeio e manutenção das atividades sindicais e pelos serviços desenvolvidos em defesa dos trabalhadores da categoria, nos termos da Convenção 95 da OIT, ratificada pelo Brasil em seu artigo 8º, item 1, com a Constituição Federal no artigo 8º e incisos, no Art. 513 alínea "e" da CLT, no Enunciado 24 de 28/11/18 aprovado pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho e do Enunciado de nº 38 da ANAMATRA. Se na hora aprazada não houver quórum, a Assembleia fica convocada às 19 horas, uma hora após, com quaisquer números de presentes, cujas deliberações terão validade, relativamente aos assuntos em pauta, para toda a Categoria. Botucatu/SP, 08 de março de 2022. **Anderson Inácio da Silva** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

REPETIÇÃO DO EDITAL

Leilão Nº 001/21 – PROCESSO 040/21

Objeto: Alienação de bens inservíveis "sucatas" (veículos, máquinas e equipamentos) de propriedade da municipalidade, no estado que se encontram e sem garantia, conforme edital

Data de Abertura: 25 de março de 2022 as 09h00.

Informações: Dep. Licitações – Rua Profª Hilda Cunha, nº. 58, Fone/Fax (14) 3714-7200 – Ramal 202 – E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br. **Prefeitura Municipal de Cerqueira César, 08 de fevereiro de 2022.**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

NEIVA MARIA BRUSAROSCO DOS SANTOS, Secretária Municipal de Educação, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **E. S. BRITO COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, referente ao Pregão Eletrônico nº 021/22 – Processo Licitatório nº 025/22 , cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos de escolas localizadas no município de Cerqueira César/SP – Homologado em: 03/03/2022

EXTRATO DE CONTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 021/22 – Processo nº. 025/22 – Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César.
Contratada: E. S. BRITO COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de alunos de escolas localizadas no município de Cerqueira César/SP.
Data da Assinatura do Contrato: 03/03/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

MAURO BERTOLANI JUNIOR, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 43, Inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** as empresas **LA DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EPP; CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI; TRIUNFAL MARILIA COMERCIAL LTDA EPP; LUMAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 011/22 – Processo Licitatório nº 014/22** , cujo objeto é a aquisição de insumos hospitalares e medicamentos para o Lar São Vicente de Paulo – Homologado em: 04/03/2022

EXTRATO DE CONTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 011/22 – Processo nº. 014/22 – Contrato
Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César.
Contratada: LA DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EPP; CMH – CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES – EIRELI; TRIUNFAL MARILIA COMERCIAL LTDA EPP; LUMAR COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Objeto: aquisição de insumos hospitalares e medicamentos para o Lar São Vicente de Paulo.
Data da Assinatura do Contrato: 04/03/2022

AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO RELATIVO À FASE DE HABILITAÇÃO – ENVELOPES "A" - DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022 – PROCESSO Nº 012/2022.

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico da Alameda das Tulipas e Rua das Jussaras do Jardim Primavera, de acordo com os projetos, memorial descritivo, cronograma e planilha orçamentária anexos ao edital.

A Diretoria Municipal de Obras, Serviços e Estradas, no uso de suas atribuições legais, baseando-se no parecer técnico da comunicação interna n.º 073/2022 e Ata devidamente assinada pela Comissão Permanente de Licitações, comunica o resultado do julgamento das propostas comerciais apresentadas no certame em referência, informando que as **EMPRESAS OURIPAV PAVIMENTAÇÃO EIRELI (R$ 195.629,22) E KAPA PAVIMENTAÇÕES LTDA (R$ 175.677,21)**, foram habilitadas, uma vez que atenderam as exigências do instrumento convocatório.

Outrossim, informa que os documentos relativos ao julgamento das propostas comerciais encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Rua Profª Hilda Cunha nº 58 - Centro-Cerqueira César/SP.

Diante do exposto, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, para interposição de recurso, consignando ainda que, em conformidade com o parágrafo 3º do mesmo artigo, de todo recurso serão notificados os demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, também no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Prefeitura de Cerqueira César, 04 de março de 2022 - EDERSON FERREIRA DOS SANTOS - DIRETOR DE OBRAS, SERVIÇOS E ESTRADAS

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 009/2022. **OBJETO:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de enfermagem, com entrega parcelada em cronograma e locais fornecidos pelas Secretaria Municipal de Saúde, conforme as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** o dia 18/03/2022 às 09h00min e **ABERTURA DOS ENVELOPES:** na mesma data e horário. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 07 de Março de 2022.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA; MODALIDADE: Pregão Presencial 10/2022; **ENCERRAMENTO:** 22.03.2022 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação, na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 07 de março de 2022. Luciano Alves – Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; **EDITAL:** PP12/2022; **OBJETO:** Curso de Formação e Atualização de Transporte Coletivo/Emergência para Condutores para Secretaria de Saúde; **MODALIDADE:** Pregão Presencial; **ENCERRAMENTO:** 23.03.2022 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no depto. de licitação na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 07 de março de 2022. Ana Paula Sampaio Moura Peres – Secretária Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 06/2022

Acha-se aberta na Prefeitura de Boituva, Tomada de Preços 06/2022, referente a **EXECUÇÃO DE OBRAS PARA MELHORIAS NA UBS RECANTO MARAVILHA**. Os envelopes "Documentação", "Proposta" serão recebidos no setor de licitações até às 09:00 hs do dia 24/03/2022, com abertura prevista para às 09h05 min do dia 24/03/2022. Maiores informações estarão à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, sita Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 01 Centro – Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas, pelo telefone (015) 3363-8812 ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 07 de março de 2022. Ana Paula Sampaio Moura Peres – Secretária Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 04/2022

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM PARA O DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO; **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico; **ENCERRAMENTO:** 28.03.2022 às 09h00min. O edital completo poderá ser acessado www.bbmnetlicitacoes.com.br ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 07 de março de 2022. Roberto Carlos Moretti – Secretário Municipal de Finanças.

AVISO DE LICITAÇÃO - LPN - LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL Nº 20210009 - IG Nº 1094854000

A Secretaria da Casa Civil, torna público a Licitação Pública Nacional Nº 20210009/SPS de interesse da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - PROJETO: PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS SOCIAIS – PROARES III - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº: 3408/OC-BR. 1. O Governo do Estado do Ceará recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, relativo ao custo do Programa de Apoio às Reformas Sociais – PROARES III e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos elegíveis nos termos do Contrato para execução da OBRA DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEI, PADRÃO IV, NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ/CE. 2. O Governo do Estado do Ceará, por meio da Comissão Central de Concorrências – CCC e em nome da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS, doravante denominado "Contratante", solicita propostas fechadas de Concorrentes elegíveis para a execução dos Serviços referidos no Item 1 acima e descritos nas Especificações Técnicas, Anexo VI do Edital. 3. A documentação completa relativa à licitação pode ser adquirida gratuitamente pela internet no site www.seplag.ce.gov.br, devendo a empresa interessada informar à CCC por meio de e-mail: ccc@pge.ce.gov.br os seguintes dados: Nº do Edital, Nome da Empresa, CNPJ, Endereço, Fone, Fax, E-mail, Pessoa de Contato, ou na Comissão Central de Concorrências, situada na Central de Licitações do Estado do Ceará, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, com endereço à Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150 – Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fone: (85) 3459-6374 e (85) 3459-6376, no horário de 8h às 12h e de 14h às 18h, mediante apresentação de um pendrive. 4. As propostas deverão ser entregues na Comissão Central de Concorrências - CCC, situada na Central de Licitações do Estado do Ceará, no Centro Administrativo Bárbara de Alencar, com endereço à Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150 – Edson Queiroz, na cidade de Fortaleza - Ceará, Fone: (85) 3459-6374 e (85) 3459-6376, até às 9:00 horas do dia 07 de Abril de 2022, acompanhada de Garantia de Proposta no valor de R$ 55.418,35 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos), equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da obra, e serão abertas imediatamente após, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura. 5. os serviços devem ser executados no local de execução, conforme descrito no anexo IV - escopo dos serviços e no anexo III - dados do contrato. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 02 de Março de 2022. MARIA BETÂNIA SABOIA COSTA - VICE PRESIDENTE DA CCC

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8 | Código CVM nº 02001-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2022. EQUATORIAL ENERGIA S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481/2009, conforme alterada pela Instrução CVM nº 622/2020 ("ICVM 481/2009"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de março de 2022, às 11:00 horas, na sede da Companhia, no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070900, de maneira exclusivamente digital, conforme facultado pelo artigo 1º, §4, da ICVM 481/2009 e de acordo com os procedimentos abaixo descritos, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (ii) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; (iii) Autorização aos administradores da Companhia para a prática de todos os atos necessários para efetivar as deliberações aprovadas na Assembleia. Para participação na Assembleia, o acionista deverá se cadastrar, impreterivelmente até as 11:00 horas do dia 28 de março de 2022, mediante solicitação pelo e-mail ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações, inclusive documental, indicadas abaixo. Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia, o seu acesso de participação à reunião virtual. Não poderão participar da assembleia os acionistas que não se cadastrarem pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até as 11:00 horas do dia 28 de março de 2022. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A. e do art. 5º da ICVM 481/2009, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar até as 11:00 horas do dia 28 de março de 2022, além da digitalização do original ou da cópia autenticada do documento de identidade e da cópia autenticada dos atos societários que comprovem a representação legal, via digitalizada dos seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia; (b) cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação; e (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica, com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP Brasil"). No tocante aos fundos de investimento, a representação na Assembleia caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia autenticada do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou ter sido assinada por certificado digital autorizado pela ICP Brasil. Os acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas o procurador deverá ser constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Maiores informações a respeito dos documentos para participação virtual dos acionistas, bem como os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram- se à disposição dos acionistas na Proposta da Administração, disponibilizada na sede e no site da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/), e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Luís, 02 de março de 2022. **Carlos Augusto Leone Piani** - Presidente do Conselho de Administração.

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022 – SEMURB
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2022/003/1138

Objeto: PMI - Elaboração de estudos para a concepção e desenvolvimento de modelo de parceria entre a Administração Pública e o setor privado, visando a recuperação, melhoria e ampliação da infraestrutura de manejo de resíduos sólidos bem como a prestação dos serviços públicos inerentes, no Município, em qualquer dos regimes previstos nas Leis 8.987/95 e 11.079/04. Data de Abertura: 11 de abril de 2022. Horário: 10:00h. Local: Sala de Licitação da SEMINFRA. O edital poderá ser retirado no site da PMS - **www.santarem.pa.gov.br** e informações poderão ser obtidos na SEMURB, no horário de 9:00 h às 12:00h.

Santarém (PA), 07 de março de 2022.
Ana Erika Maia de Siqueira.
Presidente da Comissão Especial

SÃO PAULO TURISMO S/A

CNPJ/MF Nº 62.002.886/0001-60 - NIRE 35300015967

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2021 REGISTRADA NA JUCESP SOB Nº 540.273/21-1

DATA, HORA E LOCAL: 28 de abril de 2021, às 11:00h, de forma virtual em razão do estado de emergência causado pelo COVID-19, via Microsoft Teams.

PRESENÇAS: Presentes os membros do Conselho de Administração, Sr. Marcos Arbaitman – Presidente, Sr. Wanderley Messias da Costa – Vice-presidente, Sr. Jânio Quadros Neto, Sr. Alexandre Pedercini Issa, Sr. André Luiz Pompeia Sturm, Sra. Kassia Caldeira, Sr. Osvaldo Arvate Júnior e Sr. Rogério Pereira Vicente.

Presentes como convidados, Sr. Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes – Diretor Presidente, Sr. Rodrigo Kluska – Diretor de Gestão e de Relação com investidores e Sr. Guilherme Birello – Chefe de Gabinete, Sr. João Paulo Aluizio – Gerente de Controladoria.

INSTALAÇÃO: Instalada a Reunião do Conselho de Administração por voto da unanimidade dos presentes.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente, Sr. Marcos Arbaitman. Secretária, Sra. Ana Paula Silva.

ORDEM DO DIA: **(i)** Reeleição da atual Diretoria Executiva **(ii)** Proposta de alteração organizacional da Companhia **(iii)** Apresentação dos Resultados da Companhia até março/2021 **(iv)** Atualização acerca do processo de concessão do Anhembi; e **(v)** Outros assuntos.

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

Iniciada a reunião, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Arbaitman, saudou os membros do Conselho e demais convidados, iniciando a apreciação dos itens da Ordem do Dia.

Assim, conforme item (i) da Ordem do dia, os Conselheiros, **pela maioria, votaram favoravelmente à recondução da atual Diretoria para mandato de mais dois anos**, portanto o novo mandato da Diretoria Executiva encerrar-se-á em 27/04/2023. O Conselheiro Sr. Alexandre Pedercini Issa registrou voto contrário à reeleição da atual diretoria, em razão de não ter recebido o parecer do Comitê de Elegibilidade favorável a essa reeleição e a documentação comprobatória de que a atual diretoria atende os requisitos da Lei Federal 13.303/16, conforme exigência do Art. 30 do Decreto Federal 8.945/16.

Com a palavra, o Sr. Diretor Presidente agradeceu a recondução no cargo e o apoio da atual da Diretoria na condução das ações realizadas pela Companhia. Ato contínuo, nos termos do item **(ii)** da ordem do dia apresentou a **proposta de alteração organizacional da Companhia**, assim altera-se a denominação:

- Da Diretoria de Marketing e Vendas para **Diretoria de Turismo**;
- Da Diretoria de Infraestrutura para **Diretoria de Negócios**;
- Da Diretoria de Eventos e Turismo para **Diretoria de Clientes e Eventos;**

Ato subsequente, apresentou para o cargo de Diretora Interina de Turismo a Sra. Fernanda Ascar de Albuquerque Abranches Oda, em razão de sua experiência na área e seu importante papel como Gerente de Turismo da Companhia. O Sr. Diretor Presidente destacou que não haverá alteração nos quadros de funcionários e colaboradores.

Diante de todo o acima exposto, a composição da atual Diretoria Executiva da São Paulo Turismo S.A. passa a ser a seguinte:

- **Diretor Presidente** – LUIZ ALVARO SALLES AGUIAR DE MENEZES;
- **Diretor de Gestão e de Relação com Investidores** – RODRIGO KLUSKA ROSA;
- **Diretor de Negócios** – SANDRO AUGUSTO CUOGHI;
- **Diretor Jurídico e de Conformidade** – DANIEL GLAESSEL RAMALHO;
- **Diretora de Turismo** – FERNANDA ASCAR DE ALBUQUERQUE ABRANCHES ODA (Interina – Ato DPR nº 008/2021);
- **Diretor de Cliente e Eventos** – THIAGO ANTUNES CAVALCA REIS LOBO; e
- **Diretor de Representação dos Empregados** – RAYMUNDO PEDRO GONÇALVES FILHO.

Com relação ao item **(iii)** o Gerente de Controladoria realizou a apresentação aos membros do Conselho de Administração das Demonstrações de Resultados da Companhia até o mês de março de 2021. Foi esclarecido que o valor de R$ 14,3 milhões foi creditado em favor da SPTURIS, ficando assim as questões financeiras relativas ao Hospital da Campanha liquidada. Como exposto pelo Sr. Marcos Arbaitman, este não é assunto que depende de aprovação, portanto todos os conselheiros presentes passam a ter conhecimento do conteúdo deste documento.

Foi concedida a palavra ao Diretor Presidente para atualizações quanto ao item **(iv)** da ordem do dia. O Diretor Presidente informou que os prazos do edital da Concorrência Internacional nº 001/2021, que tem por objeto a Concessão do Complexo Anhembi, estão sendo cumpridos conforme o previsto, em especial o pagamento das parcelas de outorga fixa pela Concessionária.

Ainda foi destacado impacto financeiro positivo decorrente da concessão, em especial com a previsão de economia aos cofres públicos em R$ 600 milhões de reais, montante que poderá ser investimento na cidade São Paulo.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes, tendo sido assinada pelos integrantes da mesa e lavrada no livro próprio.

São Paulo, 28 de abril de 2021.

Conselheiros:

MARCOS ARBAITMAN
Presidente

WANDERLEY MESSIAS DA COSTA
Vice-presidente

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

ANDRÉ LUIZ POMPEIA STURM
Conselheira

JÂNIO QUADROS NETO
Conselheiro

KASSIA CALDEIRA
Conselheira

OSVALDO ARVATE JR.
Conselheiro

ROGÉRIO PEREIRA VICENTE
Conselheiro

ANA PAULA SILVA
Secretária

(esta página de assinaturas é parte integrante da Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração da SPTURIS realizada em 28 de abril de 2021).

mercado

Governo lança medidas de crédito em série e começa com foco na mulher

Programa Brasil pra Elas é criado enquanto aliados veem rejeição feminina como obstáculo a Bolsonaro

Idiana Tomazelli
e Fábio Pupo

BRASÍLIA O governo começa a fazer nesta terça-feira (8) o lançamento de medidas de crédito para tentar movimentar a economia ao mesmo tempo que gera pautas positivas para o presidente Jair Bolsonaro (PL) na reta final do calendário pré-eleitoral.

A primeira iniciativa será voltada ao empreendedorismo entre mulheres. A ação será lançada no Dia da Mulher, no momento em que aliados de Bolsonaro identificam a rejeição feminina a seu nome como um obstáculo para a reeleição.

Chamado de Brasil pra Elas, o programa prevê crédito para capital de giro, cartões sem anuidade e descontos em juros para quem pagar em dia a depender da instituição financeira. Os bancos operadores serão Caixa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

Além disso, estão previstas capacitação e qualificação por meio do Sistema S. Também serão feitas parceiras com associações para levar as mesmas condições a quem não tem acesso a internet.

Bolsonaro deve assinar um decreto que criará oficialmente a estratégia nacional de empreendedorismo feminino, com um comitê interministerial para tratar dos temas relacionados a essa pauta.

A avaliação na equipe econômica é que é preciso fortalecer a independência financeira de mulheres. Embora hoje muitos programas sociais já privilegiem a mulher na concessão de benefícios, como o Casa Verde e Amarela e o Auxílio Brasil, a participação feminina na concessão de crédito do país ainda é considerada tímida e beira os 20%.

O programa foi idealizado pela Secretaria de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, comandado por Daniella Marques. Nesta terça, o Palácio do Planalto também prevê o lançamento de outras iniciativas voltadas à mulher —como o Programa Mães do Brasil, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Bolsonaro conta com a rejeição de 61% das mulheres, segundo a mais recente pesquisa do Datafolha. De acordo com o mesmo levantamento, 55% da população feminina avalia o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo.

O Brasil pra Elas é uma das medidas que integram o pacote de crédito em preparação, que prevê R$ 82 bilhões a R$ 100 bilhões em empréstimos. O governo pretende movimentar a economia usando a experiência considerada bem-sucedida dos programas criados durante a pandemia, que emprestaram R$ 63 bilhões para mais de 850 mil empresas.

Sem dinheiro no Orçamento, a ideia do time de Guedes é voltar o poder de fogo a propostas que usem recursos de fundos para alavancar o crédito —minimizando impactos para as contas públicas ao mesmo tempo que se busca uma agenda positiva para o governo.

Uma das medidas é a concessão de financiamentos para microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas por meio do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e do Peac (Programa Emergencial de Acesso a Crédito), dois programas lançados no auge da crise provocada pela Covid-19.

O governo vai permitir a manutenção dos recursos aportados nos fundos garantidores desses programas até o fim de 2023, o que viabiliza novas operações sem a necessidade de o Tesouro Nacional injetar mais dinheiro. Hoje, o Pronampe já é permanente, mas está paralisado pelo esgotamento dos recursos disponíveis. Já o Peac foi encerrado no fim de 2020.

O pacote ainda deve ser reforçado pelo Fampe (Fundo de Aval para a Micro e Pequena Empresa), que receberá um aporte de cerca de R$ 600 milhões do Sebrae.

Outra proposta em discussão é usar um fundo garantidor de microcrédito para impulsionar pequenos empréstimos para empreendedores e trabalhadores informais, podendo contemplar também os negativados. A ideia é usar entre R$ 3 bilhões e R$ 3,5 bilhões do FGTS para aportar em fundo com essa finalidade.

Não só crédito formará a base das medidas econômicas a serem anunciadas pelo governo nos próximos dias. Está em preparação, por exemplo, um corte de 20% na Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre remessas ao exterior.

A alíquota passará de 10% para 8%, ao custo de R$ 1,6 bilhão para os cofres federais. A justificativa nesse caso é reduzir custos para empresas que dependem de serviços importados, o que hoje, segundo o Ministério da Economia, limita a modernização e a competitividade da indústria.

Para os trabalhadores, uma das medidas mais esperadas é a liberação de uma nova rodada de saques do FGTS. Como antecipou a **Folha**, cerca de 40 milhões de trabalhadores poderão resgatar até R$ 1.000 de suas contas. A iniciativa deve injetar até R$ 30 bilhões na economia.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/22 - Processo Nº 715/2022

Objeto: Aquisição de utensílios para as unidades educacionais, em atendimento a Secretaria de Educação. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **21/03/2022** às **09h00m.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br ou telefone (11) 4619-8223. **Magali Mereu de Rossi** - Pregoeira.

AVISO DE LEILÃO

EDITAL DE LEILÃO - 262ª HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA JUSTIÇA FEDERAL DE SÃO PAULO - 1º LEILÃO: 30/03/2022, com encerramento às 11h - 2º LEILÃO: 06/04/2022, com encerramento às 11h. LOCAL: https://www.sitelops.com.br/leiloes - BEM: Imóvel situado na cidade e comarca de Santa Rita do Passa Quatro, Estado de São Paulo, cadastrado na municipalidade CIM sob nº 02.0596.0234.000, com frente para a Rua Luiz Fonseca de Souza Meirelles, nº 350, esquina com Rua Vanka Lucia Zorzi Barloni, bairro Jardim Alvorada, melhor descrito na matrícula nº 8.316 do CRI de Santa Rita do Passa Quatro/SP. Obs.1: O local onde se encontra o imóvel está com rede de água e esgoto, rede de energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, entrega postal e creche nas proximidades. Imóvel composto por terreno com 470,12m² e área edificada com 79,13m², em péssimas condições de conservação. Valor de avaliação: R$ 160.000,00. Lance mínimo para arrematação em 2º Leilão (conforme Lei 5.741/71, art. 6º): R$ 112.748,86 – Proc. nº 0000038-97.2008.4.03.6115 – 2ª Vara Federal de São Carlos. Edital disponível em https://www.jfsp.jus.br/servicos-judiciais/cehas/editais/

MUNICÍPIO DE NARANDIBA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022

ITAMAR DOS SANTOS SILVA, Prefeito Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, **ADJUDICO** o processo licitatório na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS nº 002/2022**, em favor da empresa **BRAZZALE & FILHOS LTDA**, inscrita no CNPJ: 09.551.188/0001-30, a **CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESCULTURAS ARTÍSTICAS NA PRAÇA CELESTE VENDRAMINI (PRAÇA CENTRAL) DO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL**, pelo valor de R$ 384.992,88 (Trezentos e oitenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos), valor compatível com o orçado.

Prefeitura Municipal de Narandiba, em 07 de março de 2022.

ITAMAR DOS SANTOS SILVA - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022 – PROCESSO Nº 1029-4/2022 – COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MEDICAMENTOS relativo à Ordens Judiciais, com aplicação eventual do desconto CAP (RESOLUÇÃO CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006), para atendimento às necessidades da Farmácia Municipal.

HOMOLOGO todo o procedimento realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Homologada a adjudicação do objeto licitado na seguinte conformidade, item, cota, empresa vencedora, valor unitário, a saber: 1, PRINCIPAL, DESERTO; 2, RESERVADA, DESERTO; 3, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,42; 4, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,42; 5, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,49; 6, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,49; 7, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,70; 8, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,70; 9, PRINCIPAL, DESERTO; 10, PRINCIPAL, FRACASSADO; 11, RESERVADA, DESERTO; 12, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3.385,75; 13, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3.385,75; 14, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 15, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 16, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 17, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 18, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 19, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$0,20; 20, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$22.472,70; 21, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$22.472,70; 22, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,149; 23, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,149; 24, PRINCIPAL, DESERTO; 25, RESERVADA, DESERTO; 26, PRINCIPAL, DESERTO; 27, RESERVADA, DESERTO; 28, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,49; 29, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,49; 30, PRINCIPAL, DESERTO; 31, RESERVADA, DESERTO; 32, PRINCIPAL, DESERTO; 33, RESERVADA, DESERTO; 34, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,079; 35, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,079; 36, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,13; 37, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,13; 38, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,34; 39, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,34; 40, PRINCIPAL, DESERTO; 41, RESERVADA, DESERTO; 42, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$6,22; 43, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$6,22; 44, PRINCIPAL, DESERTO; 45, RESERVADA, DESERTO; 46, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,07; 47, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,50; 48, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,14; 49, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,14; 50, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,14; 51, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$3,14; 52, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,82; 53, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,82; 54, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,55; 55, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,55; 56, PRINCIPAL, FRACASSADO; 57, RESERVADA, DESERTO; 58, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,48; 59, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,48; 60, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$3,30; 61, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$3,30; 62, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$11,90; 63, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$11,90; 64, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,135; 65, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,58; 66, PRINCIPAL, FRACASSADO; 67, RESERVADA, DESERTO; 68, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$0,265; 69, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$0,265; 70, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,77; 71, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,77; 72, PRINCIPAL, DESERTO; 73, RESERVADA, DESERTO; 74, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,30; 75, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,394; 76, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,25; 77, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,25; 78, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,23; 79, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,23; 80, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,23; 81, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,23; 82, PRINCIPAL, HOSPEC HOSPITALAR LTDA., R$21,09; 83, RESERVADA, HOSPEC HOSPITALAR LTDA., R$21,09; 84, PRINCIPAL, FRACASSADO; 85, RESERVADA, DESERTO; 86, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$756,066; 87, RESERVADA, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$756,066; 88, PRINCIPAL, DESERTO; 89, RESERVADA, DESERTO; 90, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,35; 91, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,35; 92, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,83; 93, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,83; 94, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,68; 95, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,68; 96, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,16; 97, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,738; 98, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$8,50; 99, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$8,50; 100, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$3,13; 101, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$3,13; 102, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,41; 103, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,41; 104, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,89; 105, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,89; 106, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,281; 107, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,281; 108, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,151; 109, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,151; 110, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$19,00; 111, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$22,00; 112, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,18; 113, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,18; 114, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,15; 115, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,15; 116, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,10; 117, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,10; 118, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,10; 119, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,10; 120, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$8,09; 121, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$8,09; 122, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,107; 123, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,107; 124, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,121; 125, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,121; 126, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,43; 127, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,43; 128, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,129; 129, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,129; 130, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,159; 131, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,159; 132, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,350; 133, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,350; 134, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$0,600; 135, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$0,600; 136, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,051; 137, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,300; 138, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$2,277; 139, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$2,277; 140, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,399; 141, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,399; 142, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,260; 143, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,260; 144, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,150; 145, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,150; 146, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,360; 147, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,360; 148, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,100; 149, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,100; 150, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$9,400; 151, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$9,400; 152, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$1,400; 153, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,400; 154, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 155, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 156, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 157, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 158, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 159, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$3,153; 160, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,100; 161, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,100; 162, PRINCIPAL, FRACASSADO; 163, RESERVADA, DESERTO; 164, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,900; 165, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,900; 166, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,800; 167, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,800; 168, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$5,490; 169, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$5,490; 170, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$71,000; 171, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$71,000; 172, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$7,250; 173, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$7,250; 174, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$9,400; 175, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$9,400; 176, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,200; 177, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,200; 178, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,200; 179, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,200; 180, PRINCIPAL, DESERTO; 181, RESERVADA, DESERTO; 182, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$1,020; 183, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$1,020; 184, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$5,010; 185, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$5,010; 186, PRINCIPAL, DESERTO; 187, RESERVADA, DESERTO; 188, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$4,150; 189, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$4,150; 190, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,420; 191, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,490; 192, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,105; 193, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,105; 194, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,190; 195, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,190; 196, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$1,400; 197, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,500; 198, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,620; 199, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,620; 200, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,080; 201, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,080; 202, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$3,450; 203, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$3,450; 204, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,210; 205, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,470; 206, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,510; 207, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,510; 208, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,090; 209, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,090; 210, PRINCIPAL, FRACASSADO; 211, RESERVADA, DESERTO; 212, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,140; 213, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,580; 214, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$2,070; 215, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,000; 216, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$6.317,530; 217, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$6.317,530; 218, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,000; 219, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,000; 220, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,000; 221, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,000; 222, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,127; 223, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,127; 224, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,127; 225, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,127; 226, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$22,080; 227, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$22,080; 228, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$31,590; 229, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$31,590; 230, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$36,000; 231, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$36,000; 232, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$3,380; 233, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$3,380; 234, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$3,390; 235, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$3,390; 236, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$3,390; 237, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$3,390; 238, PRINCIPAL, SOMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$3,930; 239, RESERVADA, SOMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$3,930; 240, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$8,049,014; 241, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$8,049,014; 242, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,160; 243, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,160; 244, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,380; 245, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,380; 246, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,000; 247, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$48,000; 248, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,650; 249, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,650; 250, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,550; 251, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$1,550; 252, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,300; 253, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,300; 254, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,450; 255, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,450; 256, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,490; 257, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,490; 258, PRINCIPAL, DESERTO; 259, RESERVADA, DESERTO; 260, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$35,000; 261, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$35,000; 262, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,360; 263, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,360; 264, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,070; 265, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$1,500; 266, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$60,400; 267, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$60,400; 268, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$4,000; 269, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$4,200; 270, PRINCIPAL, FRACASSADO; 271, RESERVADA, DESERTO; 272, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$140,000; 273, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$140,000; 274, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,320; 275, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,320; 276, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,430; 277, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,430; 278, PRINCIPAL, FRACASSADO; 279, RESERVADA, DESERTO; 280, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,110; 281, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,110; 282, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,220; 283, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,350; 284, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,110; 285, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,110; 286, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,170; 287, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,170; 288, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3,150; 289, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,150; 290, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$1,100; 291, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,400; 292, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$7,987; 293, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$7,987; 294, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$7,130; 295, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$7,130; 296, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$0,235; 297, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$0,235; 298, PRINCIPAL, FRACASSADO; 299, RESERVADA, DESERTO; 300, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,020; 301, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,160; 302, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$26,400; 303, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$26,400; 304, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,150; 305, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,250; 306, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$81,480; 307, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$81,480; 308, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$28,500; 309, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$28,500; 310, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$25,480; 311, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$25,480; 312, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$105,930; 313, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$105,930; 314, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$105,940; 315, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$105,940; 316, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$61,820; 317, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$61,820; 318, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$65,500; 319, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$65,500; 320, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR, R$116,300; 321, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$116,300; 322, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$25,090; 323, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$25,090; 324, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$25,090; 325, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$25,090; 326, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$18,010; 327, RESERVADA,CM HOSPITALAR S.A., R$18,010; 328, PRINCIPAL, DESERTO; 329, RESERVADA, DESERTO; 330, PRINCIPAL, DESERTO; 331, RESERVADA, DESERTO; 332, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$154,410; 333, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$154,410; 334, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$1,650; 335, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,640; 336, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$7,550; 337, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP ,R$7,600; 338, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,210; 339, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,210; 340, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,194; 341, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,194; 342, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$94,300; 343, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$94,300; 344, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,409; 345, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,200; 346, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,970; 347, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,970; 348, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,500; 349, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,500; 350, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,980; 351, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,980; 352, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,120; 353, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,190; 354, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,150; 355, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,150; 356, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,130; 357, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,280; 358, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,339; 359, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,495; 360, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$2,370; 361, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$2,370; 362, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$2,547; 363, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$2,547; 364, PRINCIPAL, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,161; 365, RESERVADA, FUTURA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI, R$5,161; 366, PRINCIPAL, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$168,860; 367, RESERVADA, DAKFILM COMERCIAL LTDA., R$168,860; 368, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$8,360; 369, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$8,360; 370, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,085; 371, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,085; 372, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,680; 373, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,680; 374, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,357; 375, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,357; 376, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,000; 377, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,000; 378, PRINCIPAL, DESERTO; 379, RESERVADA, DESERTO; 380, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$8,630; 381, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$8,637; 382, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$7,350; 383, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$7,358; 384, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,500; 385, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$5,500; 386, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$10,500; 387, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$10,500; 388, PRINCIPAL, DESERTO; 389, RESERVADA, DESERTO; 390, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,185; 391, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,185; 392, PRINCIPAL, FRACASSADO; 393, RESERVADA, DESERTO; 394, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,335; 395, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,335; 396, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$6,740; 397, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$6,740; 398, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$5,740; 399, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$5,740; 400, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,800; 401, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,800; 402, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$3,400; 403, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$12,250; 404, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,730; 405, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,730; 406, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,760; 407, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,760; 408, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$30,000; 409, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$30,000; 410, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,620; 411, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,620; 412, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,200; 413, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,200; 414, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,520; 415, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,520; 416, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,544; 417, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,544; 418, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$5,140; 419, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$5,140; 420, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,770; 421, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,770; 422, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,750; 423, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,750; 424, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,260; 425, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,260; 426, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3,770; 427, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,770; 428, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$2,650; 429, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,650; 430, PRINCIPAL, FRACASSADO; 431, RESERVADA, DESERTO; 432, PRINCIPAL, FRACASSADO; 433, RESERVADA, DESERTO; 434, PRINCIPAL, FRACASSADO; 435, RESERVADA, DESERTO; 436, PRINCIPAL, DESERTO; 437, RESERVADA, DESERTO; 438, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,290; 439, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,310; 440, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$6.336,870; 441, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$6.336,870; 442, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,300; 443, RESERVADA, SOMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,800; 444, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,820; 445, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,400; 446, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,103; 447, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,103; 448, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$56,400; 449, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$56,400; 450, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,600; 451, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,600; 452, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,960; 453, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,960; 454, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,800; 455, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,800; 456, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,600; 457, RESERVADA, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,600; 458, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,150; 459, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,150; 460, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,170; 461, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,170; 462, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,389; 463, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,389; 464, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,170; 465, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,170; 466, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,646; 467, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,646; 468, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,228; 469, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,228; 470, PRINCIPAL, FRACASSADO; 471, RESERVADA, DESERTO; 472, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,680; 473, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,680; 474, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,550; 475, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,550; 476, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,700; 477, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,700; 478, PRINCIPAL, DESERTO; 479, RESERVADA, DESERTO; 480, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,320; 481, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,320; 482, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3,489; 483, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,489; 484, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,600; 485, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,600; 486, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,380; 487, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,380; 488, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$1,650; 489, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,640; 490, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,550; 491, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,580; 492, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,200; 493, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,200; 494, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,355; 495, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,355; 496, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,029; 497, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,029; 498, PRINCIPAL, CIRÚRGICA UNIÃO LTDA., R$13,900; 499, RESERVADA, CIRÚRGICA UNIÃO LTDA., R$13,900; 500, PRINCIPAL, FRACASSADO; 501, RESERVADA, DESERTO; 502, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,560; 503, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,560; 504, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,860; 505, RESERVADA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,860; 506, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,168; 507, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,420; 508, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,070; 509, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,070; 510, PRINCIPAL, FRACASSADO; 511, RESERVADA, DESERTO; 512, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,280; 513, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$7,280; 514, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,350; 515, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,350; 516, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,080; 517, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,200; 518, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,090; 519, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,090; 520, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$13,000; 521, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$28,000; 522, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$6,000; 523, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$6,000; 524, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,490; 525, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,350; 526, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,490; 527, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,350; 528, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3,150; 529, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,150; 530, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,490; 531, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP ,R$2,350; 532, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,220; 533, RESERVADA, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$0,220; 534, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,409; 535, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,409; 536, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,300; 537, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,300; 538, PRINCIPAL, DESERTO; 539, RESERVADA, DESERTO; 540, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$150,750; 541, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$150,750; 542, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,365; 543, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,365; 544, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,105; 545, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,105; 546, PRINCIPAL, DESERTO; 547, RESERVADA, DESERTO; 548, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$4,000; 549, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$4,200; 550, PRINCIPAL, SOMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$3,100; 551, RESERVADA, SOMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$3,100; 552, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,094; 553, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,094; 554, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$2,150; 555, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$2,150; 556, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$2,180; 557, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$2,180; 558, PRINCIPAL, FRACASSADO; 559, RESERVADA, DESERTO; 560, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,240; 561, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,240; 562, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,650; 563, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,650; 564, PRINCIPAL, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,556; 565, RESERVADA, ATIVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$3,556; 566, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,800; 567, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,800; 568, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$0,850; 569, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$0,850; 570, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$0,450; 571, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$0,450; 572, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,820; 573, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,820; 574, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,580; 575, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,580; 576, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,240; 577, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,240; 578, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,715; 579, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,715; 580, PRINCIPAL, ANULADO; 581, RESERVADA, ANULADO; 582, PRINCIPAL, DESERTO; 583, RESERVADA, DESERTO; 584, PRINCIPAL, FRACASSADO; 585, RESERVADA, DESERTO; 586, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$96,000; 587, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$96,000; 588, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,280; 589, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,280; 590, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,160; 591, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,160; 592, PRINCIPAL, CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$1,850; 593, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$2,499; 594, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$0,180; 595, RESERVADA, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$1,950; 596, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$2,965; 597, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$2,965; 598, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,360; 599, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,360; 600, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$1,238; 601, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$1,238; 602, PRINCIPAL, PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., R$1,420; 603, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,530; 604, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$48,500; 605, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$48,500; 606, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,990; 607, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,990; 608, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,830; 609, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,830; 610, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,690; 611, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,690; 612, PRINCIPAL, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,650; 613, RESERVADA, SOMA SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., R$1,650; 614, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,760; 615, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,760; 616, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,600; 617, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,600; 618, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$0,130; 619, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$0,140; 620, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,250; 621, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$1,250; 622, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,456; 623, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,456; 624, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,729; 625, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,729; 626, PRINCIPAL, FRACASSADO; 627, RESERVADA, DESERTO; 628, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$2,650; 629, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$2,650; 630, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$2,138; 631, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,138; 632, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$2,110; 633, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,110; 634, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$2,110; 635, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$2,110; 636, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,834; 637, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$0,834; 638, PRINCIPAL, AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., R$3,880; 639, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,880; 640, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$1,860; 641, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$6,200; 642, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$0,360; 643, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$1,870; 644, PRINCIPAL, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$0,320; 645, RESERVADA, INTERLAB FARMACÊUTICA LTDA., R$0,320; 646, PRINCIPAL, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,390; 647, RESERVADA, LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., R$0,390; 648, PRINCIPAL, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,083; 649, RESERVADA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, R$0,083; 650, PRINCIPAL, DESERTO; 651, RESERVADA, DESERTO; 652, PRINCIPAL, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,290; 653, RESERVADA, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA., R$0,290; 654, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,100; 655, RESERVADA, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$4,100; 656, PRINCIPAL, INOVA COMERCIAL HOSPITALAR LTDA., R$2,260; 657, RESERVADA, JOSIANE CRISTINA FUSCO CARRARO – EPP, R$3,420.

Jaboticabal, 07 de março de 2022. **EMERSON RODRIGO CAMARGO** - Prefeito

Reservas de cadeiras no Parlamento para grupos desfavorecidos?

A política é mais um espaço em que a elite faz valer suas preferências

Michael França
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

O debate em torno da representação política dos grupos desfavorecidos está ganhando força em vários países do mundo. Nesse contexto, a criação de reservas de cadeiras no Parlamento representa uma das possibilidades para acelerar o processo de inclusão das minorias.

Porém, surge uma questão: representatividade política realmente importa? Apesar da relevância dessa pergunta, parcela considerável da população, até a mais escolarizada, pode apresentar dificuldades para desenvolver uma linha argumentativa clara e objetiva quando confrontada com tal indagação.

Devido a isso, meu intuito aqui será procurar apresentar alguns resultados, baseados na literatura científica, que ajudam a reforçar a importância da inclusão política. Desse modo, prezado leitor, sinta-se à vontade para enviar comentários dizendo se, no final, os argumentos apresentados na coluna foram convincentes ou não.

De início, deve-se pontuar que a inclusão das minorias nos espaços de poder apresenta o potencial de afetar a distribuição de bens públicos e a forma de fazer política. Empiricamente, sabe-se que as prioridades de cada grupo social tendem a serem distintas para uma série de decisões que afetam a sociedade.

Mulheres, homens, negros, brancos, pobres, ricos e suas intersecções podem apresentar preferências específicas em relação às escolhas públicas. No contexto da Covid-19, por exemplo, os pesquisadores Raphael Bruce, Alexsandros Cavgias, Luis Meloni e Mário Remígio encontraram que houve uma diferença significativa na condução da pandemia nas prefeituras lideradas por mulheres.

O desempenho delas foi superior ao dos homens quando se levam em consideração a redução do número de mortes, hospitalizações e o aumento da fiscalização das intervenções não farmacêuticas ("Under Pressure: Women's Leadership During the Covid-19 Crisis", 2022).

A alocação de bens públicos também pode ser afetada de acordo com o perfil populacional de cada localidade. Nos Estados Unidos, em um estudo publicado no prestigiado The Quartely Journal of Economics, os pesquisadores Alberto Alesina, Reza Baqir e Welliam Easterly encontraram que as cidades americanas que apresentavam maior diversidade étnica possuíam menor oferta de educação, estradas, esgotos e coleta de lixo ("Public Goods and Ethnic Divisions", 1999).

Em parte, isso ocorre por que a boa vontade dos indivíduos para com os outros apresenta dificuldades para ultrapassar as barreiras que separam os mais variados grupos sociais. Tal hipótese foi testada em um interessante experimento realizado pelos pesquisadores Yan Chen e Sherry Li.

O estudo apresentou evidências de que os participantes tendiam a recompensar mais o bom comportamento e punir menos o mau comportamento dos membros do próprio grupo ("Group Identity and Social Preferences", 2009). Tal resultado reforça a proposição de que a identidade repercute nas preferências sociais e, assim, influencia o comportamento e a alocação de bens públicos.

No contexto político brasileiro, da esquerda à direita, sabe-se que o Parlamento não é uma representação da sociedade, mas sim um espaço em que setores da elite fazem valer suas preferências e, não raramente, atuam para ampliar suas vantagens.

*

O leitor atento deve ter percebido que em um dos artigos citados no texto os pesquisadores fizeram uma bela homenagem à banda Queen escolhendo o nome de uma de suas músicas ("Under Pressure") na composição do título do artigo. Para não perder o costume, pensei em terminar essa coluna homenageando-a também. Entretanto, apesar de gostar da canção e depois de refletir sobre a letra, acho que ela não combina muito com a mensagem que gostaria de passar. Então, dessa vez a homenagem vai para a música "No Agreement", do pai do Afrobeat, Fela Kuti.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Helio Beltrão** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

A mineira Eduarda Meireles, que lançou em Portugal empresa especializada em doces que remetem às tradições brasileiras

Brasileiras empreendem em Portugal contra salário baixo

Em 2020, 75% dos projetos apoiados por órgão do governo eram de mulheres

Giuliana Miranda

LISBOA Insatisfeita com as vagas de trabalho e as propostas de salário que encontrava em Portugal, a mineira Eduarda Meireles, 29, estava prestes a ir embora do país quando, em março de 2020, a pandemia a obrigou a mudar de planos.

A jovem decidiu então unir as receitas ensinadas pelas avós à experiência do recém-terminado curso em gestão e produção de pastelaria para lançar sua própria empresa: a Matuta, especializada em doces que remetem às tradições brasileiras.

As vendas, que começaram pelo Instagram, já se expandiram para o fornecimento a cafés e restaurantes. O próximo passo é a abertura de um espaço físico.

"Ter o próprio negócio não significa que vamos trabalhar menos e ganhar mais. Pelo contrário, às vezes a gente trabalha o triplo e também fecha o mês no aperto. Empreender significa trabalhar muito, mas com a diferença de que eu faço isso para mim. Tem sido uma experiência muito recompensadora."

Vanessa Asturiano, que criou empresa de marketing digital Fotos Divulgação

O empreendedorismo tem sido uma das grandes apostas da comunidade brasileira em Portugal, que conta com a presença cada vez maior de profissionais liberais e de trabalhadores mais escolarizados. Em 2021, o número de brasileiros residentes no país ibérico cresceu pelo quinto ano consecutivo e chegou ao recorde de 209.072 pessoas.

Segundo dados do ACM (Alto Comissariado para as Migrações), órgão do governo português que presta auxílio aos migrantes, cerca de 75% dos projetos de empreendedorismo de brasileiros apoiados pela entidade em 2020 eram chefiados por mulheres.

A criação do próprio negócio costuma ser uma das principais alternativas para as baixas remunerações em Portugal, onde 25% dos trabalhadores vivem com um dos menores salários mínimos da União Europeia: € 705 (R$ 3.900).

Para os imigrantes, as perspectivas laborais podem ser ainda mais amargas. Relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) indicava que, em 2020, trabalhadores estrangeiros tinham rendimentos 29% menores que os portugueses. Um valor bem acima da média dos países desenvolvidos (13%) e da própria UE (9%).

Presidente da Casa do Brasil em Lisboa, ONG que presta auxílio à comunidade brasileira em Portugal, Cyntia de Paula diz que um dos maiores desafios aos imigrantes é a valorização profissional e o reconhecimento das habilitações em Portugal.

"Podemos até ter trabalho, mas é muito recorrente na nossa vida, enquanto migrantes brasileiros, a narrativa dos trabalhos em condições precárias. Há uma dificuldade da nossa comunidade, sobretudo de quem chegou nos últimos anos, de conseguir colocação profissional qualificada."

Segundo Cyntia, em muitos casos, ainda persiste o estereótipo do imigrante que só consegue trabalhar em postos menos qualificados, embora haja cada vez mais migrantes de alta escolaridade e vasta experiência profissional.

"Há perfis muitos diversos de pessoas dentro da nossa comunidade, não podemos falar de um só perfil de imigrante brasileiro em Portugal."

Após mais de uma década de experiência em grandes empresas no Brasil, Vanessa Asturiano decidiu abrir a Clique Mais, uma empresa de marketing digital. Após estudar o mercado português, a empresária identificou uma lacuna na oferta de consultoria de tráfego pago.

Ela relata que o empreendedorismo lhe garantiu liberdade financeira e flexibilidade geográfica, já que pode trabalhar remotamente enquanto viaja.

"Consegui mais flexibilidade para viajar, que é algo que eu amo. Com a pandemia, não deu tanto para fazer isso, mas eu pretendo ir em dezembro ao Brasil e passar dois meses, para fugir do inverno daqui e ficar com a minha família."

Vanessa diz que tomou tanto gosto pelo tema que passou a fazer parte ativamente de um grupo de mulheres empreendedoras em Portugal.

"Empreender também tem suas dificuldades, é mais instável. Em um mês entram mais clientes, em outros é mais difícil. Mas empreender foi algo que me deu muita liberdade."

Vivendo em Portugal há quatro anos, a empresária carioca Jackeline Marini diz ter se surpreendido positivamente com a facilidade para abrir uma empresa no país europeu, mesmo sob confinamento.

"Portugal tem um programa de abertura de empresa na hora, que eu sei que funciona muito bem. Mas, como estava tudo fechado no lockdown, eu não pude usar. Felizmente, havia a opção de fazer com um advogado, que tinha permissão para tratar disso. Saímos na hora com a nossa certificação, foi bem rápido e desburocratizado", enumera.

De família portuguesa e com forte ligação ao país, Jackeline decidiu unir a experiência no mercado gastronômico brasileiro às tradições culinárias lusitanas. O resultado foi a Sous Chef Experience, que oferece uma seleção de molhos e temperos do segmento premium.

"O português compra muito pela tradição. Então, fizemos produtos que unem a tradição à inovação. O resultado tem sido muito positivo", diz.

Com produtos como geleia de caipirinha de limão e chutney de cebola, mostarda e vinho do Porto, a marca começará em breve a ser exportada para outros países europeus.

"Eu e minha sócia [Daniela Novaretti, também brasileira] abrimos um negócio em outro país em plena pandemia. Muita gente nos chamou de malucas, mas sempre acreditamos no projeto, que está dando muito certo. Estamos mudando de uma produção quase artesanal para uma plataforma com maior escala."

Com a chegada dos fundos da União Europeia para incentivar a economia dos Estados-membros no pós-pandemia, a expectativa é que Portugal continue a ver crescer as iniciativas de empreendedorismo.

Rio de Janeiro se torna a primeira capital do país a abolir uso de máscara

Exigência em local fechado caiu nesta segunda (7); especialista diz que abertura deveria ser gradual

Matheus Rocha

RIO DE JANEIRO O Comitê de Enfrentamento à Covid-19 do Rio de Janeiro orientou nesta segunda-feira (7) a liberação do uso de máscaras em ambientes fechados na capital fluminense. A medida já passa a valer nesta segunda, com a publicação de decreto no Diário Oficial. Com isso, a cidade é a primeira capital do país a abolir totalmente o uso do item.

A flexibilização vale, inclusive, em escolas e no transporte público. As unidades escolares, porém, terão autonomia para decidir se os alunos devem ou não usar máscara. Em ambientes abertos, o item de proteção já não era mais exigido desde outubro do ano passado.

"Tanto as escolas quanto as empresas [terão liberdade]. Cada empresa poderá definir internamente se vai manter ou não o uso de máscara. Ela só não é mais um decreto obrigatório", explica Alberto Chebabo, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia e membro do colegiado.

Segundo ele, é pouco provável que a liberação do item provoque nova onda da doença. "O cenário epidemiológico da cidade é muito bom. A gente tem uma taxa de reprodução [da doença] de 0,35. A gente nunca teve essa taxa durante toda a pandemia", diz ele, acrescentando que a taxa de positividade está abaixo de 2%. "Até o momento, a gente não viu nenhum impacto dos eventos e das aglomerações do Carnaval no cenário epidemiológico da cidade. É pouco provável que a não obrigatoriedade vá ter um impacto. Mas é importante a gente entender que o vírus continua circulando", diz.

Passageira segura máscara em transporte público do Rio, que virou a primeira capital a abolir a proteção Gabriel de Paiva/Agência O Globo

O secretário municipal de Saúde, Daniel Soranz, recomendou que pessoas com imunossupressão, com comorbidade grave ou que não se vacinaram usem máscara. "É importante enfatizar que pessoas com sintomas de Covid devem usar máscara para evitar transmitir não só a Covid, mas outras doenças para as pessoas."

Soranz diz ainda que a cobrança do comprovante de vacinação continuará valendo. "A recomendação é se manter a cobrança do passaporte vacinal. A secretaria vai avaliar até quando isso vai acontecer."

O epidemiologista Mario Dal Poz diz, porém, que a liberação das máscaras deveria ser feita de maneira progressiva. "Poderia primeiro flexibilizar para bares e restaurantes que já estão com mesa na rua e para ambientes amplos, como estádios de futebol. A cada semana, poderiam ir liberando e esclarecendo a população", diz ele, que é professor do Instituto de Medicina Social da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

"Mas o decreto é contraditório. Ele diz que pessoas não vacinadas devem continuar usando máscara. Se a pessoa não se vacinou porque é contra as vacinas, ela não vai usar máscara também."

Ele diz que faltou coordenação com outras cidades, uma vez que o Rio recebe pessoas de municípios que ainda não liberaram o uso das máscaras, como Niterói. "Digamos que uma pessoa venha para o Rio, onde não precisa mais usar máscara, e alguém com Covid espirra ao lado dela. Essa pessoa vai acabar levando vírus para Niterói. Isso está confuso."

Dal Poz diz ainda que dar autonomia para escolas e empresas decidirem sobre o uso de máscaras pode causar problemas. "Eu não tenho dúvida de que isso gerará conflitos. As pessoas que estão de máscara ou vão se sentir discriminadas ou vão conflitar com quem está sem máscara." "Apesar de a medida não estar totalmente errada, da maneira como ela foi feita, ela introduz um elemento de confusão e de conflito quando deveria haver coordenação e orientação."

A liberação total das máscaras acontece quatro dias após o governo do RJ ter dado autonomia aos municípios para liberarem o uso de máscaras em lugares fechados. A Secretária de Estado de Saúde disse na quinta (3) que a medida se justificava em razão das diferenças do cenário epidemiológico dos municípios.

Na sexta (4), Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, se adiantou à capital e decidiu abolir o uso de máscara em ambientes abertos e fechados. A medida, porém, não se aplica às pessoas que foram infectadas pela Covid ou que apresentem sintoma da doença.

Para embasar a medida, a Prefeitura de Duque de Caxias afirmou que a cidade tem alto número de pessoas vacinadas e que os casos da doença apresentam tendência de queda.

"A cidade aplicou mais de 1,3 milhão de doses da vacina contra a Covid. Os números de cobertura vacinal no município apontam que 85,5% da população alvo foi imunizada com a primeira dose. A Secretaria Municipal de Saúde informa que, nas últimas 24 h, a taxa de positividade para a Covid-19 alcançou um dos índices mais baixos, registrando 1,37%", disse em nota a prefeitura.

Essa, porém, não foi a primeira vez que as máscaras foram abolidas na cidade. Em outubro de 2021, o prefeito Washington Reis (MDB) decidiu liberar o uso do item de proteção em ambientes fechados e nos espaços abertos.

Poucos dias após a decisão, a Justiça suspendeu os efeitos do decreto argumentando que a decisão foi tomada sem que a prefeitura apresentasse critérios científicos. No resto do Brasil, as autoridades já começam a flexibilizar o uso das máscaras ou estudam decisões nesse sentido.

Proteção deixa de ser obrigatória na rua em 5 estados e no DF

RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, RECIFE, SÃO PAULO, CONSELHEIRO LAFAIETE (MG), PORTO ALEGRE E SALVADOR Ao menos cinco estados, além do Distrito Federal, devem autorizar ou já deram aval para o fim da obrigatoriedade do uso de máscara nas ruas e em ambientes abertos.

No RJ, o governo deixou a cargo das prefeituras a decisão até do uso em locais privados. O prefeito Eduardo Paes (PSD) retirou nesta segunda a obrigatoriedade em espaços fechados. Em SP, andar sem máscara em locais abertos deve ser permitido a partir da próxima quarta-feira (9). No DF, a autorização foi anunciada na semana passada e passou a valer nesta segunda (7) — o DF havia flexibilizado em novembro, mas teve de voltar atrás no começo deste ano devido ao avanço dos casos.

Outros estados que permitem andar sem a proteção nas ruas são MS e MA. Como o RJ, o governo de MG delegou a decisão para as prefeituras — Belo Horizonte já retirou a obrigatoriedade para espaços públicos, assim como passará a valer nesta terça (8) para Boa Vista.

No RS, em caráter liminar, a Justiça suspendeu neste sábado (5) um decreto do governo que desobrigava o uso de máscaras contra Covid-19 para crianças menores de 12 anos.

Veja as regras em cada estado quanto às máscaras. **Matheus Rocha Júlia Barbon, Ana Luiza Albuquerque, José Matheus Santos, Paulo Eduardo Dias, Isac Godinho, Fernanda Canofre e João Pedro Pitombo**

SUDESTE

ES
Obrigatória em ambientes abertos e fechados, incluindo transporte público. Vitória, aplica norma estadual

MG
Liberou para as prefeituras definirem se uso é obrigatório ou não em espaços públicos e privados. Belo Horizonte deixou na sexta (4) de exigir proteção na boca e nariz nas ruas e ambientes ao ar livre

RJ
Estado deixou decisão a cargo das prefeituras. Na capital, uso deixou de ser obrigatório em todos os ambientes, abertos e fechados, nesta segunda (7)

SP
A máscara é exigida em lugares abertos e fechados. É esperado, no entanto, que a obrigatoriedade em espaços ao ar livre seja derrubada nesta quarta (9)

SUL

PR
Uso obrigatório em espaços abertos e fechados. Curitiba segue a norma estadual

RS
Obrigatória em espaços abertos e fechados. Para menores de 12 anos, em caráter liminar, a Justiça suspendeu decreto que desobrigava o uso. Em Porto Alegre, a máscara é exigida em ambientes abertos e fechados para pessoas acima de 12 anos, e recomendada para abaixo dessa idade

SC
Obrigatória em espaço abertos e fechados, mas facultativa para menores de 12 anos. Florianópolis segue a norma estadual

NORDESTE

AL
Uso obrigatório em ambientes abertos e fechados, incluindo transporte público. Maceió acompanha a norma estadual

BA
Obrigatória em locais abertos e locais fechados, incluindo estabelecimentos comerciais e transporte público. Salvador segue a norma estadual

CE
Exigida em locais abertos e locais fechados, incluindo comércio e transporte público. Fortaleza acompanha regra do governo estadual

> "Temos hoje a condição técnica aqui de tornar facultativo o uso de máscara, em todo o município, independentemente de idade. Com exceção dos estabelecimentos de saúde
>
> **José Thomé (PSD)**
> O prefeito de Rio do Sul (SC), na última quinta (3), quando tornou a máscara facultativa no município para qualquer idade

MA
Uso está liberado em locais abertos desde novembro. Equipamento de proteção é exigido em locais fechados. São Luís segue norma estadual

PE
Uso obrigatório em ambientes abertos e fechados, incluindo transporte público. Recife segue a norma estadual

PB
Uso obrigatório em ambientes abertos e fechados, incluindo transporte público. João Pessoa segue a norma estadual

PI
Uso obrigatório em ambientes fechados e abertos, incluindo transporte público. Estado e Prefeitura de Teresina discutirão flexibilização

RN
Proteção de boca e nariz é obrigatória em espaços abertos e fechados

SE
Obrigatória em espaços abertos e fechados, inclusive transporte público. Aracaju não respondeu sobre suas normas

CENTRO-OESTE

DF
Em locais abertos, deixou de ser obrigatória nesta segunda (7)

GO
Uso obrigatório em ambientes abertos e fechados. Goiânia segue a norma estadual

MT
Estado recomenda uso em ambientes abertos e fechados, mas deixou decisão para as prefeituras. Cuiabá só obriga uso em espaços fechados

MS
Obrigatória em locais fechados e transporte público. Campo Grande recomenda uso constante, exceto no exercício físico, mas segue normal estadual

NORTE

AC
Uso obrigatório em ambientes abertos e fechados, incluindo transporte público. Rio Branco segue a norma estadual

AM
Estado recomenda uso, mas deixou decisão às prefeituras. Manaus não respondeu sobre as normas em vigor

AP
Uso obrigatório em espaços abertos e fechados, inclusive transporte público. Macapá acompanha a regra estadual

PA
Obrigatória em locais abertos e fechados, inclusive transporte público. Belém segue a norma estadual

RO
O estado não respondeu sobre as normas vigentes

RR
Obrigatória em locais abertos e fechados, incluindo transporte público. Boa Vista publicará decreto nesta terça (8) desobrigando o uso em ambientes abertos

TO
Obrigatória em locais abertos e fechados, incluindo transporte público. Palmas segue o estado

97% concluem ensino médio na rede paulista sem saber equação de 1º grau

Prova do Saresp feita no fim de 2021 revelou que estudantes tinham 6 anos de defasagem de ensino

Isabela Palhares

SÃO PAULO Dos alunos que concluíram o ensino médio na rede estadual de São Paulo em 2021, 96,6% saíram da escola sem ter aprendido como resolver uma equação de 1º grau ou interpretar dados estatísticos.

Essas são algumas das habilidades que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) define como essenciais para quem termina a educação básica. Os dados do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) mostram que quase todos os concluintes não tiveram a oportunidade de aprendê-las.

A prova do Saresp foi aplicada em dezembro nas escolas estaduais e os resultados mostram piora no rendimento escolar em todos os níveis de ensino e nas duas áreas avaliadas, língua portuguesa e matemática. O maior percentual de alunos com defasagem foi verificado no 3º ano do ensino médio.

O rendimento dos alunos dessa série em matemática foi o menor desde 2010, início da série histórica. Segundo a métrica do Saresp, o desempenho dos concluintes é considerado adequado para quem está no 7º ano do ensino fundamental, ou seja, eles saíram da escola com uma defasagem equivalente a quase seis anos de aprendizado.

Para especialistas ouvidos pela **Folha**, a grave defasagem desses estudantes não se explica apenas pela pandemia e o tempo que ficaram fora da sala de aula nesses dois anos.

O secretário de Educação, Rossieli Soares, também reconheceu que o problema no ensino paulista é anterior à crise sanitária.

"O que já era ruim ficou ainda pior. O ensino médio estava no fundo do poço e a pandemia mostrou que pode piorar", disse o secretário na quarta-feira (2) ao apresentar os resultados.

Em língua portuguesa, o desempenho dos estudantes ao fim do 3º ano do ensino médio foi o menor desde 2013. A média que obtiveram é considerada adequada para o que deve ser aprendido no 8º ano do ensino fundamental. Com esse rendimento, 76% não conseguem interpretar um texto literário.

"Esses estudantes saíram da escola sem ter desenvolvido habilidades essenciais. A maior perda não é por não terem aprendido um conteúdo escolar, mas por não terem tido a chance de desenvolver habilidades que os fariam compreender melhor o mundo", diz Sônia Maria Vidigal, professora de pedagogia do Instituto Singularidades.

Entre as questões com maior percentual de erros entre os estudantes do 3º ano, está, por exemplo, uma que pedia para calcularem o total de livros comprados por uma livraria a partir do valor do lucro final. Em outra questão, os alunos tinham que calcular o percentual de aumento de um produto importado pelo Brasil.

Nas demais séries avaliadas pelo Saresp, também houve piora de rendimento. Segundo os dados da prova, 61,6% dos alunos terminaram o 5º ano do ensino fundamental sem conseguir resolver um problema que pedia para calcular o troco de uma compra. Ao fim do 9º ano, 85,7% não sabiam fazer um cálculo de porcentagem.

> "A pandemia pegou dois anos da formação desses estudantes, mas a defasagem acumulada por eles é de quase seis anos de trajetória escolar
>
> **Maria do Pilar Lacerda**
> pesquisadora da FGV

Para Maria do Pilar Lacerda, pesquisadora do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da FGV, a defasagem acentuada é resultado de anos de um ensino pouco conectado com os estudantes.

"A pandemia pegou dois anos da formação desses estudantes, mas a defasagem acumulada por eles é de quase seis anos de trajetória escolar. É importante que se faça essa reflexão, porque precisamos mudar a forma de ensinar. O sistema já não funcionava bem e, se voltarmos para o mesmo modelo, os resultados continuarão sendo ruins."

A Secretaria Estadual de Educação aposta em diferentes formatos de recuperação e reforço escolar para melhorar o desempenho dos estudantes. Um dos projetos anunciados é o Aprender Juntos, para as turmas de 3º ao 6º ano, que propõe às escolas agrupar os alunos com o mesmo nível de conhecimento.

"As salas de aulas têm alunos com níveis muito diversos. Nesse projeto, a gente propõe que as escolas reenturmem aqueles com o mesmo nível de proficiência em alguns momentos específicos para montar atividades mais adequadas para cada grupo", diz Viviane Cardoso, coordenadora pedagógica da secretaria.

Segundo a pasta, a ação já foi implementada em 26 escolas no ano passado para 7.000 estudantes e teve bons resultados —eles não foram apresentados.

Vidigal vê a iniciativa com preocupação. Para ela, o agrupamento dos estudantes pode ser um trabalho a mais para os professores e vai na contramão das evidências de que o aprendizado acontece também entre os alunos.

"O aprendizado é mais rico quando há a troca entre os alunos. Ao separar os estudantes, imaginando que eles podem estar no mesmo patamar, se tira a oportunidade daqueles que estão mais avançados de compartilhar o que sabem."

Alunos em sala da Escola Estadual Professor Milton da Silva Rodrigues, em São Paulo Rubens Cavallari - 3.nov.20/Folhapress

Liderança política feminina reduziu danos da Covid em cidades

Fernanda Mena

SÃO PAULO Já se sabe que lideranças políticas têm impacto crucial nos resultados sociais e econômicos da determinada população sob seu governo. Com isso em mente, quem você colocaria no comando da administração municipal de sua cidade para enfrentar o desafio de uma crise global: um homem ou uma mulher?

O economista Luiz Meloni, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, diz não titubear. "Uma mulher, com certeza. A literatura científica já apontou que, na média, elas são melhores que os homens em muitas dimensões da vida pública."

Ele cita estudos que indicam associação entre lideranças políticas mulheres e melhoria na provisão de bens públicos ligados a saúde e educação, além de uma menor propensão à prática de atos de corrupção. Não é pouca coisa.

Mas foi uma pesquisa recente, da qual Meloni é coautor, que sacramentou sua posição. Publicado no Journal of Economic Development, o estudo investigou a performance de lideranças mulheres durante a crise da Covid-19 e apontou que cidades que elegeram prefeitas mulheres tiveram desempenho melhor na contenção da primeira onda da pandemia do que aquelas que elegeram homens.

"O estudo mostrou que, se você escolher uma mulher como liderança política, tem uma chance maior de ter uma boa gestão de crise no seu município", conclui Meloni. "Mas, como o resultado é uma média, não quer dizer que toda e qualquer mulher teve um melhor desempenho que os homens", completa.

Em um país que bateu a marca das 650 mil mortes provocadas pelo novo coronavírus, as cidades comandadas por mulheres tiveram, em média, significativa redução do número de mortes e de hospitalizações por 100 mil habitantes quando comparadas aos municípios governados por homens.

Prefeituras sob liderança feminina também adotaram, em média, mais das chamadas intervenções não-farmacêuticas, tais como uso obrigatório de máscaras, fechamento de serviços não-essenciais, limites em aglomerações, redução de transporte público e adoção de cordões sanitários, que limitam a entrada e saída de pessoas nas cidades.

O estudo usou informações de 1.222 municípios e se baseou num modelo econométrico chamado regressão descontínua, a partir do emprego de bases de dados do Ministério da Saúde, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do Tesouro Nacional e de uma pesquisa realizada com os municípios em parceria com a Confederação Nacional dos Municípios.

"Para garantir que os municípios fossem comparáveis, além de informações como tamanho da cidade e de sua população, distribuição por idade e escolaridade, gastos com saúde antes da pandemia e estrutura hospitalar, olhamos para o pleito de 2016", explica Meloni. "E restringimos a amostra aos municípios em que candidatas mulheres competiram com candidatos homens e ganharam ou perderam por uma pequena diferença. Esses municípios eram muito parecidos."

Com isso, o estudo encontrou que a eleição de lideranças mulheres estava associada a uma queda de cerca de 49 hospitalizações por Covid a cada 100 mil habitantes, o que representa cerca de 32% da taxa média das cidades que elegeram homens.

Isso quer dizer que, enquanto nas prefeituras administradas por homens ocorreram, em média, 154 hospitalizações por 100 mil habitantes em virtude do Sars-CoV2, nas cidades sob o comando feminino esse número foi, em média, de 105 hospitalizações por 100 mil habitantes.

No caso das mortes provocadas pelo novo coronavírus, o impacto da liderança política feminina também é significativo. Enquanto cidades com prefeitos homens tiveram, em média, 58,7 mortes por 100 mil habitantes, municípios com prefeitas mulheres registraram taxa de 35,1 mortes por 100 mil habitantes.

Esses cálculos sugerem que, se metade dos municípios brasileiros tivesse elegido uma mulher, tudo o mais igual, o número de mortes por Covid-19 teria sido cerca de 14% menor, salvando 75 mil vidas.

Segundo Meloni, "a primeira coisa que poderia explicar esse resultado é o gasto em saúde, mas não encontramos diferença nos gastos de saúde entre os municípios com prefeitos homens e mulheres". Os economistas observaram, então, as já mencionadas medidas não-farmacológicas.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Nicinha rodou o mundo com samba no pé e no nome

MARIA EUNICE MARTINS LUZ (1949-2022)

Franco Adailton

SALVADOR O nome de registro é Maria Eunice Martins Luz, mas foi como Dona Nicinha do Samba que a sambadeira se tornou um dos patrimônios culturais de Santo Amaro da Purificação, terra natal de personagens ilustres que levaram a história da Bahia para o resto do mundo.

Por toda a sua vida, caminhou pelo mesmo chão de onde saíram gente como Tia Ciata, Assis Valente, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Edith do Prato, Raimundo Sodré, Roberto Mendes, Jorge Portugal, Dona Canô, Teodoro Sampaio, entre tantos outros.

Foi por meio do ritmo acelerado do samba de roda —que se diferencia das demais vertentes pelo choro do violão como fio condutor— que a fundadora do grupo Nicinha Raiz de Santo Amaro passou por Europa, América do Norte e África.

Fazia extensão de sua casa a tradicional festa do Bembé do Mercado —celebrado anualmente como o único candomblé de rua, de 9 a 13 de maio, desde 1889, para comemorar o primeiro ano da luta abolicionista que levou ao fim do regime escravocrata.

A risada espaçosa era a marca registrada, que contagiava todo o ambiente, recorda o caçula dos três filhos, Valmir Martins, 47, percussionista do grupo. "Minha mãe era uma pessoa muito alegre, muito sorridente. Era a marca dela", lembra.

Foi a partir de um divórcio que Nicinha assumiu o protagonismo na carreira, a partir da década de 1980, conta Martins. A tradição cultural da família remonta a gerações passadas, desde os tempos da escravidão, continua.

"Na verdade, éramos principalmente um grupo de maculelê [manifestação originária de Santo Amaro que simula uma luta com bastões], que, após as apresentações, fazíamos o samba e o afoxé. Depois da separação, ela tomou a frente", detalha.

Apesar da relação indissociável com as manifestações culturais de matriz africana, não chegou a ser iniciada pelo candomblé, afirma o babalorixá Gilson da Cruz, 52, à frente do terreiro Ilê Axé Omorodé L'oni Oluaiê.

"Era ekedi [cargo de confiança que não chega a incorporar] do caboclo Caipó de Mãe Lídia, ialorixá mais antiga de Santo Amaro", explica.

Dona Nicinha morreu em casa, aos 72 anos, no dia 17 de fevereiro, em decorrência de complicações cardíacas. Deixou dois filhos do casamento com Valfrido de Jesus, nove netos e dez bisnetos.

7º DIA

JANICE LEÃO FERRAZ Nesta quarta (9/3) às 20h, Igreja Santa Terezinha, Higienópolis, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Brasil teve média de 1 estupro a cada 10 min em 2021, diz ONG

Houve alta de 3,7% sobre 2020, aponta Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Victoria Damasceno

SÃO PAULO Uma mulher foi estuprada, em média, a cada dez minutos no Brasil em 2021, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram 56,1 mil casos, incluindo estupros de vulnerável, com pessoas do gênero feminino como vítimas.

Os dados, divulgados nesta segunda-feira (7) pela entidade, foram coletados por meio de um levantamento realizado com as polícias civis de todas as unidades da Federação, ou seja, leva em conta apenas os casos que realmente chegaram ao conhecimento das autoridades de segurança.

O ano de 2021 representa o início do aumento dos casos de estupro no país depois de uma diminuição ocorrida com o isolamento provocado pela pandemia de Covid-19.

Entre 2019 e 2020, houve queda de 12,1% nos registros de estupros de mulheres no Brasil, enquanto entre 2020 e 2021 ocorreu aumento de 3,7%. O número total de vítimas do gênero feminino foi de 61,5 mil em 2019 para 54,1 mil em 2020. No ano passado, houve 56,1 mil.

O maior número de registros verificado depois do final das medidas mais restritivas de isolamento pode estar relacionado a uma possível subnotificação de casos durante a quarentena, de acordo com Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A análise dos dados realizada pelos pesquisadores indica uma forte queda na quantidade de registros em abril de 2020, mês em que houve intensificação do isolamento social. De maio em diante, ocorre uma retomada nos casos registrados, tendência que se mantém no ano seguinte.

Bueno explica que a maioria dos casos de estupro e estupro de vulnerável acontece dentro de casa, sobretudo envolvendo adolescentes e crianças, que, isolados, não contam com as redes de confiança, como as escolas, para denunciar as agressões.

A diretora-executiva pondera também que pode haver um aumento em decorrência da flexibilização das medidas de isolamento em 2021 quando se fala de mulheres adultas, mas associa o aumento no número de casos principalmente à maior possibilidade de notificação.

Há ainda mulheres que optam por não denunciar, conta Bueno, devido à relação que nutrem com o próprio agressor, ao constrangimento por ter sido vítima, ao medo de retaliação ou até mesmo pela falta de confiança nos sistemas de Justiça do Brasil.

"A gente vive em uma sociedade em que todo o crime tem subnotificação", afirma a coordenadora. "Mas, quando a gente está falando de violência sexual, eu diria que é o crime que no mundo inteiro ostenta as maiores taxas de subnotificação."

A taxa média de estupros, incluindo os casos envolvendo vulnerável, foi de 51,8 para cada 100 mil mulheres.

Em 12 estados, a taxa ficou acima da média nacional, com destaque negativo para Roraima, Mato Grosso do Sul, Amapá e Rondônia, que registraram índices superiores a 100 para cada 100 mil.

Em relação aos casos de feminicídio, houve no país um recuo de 2,4% no ano passado em comparação a 2020.

No ano passado, foram registrados 1.319 feminicídios no território nacional, enquanto no ano anterior 1.351 mulheres acabaram mortas.

A taxa de mortalidade foi de 1,22 mulher para cada 100 mil mulheres, um recuo de 3% em relação ao ano anterior, quando o índice ficou em 1,26 para cada 100 mil.

Os dados indicam ainda que houve aumento no número de feminicídios no período em que se iniciaram as medidas de isolamento devido à pandemia do novo coronavírus, como entre fevereiro e maio de 2020. Em 2021, a tendência se manteve, com média mensal de 110 feminicídios — ou 1 a cada sete horas.

De março de 2020, quando a OMS declarou a pandemia de Covid-19, a dezembro de 2021, cerca de 2.400 mulheres foram vítimas de feminicídio.

Os números indicam estabilidade, e não recuo no indicador, avalia Bueno.

Enquanto estados como São Paulo apresentaram 43 feminicídios a menos em 2021 em relação a 2020, outros como Tocantins, que passou de 9 vítimas em 2020 para 22 no ano passado, registraram mais casos. Ou seja, retirando da lista, por exemplo, apenas São Paulo, haveria aumento de 1% no indicador.

A pesquisadora afirma que isso indica que, embora existam quadros que melhoraram no período, outros permaneceram iguais ou ainda pioraram.

Há casos também em que mulheres foram assassinadas, contudo os crimes não foram tipificados como feminicídio. No estado do Ceará, por exemplo, 308 mulheres foram mortas, mas somente 10% desses casos foram enquadrados nesta categoria.

"Isso mostra a dificuldade que temos enquanto nação de enfrentar o problema. De modo geral, o quadro continua muito grave, e os números são maiores do que a gente consegue hoje estimar", diz Bueno.

A diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirma que o Estado precisa criar medidas que dêem respostas suficientes às vítimas, além de estabelecer mecanismos que permitam a notificação sem que elas precisem se deslocar fisicamente para denunciar, a fim de evitar subnotificações.

"A gente precisa priorizar políticas que garantam algum nível de capilaridade no sentido de acolher e de chegar até essas pessoas. O Conselho Tutelar para crianças e adolescentes, mecanismos que possibilitem crianças, adolescentes e mulheres pedirem ajuda sem necessidade do deslocamento presencial", afirma a diretora-executiva.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

> Quando a gente fala de violência sexual, eu diria que é o crime que no mundo inteiro ostenta as maiores taxas de subnotificação
>
> **Samira Bueno**
> diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Secretário de Segurança de cidade do Paraná é morto em assalto na cidade de São Paulo

Alfredo Henrique

Ricardo Kusch, secretário de Segurança de São José dos Pinhais Reprodução/Facebook

SÃO PAULO O secretário de Segurança Pública de São José dos Pinhais, cidade na região metropolitana de Curitiba (PR), Ricardo Tadeu Kusch, 44, foi morto na noite deste domingo (6) na marginal Pinheiros, em São Paulo, após um latrocínio (roubo com morte). A arma de uso pessoal do secretário foi levada.

O 89º DP (Portal do Morumbi) investiga o caso e afirmou por meio da SSP (Secretaria Estadual da Segurança Pública) que procura imagens e testemunhas que possam ajudar na identificação e prisão dos envolvidos no crime.

Kush, que também era guarda municipal desde 2010 na cidade da região metropolitana de Curitiba, estava em uma moto de luxo, avaliada em cerca de R$ 55 mil, quando foi abordado por criminosos, em uma outra motocicleta escura, de acordo com o relato da própria vítima a policiais militares, que foram ao local para atender à ocorrência.

Segundo os PMs, a vítima estava consciente, mas falava balbuciando. Antes de desmaiar, o secretário da cidade paranaense conseguiu afirmar ser guarda municipal aos policiais, além de acrescentar que sua pistola Glock, calibre 380, de uso pessoal, havia sido levada, sem conseguir mensurar o número de criminosos que o abordaram nem como.

Antes de ser encaminhado por uma ambulância do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) ao Hospital do Campo Limpo, onde acabou morrendo, policiais identificaram quatro perfurações de tiro na vítima: sendo uma no ombro e braço esquerdos, uma no abdômen e outra nas costas.

O celular e um carregador de pistola dele não foram levados, da mesma forma que sua moto BMW R1200 GS.

Os itens, após periciados, ficarão em uma base da GCM no Jardim São Luiz, na zona sul da capital paulista, para serem retirados pelo comando da guarda paranaense.

Segundo a Prefeitura de São José dos Pinhais, Kusch estava em São Paulo para renovar um visto de viagem. Kusch era guarda municipal e assumiu a Secretaria de Segurança Pública a convite da prefeita Nina Singer (Cidadania).

"Ele desempenhou grandemente sua função, nos trazendo inúmeras ideias e ações para fortalecer a segurança do município", disse a prefeita após o assassinato. "O Kusch tinha um grande coração, era uma pessoa ímpar, alegre, família, que não media esforços pelo bem do outro".

Nas redes sociais, ele publicou vídeos de trechos da viagem e imagens de sua moto. "Vamos ali e já voltamos".

Em 2018, o secretário disputou a eleição para deputado estadual no Paraná e em 2020 para vereador em São José dos Pinhais, mas não foi eleito. Nas campanhas, se declarava conservador e pregava "tolerância zero contra o crime".

O deputado Luizão Goulart (Republicanos-PR) lamentou a morte e disse esperar que os responsáveis pelo crime sejam encontrados.

A Prefeitura de São José dos Pinhais afirmou à **Folha**, na manhã desta segunda-feira (7), que ainda aguardava a liberação do corpo do secretário, cujo velório está programado para acontecer no Ginásio Ney Braga, no centro da cidade, sem data definida.

O caso é investigado pelo 89º Distrito Policial, onde os roubos em geral crescem progressivamente, desde 2020, quando foram registrados 123 casos do tipo em janeiro, 143 no mesmo mês de 2020, e 187 no primeiro mês de 2022. Os dados são da SSP.

Considerando os casos de janeiro deste ano, é como se ocorressem 6 assaltos na região por dia. Comparando com os 123 casos de 2020, houve aumento de 52%.

Dados sobre a criminalidade em janeiro deste ano no estado de São Paulo e na capital paulista indicam que o primeiro mês de 2022 superou o do ano passado em furtos e roubos.

Informações da SSP, divulgadas no dia 25 de fevereiro, indicam o registro de 42.550 furtos em geral no estado em janeiro deste ano. Isso representa alta de 21,7% em relação aos 34.960 crimes do tipo registrados no mesmo período do ano passado.

Os roubos também registraram alta no estado. Comparando os números do mês de janeiro do ano passado (19.240) aos deste ano (20.474), houve um acréscimo de 6,4%. De janeiro de 2020 (23.997 crimes) para o de 2021, no entanto, havia sido observada uma queda na estatística.

Além dos roubos e furtos em geral, o estado registrou aumento nos roubos e nos furtos de veículos, respectivamente de 3,2% e 18,4%, comparando os meses de janeiro de 2021 e de 2022.

O número de vítimas de homicídio, no entanto, caiu. Foi de 295, em janeiro do ano passado, para 250 no mesmo período deste ano no estado, uma queda de 15%.

> Ele desempenhou grandemente sua função, nos trazendo inúmeras ideias e ações para fortalecer a segurança do município
>
> **Nina Singer**
> prefeita de São José dos Pinhais

Reabertura das escolas é tema do Folha na Sala

SÃO PAULO O Folha na Sala, podcast sobre educação da **Folha** em parceria com o Itaú Social, estreia nesta terça-feira (8) sua quinta temporada. O programa vai debater, em nove episódios publicados quinzenalmente, os desafios da educação em 2022.

Após dois anos de abre e fecha de escolas em razão da pandemia de Covid-19, professores e diretores encontram uma série de questões na volta às aulas, como perda de aprendizagem, evasão, fome e problemas de saúde mental.

Há também desafios de gestão, como orçamentos mais apertados e a coordenação entre redes estaduais e municipais e o governo federal. No podcast, os jornalistas Ricardo Ampudia e Juliana Deodoro entrevistam especialistas e professores, entre outros.

No ar desde 2019, o Folha na Sala já debateu casos de sucesso na educação, os impactos da pandemia, a história de grandes educadores, a democratização da escola pública e o que forma bons professores.

O podcast é uma parceria da **Folha** com o Itaú Social. A coordenação do programa é de Angela Pinho e Magê Flores. A edição de som é de Stefano Maccarini.

Você pode acrescentar o programa no seu agregador de podcasts usando o link https://omny.fm/shows/folha-na-sala/playlists/podcast.rss

Folha Na Sala
As terças, quinzenalmente, nas principais plataformas de podcasts

Quem é moleque, afinal?

Sujeitos que, além da conduta errática, tentam justificá-la de forma ignóbil

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Já faz algum tempo que o Brasil vem cultuando a figura do moleque. Não se trata da criança que ainda não aprendeu como se comportar em sociedade, mas do sujeito que, tendo obrigação de já sabê-lo, se vangloria de sua própria incivilidade. Se levarmos em conta que o perverso é aquele que, perfeitamente ciente das regras e leis, escolhe transgredi-las de forma deliberada, teremos uma boa noção do que está em jogo aqui.

O moleque é um sujeito que comete duas faltas: a de ter um comportamento errático e a de tentar justificá-lo de forma ignóbil. Com isso ele confirma o caráter indesculpável do seu ato, pois não se trata de um simples erro, mas da ausência de valores civilizatórios e, portanto, da incompreensão de seu lugar na sociedade —que ele reivindica como lugar de exceção.

Numa total impostura, o moleque é aquele que costuma dizer que "bandido bom é bandido morto", enquanto ele mesmo se faz inimputável, não importando o crime que comete. Afinal, o bandido eliminável é sempre o pobre e o preto, enquanto que o moleque, protegido pelo estrato social e cor de pele, segue como bastião moral.

A ideia de que haveria alguém eternamente impune atiça nossa fantasia de ocupar um lugar de exceção, da possibilidade de explorar o outro sem sofrer consequências, do gozo sem medida. Daí a representatividade desses sujeitos execráveis, que realizariam aquilo que o fim da infância provou ser impossível: viver sem se responsabilizar pelos próprios atos e sem sofrer as consequências deles. São figuras ultrajantes que ainda servem de modelo para uma masculinidade anacrônica, responsável pelo que de pior se tem feito no mundo. Dito de outro modo, eles estão no poder porque muitos se identificam com seu lugar de privilégio ao invés de lutar contra ele.

Não há nenhuma surpresa que para o moleque a mulher tenha que estar à sua disposição. Mamãe Falei, como se autodenomina o deputado-moleque Arthur do Val, ao tentar justificar sua fala indecente sobre as jovens refugiadas ucranianas, disse que em São Paulo elas são mais inacessíveis.

Lembremos que esta tem sido a justificativa dos "incel" (involuntary celibate), sujeitos que ao se sentirem rejeitados pelas mulheres, se voltam contra elas. Trata-se de um grupo nas redes sociais aos quais foram ligados assassinatos, ataques e estupros das que não cedem a seus encantos. É importante notar que eles recusam aquelas que eventualmente se interessariam por eles —a quem desprezam— tendo como alvo as jovens consideradas mais bonitas e populares (sobre o assunto recomendo: "O direito ao sexo" da filósofa Amia Srinivasan, Editora Todavia, 2021). Desprezam as mulheres comuns, mas não se conformam em ser desprezados pelas socialmente valorizadas, a quem destroem física e moralmente.

Como contraponto às desprezíveis declarações desses e outros sujeitos, gostaria de recomendar o pungente artigo de Jamil Chade, no qual o jornalista relata sua experiência com mulheres e meninas em áreas de conflito. Se você não acabar o testemunho de Chade com lágrimas nos olhos, recomendo o exílio do convívio humano.

As guerras contemporâneas são deflagradas por políticos insanos, apoiados numa elite que sustenta seu poder, mas que jamais participará dos confrontos diretamente. Nelas morrem crianças, mulheres e homens menos afortunados, sem condição de driblar o serviço militar ou fugir. São eles que sofrerão os terríveis efeitos da bravata de moleques.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Maria Homem | TER. Vera Iaconelli | **QUA. Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Jucy Marinho, 27, foi a primeira no mundo a passar pela pelo procedimento Karime Xavier/Folhapress

Mulheres têm canal vaginal refeito com pele de tilápia

Em técnica paga pelo SUS, pacientes realizam tratamento para síndrome rara

VIDA PÚBLICA DIAS MELHORES

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO A pele de tilápia já foi usada na reconstrução do canal vaginal de 25 mulheres do país, a grande maioria delas na Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, hospital público que integra o Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará/Ebserh. A técnica brasileira, pioneira no mundo, passou a ser utilizada há cinco anos em Fortaleza para pacientes com a rara síndrome de Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser e é custeada pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Geralmente, a paciente com a condição rara nasce sem os dois terços superiores da vagina, segundo Alexandre Pupo, ginecologista e obstetra dos hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês. Em consequência, essas mulheres também não podem engravidar e têm restrições em relações sexuais.

"Por alguma razão desconhecida, pode ocorrer ainda uma formação rudimentar do útero, ele é muito pequeno, às vezes, até sem a cavidade, ou pode não existir", diz o médico.

Segundo Pupo, o diagnóstico costuma chegar entre os 14 e 16 anos, com um incomum atraso na menstruação. Em outros casos, a síndrome é detectada quando a mulher relata ao médico ter dificuldades na hora da relação sexual.

Foi o caso da operadora de fábrica Maria Jucilene Moreira Marinho, 27, a primeira mulher no mundo a se submeter ao procedimento de reconstrução vaginal com a pele de tilápia, em abril de 2017.

Jucy, como é chamada, achou estranho não ter menstruado ao chegar aos 15 anos. Foi então que ela decidiu ir ao ginecologista com a mãe onde morava, em Lavras da Mangabeira, no interior do Ceará. Ela relata ter sofrido com o despreparo do profissional. "O médico me disse que eu não menstruava porque estava grávida. Avisei que era virgem e, mesmo assim, ele insistiu que eu estava gestante. Só após o exame do toque é que ele percebeu que eu falava a verdade."

Ela conta que o médico a encaminhou para realizar um ultrassom, mas, quando o técnico não localizou o útero nem os ovários, teve de se contentar com a informação de que a máquina estava com falhas.

Ali começava uma saga de três anos em consultas, exames e até uma cirurgia desnecessária no hímen antes de, finalmente, receber o diagnóstico de Rokitansky.

"Esse último médico que fez a cirurgia à toa ficou inconformado por não resolver o caso e pagou meus exames. Foi quando cheguei ao hospital de Fortaleza e, finalmente, recebi o diagnóstico correto."

Leonardo Bezerra, professor adjunto de ginecologia da UFC (Universidade Federal do Ceará), conta que a cirurgia com a tilápia dura 30 minutos. "Fazemos o canal vaginal recobrindo-o com a pele do peixe em volta em um molde de acrílico. É minimamente invasivo."

Posteriormente, as células dos tecidos da paciente e fatores de crescimento são liberadas pela pele de tilápia e, assim, surge novo tecido com células iguais à de uma vagina real. Bezerra se inspirou na técnica para queimaduras, criada na mesma universidade e já usada com sucesso. "Demonstrou ter cicatrização mais rápida, limpa e sem processo inflamatório."

Apesar do alívio de descobrir o que acontecia com ela, Jucy diz que entrou em depressão. "Chorei, meu sonho era ter três filhos. Demorei para conseguir me relacionar, porque não queria explicar a síndrome, que não poderia engravidar. É exaustivo."

Pouco depois do diagnóstico, Jucy conheceu o empresário Marcus Vinícius, 28, que mora em Cerquilho, no interior de SP, e começaram a namorar virtualmente. "Ele foi compreensivo, disse que esperaria e que poderíamos adotar uma criança. Que o amor é isso."

A princípio, Jucy seria submetida a cirurgia com a própria pele —procedimento rotineiro usado há anos, de custo mais elevado, em que se retira o material da coxa da paciente.

> Agora posso dizer que sou a paciente pioneira no mundo. Sinto-me muito bem em saber que fui a primeira e agora essa mesma cirurgia ajuda a tantas meninas
>
> **Maria Jucilene Moreira Marinho**
> primeira mulher no mundo a se submeter ao procedimento de reconstrução vaginal com a pele de tilápia, em abril de 2017

Foi quando ela conheceu Leonardo Bezerra, médico que pela primeira vez teve a ideia de usar a pele de tilápia em pacientes com essa condição. "Me ligaram perguntando se eu toparia fazer cirurgia experimental. Falaram que eu seria cobaia, mas que seria menos invasiva. Aceitei porque a equipe me passou confiança desde o início."

Jucy diz que não teve problemas nem dores no pós-operatório. "Fiquei dez dias internada e tive uma rápida recuperação", diz. "Agora posso dizer que sou a paciente pioneira no mundo. Sinto-me muito bem em saber que fui a primeira e agora essa mesma cirurgia ajuda a tantas meninas." Três meses depois ela teve relações com seu namorado, e atual marido, após quatro anos de espera. "Não sangrou e nem senti dor, foi só coisa boa."

Parte da equipe pioneira no procedimento, Zenilda Bruno, médica ginecologista chefe da Divisão Médica da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand, diz que a grande vantagem da cirurgia com a pele de tilápia é que, além de ser mais rápida, ela não é invasiva, não tem cheiro de peixe e tem pós-operatório indolor.

"Outro grande benefício é a falta de cicatriz, isso é muito importante para a autoestima da mulher."

Outra que topou a reconstrução vaginal com tilápia foi a estudante Tainá Fogaça de Souza, 19, que tinha 16 anos quando recebeu o diagnóstico de Rokitansky. "Após ressonância magnética, descobri que eu não tinha o canal vaginal completo e tinha um útero que não se desenvolveu. Isso explicou porque os médicos só viam meus ovários e não viam o útero em ultrassons."

A estudante diz que o diagnóstico foi um baque. "Fiquei sem chão." Tainá conta que inicialmente passou por consulta com um médico que a orientou a usar os dilatadores vaginais. "Mas eu não me adaptei."

Foi aí que sua mãe e a avó começaram a pesquisar e descobriram a cirurgia com a tilápia. "Na consulta com o doutor Leonardo ele me passou muita segurança e, ainda, me colocou em contato com outras pacientes. Ganhei rede de apoio que compreendia exatamente o que eu estava passando. Foi fundamental no processo."

Tainá diz que tem sensibilidade na região do canal vaginal. "Quando faço ultrassom, agora, percebo o que acontece."

Em Minas Gerais, duas mulheres foram operadas com pele de tilápia no fim de 2021 no Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh, que vai receber outras pacientes do estado com o mesmo diagnóstico e em tratamento no SUS.

Segundo o hospital público mineiro, a síndrome de Rokitansky é doença que afeta 1 em cada 5.000 nascidas vivas.

A cirurgia ainda está em fase de pesquisa e só é realizada e paga pelo SUS em pacientes que participam do estudo. O encaminhamento pode ser feito por qualquer unidade de saúde do país. O Ministério da Saúde informou que, por ser experimental, o procedimento ainda não está incorporado em sua relação oficial.

A médica dermatologista e cofundadora do Instituto Roki Claudia Melotti, 51, também foi diagnosticada com Rokitansky, já na vida adulta, e optou pelo tratamento apenas com dilatadores. "Além de eficientes, têm resultados em dois meses, é um tratamento bem mais barato. Um quite custa em média R$ 100. Usei e foi suficiente, sem cirurgia."

Segundo a ginecologista Claudia Takano, coordenadora do Ambulatório de Malformações Genitais da Unifesp, é consenso entre os especialistas que a primeira linha de tratamento deve ser a dilatação vaginal, e não cirúrgica. "É seguro, tem baixo custo, risco e apresenta altas taxas de sucesso, em torno de 90% a 96%, semelhantes às da cirurgia."

Zenilda explica que a cirurgia é indicada em casos de pacientes com canal vaginal inferior a três centímetros (o normal é de 10 cm). "Aí não é possível abrir o canal apenas com dilatadores."

Takano diz que mulheres que têm ovário preservado podem congelar óvulos e gerar uma criança com a ajuda de barriga solidária, ou se submeter a um transplante de útero, usado exclusivamente para uma gestão e, depois, retirado.

+ Entenda a cirurgia

Quando é indicada
Para a reconstrução do canal vaginal de pacientes com síndrome de Rokitansky

Como é o procedimento
Abre-se espaço entre a vagina e o reto, forrando-o com a pele de tilápia. Por ter colágeno tipo 1, a pele de tilápia se torna tão resistente quanto a humana.
Um molde em formato de vagina, então, é colocado nesse espaço para impedir que as paredes da "nova vagina" se juntem
Enquanto isso, as células dos tecidos da paciente e fatores de crescimento são liberadas pela pele de tilápia
Assim, surge um novo tecido com células iguais à de uma vagina real

Fontes: Leonardo Bezerra e Zenilda Bruno, da Universidade Federal do Ceará, e Faculdade de Medicina da Universidade Federal de MG

cotidiano

Prefeitura de São Paulo planeja comprar 45 mil casas populares

No Dia Internacional da Mulher, Ricardo Nunes entregará cartas de crédito habitacional para 1.202 mulheres vítimas de violência

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO Com déficit habitacional em centenas de milhares de moradias, a Prefeitura de São Paulo planeja a compra de até 45 mil imóveis populares. Com as unidades, que farão parte do programa Pode Entrar, estima-se que em torno de 120 mil pessoas sejam beneficiadas.

Para a obtenção dos 45 mil imóveis, a ideia é fazer dois editais. Um deles prevê a aquisição de 5.000 imóveis prontos, com até dez anos após a construção ou com as obras na fase final —neste último caso é preciso que fiquem prontas até junho do ano que vem.

O outro deve resultar na aquisição de 40.000 unidades em processo de licenciamento e de construção, com previsão para serem entregues até dezembro de 2024.

Entre os requisitos mínimos, as moradias devem estar localizadas na capital e ter entre 32 metros quadrados e 70 metros quadrados, com pelo menos dois quartos e um banheiro.

Cada unidade deve ter o preço de avaliação entre R$ 180 mil e R$ 200 mil. O investimento total será de R$ 8 bilhões, segundo a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Com essas casas, a prefeitura pretende atender que está na fila do programa Pode Entrar.

O interessado poderá financiar a compra do imóvel em até 30 anos —ou seja, 360 prestações mensais— por meio da Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo).

Por enquanto, não há uma data certa para a publicação dos dois editais. No último sábado, a prefeitura abriu o processo de consulta pública, que deverá se estender por 30 dias, a fim de colher sugestões.

A princípio, estão habilitados para fazer proposta de imóveis à prefeitura quem possuir pelo menos 50 unidades, sendo que cinco no mesmo empreendimento.

Há diferentes dados acerca do déficit de habitações em São Paulo. Segundo a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), atualmente são necessários imóveis para atender 22 mil famílias que recebem auxílio aluguel.

A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab), por sua vez, registra que 152,4 mil famílias estão à espera de um local para viver.

Um estudo mais antigo, feito pela Fundação Getulio Vargas (FGV), mostrava um quadro ainda mais grave. De acordo com o trabalho, publicado em 2019, o déficit na capital era de 474 mil moradias.

Recentemente, a situação pode ter piorado, uma vez que houve expressivo aumento da população de rua na cidade em meio à pandemia. Em 2021, segundo a gestão Nunes, havia 31,9 mil pessoas vivendo nas ruas paulistanas, 7.540 a mais do que o registrado em 2019, antes da crise sanitária.

No Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta terça (8), a prefeitura entregará cartas de crédito habitacional para 1.202 mulheres vítimas de violência. O documento possibilitará a compra de imóveis avaliados em até R$ 180 mil.

As beneficiadas estão cadastradas no banco de dados da Cohab e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

"Reestruturamos toda a política pública habitacional da cidade com as alterações da legislação. O Programa Pode Entrar, que aprovamos ano passado na Câmara, nos possibilita avançar nas políticas públicas da habitação, sair da burocracia e avançar naquilo que importa, que é ofertar habitação para quem precisa", afirma Nunes.

Vista da Brasilândia, zona norte de São Paulo
Zanone Fraissat - 23.nov.21/Folhapress

120 mil é número de pessoas que a prefeitura estima que serão beneficiadas com o programa

R$ 8 bilhões é o investimento total no programa de habitação, segundo a administração municipal

1.202 mulheres vítimas de violência receberão cartas de crédito habitacional

ambiente

Desmatamento na Amazônia já afeta a diversidade de peixes

Espécies sensíveis a alterações no ambiente estão sendo paulatinamente substituídos por poucas mais resistentes

André Julião

AGÊNCIA FAPESP A substituição de floresta por pastagens e lavouras está afetando diretamente os peixes da Amazônia. Em estudo publicado na revista Neotropical Ichthyology, pesquisadores do Brasil, da Colômbia e dos Estados Unidos mostraram que um processo semelhante ao ocorrido ao longo de décadas em áreas com longa história de desmatamento, como o Estado de São Paulo, se repete agora em Rondônia, no chamado Arco do Desmatamento, onde a derrubada da mata é recente.

Peixes sensíveis a alterações no ambiente estão sendo paulatinamente substituídos por poucas espécies mais resistentes aos impactos. Além da perda de biodiversidade, o fenômeno acarreta uma perda de funções ecológicas exercidas pelos peixes que desaparecem.

"Existe uma hipótese dentro da ecologia de que os vertebrados terrestres suportariam até 60% de perda de hábitat antes de entrar em processo de declínio populacional e, em seguida, de extinção local. Estudando peixes de riachos, verificamos que parte das espécies suporta apenas 10% de perda de hábitat e suas populações começam a declinar em menos de dez anos após o início do desmatamento. Outras, porém, são beneficiadas com perdas de mais de 70% do hábitat", conta Gabriel Brejão, primeiro autor do estudo, que foi conduzido durante um estágio de pós-doutorado no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Ibilce-Unesp), em São José do Rio Preto.

Os resultados são baseados em dados coletados em 75 riachos com diferentes graus de preservação na bacia do rio Machado, um dos tributários do Madeira. Para avaliar o histórico de desmatamento das áreas, os pesquisadores consultaram imagens de satélite da região feitas entre 1984 e 2011.

"A partir dos dados históricos, separamos as áreas em bacias que nunca passaram por mudança, as que sofreram desmatamento há muito tempo e as de degradação recente. Observamos que, onde o desmatamento é recente, a taxa de substituição de espécies [mais sensíveis por mais resistentes] era mais alta do que nas áreas florestadas e nas de desflorestamento antigo", explica.

Parte das coletas e análises do trabalho foi realizada pelo pesquisador ainda durante o doutorado, na mesma instituição, com bolsa da Fapesp.

O trabalho é um dos resultados do projeto "Peixes de riachos de terra firme da Bacia do Rio Machado, RO", financiado pela Fapesp e coordenado por Lilian Casatti, professora do Ibilce-Unesp.

A investigação também foi apoiada por meio de projeto coordenado por Silvio Ferraz, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) e coautor do artigo.

Casatti conta que seu grupo sempre trabalhou com peixes de riachos no Estado de São Paulo, que tem um histórico de mais de 200 anos de uso intenso do solo e de substituição da floresta por lavouras e criações de gado.

"Queria saber como seriam os riachos em um lugar não tão alterado, pelo menos não há tanto tempo. Mas quando chegamos a alguns pontos de Rondônia parecia que não tínhamos saído do oeste paulista, tamanho era o assoreamento, o desmatamento das margens, o capim invadindo o meio aquático", lembra Casatti, que coordenou o estudo.

> Observamos que, onde o desmatamento é recente, a taxa de substituição de espécies [mais sensíveis por mais resistentes] era mais alta do que nas áreas florestadas e nas de desflorestamento antigo
>
> **Gabriel Brejão**
> pesquisador e primeiro autor do estudo

Os riachos são especialmente sensíveis ao desmatamento. Usados como local de reprodução e berçário de espécies que podem depois migrar para os rios, esses corpos d'água também aportam diferentes nutrientes da floresta para os rios. No que tange às comunidades de peixes que vivem neles, uma floresta degradada traz vários impactos.

Além do assoreamento, que é a deposição de partículas de solo no fundo dos riachos, diminuindo sua profundidade, a diminuição ou retirada da cobertura florestal permite ainda a entrada de mais radiação solar, que aumenta o crescimento de plantas aquáticas indesejáveis para algumas espécies e eleva a temperatura da água.

Menos frutos, folhas e insetos que servem de alimento para os peixes se fazem presentes, além de galhos e troncos que servem de abrigo e até mesmo modulam a acidez da água, outro fator que pode determinar a presença ou ausência de certas espécies e das funções ecológicas que desempenham.

"Ao perder espécies de cascudos que raspam troncos que caem na água, por exemplo, pode-se perder processamento de matéria orgânica. A perda de peixes insetívoros pode aumentar a quantidade de insetos que transmitem doenças. Peixes carnívoros, como traíras e dourados, exercem uma pressão em espécies mais basais que podem se reproduzir descontroladamente sem os predadores. A qualidade do hábitat tem papel muito importante para manter não apenas uma diversidade de espécies, mas de funções ecológicas", explica Casatti.

"Nossos resultados indicam que nas áreas de desmatamento mais recente há um conjunto de espécies grande o suficiente para reverter a perda de funções. O que não quer dizer que necessariamente vá se repetir em Rondônia o que aconteceu em São Paulo. Talvez seja um sinal de que em processos iniciais de desmatamento exista um 'tampão' de diversidade que está retendo a perda de funções. Não sabemos até quando", conclui Brejão.

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região. Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação. Ficam convocados os trabalhadores das categorias abaixo relacionados, representados pelo Sindicato dos trabalhadores SIMTRATECOR, associados ou não, para participarem das Assembleias Gerais Extraordinárias que serão instaladas em sua sede central à Rua dos Marianos, nº. 123, Centro– Osasco/SP, bem como, na Avenida Elias Yazbek, 315, Bairro Tingidor(Salão só Alegria) e na Rua Dez, nº 10, Bairro Recreio, Gleba 03, Ibiúna, nos dias e horários abaixo relacionados em 1ª convocação, e quando não atingir o quórum, 01 (uma) hora após em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, para discutir e votar a seguinte pauta: 1) Leitura da redação da ata da assembleia anterior, 2) reivindicação para renovação da convenção coletiva de trabalho com data-base em 01.05.2022; 3) determinação do alcance da representação nas negociações coletivas e abrangência ampla do instrumento normativo que delas resultar de modo a beneficiar a todos, sindicalizados ou não; 4) determinação da forma de defesa das reivindicações, através de mediação, arbitragem, dissídio coletivo; 5) decretação do estado de greve para a defesa das reivindicações aprovadas; 6) continuação da assembleia que se manterá permanente até final solução da Campanha Salarial 2022, ficando autorizado o presidente do sindicato a convocar através de boletins sessões da assembleia, inclusive nos locais de trabalho, em suas mediações e em locais de concentração de trabalhadores; 7) Elaboração, Discussão, Votação e aprovação dos percentuais relativos às Contribuições de Custeio para manutenção das assistências jurídicas, previdenciária, médicas, odontológicas, laboratorial e outros, nos termos do Art. 611-B, inciso XXVI da CLT, conforme os termos do Art. 1º da Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017; 8) concessão de poderes ao sindicato para manter negociações coletivas, celebrar acordos e convenções coletivas de trabalho, requerer a instauração do juízo arbitral e ajuizar dissídio coletivo de trabalho. **DIA. 12/03/2022 às 10H00 - Setor Transp. Carga de S/Paulo e Região - SETCESP. DIA 21/03/2022 às 17H00 - Setor Locadoras de Veiculos Autom. do Est. SP. SINDILOC. DIA 22/03/2022 às 17H00 - Setor. Ind.const.civil Grands.estrut. - SINDUSCON. DIA 22/03/2022 às 18h00 - Setor. Ind.const. civil Pequenas .Estrut. - SINDICON. DIA. 23/03/2022 às 17H00 - Setor da Ind. da Construção Pesada do Est. de SP-SINICESP. DIA 23/03/2022 às 18H00 - Setor Transp. Cargas Pesadas e Excep. SINDIPESA. DIA 24/03/2022 às 17H00 - Setor Tran.revend. Retalhista de Combustivel -SIND-TRR. Dia 25/032022 às 17H00 - Setor Transp de Cargas de Ibiúna SETCARSO.** Osasco, 08 de Março de 2022. **Reginaldo Nunes dos Santos.** - Diretor Presidente. -

CIDADE DE SÃO PAULO — **EDUCAÇÃO**

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO

COMUNICADO:

Acha-se aberta a Chamada Pública em epígrafe:

CHAMADA PÚBLICA Nº 03/SME/CODAE/2022 - SEI nº 6016.2022/0003872-1 - para aquisição de 1.280.160 kg (um milhão duzentos e oitenta mil e cento e sessenta quilogramas) de CARNE SUÍNA CONGELADA EM CUBOS - PERNIL da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em observação ao artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/09.

A DOCUMENTAÇÃO Nº 01 - HABILITAÇÃO e a DOCUMENTAÇÃO Nº 02 - PROJETO DE VENDA E DOCUMENTOS TÉCNICOS deverão ser enviadas para o e-mail: cp.suina@sme.prefeitura.sp.gov.br até o dia 28 de março de 2022.

As dúvidas deverão ser enviadas até o dia 24 de março de 2022.

A capacidade máxima de recebimento de arquivos enviados para o e-mail: cp.suina@sme.prefeitura.sp.gov.br é de 20 MB por mensagem. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, caso o limite seja excedido ao anexar os arquivos, será autorizado mais de um e-mail para a DOCUMENTAÇÃO Nº 01 e para a DOCUMENTAÇÃO Nº 02, no endereço eletrônico acima mencionado.

O procedimento de leitura da documentação ocorrerá em sessão pública eletrônica no dia 30 de março de 2022 às 11h, através do link https://bit.ly/3pFyvOT. Esse link permitirá o acesso à sessão pública pelo computador ou telefone celular.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder o prazo limite para o envio dos documentos, no sítio http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, acessando o item CHAMADA PÚBLICA dentro do painel de licitações.

AVISOS DE LICITAÇÕES

PG SABESP MA 04022/21 - Prestação de serviços de engenharia para manutenção de atuadores elétricos instalados nas válvulas de bloqueio mecanizadas automatizadas e telecomandadas controladas pelo CCO na RMSP na UN de Produção de Água da Metropolitana MA. Recebimento das Propostas: a partir das 00:00 h (zero hora) do dia 22/03/2022 até às 09:00 h (nove horas) do dia 23/03/2022, no sítio da SABESP na Internet www.sabesp.com.br/licitacoes - Abertura das Propostas: às 09:00 h (nove horas) do dia 23/03/2022 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do sítio da Sabesp na Internet: www.sabesp.com.br/licitacoes. O Edital completo será disponibilizado a partir de 08/03/2022, para consulta e download, na página da Sabesp na Internet www.sabesp.com.br/licitacoes. SP, 08/03/2022 - UN de Produção de Água da Metropolitana MA.

PG SABESP RJ 00432/22 - Prestação de serviços de engenharia para atendimento do crescimento vegetativo dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e afastamento de esgoto dos municípios de Itatiba, Itupeva, Cabreúva, Jarinu e Morungaba - UN Capivari/Jundiaí - Diretoria de Sistemas Regionais. Edital para "download" a partir de 09/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso, cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-8273: Informações (11) 4894-8155. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 23/03/2022 até às 09h00min de 24/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h01min de 24/03/2022 será dado início a Sessão Pública no site da Sabesp na Internet. Itatiba, 08/03/2022 - UN Capivari/Jundiaí.

PG SABESP RJ 00434/22 - Prestação de serviços de engenharia para troca corretiva de ligações de água, substituição de hidrômetros e manutenção de redes e ligações no sistema de distribuição de água nos municípios de Itatiba, Itupeva, Cabreúva, Jarinu e Morungaba - UN Capivari/Jundiaí - Diretoria de Sistemas Regionais. Edital para "download" a partir de 09/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha no acesso, cadastre sua empresa. Problemas c/ site, contatar fone (11) 3388-8273: Informações (11) 4894-8155. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 25/03/2022 até às 09h00min de 28/03/2022 - www.sabesp.com.br/licitacoes. Às 09h01min de 28/03/2022 será dado início a Sessão Pública no site da Sabesp na Internet. Itatiba, 08/03/2022 - UN Capivari/Jundiaí.

PG SABESP MMD 00017/22 - Fornecimento de drenagem de sistemas de proteção catodica - Superintendência de Manutenção Estratégica MM. Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 (zero hora) do dia 23/03/22 até às 09h00 do dia 24/03/22, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Abertura das Propostas: às 09h10min. do dia 24/03/22. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do site da Sabesp na Internet. O edital completo será disponibilizado a partir de 08/03/2022, para consulta e download, no site da SABESP endereço acima. Problemas com o site, contatar fone (11) 3388-6984 - SP, 08/03/2022 - MM.

Água. Sabendo usar, não vai faltar.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL "LOTEAMENTO VERENA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS"

BCO leilões

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS /SP

ROGÉRIO BOIAJION, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 954, autorizado por **DAVOLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ: 46.083.257/0001-80, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 9250, Tatetuba, São José dos Campos/SP e **LOTE 01 EMPREENDIMENTOS S/A**, CNPJ: 05.262.743/0001-63, com sede na Rua Álvares Penteado, 87, 9º andar, Sala 4, Centro, São Paulo/SP. Faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária de bem imóvel, realizará o leilão na modalidade exclusivamente **ONLINE** do lote abaixo, que integra o loteamento denominado "Loteamento Verena São José dos Campos", registrado na matrícula nº 211.828 perante o 1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de São José dos Campos/SP, em 1ª praça terá início em 11/04/2022, a partir das 10:00 horas, encerrando-se em 15/04/2022 às 10:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na 1ª praça, a praça seguirá sem interrupção até às 10:00 horas do dia 02/05/2022 (2ª praça). Devedores fiduciantes: **JAIR RAMALHO DA SILVA** (CPF. 139.609.028-62) **E LUCILENE RODRIGUES RAMALHO** (CPF. 215.160.128-52). Descrição do Lote: **Lote nº 21 da Quadra 08, Verena São José dos Campos - Matrícula 211.964, 1º CRI de São José dos Campos/SP**. Descrição completa: Residencial Sítio Cachoeirinha (Av. 3 atual Verena São José dos Campos) – O Lote de Terreno, sem benfeitorias, de formato irregular, com a área de 535,99m², sob nº 21, da quadra 08, situado com frente para a Rua Flor de Cacto (antiga Rua 08), do loteamento denominado Residencial Sítio Cachoeirinha, desta cidade, comarca e 1ª circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no ponto de curva (PC) localizado no alinhamento predial da Rua Flor de Cacto (antiga Rua 08) em divisa com o lote 20 da mesma quadra de coordenadas N=7.430.742,862m e E=413.127,187m, georreferenciada ao sistema Geodésico Brasileiro representada no Sistema UTM, referenciado ao Meridiano Central nº45°00', fuso-23 (hemisfério sul), tendo como datum o SAD-69, deste ponto com frente para Rua Flor de Cacto (antiga Rua 08), segue em curva à direita de Raio 80,00 metros – AC: 13°29'24" – Des: 18,84 metros, até o ponto de curva (PT) de coordenadas N=7.430.754,144m e E=413.142,215m; daí confrontando com o lote 22 da mesma quadra segue com o azimute de 145°26'38", na extensão de 34,45 metros; daí confrontando com parte do lote 05 da mesma quadra segue com o azimute de 242°04'32", na extensão de 8,29 metros; daí confrontando com parte do lote 06 da mesma quadra segue com o azimute de 226°40'41", na extensão de 4,47 metros; confrontando com o lote 20 da mesma quadra segue com o azimute de 315°03'23", na extensão de 33,97 metros até o ponto do início da descrição, fechando assim o polígono acima descrito. Inscrição Cadastral (IPTU): 35.0118.0021.0000. Lance Mínimo em 1º Leilão: **R$ 644.271,84** (seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos). Lance Inicial em 2º Leilão: **R$ 640.657,41** (seiscentos e quarenta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos). Ônus e Gravames: Na Av. 01 da matrícula mãe (211.828, 1º CRI São José dos Campos) consta que o imóvel desta matrícula está inserido em área de preservação ambiental. Na Av. 02 da matrícula mãe (211.828, 1º CRI São José dos Campos) consta restrições ao uso dos lotes, ao uso do imóvel, restrição de construção. Devedores fiduciantes: **PAULO ROBERTO GASTALDÃO** (CPF. 092.736.018-71) **E LUCIANA APARECIDA DA SILVA GASTALDÃO** (CPF. 071.262.178-40). Descrição do Lote: **Lote nº 28 da Quadra 08, Verena São José dos Campos - Matrícula 211.971, 1º CRI de São José dos Campos/SP**. Descrição completa: Residencial Sítio Cachoeirinha (Av. 3 atual Verena São José dos Campos) – O Lote de terreno, sem benfeitorias, de formato irregular, com a área de 394,31m², sob nº 28, da quadra 08, situado com frente para a Rua dos Hibiscos (antiga Rua 04), esquina com a Rua Orquídea Azul (antiga Rua 06), do loteamento denominado Residencial Sítio Cachoeirinha, desta cidade, comarca e 1ª circunscrição imobiliária de São José dos Campos, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se no ponto localizado no alinhamento predial da Rua dos Hibiscos (antiga Rua 04) em divisa com o lote 27 da mesma quadra de coordenadas N=7.430.758,639m e E=413.238,889m, georreferenciada ao Sistema Geodésico Brasileiro representada no sistema UTM, referenciado [illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO AGUDO

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 222/2021. Modalidade: Pregão presencial. Tipo: Menor Preço por item. Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de câmaras de conservação de vacinas para atender as necessidades das unidades básicas de saúde, conforme descritivo completo no Anexo I do Edital. Fica suspensa a sessão do dia 08 de março de 2022 em virtude de retificações no Edital e Termo de referência. Nova data para entrega dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até as 09h00min do dia 12 de Abril de 2022. Credenciamento e Início da Sessão: as 09h10m do dia 12 de Abril de 2022. Aquisição do Edital: Poderá ser adquirido na íntegra, na Praça Martinico Prado, 1626 ou através do site: www.morroagudo.sp.gov.br. Informações através de telefone (16) 3851-1400. Morro Agudo/SP, 07/03/2022. Vinicius Cruz de Castro, Prefeito Municipal.

SOCIEDADE BRASILEIRA E JAPONESA DE BENEFICÊNCIA SANTA CRUZ - CNPJ Nº 60.552.098/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De conformidade com o disposto nos art.22, parágrafo 2º, art.23 e art.27, do Estatuto Social, ficam convocados os Srs. Associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se de forma **virtual**, no dia **21 de março de 2022 (2ª feira)**, devido à pandemia do COVID-19, sensivelmente agravada pela variante ômicron, podendo os membros participar e votar por videoconferência através da plataforma ZOOM, cujo link para participação da reunião segue em anexo, às 19:00 horas, em primeira convocação, com a presença de pelo menos, um décimo dos associados no pleno gozo de seus direitos estatutários e às 19:30 horas, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de associados, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1.** Conhecer e deliberar sobre as Contas e o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício encerrado em 31.12.2021, a constituição de Provisão para as Contas Incobráveis e a inclusão do Resultado do exercício ao Patrimônio Social, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e da Manifestação do Conselho Deliberativo; **2.** Conhecer e deliberar sobre Proposta do Conselho Deliberativo, em que são indicados nomes para preenchimento, por eleição, das vagas dos conselheiros, cujos mandatos encontram-se vencidos e também, das vagas abertas por motivo de vacância, para o quadriênio 2022/2026; **3.** Autorização para dação em pagamento do imóvel situado na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2.808; **4.** Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022. **MARIO SATO - Diretor Presidente.**

Observação: 1) *Somente poderá comparecer à Assembleia Geral, discutir e votar, o associado que esteja em dia com a anuidade (art.17 do Estatuto);* **2)** *o associado poderá representar, por procuração, apenas* **UM** *outro associado. A procuração, com poderes específicos, deverá estar revestida das formalidades legais (art. 29 do Estatuto).*

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 029/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES POLIESTER"
Processo: 14.025/2021
Data e horário do Pregão: 28/03/2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Licitação não Diferenciada
Número da Oferta de Compra: 855800801002022OC00041

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde Pública torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL.

Valor total para retirada do edital: R$ 128,50 (cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 16h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 16h00.

Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00, ou, totalmente gratuitamente na íntegra através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.

Praia Grande, 07 de março de 2022.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

COPLACANA

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ. 54.366.547/0001-34

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária Edital de 1.ª, 2.ª E 3.ª Convocação

De acordo com disposto no Estatuto Social, ficam convocados os senhores Cooperados desta Entidade a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada em primeira convocação, no dia 30.03.2022, às 10h00 (dez horas), no Centro Canagro José Coral, localizado na Av. Com. Luciano Guidotti, nº 1.937 desta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Reforma do Estatuto Social, com a (i) alteração da letra "f" do artigo 12º, a fim de incluir a comercialização de produtos destinados ao ramo da veterinária nas finalidades da COPLACANA; (ii) inclusão da letra "z" no artigo 12º, a fim de adequá-lo ao artigo 88-A da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, com a redação dada pela Lei nº 13.806/2019; (iii) inclusão de cláusulas relacionadas a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como relacionadas aos objetivos econômicos, ambientais e sociais da COPLACANA; b) Autorização para que a COPLACANA, na qualidade de responsável tributária, e, para que tenha legitimidade extraordinária autônoma concorrente, agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus associados, propor ação competente contra a União Federal para afastar a incidência da contribuição social (INSS-Funrural), prevista nos incisos I e II do artigo 25 da Lei 8.212/91, sobre os Atos Cooperativos praticados com seus associados, bem como, em conjunto, pleitear a não incidência da referida contribuição sobre os produtos rurais comercializados, destinados à exportação direta ou indireta, sendo ambas as teses para declarar a inexigibilidade do tributo e a consequente restituição do valor pago nos últimos 5 (cinco) anos. A Assembleia Extraordinária se instalará com a presença de 2/3 terços dos Cooperados com direito a voto, que nesta data é de 14.537 (quatorze mil, quinhentos e trinta e sete) Cooperados. Caso não se realize em 1ª convocação, na hora marcada por falta de quórum, ficam desde já convocados para a 2ª convocação, que será realizada no mesmo dia e local, às 11h00 (onze horas), com a presença da metade mais um dos Cooperados com direito a voto. Persistindo a falta de quórum na 2ª convocação, a Assembleia será realizada em 3ª convocação, no mesmo dia e local, às 12h00 (doze horas), com a presença mínima de dez Cooperados com direito a voto. A decisão da Assembleia Geral vincula a todos os Cooperados, ainda que ausentes ou discordantes (Artigo 25º do Estatuto Social). Piracicaba, 08 de março de 2022. **Arnaldo Antonio Bortoletto** – Presidente

Processo Digital nº: 0035892-63.2020.8.26.0100
Classe: Cumprimento de sentença
Assunto: Cheque
Exequente: Motoracing Mecânica Especializada em Veiculos Ltda - ME
Executado: Sérgio Ricardo Vernizzi – CPF/MF nº 006.983.878-05
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.
PROCESSO Nº 0035892-63.2020.8.26.0100

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da a 21ª Vara Cível, do Foro Central, Comarca da Capital, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Mattos Bertoldo, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que virem ou tomarem conhecimento do presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO ACIMA RELACIONADO**, expedido com prazo de 20 (vinte) dias, que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** que lhe move **MOTORACING MECÂNICA ESPECIALIZADA EM VEÍCULOS LTDA - ME**, visando o pagamento do valor de R$ 20.347,44 (vinte mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), atualizados até 31/07/2020. Encontrando-se o Executado acima qualificado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO POR EDITAL**, por intermédio do qual **FICA INTIMADO** de seu inteiro teor para, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 20 dias, efetue o pagamento do débito, sob pena de imediata incidência de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento). Fica o Executado advertido que, transcorrido o prazo previsto no artigo 523, do CPC, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar, nos próprios autos, sua impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de Março de 2022.

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

COMUNICADO
COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CMPL
CONCORRÊNCIA Nº 004-2/21 - PROCESSO Nº 21.677/21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA ESTRADA VICINAL YONEJI NAKAMURA (TRECHO 1 E TRECHO 2), DISTRITO TABOÃO, NESTE MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Comissão Municipal Permanente de Licitação – CMPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que em face de recursos administrativos interpostos por empresas participantes do certame, fica suspensa "sine die" a abertura dos envelopes nº 02 – PROPOSTA, cuja data estava marcada para o dia 08 de março de 2022, às 14 horas. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, para impugnação de recurso e autorizado vistas e extração de cópias dos autos às partes interessadas, observadas as formalidades legais e regulamentares.

Mogi das Cruzes, em 07 de março de 2022
ACACIO ALVES FILHO - Presidente da CMPL

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Secretário Municipal de Saúde, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO":

EDITAL Nº015/2022 - PROCESSO Nº 30.685/2021 e AP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, DESCARTÁVEIS, PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS, ETC.

As propostas serão abertas em sessão pública que ocorrerá exclusivamente em ambiente eletrônico, na internet, no endereço: http://www.licitacoes-e.com.br, às 08:00 horas do dia 22 de março de 2022. O edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao) e no referido endereço (licitações-e).

Mogi das Cruzes, em 07 de março de 2022
DR. ZENO MORRONE JUNIOR - Secretário Municipal de Saúde

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.bec.sp.gov.br, www.usp.br/licitacoes e www.imesp.com.br ou no seguinte endereço: **Serviço de Compras Centralizadas da Reitoria** - Rua da Reitoria, 374 - 1º Andar - Cidade Universitária/Butantã - São Paulo - SP - CEP: 05508-220 - Telefone: (11) 2648-0308 - e-mail: comprasrusp@usp.br.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022-SAU PROCESSO Nº 21.1.10203.1.26 OFERTA DE COMPRA BEC Nº 102101100582022OC00017	Contratação de Empresa especializada na execução de Serviços Médicos e Complementares, na cidade de PIRASSUNUNGA, Estado de São Paulo, destinados a servidores da USP (docentes e servidores técnicos e administrativos), e respectivos dependentes, devidamente cadastrados no Departamento de Assistência à Saúde, da Superintendência de Saúde da USP (DPAS/SAU/USP), vinculados ao Campus Administrativo de PIRASSUNUNGA	A partir do dia 08/03/2022	21/03/2022 às 09:00h

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DGTI
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS - CGADM
COORDENAÇÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - COLOG

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2022

O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, sediado na SHIS QI 01, Bloco "B", Ed. Santos Dumont - Brasília - DF, CEP: 71.605-150, informa que realizará no período de 08/03/2022 a 17/03/2022 consulta pública com o objetivo de prospecção do mercado imobiliário em Brasília - DF, com vistas à futura locação de imóvel para instalação da Sede do CNPq, mediante coleta de propostas técnicas de imóvel não residencial urbano que atendam aos requisitos mínimos especificados no Chamamento Público nº 01/2022.

Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos pelo site do CNPq, disponível em http://cnpq.br/licitacoes/.

Em 7 de março de 2022
ANDERSON MALTA DA SILVA
Coordenador da Equipe de Planejamento
PO CNPq nº 696/2021

ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA
CONCORRÊNCIA Nº 03/2021 - PROCESSO: 21.1.602.03.8

OBJETO: Prestação de serviços de reforma salas de aula, como reforma: civil, elétrica, hidráulica e instalação e fornecimento sistema de ventilação e ar condicionado - andar superior do Bloco B do Departamento de Engenharia Elétrica Escola Politécnica da USP.

Tendo em vista pedido de esclarecimento para a licitação em epígrafe a Comissão Julgadora de Licitações informa que a ERRATA 04 encontra-se disponível no site **www.usp.br/licitacoes** para todos os interessados em participar da presente licitação. Para tanto a data para apresentação dos envelopes fica prorrogada para o dia 12/04/2022 às 10h00. Para o material técnico enviar e-mail para: licitacao.poli@usp.br

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022

Processo: 169/2021. OBJETO: Aquisição de Materiais – Inseticidas para tratamento fitossanitário de Grãos na Rede Armazenadora da CEAGESP, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**. UASG 225001. Edital: a partir de 08/03/2022 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 08/03/2022 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 22/03/2022 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

Processo: 154/2021. OBJETO: Aquisição de Materiais – Café em Pó, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA**. UASG 225001. Edital: a partir de 08/03/2022 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 08/03/2022 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 21/03/2022 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Gerson Ulisses de Moraes Junior
Pregoeiro

UNIÃO DAS PENSIONISTAS DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE SÃO PAULO
Fundada em 7 de Dezembro de 1979 - Reg. 2. O CTD da Cap., sob n o 5130 – DOE 19/12/79.
CNPJ 51.990.240/0001-11 e-mail: uppmesp@uppmesp.com.br
SEDE: Rua Dr.Rodrigo de Barros, 97 - Luz - CEP.01106-020 - Telefax: 3311-4020 - São Paulo
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente da União das Pensionistas de Policiais Militares do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 26, item I do Estatuto Social, vem através deste Edital, convocar os associados em pleno gozo de seus direitos associativos para Assembléia Geral Ordinária que acontecerá na sede da Entidade na Rua Dr. Rodrigo de Barros, 97 – Luz – São Paulo – Capital às 10:00 h, do dia 31 de março de 2022 em primeira chamada, com a presença da maioria absoluta dos associados e, em segunda chamada às 10:30h, da mesma data, com qualquer número de associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I – Leitura da ata anterior
II – Apresentação do balanço do ano de 2021
III – Assuntos diversos

Celia Maria da Silva
Presidente UPPMESP

EDUCAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/SME/2022
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6016.2021/0082228-5 Registro de preços para aquisição de queijo muçarela fatiado.

Acha-se aberta a licitação em epígrafe, que será realizada às **09h30** do dia **18/03/2022.**

O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos, até o último dia que anteceder a abertura, mediante recolhimento de guia de arrecadação, ou através a apresentação de *pen-drive* para gravação na COMPS - Núcleo de Licitação e Contratos - Rua Dr. Diogo de Faria, 1247 - sala 316 - Vila Clementino, ou através da Internet pelo site www.comprasnet.gov.br e http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, bem como, as cópias do Edital estarão expostas no mural do Núcleo de Licitação.

COPLACANA

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ. 54.366.547/0001-34

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária Edital de 1.ª, 2.ª E 3.ª Convocação

De acordo com disposto no Estatuto Social, ficam convocados os senhores Cooperados desta Entidade a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em primeira convocação, no dia 30.03.2022, às 7h00 (sete horas), no Centro Canagro José Coral, localizado na Av. Com. Luciano Guidotti, nº 1.937 desta cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar conhecimento do Relatório do Conselho de Administração e deliberar sobre o Balanço Patrimonial; b) Tomar conhecimento e deliberar sobre a Demonstração de Contas de Resultados e o Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 2021; c) Deliberar sobre a destinação das "Sobras Líquidas" apuradas nas operações sociais, referente ao exercício de 2021; d) Autorizar a Diretoria a contrair empréstimos junto às instituições financeiras, para repasse aos Cooperados, bem como dar em garantia aos empréstimos os bens e produtos da Cooperativa; e) Proceder a eleição do Conselho Fiscal, para o mandato de 1 (um) ano; f) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos Cooperados, excluídos os constantes do Parágrafo Primeiro do Art. 35º do Estatuto Social. A Assembleia Geral se instalará com a presença de 2/3 terços dos Cooperados com direito a voto, que nesta data é de 14.537 (quatorze mil, quinhentos e trinta e sete) Cooperados. Caso não se realize em 1ª convocação, na hora marcada por falta de quórum, ficam desde já convocados para a 2ª convocação, que será realizada no mesmo dia e local, às 8h00 (oito horas), com a presença da metade mais um dos Cooperados com direito a voto. Persistindo a falta de quórum na 2ª convocação, a Assembleia será realizada em 3ª convocação, no mesmo dia e local, às 9h00 (nove horas), com a presença mínima de dez Cooperados com direito a voto. A decisão da Assembleia Geral vincula a todos os Cooperados, ainda que ausentes ou discordantes (Artigo 25º do Estatuto Social). Piracicaba, 08 de março de 2022. **Arnaldo Antonio Bortoletto** – Presidente

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 017/2022
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS"
Processo: 10.261/2021
Data do Pregão: 25/03/2022 às 10h00 (Horário Oficial de Brasília - DF)
Local: Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Sala de Reuniões da Secretaria de Administração, sito à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP.
LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.

Valor total para retirada do edital: R$ 115,65 (cento e quinze reais e sessenta e cinco centavos).

Local e horário para pagamento da taxa: Banco Santander - das 10h00 às 16h00 e Banco Bradesco - das 10h00 às 16h00.

Local e horário para retirada do edital: Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, 1º Andar, Vila Mirim - Praia Grande/SP, junto ao Departamento de Licitações, das 09h00 às 16h00 horas, ou, gratuitamente na íntegra através do site www.praiagrande.sp.gov.br .

Praia Grande, 07 de março de 2022.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos.

VERDE E MEIO AMBIENTE

PROCESSO 6027.2022/0002387-2
Informa ao SVMA/CGC/DGFEMA Nº 059492784
EDITAL 01/FEMA/2022

O Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo, Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, faz saber que:

Encontra-se aberto o **prazo para cadastramento**, na SVMA, de Organizações da Sociedade Civil com atuação em ações ambientais interessadas em participar da eleição do CONFEMA:

- **Até 25 de março de 2022,** as OSCs interessadas deverão se cadastrar para participar da assembleia que elegerá as OSCs representantes no CONFEMA, preenchendo a ficha de cadastro disponível na página https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretárias/meio_ambiente/cades/cadastramento_de_ongs/index.php?p=12996, e encaminhando-a, junta com a documentação necessária para a Coordenação de Gestão dos Colegiados da SVMA - CONFEMA, situada à Rua do Paraíso, 387, 1º andar, Paraíso.
- **Dia 01 de abril de 2022, às 10h00,** será realizada a assembleia para eleição do Conselheiro Suplente das OSCs que fará parte da composição do CONFEMA, no período 2022/2024. A assembleia realizar-se-á de forma virtual pela plataforma Microsoft. Será eleito 1 (um) representante suplente das OSCs. Para composição do CONFEMA será considerado o número de votos e generá, conforme Decreto nº 56.021 de 31 de março de 2015, que regulamenta a Lei nº 15.946 de 23 de dezembro de 2013.

ESPORTE AO VIVO

17h Liverpool x Inter
Champions League, SBT/TNT/HBO MAX

17h Bayern x RB Salzburg
Champions League, SPACE/HBO MAX

21h30 Fluminense-PI x Santos
Copa do Brasil, SPORTV/PREMIERE

Brasil registra escalada de casos de violência no futebol

Torcedores mortos e jogadores agredidos marcam mês sangrento no país

SÃO PAULO O futebol brasileiro tem assistido no último mês a uma escalada de casos de violência, alguns deles envolvendo agressões a atletas e funcionários dos clubes.

Desde 12 de fevereiro, quando o motoboy e torcedor palmeirense Dante Luiz Oliveira, 40, morreu baleado nas imediações do Allianz Parque após a derrota do Palmeiras na final do Mundial de Clubes, houve pelo menos outros nove registros de episódios violentos.

No último dia 24, o ônibus que levava jogadores do Bahia para o duelo com o Sampaio Corrêa, pela Copa do Nordeste, foi atacado com uma bomba nas proximidades da Fonte Nova. Os estilhaços da explosão, que atingiu o para-brisa traseiro e uma janela lateral do veículo, acabaram atingindo o goleiro Danilo Fernandes —que teve ferimentos perto dos olhos— e o lateral esquerdo Matheus Bahia.

Na mesma data, uma van que transportava jogadores do Náutico foi atacada por torcedores do clube durante o desembarque no Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, no Recife. A equipe alvirrubra havia acabado de ser eliminada na primeira fase da Copa do Brasil pelo Tocantinópolis.

Dois dias depois, no dia 26 de fevereiro, um sábado, três casos de violência ocorreram em jogos dos campeonatos estaduais pelo Brasil. No Paranaense, a derrota do Paraná Clube por 3 a 1 para o União Beltrão resultou no rebaixamento dos paranistas para a segunda divisão, o que provocou a ira dos torcedores presentes na Vila Capanema. Muitos invadiram o gramado ainda antes do apito final e trocaram agressões com atletas da equipe, que procuravam se defender.

Mais tarde, o Grêmio se dirigia ao estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, para o clássico com o Internacional, quando o veículo foi apedrejado. O meia paraguaio Mathías Villasanti foi atingido na cabeça por uma pedra e precisou ser encaminhado a um hospital, onde recebeu o diagnóstico de traumatismo craniano.

O Grêmio informou à Federação Gaúcha de Futebol que não disputaria o clássico, e a partida foi suspensa. Villasanti se encontra bem e retornou aos treinos com o elenco gremista.

Também no dia 26, o Futebol Clube Cascavel teve seu ônibus apedrejado na saída do estádio Willie Davids, em Maringá, após confronto com os donos da casa pelo Campeonato Paranaense. Não houve feridos, segundo o clube.

Além dos episódios envolvendo jogadores e funcionários das equipes, o último mês registrou seguidos casos de brigas entre torcedores.

No dia 23 de fevereiro, uma confusão entre botafoguenses e flamenguistas após o clássico entre os times, no Rio de Janeiro, deixou dois feridos. A briga ocorreu no bairro do Flamengo, na zona sul da cidade, e terminou com duas pessoas detidas.

No último fim de semana, brigas de torcidas ocorreram em pelo menos três estados do país: São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

Na capital paulista, no sábado (5), após vitória do São Paulo sobre o Corinthians pelo Estadual, são-paulinos e corintianos entraram em confronto na estação Primavera-Interlagos, da Linha 9 da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Quatro homens foram detidos.

O clássico entre Flamengo e Vasco, no domingo (6), registrou episódios violentos no Espírito Santo, bem longe do estádio Engenhão, no Rio de Janeiro, palco do jogo.

Flamenguistas e vascaínos entraram em confronto no bairro de Fátima, município de Serra, que fica na região metropolitana de Vitória. O caso ocorreu horas antes do clássico carioca.

Também no domingo, uma briga envolvendo atleticanos e cruzeirenses em Belo Horizonte, horas antes do clássico pelo Campeonato Mineiro, resultou na morte de um torcedor do Cruzeiro que foi baleado na confusão.

A Polícia Militar de Minas Gerais identificou o suspeito de ser o autor do disparo que causou a morte e iniciou buscas pelo homem. Até a conclusão desta edição, o suspeito não havia sido localizado.

Segundo informações da Polícia Militar, dois homens que também se envolveram no confronto em Belo Horizonte foram presos. Uma motocicleta foi apreendida.

A briga ocorreu no bairro Boa Vista, região leste da capital mineira, e envolveu cerca de 50 pessoas, de acordo com a corporação.

O torcedor morto foi identificado como Rodrigo Marlon Caetano Andrade, 25. A vítima foi atingida no abdômen e chegou a ser levada para o Hospital de Pronto-Socorro João XXIII. Andrade foi submetido a cirurgia, mas não resistiu aos ferimentos.

Uma pessoa que passava de motocicleta pelo local, sem envolvimento no confronto, também levou um tiro, no ombro. Foi socorrida, enviada para atendimento médico e liberada em seguida.

Durante assembleia extraordinária nesta segunda (7), em que definiu regras para eleições na entidade, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) propôs um manifesto pelo futebol brasileiro "como ferramenta de promoção de uma cultura de paz".

10
episódios violentos envolvendo torcedores, ao menos, foram registrados no Brasil desde 12 de fevereiro

Após briga, México terá jogos com portões fechados

As duas principais divisões do futebol mexicano terão seus jogos com portões fechados por tempo indeterminado. O anúncio foi feito na madrugada desta segunda-feira (7) pela Liga MX, que organiza o futebol profissional no país.

A reação se dá após os episódios de violência durante o confronto entre Querétaro e Atlas, no último sábado (5), no estádio La Corregidora, em Querétaro.

O Atlas vencia por 1 a 0, aos 15 minutos do segundo tempo, quando um grupo de torcedores invadiu o gramado e participou de cenas de selvageria. Nas arquibancadas, houve troca de socos e agressões entre aficionados das duas equipes. A partida foi suspensa.

Inicialmente, o número informado de feridos era de 22. Agora, já são pelo menos 26, e ainda não há confirmação de mortes.

Weston-Webb vence etapa de Portugal do Mundial de surfe

SÃO PAULO Tatiana Weston-Webb levou o título da etapa de Peniche da WSL (Liga Mundial de Surfe). A brasileira teve ótimo desempenho no mar gelado de Portugal e finalizou sua boa campanha derrotando a norte-americana Lakey Peterson na final.

A gaúcha obteve um 7,33 e um 8,00 na bateria decisiva, totalizando 15,33. Sua rival somou 14,27 (7,10 e 7,17). Na parte final do confronto, Peterson fez algumas tentativas de buscar a virada, sem sucesso. Em sua última onda, tirou 6,73, ficando mesmo com o vice-campeonato.

O desempenho em Portugal representou uma recuperação para Weston-Webb, atual vice-campeã mundial. Ela havia ficado apenas em nono lugar nas duas primeiras etapas do campeonato e finalmente encontrou seu melhor surfe.

"Tive um início de ano ruim, justamente em dois locais em que eu achei que me sairia bem. Mas sei que Deus tem um plano e vou confiar. É continuar surfando, tentando o meu melhor e acreditando em mim mesma", afirmou a brasileira.

A gaúcha Tatiana Weston-Webb em Peniche, Portugal; com o triunfo, ela subiu para a 4ª colocação no Mundial *Damien Poullenot/WSL*

Com o triunfo em Portugal, Tatiana ganhou seis posições no ranking e subiu para a quarta colocação, com 15.220 pontos. Estão à frente dela a costa-riquenha Brisa Hennessy (17.355), a havaiana Carissa Moore (16.495) e Peterson (16.495).

Na disputa masculina, quem levou a melhor em Peniche foi o norte-americano Griffin Colapinto. Com um 7,67 e um 6,67, ele somou 14,34 e venceu a apertada decisão contra o brasileiro Filipe Toledo, que totalizou 14,20 (6,67 e 7,53).

O paulista chegou a 14.440 pontos e subiu para a quarta colocação no Mundial, atrás do japonês Kanoa Igarashi (17.290), do norte-americano Kelly Slater (14.650) e do havaiano Barron Mamiya (14.650). Colapinto (12.660) está em sétimo.

Haverá um corte na metade da temporada. Ao fim de cinco das dez etapas, apenas dez surfistas continuarão brigando pelo título na disputa masculina, outras dez na feminina. Entre os homens, além de Toledo, estão na zona de classificação Caio Ibelli (6º) e Ítalo Ferreira (10º).

Não somos rivais, somos a revolução

Depois de muito tempo, finalmente podemos dizer que não estamos sozinhas

Renata Mendonça
Jornalista, comenta na Globo e é cofundadora do Dibradoras, canal sobre mulheres no esporte

Não cheguei a ouvir o áudio do deputado Mamãe Falei, mas só a transcrição já revirou meu estômago. Coloco aqui algumas das frases mais perversas dele.

"A fila das refugiadas, irmão. Imagina uma fila de, sei lá, de 200 metros ou mais, só deusa. Se pegar a fila da melhor balada do Brasil, na melhor época do ano, não chega aos pés da fila de refugiados aqui. [...] Eu estou mal, cara, não tenho nem palavras para expressar. Quatro dessas eram minas que você, se ela cagar, você limpa o c dela com a língua. Assim que essa guerra passar, eu vou voltar para cá."*

Ele se justificou bastante sobre a atitude. Duas coisas me chamaram atenção nas "desculpas". Mamãe Falei disse que "estava num momento de empolgação" —difícil imaginar alguém empolgado ao visitar um cenário de guerra, né?— e que as mensagens haviam sido enviadas para um "grupo de amigos do futebol".

*Ah, os grupos de amigos do futebol. E, veja, esse detalhe é importante, porque grupos criados para falar mesmo de futebol não são os grupos em que rolam esse tipo de mensagem. Eu tenho alguns deles no celular, inclusive. Grupo que é para falar de futebol aceita mulheres que também querem falar de futebol. Grupos como esse mencionado pelo Mamãe Falei são para falar e compartilhar p****** (conteúdos sexuais expondo mulheres).*

Os homens ficaram perplexos com esses áudios (quem não ficou?), mas não sei se eles já perceberam que fazem parte de conversas com exatamente o mesmo teor misógino. Claro que, quando se acrescenta o contexto de guerra, a perversidade fica ainda mais evidente. Mas quem de vocês, homens, nunca ouviu histórias de amigos que se aproveitaram de mulheres bêbadas, drogadas, deprimidas ou em alguma situação de vulnerabilidade para transar e contar vantagem no grupo de vocês?

Nas redações esportivas onde trabalhei, já ouvi muitas dessas conversas entre os "amigos do futebol". Pior, em algumas oportunidades, eu ouvi e silenciei. Ou dei risada. Para ser aceita no grupo dos homens, a gente, que era tão sozinha nesse mundo do esporte, já fez de tudo.

Mas hoje eu posso dizer que encontrei meu "grupo do futebol". Ainda somos poucas, é verdade, bem menos do que deveríamos ser, mas hoje posso dizer que "somos" juntas. Engraçado porque sempre nos ensinaram que éramos rivais. Que a gente tinha que competir umas com as outras. Que a gente tinha que reclamar que a fulana conseguiu isso ou aquilo, mas quem deveria estar ali era você. E por algum tempo nossa ingenuidade nos fez acreditar em tudo isso. Se a gente brigar entre nós, afinal, o espaço continua sendo todo deles.

Mas, na luta, a gente se encontrou. E percebemos que era mais fácil silenciar uma voz isolada do que dezenas, centenas de vozes gritando. Que compartilhar nossas dores nos fazia mais fortes para enfrentá-las. Para superá-las. Para dizer chega aos assédios, abusos e silenciamentos que sofremos todos os dias.

E hoje a gente não tem só o "grupo do futebol", das mulheres que se fortalecem na luta por espaço nesse meio tão machista. A gente se tem. E nem precisa se conhecer.

Fui a um bar em São Paulo na sexta-feira (4) e presenciei o que todas já vivenciamos. Um homem partindo para cima de uma mulher —que estava sentada com outras três amigas— gritando, xingando, ameaçando. Das cinco mesas ao redor, quatro eram de mulheres. Todas nós reagimos. Pedimos para o gerente do bar retirar o homem, visivelmente alterado, mas continuaram servindo cerveja para ele. Nós não nos conhecíamos, mas ficamos todas ali até que a polícia fosse retirar o dito cujo.

Finalmente podemos dizer: não estamos sozinhas. Não somos rivais, somos a revolução. Feliz #8M.

DOM. Juca Kfouri, Tostão | SEG. Juca Kfouri, Paulo Vinicius Coelho | TER. Renata Mendonça | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo Vinicius Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro

A economia do cérebro é limitada pela oferta local

Pela artéria carótida interna sempre passa o mesmo volume de sangue por segundo

Suzana Herculano-Houzel

Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Não é de hoje que guerras se travam com cercos econômicos. A diferença é que aos cercos físicos, que impediam as populações sitiadas de deixar suas cidades para trazer comida e outros recursos, hoje se juntaram restrições à passagem de recursos financeiros intangíveis. Mas o princípio é o mesmo: o funcionamento de sistemas vivos complexos depende de fluxos de energia e matéria, e interromper esses fluxos é maneira garantida de extinguir primeiro a complexidade, e logo em seguida, a vida.

Estava contando semana passada que eu e meu colega Douglas Rothman, da Universidade Yale, demonstramos recentemente que também a economia do cérebro é limitada pelo fluxo de energia e matéria, na forma da circulação sanguínea que abastece neurônios e as células gliais que os acompanham com oxigênio e nutrientes. Até então, nossos colegas supunham ser a circulação sanguínea cerebral abundante o suficiente a ponto de não ser limitante: assim como músculos que entram em ação recebem mais sangue, neurônios mais ativos também deveriam receber mais energia, oras —e pronto: não há que se preocupar com fornecimento e cadeias de distribuição no cérebro.

Seria ótimo se fosse verdade. Na prática, descobrimos que o funcionamento do cérebro é duplamente limitado: na entrada de sangue pela artéria carótida interna, que sempre passa o mesmo volume de sangue por segundo, e na distribuição local. O cérebro é como uma cidade servida por uma única avenida por onde passam todos os carros, em fluxo constante, que são os distribuidores exclusivos de toda a comida e água a cada uma das casas à beira de todas as ruas. Um engarrafamento na avenida principal é catastrófico, claro.

Mas uma cratera ou bloqueio em qualquer rua também é imediatamente desafiador, sobretudo porque as casas desta cidade consomem imediatamente toda a água e comida que conseguem retirar dos carros conforme eles passam. Mal há sobras ou reservas. Aterrador, não?

A imagem explica por que a neurociência clínica começa a se preocupar com a saúde dos capilares, as ruas do cérebro, além das grandes artérias, ou avenidas, que vem sendo o foco de pesquisa sobre isquemias e infartos.

Mas há bem mais implicações. Doug e eu sugerimos que a economia do cérebro é tão limitada pela distribuição de recursos que um esforço a mais aqui é possível, sim —às custas de uma redução momentânea ali, sempre. A dedicação prioritária de recursos cognitivos a um foco, que nós chamamos de atenção, talvez seja justamente o resultado inevitável desse toma-lá-dá-cá de sangue no cérebro.

Ao longo do tempo, então, somos limitados pelo trânsito de sangue em nossos capilares cerebrais a aprender uma coisa de cada vez. Dedicar atenção a duas coisas ao mesmo tempo é impossível. Nossos neurônios são poderosos, mas o cérebro só pode funcionar em série.

Só consigo pensar em como isso torna nosso tempo ainda mais precioso.

PRIMAVERA CHINESA
Pessoas tiram selfies em campos de flores na província chinesa de Sichuan para celebrar chegada da primavera no hemisfério norte Liu Changsong/Xinhua

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
8.mar.1922

Governo japonês recebe relato sobre 'loucura' do Carnaval

O governo do Japão mandou ao Brasil, em 1919, um emissário para fazer um estudo e relatório sobre costumes, riqueza, indústria, agricultura e outros assuntos locais.

Ao chegar o período do Carnaval, o enviado japonês redobrou a sua observação por achar a folia extraordinária e digna de registro. Eis um trecho de como ele se expressou:

"É assaz interessante. Dura três dias, de festa e regozijo, dedicados não sei a qual divindade. O que posso dizer é que, nessas 72 horas, os brasileiros perdem completamente a cabeça, fazem toda a sorte de loucuras, as mais extravagantes, vestem-se com trajes antigos ou modernos".

Folha da Noite

CENTRAL E ROYAL
"FORA DA LEI"

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

HASHTAG | Rebeca Oliveira

folha.com/hashtag

Conheça a história dos Doodles e como eles são pensados

GUARATINGUETÁ (SP) Já imaginou se ver na página inicial do maior buscador da internet? A honra é para poucos. Os chamados Google Doodles —os desenhos interativos de homenagens e celebrações que, por vezes, tomam conta da homepage do Google— são restritos àqueles que já nos deixaram. Mas, se depender da equipe chefiada por Jessica Yu e Perla Campos, cada vez mais pessoas vão se sentir representadas.

Jessica Yu, líder da equipe do Doodle, explica que a diversidade é um critério importante para decidir o que vai à página inicial do Google ou não. São mais de 450 Doodles publicados por ano, com diferentes abordagens em cada lugar, respeitando a diversidade cultural das diferentes regiões. Para isso, o time do Doodles tem embaixadores em cada país, que ajudam a indicar personalidades, feriados e costumes que merecem ser celebrados. "Queremos honrar coisas populares, mas também popularizar coisas incríveis que merecem mais atenção." O projeto favorito dela foi o que celebrava o estilo de dança swing e do Savoy Ballroom, um salão de baile no Harlem, em Nova York, famoso por não fazer discriminação racial nos anos 1920.

A história das intervenções do Google com seu logo começou há 24 anos, em 1998, antes mesmo da empresa ser constituída. Os fundadores do Google, Larry Page e Sergey Brin, brincaram com o logotipo da companhia para indicar que participariam do festival Burning Man, no deserto de Nevada. Eles colocaram um desenho de um boneco palito atrás do segundo "o" da palavra Google, para passar a mensagem de que os fundadores estavam "fora do escritório".

A piada interna foi longe. Os Doodles se tornaram cada vez mais frequentes e interativos. Homenagens como o jogo do Pac Man, de 2010, e o super jogo das Olimpíadas 2020 fazem sucesso na lembrança de internautas até hoje.

Apesar de reconhecer que os Doodles interativos são os que mais engajam os usuários, os favoritos de Perla Campos, Gerente de Marketing de Produto da empresa, são aqueles com os quais as pessoas se identificam. "Medimos o sucesso ao ver quantos emojis de choro foram gerados", afirma. "Mas apenas lágrimas de felicidade."

Ela diz que seu Doodle favorito foi o de Selena Quintanilla, cantora de ascendência mexicana, espanhola e indígena cherokee. "Nosso objetivo é garantir que as pessoas sejam vistas, ouvidas e valorizadas. E que possam se reconhecer na página do Google", explica. Campos é filha única de mãe solo imigrante mexicana e foi a primeira de sua família a concluir o ensino superior e obter um diploma de graduação.

Doodles do Google celebram a diversidade de cada país Reprodução

Durante o processo de criação de cada Doodle participam ilustradores, designers e engenheiros de dados. Cada projeto demanda um tempo diferente, que varia de horas a meses —como foi o caso do game de Olimpíadas 2020. "Já que os Jogos foram adiados, ganhamos tempo", conta Yu. Uma pessoa demoraria pelo menos três horas para completar todas as fases do jogo.

A diversidade não está apenas nos homenageados pelos Doodles, mas também pela equipe de produção. "Nada é feito para nós sem nós", diz Campos. Ela explica que fazem questão de que os ilustradores, engenheiros de dados e consultores também representem a demografia do país.

Gostaria de ser homenageado na página inicial do Google? Infelizmente, você vai precisar morrer primeiro. "Não fazemos Doodles de pessoas vivas e não fazemos Doodles de propaganda", diz Yu. Nada de Doodles promovendo filmes, músicas ou artistas vivos, portanto.

ilus
FOLHA DE S.PAULO ★★★
TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2022 C1

O outro lado da moeda

Elena Medel, nova promessa da literatura espanhola, explora como a miséria aprisiona diferentes gerações de mulheres no livro 'As Maravilhas', que culmina num Dia da Mulher

Ilustração de Julia GR para a capa do livro 'As Maravilhas', de Elena Medel Divulgação

Walter Porto

SÃO PAULO É moeda corrente a frase de Virginia Woolf que defende a existência de um espaço próprio para que mulheres escrevam ficção, no clássico "Um Teto Todo Seu". Mas pouco se lembra que a citação completa da autora é "uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu".

A pura necessidade de dinheiro para alcançar a independência artística ainda é negligenciada quando se fala de cultura, diz a espanhola Elena Medel, escritora em ascensão de 36 anos. Então, ela decidiu escrever um romance sobre isso.

Não que "As Maravilhas", obra lançada há um ano e meio que já a projetou para mais de uma dezena de traduções ao redor do mundo, tenha qualquer pretensão de teoria econômica. Mas as duas mulheres que dividem seu centro sabem perfeitamente que a miséria define os seus passos.

"Cada uma das situações que trouxeram María até aqui teria se desenvolvido de forma muito diferente com dinheiro", narra o romance, falando da mais velha das duas mulheres, que conhecemos no livro já beirando os 70 anos de idade.

Foi por causa da penúria que ela precisou largar a escola, que acabou cedendo à insistência sedutora de um estranho no ônibus, que teve de aceitar um emprego em outra cidade, Madri, e deixar sua filha para sempre.

Do outro lado da moeda, a jovem Alicia despenca ladeira social abaixo, indo de uma menina que feria as colegas de inveja com sua fortuna —suas maravilhas, que dão título ao livro num trocadilho com Lewis Carroll— a alguém que, como descreve a primeira frase do romance, "vasculha os bolsos e não encontra nada".

São tramas que se desenrolam em registros distintos —se a história de María é a da sua progressiva politização, a de Alicia é de um total embotamento em relação ao mundo— e se tocam de maneira surpreendente na manifestação feminista de 8 de março de 2018.

Medel sublinha seu interesse nas narrativas que viajam do íntimo ao político, observando a transformação do privado no público, à moda da francesa Annie Ernaux.

"A história com letra maiúscula está sempre contada nas enciclopédias através de nomes masculinos, que decidem sobre a vida de todos", afirma ela. "Eu queria contar a história do meu país guiada por duas mulheres cujas circunstâncias foram definidas por outras pessoas."

Como diz um trecho do romance, María "pronunciava com familiaridade os nomes e sobrenomes daqueles que faziam parte da sua biografia", os políticos de terno que ocuparam os principais cargos da Espanha, que tinham em comum o fato de que "nunca saberiam nada sobre ela".

As duas narrativas têm verve própria, mas também servem para ilustrar momentos-chave da história espanhola. Enquanto trabalha fazendo faxina ou cuidando de idosos, María ouve a repercussão da morte do ditador Francisco Franco e da eleição do presidente socialista Felipe González. Aos poucos se envolve com coletivos de mulheres criados nas periferias que foram cruciais na década de 1970.

Já a trajetória de Alicia ecoa as migrações que redesenharam o país após a crise mundial de 2008, e seus empregos são os "bullshit jobs" que marcam a economia atual.

"Já ouvi comentários na linha 'me interessou muito a parte histórica, mas quando o livro se mete na intimidade da mulher, perdi o interesse'", lembra Medel. "Mas essa intimidade está atravessada por questões históricas."

Continua na pág. C3

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

COMEÇO DE CONVERSA

A flexibilização de máscara para as crianças será discutida nesta terça (8) pelo comitê de médicos que assessora o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), no combate à Covid-19.

MUITA CALMA Com apenas 20% das crianças de 5 a 11 anos com esquema vacinal completo, a possibilidade de liberar os pequenos de usar o equipamento de proteção ainda está cercada por dúvidas e incertezas.

FORA DA SALA Uma das ideias que deve ser discutida é a de que eles sigam usando máscaras nas salas de aula, mas possam ficar sem elas nas áreas livres, durante o recreio e nas atividades esportivas.

FREIO O debate, no entanto, deve ser intenso: há profissionais que são contra qualquer tipo de flexibilização enquanto não se aumentar a cobertura vacinal neste público.

ACELERADOR Já para os adultos a decisão está praticamente tomada: eles serão liberados da obrigatoriedade do uso de máscaras em locais abertos.

VIZINHANÇA A medida está sendo considerada conservadora se comparada à tomada pelo Rio de Janeiro, por exemplo. Na segunda (7), o prefeito Eduardo Paes (PSD-RJ) liberou o uso do equipamento inclusive em lugar fechado.

MULTIDÃO Médicos que integram o comitê paulista, no entanto, dizem que é necessário ainda agir com cautela: mais de 400 pessoas por dia no Brasil morrem pela doença. Destes, cerca de cem são de São Paulo.

ADEUS, MORO O Podemos de Sergio Moro deve perder pelo menos quatro deputados federais nas próximas semanas, quando termina o prazo de definição da legenda pela qual pretendem disputar a reeleição.

MEIO A MEIO O número corresponde a quase a metade do total de parlamentares da bancada, formada hoje por 11 deputados.

MESMO LUGAR Com Moro empacado nas pesquisas, e o Podemos sem formar federação com outros partidos, aumentando seu potencial de amealhar votos, muitos temem não conseguir voltar à Câmara dos Deputados em 2023.

CARA NOVA A legenda, no entanto, tem a expectativa de compensar a saída com a filiação de seis outros parlamentares que deixariam as agremiações em que estão para engrossar a fileira do partido.

PALANQUE A Bancada Feminista, mandato coletivo do PSOL na Câmara Municipal de São Paulo, vai anunciar sua pré-candidatura à Alesp (Assembleia Legislativa de SP) nesta terça (8). Uma parte das mulheres que hoje são covereadoras vão participar da nova chapa. São elas Paula Nunes e Carolina Iara.

PALANQUE 2 Outras duas mulheres filiadas ao partido, a jornalista Simone Nascimento e a socióloga Mari Souza, também vão integrar a pré-candidatura coletiva à Alesp. O anuncio será feito em uma manifestação na av. Pauista.

TERCEIRO SINAL

Fotos Iara Morselli/Divulgação

A atriz Mariana Xavier 1 recebeu convidados em seu camarim na estreia do monólogo "Antes do Ano que Vem", na sexta-feira (4), no Teatro Unimed, em São Paulo. O espetáculo é dirigido por Ana Paula Bouzas e Lázaro Ramos 2, que estiveram lá. O ator Dan Ferreira 3 também compareceu

ALVO Estudo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) mostra que o país registrou, em 2021, um aumento de 79% no número de ataques contra mulheres jornalistas ou com viés de gênero. Ao todo, foram 119 ocorrências desse tipo —ou um episódio de violência a cada três dias.

ALVO 2 A análise ainda revela que 52% dos autores dos ataques eram autoridades públicas. O ranking é liderado por Jair Bolsonaro (PL) e pelo deputado Carlos Jordy (União-RJ).

MOTIVO A bancada do PSOL na Câmara quer convocar a ministra Damares Alves para explicar por que sua pasta destituiu nove entidades da sociedade civil do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O ministério diz que todo o processo de escolha precisa ser refeito, já que a Justiça determinou a inclusão da Universidade Federal do RN na disputa. As entidades afirmam, porém, que a anulação busca enfraquecer o comitê.

RANKING O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP foi o hospital público brasileiro mais bem posicionado na lista de Melhores Hospitais do Mundo da Newsweek. A unidade ocupa o oitavo lugar entre as 96 instituições brasileiras listadas.

PRIVADOS Os hospitais Albert Einstein e Sírio-Libanês aparecem na primeira e na segunda posição, respectivamente.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Manuel Borja-Villel e Grada Kilomba, no alto, Diane Lima e Hélio Menezes Divulgação

Coletivo com Grada Kilomba vai liderar a Bienal de São Paulo

Além dela, os curadores Manuel Borja-Villel, Diane Lima e Hélio Menezes estarão à frente da 35ª edição da exposição

Carolina Moraes

SÃO PAULO Um coletivo formado pela artista portuguesa Grada Kilomba, o crítico e historiador da arte espanhol Manuel Borja-Villel, diretor do museu Reina Sofía, em Madri, a curadora Diane Lima e o antropólogo Hélio Menezes estará à frente da próxima edição da Bienal de São Paulo, marcada para o ano que vem. O anúncio foi feito pela Fundação Bienal nesta segunda.

O recurso à gestão coletiva se repetiu em eventos dos últimos anos —entre eles, a última Flip, Festa Literária Internacional de Paraty—, e vem na esteira de críticas a certo autoritarismo dos curadores, que abrem mão do poder em nome da horizontalidade.

Não é algo inédito nem na história da Bienal, que teve grupos de curadores no comando em 1989, 2010, 2014 e 2018.

Na última destas, o então curador-chefe, Gabriel Pérez-Barreiro, convidou sete artistas para montar pequenas constelações de trabalhos.

José Olympio da Veiga Pereira, presidente da fundação, conta que os curadores se apresentaram já como um grupo para a instituição. Apesar de esta não ser a ideia original da instituição, ele afirma que essa foi a proposta mais "ambiciosa e interessante" apresentada para 2023.

"Esse time tem competências diferentes e complementares que têm tudo para produzir um resultado muito interessante", diz ele. Uma das propostas que ele destaca do projeto, batizado "As Coreografias do Impossível", é expandir a mostra principal para outras instituições e espaços públicos —algo que foi feito na última edição, em 2021.

Ele afirma que ter a mostra capitaneada por um grupo é um desafio e tem seus riscos. "Essa foi uma preocupação nossa no processo de seleção, de ter certeza que era uma equipe harmônica com capacidade de trabalhar em conjunto", continua ele. "Estou convencido de que vamos superar esses desafios."

Dos nomes anunciados agora, o mais conhecido é o de Grada Kilomba, escritora e artista interdisciplinar que é uma das grandes vozes do movimento feminista negro hoje.

Com obras exibidas em mostras de prestígio, como a Documenta, em Kassel, na Alemanha, e na Pinacoteca de São Paulo, ela usa performances e vídeos para explorar questões como memória, trauma e pós-colonialismo.

Outros dos integrantes, Diane Lima e Hélio Menezes, são dois dos principais nomes de uma geração de curadores negros que despontou nos últimos anos. Lima foi responsável pela curadoria do Festival do Valongo em 2018 e 2019 e esteve envolvida com a última edição do Frestas, Trienal de Artes do Sesc de São Paulo.

Menezes coordenou as áreas de arte contemporânea e literatura do CCSP, o Centro Cultural São Paulo, e esteve à frente de exposições importantes no cenário paulistano, como "Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os Brasileiros", no IMS Paulista, e "Histórias Afro-Atlânticas", do Masp e do Instituto Tomie Ohtake.

Já Manuel Borja-Villel é mais conhecido por sua trajetória institucional. Ele é o diretor do Reina Sofía, em Madri, e desde 2008 vem buscando repensar a coleção do museu. Antes disso, dirigiu a Fundação Antoni Tàpies e o Museu de Arte Contemporânea, ambos em Barcelona, na Espanha.

Os curadores foram apresentados pela Fundação Bienal sem indicação de idade e nacionalidade, por orientação dos próprios selecionados como parte de uma apresentação sem hierarquias do grupo.

"Embora eles não tenham se apresentado com os dados, se você der um Google, você vai descobrir", diz ele. "É uma questão mais simbólica."

A última Bienal foi assinada pelo italiano Jacopo Crivelli Visconti, que iniciou a carreira na Fundação Bienal no começo dos anos 2000. À época do anúncio, a escolha foi criticada devido à falta de expressividade de dele no meio artístico-institucional.

Mas a edição em si foi elogiada por sua capacidade de traduzir a desesperança destes tempos pandêmicos.

"Já estava presente na 34ª edição a questão de trazer todo mundo para trabalhar em conjunto por um objetivo em comum. A nosso ver, isso tem uma simbologia importante no mundo polarizado em que a gente vive. O que queremos é mostrar que pessoas diferentes podem se engajar num projeto comum e fazer algo para o benefício de todos", afirma Olympio.

A escritora espanhola Elena Medel, autora de 'As Maravilhas' Divulgação

O outro lado da moeda

Continuação da pág. C1

"Temas femininos são entendidos como particulares, deixariam de fora os leitores homens, mas meu romance trata da precariedade, que me parece afetar por igual a todos."

Medel frisa, contudo, que as personagens não devem ser lidas como símbolos de gerações. A postura apolítica de Alicia, segundo ela, não representa a juventude que chacoalhou a Espanha em manifestações como a do 15-M, em 15 de maio de 2011, mas expressa uma outra maneira possível de estar no mundo.

É notável que a literatura de Medel não ceda à tentação de observar suas personagens com a condescendência das vítimas nem com a admiração afetada das batalhadoras suadas. Talvez seja porque ela tenha uma origem similar.

A escritora viveu a ausência de pais que trabalhavam o dia todo em empregos mal pagos e, quando adulta, pulava de bico em bico tentando chegar ao fim do mês. "Por muito tempo tive vergonha de perguntar sobre meus pagamentos quando atrasavam."

"Livros sempre foram escritos por pessoas com dinheiro, que podiam se dedicar a escrever por vários anos sem problema. Era impossível que famílias trabalhadoras tivessem acesso à publicação. A literatura social do século 20, com algumas exceções, foi um retrato da classe operária feito pelas classes altas."

A coisa piora quando se adiciona o recorte de gênero. Medel, que fez carreira como poeta e editora, lembra casos de autoras que não conseguiam viajar para eventos de divulgação dos próprios livros porque não tinham com quem deixar os seus filhos.

"Em outros momentos da minha vida, acho que eu não poderia ter escrito esse livro. E escrevi roubando muito do meu tempo de descanso. Fiquei me perguntando se este livro seria o que eu queria escrever ou o que eu tinha tempo de escrever."

É uma reflexão que lembra o primeiro capítulo de "As Maravilhas", em que María pensa as razões que a impediram de se envolver com causas políticas enquanto era jovem. Estava ocupada demais ganhando o pão. Ou como ela mesma resume —"até para protestar é preciso ter dinheiro".

As Maravilhas
Autora: Elena Medel. Trad.: Rubia Goldoni. Ed.: Todavia. R$ 64,90 (192 págs.); R$ 44,90 (ebook)

Barbárie do Brasil escravista remete ao presente em 'A Família Medeiros'

Aos 130 anos, livro de Júlia Lopes de Almeida não é de tirar o chapéu, mas cresce ao opor liberdade e violência

LIVROS
A Família Medeiros
★★★☆☆
Autora: Júlia Lopes de Almeida. Ed.: Carambaia. R$ 92,90 (385 págs.); R$ 65,90 (ebook)

Angela Alonso
Professora de sociologia da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Era o começo da República, mas parece ontem. Tinha epidemia e militar na Presidência, juras de amor à Constituição e arma em punho. Tinha propostas de compensar vítimas da escravidão e dar direitos às mulheres e tinha quem não via cabimento nisso.

Os tempos também mudam. Uma diferença é de adereço. Ninguém andava de máscara, mas não se saía de casa sem chapéu. A moda era um miúdo, mal cobrindo a fronte das mulheres distintas. A Gazeta de Notícias, em 16 de outubro de 1891, resumiu a opinião masculina média sobre a cabeça feminina —"aquilo é a metade de um chapéu sobre a quarta parte de um cérebro".

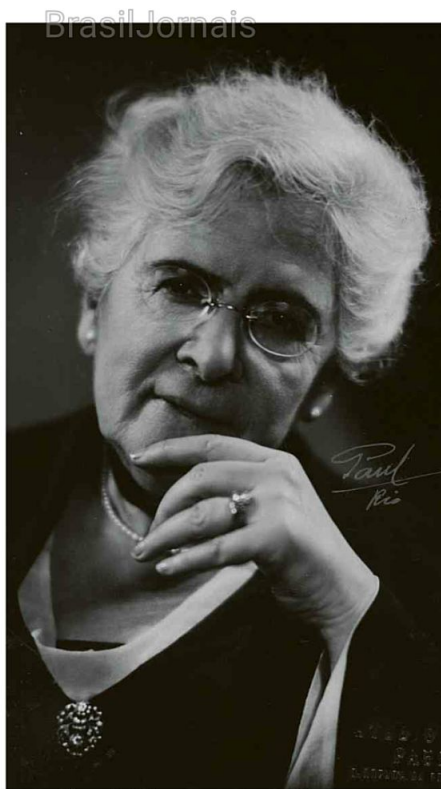
O jornal não viu incoerência em dar o "chiste" quando estreava o folhetim de Júlia Lopes de Almeida. Era "A Família Medeiros". Na base de um capítulo ao dia no rodapé, foi até o fim do ano e, em janeiro, estava editado, acrescido de notas dos costumes paulistas.

Quem anotava bem os conhecia. Almeida crescera em Campinas, ponto de negócios do café paulista. Nem por isso era provinciana. Escrevia em folhas do Rio de Janeiro e viveu em Lisboa, donde voltou nas vésperas da Abolição.

Fez carreira de dar inveja a homens de cartola, com romances, contos, crônicas, teatro. Virou o século temperando a panelinha machadiana que cozinhava a Academia Brasileira de Letras. Mas ficou sem cadeira. Não convinha saia em mesa imortal.

Achou comensais noutra parte, na Legião da Mulher Brasileira e na Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Três anos antes de morrer, em 1931, foi oradora no Segundo Congresso Internacional Feminista, no Rio.

Isso explica a reedição do livro. É parte da voga de reparações históricas, que privilegiam quem escreve. Mas a relevância da pessoa não garante a qualidade da obra. Do ponto de vista da fatura literária, o livro não é de tirar o chapéu.

A Gazeta o viu como "romance de costumes paulistas", de "bom gosto e elevado critério", e tratou a autora, prata da casa, como grande dama. Em O País, o antiaristocratismo republicano prevaleceu. Um resenhista, em janeiro de 1892, tratou a escritora de saias "como se trata um camarada" de calças — sem pena. Achou os protagonistas "falsos" e viu na armação um repeteco de Júlio Diniz. De fato, a novela anda mal por esses lados e abraça convenções realistas sem ter se livrado das românticas.

A escritora Júlia Lopes de Almeida em retrato sem data Fundo Correio da Manhã/Arquivo Nacional/Reprodução

O mérito da família Medeiros não é de forma, mas de fundo. É registro vívido das maneiras —e falta delas— de uma família cafeicultora paulista. Há o cotidiano da fazenda, com comidas, doenças e festejos, e o esmiuçamento da lógica escravista, com feitores, capitães do mato, senzalas, quilombos, revoltas.

A novela protesta contra o patriarcalismo, que traçava o destino de moços e sobretudo de moças —"as mulheres devem ser escolhidas como os porcos". O enredo contrapõe o progresso, a ciência e a liberdade —de mulheres e escravos— ao atraso e à violência das famílias senhoriais, aferradas ao osso escravista, mesmo assoreadas pela campanha abolicionista.

O conflito de costumes entre duas gerações da elite corta o livro de fio a pavio, em par com outro, em torno da escravidão. A autora estiliza eventos decisivos para a abolição.

Um foi a fuga coletiva de escravos, em outubro de 1887, que cruzou cidades desde Itu, no interior paulista, rumo a Santos, no litoral, onde abolicionistas os aguardavam. Na serra do Mar, a tropa disparou sobre homens e mulheres, velhos e crianças. O caso acabou levando o Exército a desertar o escravismo e a monarquia.

O outro episódio é o linchamento do delegado Joaquim Firmino, em Penha do Rio do Peixe, no interior paulista, em fevereiro de 1888. Almeida o transferiu para Sertãozinho e converteu o personagem em juiz. Mas realidade e ficção coincidem na brutalidade —"espancaram, mutilaram, estrangularam a vítima".

É na descrição da barbárie que o livro, que aniversaria 130 anos, cresce. Aí, presente e passado coincidem, com as violência racial e de gênero ainda bordando o cotidiano.

Peça une thriller e reflexão, mas é frágil ao compor vilã sem nuance

Baseada em livro que já virou filme, 'Misery' traz escritor sequestrado por fã como alegoria do mercado editorial

TEATRO
Misery
★★★★☆
Teatro Porto Seguro - al. Br. de Piracicaba, 740, São Paulo. Sex. e sáb., às 20h; e dom., às 19h. Até 27/3. De R$ 30 a R$ 80. 14 anos. Dir.: Eric Lenate. Com: Marcello Airoldi, Mel Lisboa, Alexandre Galindo

Paulo Bio Toledo

Quando o americano Stephen King escreveu "Misery", há 35 anos, ele já era um autor de sucesso. Entretanto, a rapidez com que havia se tornado uma celebridade, a profusão de fãs, além da intensidade do sistema mercantil da literatura —que faria dele um dos autores mais vendidos no planeta— também o angustiavam. Em "Misery", isso aparece simbolizado na forma de um thriller de suspense.

O escritor Paul Sheldon é um fenômeno de vendas, seus livros, como é a tônica de muitos best-sellers, criam tramas que aprisionam o leitor num tipo de intensa conexão hipnótica com a narrativa. Contudo, no suspense de Stephen King, Sheldon é que é aprisionado por uma fã, a enfermeira Annie Wilkes.

A admiradora, totalmente enfeitiçada pela obra do escritor, tomada por aquele universo moldado para capturar sua atenção, faz dele um prisioneiro e o força então a escrever um novo livro, corrigindo o rumo inesperado de seu último romance.

A coação da enfermeira, que obriga o escritor a produzir com uma arma apontada diretamente para cabeça, sob efeito de potentes analgésicos e com as pernas inutilizadas, ou seja, sem nenhuma autonomia criativa, é fruto da psicopatia da personagem, mas é também uma metáfora grotesca de como funciona o sistema produtivo da indústria editorial.

O autor que consegue o feito de capturar milhões de fãs não deixa também de se tornar cativo deles, obrigado a reproduzir eternamente a fórmula que os encantou e que, é claro, gerou receitas milionárias —na obra de Stephen King, a agente de Paul Sheldon não é apenas uma personagem tangencial, ela é quase um duplo longínquo da enfermeira Annie.

Na montagem teatral protagonizada por Mel Lisboa e Marcello Airoldi tais aspectos reflexivos e simbólicos do gênero de suspense são muito bem trabalhados.

Mel Lisboa em cena da peça 'Misery', adaptada do livro de Stephen King Leekyoung Kim/Divulgação

A encenação de Eric Lenate põe em funcionamento um tipo de máquina cenográfica —um palco giratório que é movimentado, à vista do público, por uma equipe de contrarregras. Assistimos, simultaneamente, ao desenvolvimento do suspense e ao movimento das engrenagens da maquinaria teatral.

Tal sintaxe da cena ecoa um dos temas da obra, que é a construção de narrativas, e também libera o público para a reflexão crítica. Sem deixar de lado a trama eletrizante, a montagem não se rende a ela e abre espaço para o pensamento crítico.

Em paralelo, contudo, a adaptação brasileira é bem menos eficaz em sua vontade de corrigir supostos preconceitos da trama original e do roteiro cinematográfico do filme, que estreou em 1990 e que rendeu um Oscar à atriz Kathy Bates.

Para retificar o que julgam ser uma representação rebaixada da mulher, aparentemente reduzida à ideia de uma psicopata mal amada, Mel Lisboa tenta propor uma Annie Wilkes mais dúbia, enfatizando sua solidão e ingenuidade. Cria, para isso, outro estereótipo.

Forçando um sotaque caricatural, a atriz faz da enfermeira uma jovem interiorana, infantil e simplória, vítima das circunstâncias em que vive —com bem menos nuances psicológicas e sem a forte determinação do moralismo religioso americano que a personagem original da obra de Stephen King possui.

O empenho em corrigir a obra à luz de demandas contemporâneas soa como um tipo de atualização mal acabada do discurso. Um alinhamento frágil ao debate atual.

Com 'Chicago', Paulo Szot escancara por que virou uma estrela

TEATRO
Chicago
★★★★☆
Teatro Santander - av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041. R$ 37,50 a R$ 340. Direção: Tania Nardini. Com: Emanuelle Araújo, Paulo Szot e Carol Costa. Qui. e sex., às 21h; sáb., às 17h e 21h; dom., às 15h e 19h. Até 29/5

Nelson de Sá

Passando por uma tragédia pessoal, o barítono Paulo Szot subiu ao palco e trouxe ao público de São Paulo, com firmeza profissional, a qualidade que fez dele uma estrela na Broadway e em casas como o Metropolitan, também de Nova York.

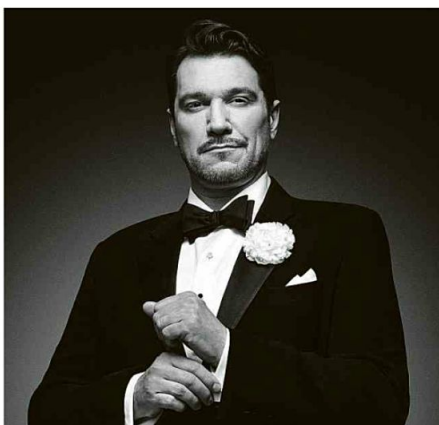
É um ator de referência no musical contemporâneo, inclusive —ou principalmente— para os colegas brasileiros, vivendo o papel hoje histórico do advogado cínico de "Chicago", em cartaz no teatro Santander. É quem explora o teatro da mídia para manipular a Justiça, no musical.

Com atuação despojada, olhar voltado ao público, exalou segurança e sedução como no "South Pacific" que o consagrou há mais de uma década, mas agora para expressar a corrupção elegante, representada por seu Billy Flinn.

A canção standard "Razzle, Dazzle", ainda que com alguma perda na versão em português, é interpretada conscientemente por ele como a espetacularização imposta não só ao tribunal do júri, mas à toda a sociedade contemporânea dos Estados Unidos.

No papel de uma das criminosas tornadas celebridades, Roxie Hart, Carol Costa se estabelece. A atriz, que vem dando saltos em sua trajetória no teatro musical paulistano —como se viu, por exemplo, em "Hebe, O Musical"—, se impõe agora como bailarina além da cantora qualificada.

Embora sem a altura e as pernas de Ann Reinking, que marcou o papel, seus quadros de dança com o coro são sensuais e precisos. Fisicamente, remete mais a Renée Zellweger, do filme baseado na montagem histórica de 1996. Mas seu alcance é maior.

Já Emanuelle Araújo não explode como Velma Kelly. Faz com competência os diversos números célebres, a começar por "All That Jazz", mas não se deixa arrebatar nem cantando nem dançando, como o personagem pede —e como Bebe Neuwirth fez, em 1996.

Paulo Szot em foto de divulgação da montagem do musical 'Chicago' Pedro Dimitrow/Divulgação

É bonita e longilínea, como demanda a coreografia, recriada pela mesma Ann Reinking, a partir de Bob Fosse. Mas é preciso mais do que cumprir movimentos ou cantar no tom, sessão após sessão.

"Chicago" nasceu em 1975, mas foi a remontagem duas décadas depois que firmou o musical de Fosse, John Kander e Fred Ebb como um clássico contemporâneo. Ressurgiu mais conectado com o tempo.

Naquele 1996, um mês antes, outros dois espetáculos também ajudaram a fazer a Broadway e o próprio gênero musical americano renascerem. Eram eles "Bring in 'da Noise, Bring in 'da Funk" e "Rent".

"Chicago", já com seu principal criador morto, falou a uma geração que compreendeu melhor sua desesperança com a América. Sua crítica é implacável e muito contrastante com o nacionalismo atual na sociedade americana.

Crítica que é metaforizada na Justiça e combina com o Brasil desta última década —embora a produção local, uma franquia daquela produção de 1996, não faça qualquer esforço para explicitar o vínculo.

Morre Pasha Lee, ator ucraniano que lutava contra a invasão russa

SÃO PAULO O ator ucraniano Pasha Lee, que se juntou às Forças Armadas do seu país para combater a Rússia, morreu no campo de batalha aos 33 anos neste domingo, segundo a organização do Festival Internacional de Cinema de Odessa, um dos principais do audiovisual da Ucrânia.

Entre os trabalhos de Lee, estão "Meeting of Classmates", de 2019, o filme de ação "Regras de Batalha", a comédia "Selfie Party" e o drama "Zvychayna Sprava", todos produções ucranianas.

Lee se encontrava na cidade de Irpin, a oeste da capital Kiev, e lutava contra um cerco de soldados russos. Ele havia se juntado às forças de defesa territorial ucranianas há cerca de uma semana.

Lee também foi apresentador do canal de TV DOM e trabalhou como dublador em filmes. Sua última aparição nas telas ocorreu em 2021, com a série de TV "Provincial".

Svetlana Aleksiévitch assina carta contra a onda de desinformações

SÃO PAULO Um grupo de escritores veio a público convocar as pessoas na Rússia a revelarem e a transmitirem a verdade a respeito da guerra na Ucrânia, se posicionando contra a propaganda encampada pelo governo de Putin, que omite informações sobre o conflito. Os autores fazem um apelo para que o povo russo seja contatado por "todos os meios possíveis".

Assinado por 17 personalidades, o documento tem entre os signatários a escritora bielo-russa e vencedora do prêmio Nobel de literatura Svetlana Aleksiévitch, cuja obra é marcada por retratar as cicatrizes das guerras soviéticas sobre pessoas comuns.

Outros escritores, como o sul-africano J.M. Coetzee, a alemã Herta Müller, a austríaca Elfriede Jelinek e a polonesa Olga Tokarczuk, também vencedores do prêmio Nobel, estão entre outros que apoiaram o documento.

Bailarino brasileiro no Bolshoi se demite por causa da guerra

SÃO PAULO O bailarino brasileiro David Motta Soares, um dos principais solistas do renomado balé Bolshoi da Rússia, anunciou sua demissão nesta segunda-feira, em mensagem de solidariedade aos "combatentes" na Ucrânia.

Soares, de 24 anos, era uma das principais estrelas do Bolshoi, que está entre as instituições culturais envolvidas na reação contra a invasão da Ucrânia pelo presidente russo, Vladimir Putin.

"Estou profundamente triste em dizer que deixei o teatro Bolshoi, meus professores, meus amigos, minha família, o lugar que chamei de lar por muitos anos", escreveu Soares no Instagram.

"Não posso agir como se nada estivesse acontecendo, simplesmente não consigo acreditar que tudo isso está acontecendo de novo, já passamos por isso e deveríamos ter aprendido com o passado", escreveu o artista.

Sarah Jessica Parker e Matthew Broderick em cena de 'Plaza Suite' Philip Montgomery/The New York Times

Broadway renasce após ômicron, mais acessível e com aplausos espontâneos

Com 20 espetáculos em seus 41 teatros, circuito vê o público aumentando semana após semana

Teté Ribeiro

NOVA YORK Com os preços das entradas em queda, os espetáculos em cartaz na Broadway —eram 20 na semana passada, em 41 teatros— começam a ver suas plateias cada vez mais cheias. Na última semana de janeiro, 75% dos assentos estavam ocupados. Na semana anterior foram 66%, e na primeira do ano, 62%.

Ingressos para blockbusters como "Hamilton", que chegaram a valer US$ 900 em janeiro de 2020, antes da chegada do coronavírus, são vendidos agora por US$ 299.

"O Rei Leão", que tinha ingressos lotados com meses de antecedência, agora vende entradas para o mesmo dia com descontos de 20% a 50%, nas bilheterias TKTS, na Times Square, praça formada no encontro da Sétima Avenida com a Broadway —que não é bem uma avenida, mas sim uma "via larga", na tradução literal—, em volta da qual fica a maioria das casas do circuito Broadway, onde as grandes produções teatrais de Nova York, muitas delas musicais, se apresentam.

O ingresso mais caro desta temporada é para o revival de "The Music Man", com Hugh Jackman, a maior estrela em cartaz atualmente, que chega a US$ 699. Foi a maior estreia desta temporada até agora, em 10 de fevereiro.

"The Music Man", de Meredith Willson, entrou em cartaz pela primeira vez na Broadway em 1957 e já era um espetáculo "old fashioned" —a trama se passa em 1912, em uma cidadezinha do estado de Iowa. Virou longa-metragem há 60 anos, com o mesmo ator da montagem original do teatro, Robert Preston. Um telefilme, com Matthew Broderick no papel principal, foi produzido em 2003.

Com o australiano Hugh Jackman como protagonista, em sua volta à Broadway depois de 11 anos, quando apresentou o monólogo "Hugh Jackman: Back on Broadway" —remontado em 2019 em uma turnê internacional—, sempre com a casa lotada e ótimas críticas, "The Music Man" é o musical blockbuster do momento.

A montagem teve uma trajetória complicada. A estreia estava programada para outubro de 2020. A pandemia atrapalhou os planos, mas, além disso, o produtor do espetáculo, Scott Rudin, foi acusado de ter comportamento profissional abusivo por seus assistentes e deixou o projeto.

Há outras peças ambiciosas e com estrelas conhecidas entrando em cartaz, especialmente "Plaza Suite", de Neil Simon, com Sarah Jessica Parker e Matthew Broderick, que acaba de entrar em cartaz no circuito nova-iorquino.

Em setembro de 2021, quando a cidade lembrou os 20 anos do ataque terrorista que derrubou as torres do World Trade Center, a peça "Pass Over", de Antoinette Nwandu —que teve uma de suas primeiras apresentações em Chicago, há cinco anos, filmada e adaptada para o cinema por Spike Lee e está disponível no serviço Amazon Prime Video—, era o espetáculo "must see" da temporada. A peça saiu de cartaz no mês seguinte.

Atraía público e interesse dos jornalistas, antes mesmo de o resto da Broadway ter decidido voltar a abrir seus teatros. A variante delta tinha feito os números da pandemia voltarem a subir em Nova York, e tanto os turistas quanto os artistas de rua ainda preferiam manter a distância recomendada.

Assistir à peça era um ato de coragem e rebeldia, que esta repórter não arriscou, apesar das afirmações dos críticos de que "Pass Over" era uma experiência teatral alucinante, dramática e imperdível. Na época, as ruas do Theatre District, onde ficam a Times Square e a maior parte das casas de espetáculo, estavam completamente vazias, coisa que só se vê em filmes de suspense.

Na segunda semana de fevereiro, a Times Square já tinha recuperado seus sinais vitais. Na entrada dos teatros, os bilheteiros e lanterninhas cumprimentavam o público com um orgulhoso "bem-vindo de volta à Broadway". Então, checavam o cartão de vacina e comparavam com um documento com foto, antes de conferir o ingresso.

Dentro das salas, cada espetáculo inseria em seu estilo o modo como avisar a plateia de que, além de desligar os celulares —ou pelo menos não filmar ou tirar muitas fotos, como pede David Byrne, sabendo que isso vai acontecer—, devem manter a boca e o nariz cobertos pela máscara, a não ser que estejam comendo ou bebendo.

A energia da Broadway está de volta. A ligação visceral entre palco e plateia pareceu, nos dois espetáculos vistos pela reportagem, viva, pulsante. Quem corre o risco de se sentar ao lado de desconhecidos e respirar o mesmo ar que outras 200, 300 pessoas, em frente a um elenco sem máscara, o faz porque está com sede daquela vivência.

Mas isso não foi suficiente para garantir a sobrevivência de todos os 31 espetáculos que estavam em cartaz antes da pandemia, em março de 2020.

Os que não tinham uma garantia de fãs incondicionais, como no caso de "MJ", que tinha três quartos da plateia na apresentação do último dia 13 de fevereiro —ingresso para um lugar na segunda fileira, no centro, comprado quatro dias antes a US$ 173,25—, que conta os bastidores da turnê "Dangerous", de Michael Jackson, em que cada número musical é aplaudido vigorosamente, muitas vezes com o público de pé, acabaram sofrendo.

[...]

Ingressos para blockbusters como 'Hamilton', que chegaram a valer US$ 900 em janeiro de 2020, antes da chegada do coronavírus, são vendidos agora por US$ 299

A energia da Broadway está de volta. A ligação visceral entre palco e plateia pareceu, nos dois espetáculos vistos pela reportagem, viva, pulsante. Quem corre o risco de se sentar ao lado de desconhecidos e respirar o mesmo ar que outras 200, 300 pessoas, em frente a um elenco sem máscara, o faz porque está com sede daquela vivência

O show-peça "American Utopia", de David Byrne, que se apresenta com a casa lotada —ingresso para um lugar numa das últimas fileiras, no centro, comprado sete dias antes a US$ 132,33—, avisa que os bombeiros permitem que o público dance na plateia, o que muitos fazem, desde que não obstruam as saídas de emergência.

O músico abre a noite agradecendo ao público por ter saído de casa e, no meio da apresentação, encoraja as pessoas a levantarem de seus assentos, "sei que ainda parece esquisito dançar no escuro rodeado de estranhos".

"Jagged Little Pill", por exemplo, baseado no álbum de mesmo nome da cantora Alanis Morissette, lançado em 1995, não resistiu à pandemia. Durante os 19 meses em que a Broadway ficou fechada, a produção trocou um dos atores principais e três coadjuvantes. Reestreou em outubro de 2021 sem boa parte do que fazia o show um sucesso de público —e, talvez um pouco por isso, sem grande parte do público. Saiu de cartaz em dezembro e não voltou mais.

No circuito off-Broadway, no entanto, um revival do clássico cult "A Pequena Loja dos Horrores", peça baseada num filme de 1986, com Rick Moranis e Ellen Greene nos papeis principais e Steve Martin como coadjuvante —por sua vez baseado em outro filme, esse de 1960, que marcou a estreia de Jack Nicholson no cinema—, vem lotando o pequeno teatro Westside, em Hell's Kitchen, e está sendo considerado uma das maiores surpresas dessa estranha temporada.

Mamãe, gorfei

Suposta missão humanitária de deputado revela realidade nauseante

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

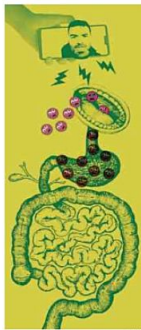
Minhas enzimas corroem as paredes do estômago cada vez que escuto os áudios vazados de Arthur do Val. A fala, por si só, já é nauseante. Mas foi expelida pelo segundo deputado estadual mais votado de São Paulo, então pré-candidato ao governo do estado e youtuber com 2,5 milhões de seguidores, conhecido como Mamãe Falei.

O deputado aproveitou o recesso de Carnaval para fazer uma viagem à Ucrânia e atuar como uma espécie de correspondente de guerra, arrecadar doações para os refugiados e conhecer a resistência ucraniana. Mas a missão supostamente humanitária ganhou contornos desumanos com o vazamento de seu relato para um grupo do Movimento Brasil Livre, o MBL.

Nas mensagens de áudio, Arthur soa perplexo. As palavras parecem lhe escapar. Ele diz que, em 35 anos de vida, nunca testemunhou nada parecido com aquilo. Repete inúmeras vezes o quanto está mal. É possível sentir o abalo em sua voz: "Mano, eu tô triste, porque é inacreditável".

Mas o que o teria levado a esse estado? Os horrores da guerra? Muito pelo contrário. Foi a beleza das refugiadas ucranianas. Em nenhum momento, ele se refere às refugiadas como mulheres em situação de vulnerabilidade, que perderam suas casas, seus trabalhos, seus parentes. Apenas como "minas bonitas", "deusas". Como se elas estivessem em uma vitrine, servindo apenas para hidratar suas retinas e inflar seu ego. Já que, segundo suas próprias palavras, elas seriam fáceis, porque são pobres.

Do Val lamenta não ter pego ninguém "porque não deu tempo". Também divide com seus interlocutores as dicas de Renan Santos, líder do MBL, para fazer turismo sexual na região —embora não utilize esse termo, e sim "Tour de Blonde". A ideia é priorizar cidades mais pobres, onde as mulheres seriam "gold diggers".

Em seu pedido de desculpas, Mamãe Falei disse que os áudios foram tirados de contexto. Sim, os áudios estão fora do contexto. Afinal, o deputado compara uma fila de refugiados de guerra a uma fila de balada em São Paulo. Ao mesmo tempo, está tudo ali. O colonialismo, no deslumbramento com o padrão de beleza europeu. O neoliberalismo, que trata a pobreza como vantagem. A misoginia, que desumaniza mulheres. O machismo, no discurso de superioridade naturalizado como um papo entre amigos.

Silvis

|DOM. Ricardo Araújo Pereira |SEG. Bia Braune |TER. Manuela Cantuária |**QUA. Gregorio Duvivier** |QUI. Flávia Boggio |SEX. Renato Terra |sab. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Ator de 'Belfast' estrela série de suspense rodada na Austrália

O Turista
HBO Max, 16 anos
Jamie Dornan, dos filmes "Cinquenta Tons de Cinza" e "Belfast", faz um homem que sofre um acidente no interior da Austrália e é hospitalizado. Quando acorda, não sabe quem é. Mas sua memória precisa voltar o mais rápido possível, porque ele está sendo perseguido por inimigos poderosos. Esta minissérie exclusiva promete reviravoltas ao longo dos seis episódios.

Meia-Noite no Hotel Pera Palace
Netflix, 14 anos
Nesta suntuosa série turca, uma repórter se hospeda no Pera Palace para escrever uma reportagem sobre o mais tradicional hotel de Istambul. Mas à meia-noite ela é transportada para o ano de 1919, em que conhece figuras históricas como a escritora Agatha Christie e o líder político Mustafa Kemal Ataturk.

Winter on Fire: Ukraine's Fight for Freedom
Netflix, 12 anos
Este documentário de 2015 investiga as manifestações populares de 2013 na Ucrânia, que levaram à queda de um presidente pró-Rússia. No ano seguinte, Vladimir Putin invadiu o país e anexou a Crimeia.

Patrimônio, Memória e Gestão Cultural
Terminam hoje as inscrições, pelo site do museu Casa Mário de Andrade, para os cursos, oficinas e visitas técnicas que integram o programa da instituição em São Paulo. Os encontros acontecerão de forma presencial entre abril e setembro, e também pelo Zoom.

#Provoca
Cultura, 22h, 10 anos
No primeiro programa inédito do ano, Marcelo Tas conversa com a filósofa e colunista da **Folha** Djamila Ribeiro. A atração também estreia novo cenário e novo pacote gráfico.

Lina Bo Bardi
Curta!, 23h, livre
Entre as atrações que o canal programou para o Dia Internacional da Mulher, o destaque é o documentário inédito sobre a grande arquiteta ítalo-brasileira. Com participações de Maria Bethânia, Caetano Veloso, Darcy Ribeiro, Pietro Maria Bardi e muitos outros, o filme de Aurélio Michiles traça um painel da nossa cultura no final do século 20.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

A Vida Como Ela Yeah *Adão Iturrusgarai*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

		4			5	7		
		9	6	8	3			4
	5	1			4			
	6		4			5	8	
	9	8			7		3	
			7			8	2	
5			3	6	8	9		
		7	1			3		

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

6	3	4	2	1	5	7	9	8
2	7	9	6	8	3	1	5	4
8	5	1	9	7	4	2	6	3
7	6	3	4	9	1	5	8	2
1	2	5	8	3	6	4	7	9
4	9	8	5	2	7	6	3	1
3	1	6	7	4	9	8	2	5
5	4	2	3	6	8	9	1	7
9	8	7	1	5	2	3	4	6

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. A parte de trás dos barcos / Cebola **2.** Cor vermelha muito viva **3.** (Astron.) Rasto luminoso dos cometas / Ferramenta para recolher areia, lixo etc. ou para cavar o solo **4.** Rápida, veloz **5.** As iniciais da atriz Beltrão / Tubarão amistoso, também chamado enfermeiro **6.** Debaixo de / Grupo de ossos do pulso **7.** Qualquer percurso sinuoso entre obstáculos / Eduardo Bueno, jornalista e escritor **8.** Esta coisa / A moeda dos países da UE **9.** Em construção, carreira horizontal de tijolos de mesma altura que entram na formação de uma parede / Chegar de lugar afastado **10.** Superfície que separa as camadas sísmicas da Terra **11.** Instrumento para afiar facas e similares / O Dom Pedro sob cujo reinado foi sancionada a lei Áurea **12.** Vogais em caso / Emitir (o cão) uma voz ameaçadora **13.** Completar anos.

VERTICAIS
1. Determinar a ordem, família, gênero, espécie etc. **2.** Sem conteúdo (fem.) / Pequeno compartimento de uma roupa, para guardar moedas, chaves etc. **3.** Brejo / Um ingrediente do nhoque **4.** Ação que visa iludir / Lamaçal **5.** Ilusionista, prestidigitador / Um alimento em grãos **6.** Precede o dê / Prova de habilitação / Cada estágio do desenvolvimento **7.** Observar e escutar às escondidas / O fruto do vinho e do vinagre / Noel Rosa (1910-1937), compositor **8.** Soltar a sua voz (a ave) / Vistoria técnica **9.** Sigla do estado cortado pelos rios Madeira, Solimões e Negro / Planta de grandes frutos alaranjados.

HORIZONTAIS: 1. Popa, Cepa, **2.** Carmesim, **3.** Cauda, Pá, **4.** Ligeira, **5.** AB, Lixa, **6.** Sob, Carpo, **7.** Slalom, EB, **8.** Isto, Euro, **9.** Fiada, Vir, **10.** Interface, **11.** Chaira, II, **12.** Ao, Rosnar, **13.** Fazer. **VERTICAIS: 1.** Classificar, **2.** Oca, Bolsinho, **3.** Paul, Batata, **4.** Ardil, Lodeira, **5.** Mágico, Arroz, **6.** Cê, Exame, Fase, **7.** Espiar, Uva, NR, **8.** Piar, Perícia, **9.** AM, Aboboreira.

Angelo Abu

Guerras coloridas

Atribuir comoção com a Ucrânia à branquitude é confundir o essencial

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Há um novo elefante no meio da sala — será que o mundo chora as vítimas da guerra na Ucrânia porque elas são brancas?

A pergunta é formulada por Michael Shank na revista Time. A resposta é afirmativa. Quando há agressões no Oriente Médio, na Ásia, na África, cometidas por nativos ou potências ocidentais, ninguém verte uma lágrima pelos mortos e refugiados.

Mas como é no hemisfério norte, mais perto de casa, envolvendo comunidades cristãs, sentimos uma emoção especial.

Não discordo de Shank sobre esse ponto. Proximidade sempre foi empatia. Aquilo que nos torna humanos é a capacidade de nos imaginarmos no lugar dos outros?

Certo. Mas Adam Smith, que teorizou sobre o assunto, não era propriamente um cosmopolita. Essa "simpatia", para usar as palavras do filósofo, manifestava-se em círculos cada vez mais crescentes — começamos por cuidar de nós; depois, da nossa família; depois, da nossa comunidade. Eventualmente, de outras comunidades; dificilmente, de toda a humanidade.

Haverá exceções, que quase derrotam a teoria de Michael Shank: ninguém tem dúvidas que as imagens da brutalidade americana no Vietnã — como esquecer a criança nua correndo no asfalto depois de um bombardeamento de napalm? — levantaram os Estados Unidos contra o governo e apressaram o fim da guerra.

Mas é um fato, talvez injusto, que a natureza humana é o que é. Pobre e limitada com realidades distantes.

Num ponto, porém, Shank não tem razão: o que se passa na Ucrânia não é comparável a guerras recentes em outras paragens mais a sul.

Para ficarmos apenas nos exemplos mais citados: invadir o Afeganistão não foi por capricho. Aconteceu depois do 11 de Setembro porque o Talibã protegia os terroristas.

Em 2022, não consta que a Ucrânia tenha derrubado duas torres em Moscou com dois aviões comerciais sequestrados.

No Iraque, a decisão de invadir será mais problemática, ou até injustificada, ou até criminosa — é possível arguir qualquer dessas opções.

Mas Volodimir Zelenski não é Saddam Hussein. Também não consta que tenha usado armas químicas contra os próprios ucranianos, tal como Saddam fez contra os curdos.

Se existe uma emoção maior é porque existe uma ambiguidade menor na análise da guerra: foi Putin quem decidiu invadir um país democrático. É Putin quem bombardeia populações civis. É ele quem ameaça a paz na Europa, por mais erros que a Otan tenha cometido no período pós-Guerra Fria.

Mas a atenção obsessiva com a Ucrânia também se explica por dois fatores paradoxais: a situação é nova e a situação não é nova.

É nova porque Putin fala de um ataque nuclear com uma ligeireza preocupante. Esquecendo que a destruição é mútua e é assegurada — na cabeça de Putin, ele ficará intacto depois de apertar o botão. É número de teatro para enxotar qualquer ingerência da Otan?

Admito. Mas alguém pode censurar as opiniões públicas ocidentais por temerem, com particular estridência, o dia do juízo final?

Mas a situação não é nova porque o filme já foi visto antes — na Europa. A forma como Putin manipula a história, invocando mitos e ressentimentos para justificar o seu revanchismo, foi sempre a antecâmera de grandes conflitos.

Como lembra a historiadora Margaret MacMillan em "The Uses and Abuses of History" — ou os usos e abusos da história —, Mussolini prometeu aos italianos um regresso à grandeza perdida do Império Romano.

Hitler recuou até Tácito para reconstruir a mítica raça germânica, atraiçoada pelos "criminosos de novembro" (que assinaram o armistício e, depois, o Tratado de Versalhes).

Até Stálin, insuspeito de simpatias czaristas, gostava de mostrar aos seus convidados que o mapa do Império Soviético coincidia, quase na perfeição, com o antigo mapa do Império Russo.

A melodia de Putin desperta más memórias, eis o ponto. As suas ações também — reclamar a região do Donbass, em nome da população russa "perseguida", para depois invadir o país inteiro, parece uma cópia de 1938-1939, quando Hitler começou por exigir os Sudetos, em nome dos alemães "perseguidos", para depois devorar a Tchecoslováquia (e a Polônia).

Não admira que os países do Leste Europeu estejam em pânico. Eles se lembram.

Explicar a comoção do Ocidente com a Ucrânia pela lente da branquitude é confundir o acessório com o essencial. Na paleta desta guerra, há cores para todos os gostos.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Marcelo Coelho** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

A atriz Maria Boop, que interpreta a blogueira serial killer Liv, em cena da série 'As Seguidoras' Divulgação

Maria Bopp vive blogueira serial killer em série

Atriz que faz a Blogueirinha do Fim do Mundo interpreta mulher que prefere matar a ser cancelada pelas redes sociais

Martha Alves

SÃO PAULO Famosa pela personagem Blogueirinha do Fim do Mundo, no Instagram, a atriz Maria Bopp, de 30 anos, dá vida agora a uma outra blogueira. Dessa vez uma serial killer, na série de suspense com doses de humor "As Seguidoras", produção da Paramount+, com seis episódios.

Na trama, a blogueira que posta conteúdo sobre vida saudável leva sua obsessão pelos likes às últimas consequências. Depois de ser ameaçada por uma pessoa, ela comete um assassinato para evitar o cancelamento e, daí, se torna uma assassina em série. "É mais fácil matar, esquartejar, ocultar um cadáver do que passar pelo tribunal da internet", diz a personagem.

Bopp afirma que aceitou logo de cara o convite para o papel e não se incomodou em interpretar outra blogueira. Ela queria mesmo era fazer outra protagonista, após o sucesso da personagem Bruna Surfistinha na série "Me Chama de Bruna", no ar entre 2016 e 2020.

"A Blogueirinha do Fim do Mundo só existe nos tutoriais, ela não é um personagem tridimensional com uma construção profunda", explica ela, que se diz animada com Liv.

Segundo Bopp, antes da Blogueirinha do Fim do Mundo, ninguém a enxergava como uma atriz capaz de fazer humor. Foram seus posts ácidos em que ela imita o estereótipo de uma influenciadora alienada para fazer críticas sociais e políticas que isso mudou.

"O mercado tende a enxergar você como a última coisa que você fez. Se eu fiz uma personagem dramática, uma garota de programa, me chamavam para fazer alguém que orbitava essa temática".

Para construir a personagem, a atriz teve consultoria da criminóloga Ilana Casoy, que explicou o perfil psicológico e como agem serial killers. Ela também pesquisou bastante sobre blogueiras e assassinos em série em busca de conexões. "Esses mundos se interligam na vontade de ter notoriedade. A Liv quer mais seguidores, mais engajamento."

Bopp começou a atuar na série "Oscar Freire 279", em 2011, do Multishow, quando ainda cursava faculdade de audiovisual e queria trabalhar atrás das câmeras. Ela conta que recebeu o convite, mas não quis seguir como atriz.

"Eu adorei atuar, mas na época eu ainda tinha um pouco de vergonha, não admitia para mim mesma. Mas a frente das câmeras me puxou e uma hora eu deixei de resistir."

Quatro anos depois, Márcia Faria, a mesma diretora da série em que Bopp estreou como atriz, a convidou para fazer um teste para interpretar Bruna Surfistinha na série baseada na história real da garota de programa.

Segundo a atriz, no entanto, o divisor de águas segue sendo a Blogueirinha do Fim do Mundo, personagem que ela criou, no final de 2019, durante um exercício teatral.

O primeiro vídeo foi publicado em seu Instagram em janeiro de 2020. Era um tutorial de maquiagem irônico no qual ela ensinava a passar corretivo no rosto como se espalhasse fake news. Rapidamente, ganhou reconhecimento.

"Logo no primeiro vídeo eu ganhei 100 mil seguidores e fui ganhando cada vez mais", afirma a atriz que, hoje, acumula um total de 1,1 milhão de seguidores no Instagram e mais de 62 mil no YouTube.

Desde dezembro de 2020, a personagem ganhou um quadro no programa Saia Justa, do GNT. Ela apresenta esquetes livres ou de temas debatidos no programa. "A Blogueirinha do Fim do Mundo consolidou para mim um lugar de criadora dos meus próprios personagens, do meu conteúdo."

As Seguidoras
Brasil, 2022. Dir.: Mariana Bastos e Mariana Youssef. Com: Maria Bopp, Gabz, Rayssa Chaddad. Disponível no Paramount+. 16 anos

comida

Moscow mule é 'cancelado' e vira kiev mule nos bares dos EUA

Bebida feita com vodca e servida em canecas de cobre é rebatizada para celebrar a resistência ucraniana

GUERRA NA UCRÂNIA

Daniel Benevides

SÃO PAULO Hoje, o inimigo é claro: escreveu livros perigosos como "Crime e Castigo", tem aspecto soturno e costuma ser visto numa montanha russa, com as longas barbas voando ao vento, um prato de estrogonofe no colo e a Legião Urbana no fone.

Na guerra de memes, joga-se roleta russa com a cultura. Ninguém sai vivo. A vodca, espírito ancestral, tornou-se bebida non grata. A não ser que seja batizada —ou rebatizada.

A invasão da Ucrânia deu munição pesada para a era dos cancelamentos. Aderindo às sanções de todo o tipo, bares nos EUA jogam fora as garrafas da bebida dos czares e mujiques e, numa indignada faxina etílica, alteram nomes e receitas de coquetéis.

Sobrou para o singelo moscow mule. Manter o nome da base de Putin no coquetel equivaleria a ter uma AK-12 nas mãos. A solução foi mudar para kiev mule, celebrando a resistência ucraniana.

Mesmo que se perca a saborosa aliteração dos "mm", o marketing ideológico tem sua graça, até porque é muito ruim beber com a sensação de estar do lado errado da história —a ressaca pode ser siberiana.

Não é a primeira vez que a vodca, cuja paternidade, diga-se, também é disputada pela Polônia, é cancelada. Em 1983, era o destilado mais consumido nos EUA, deixando o gim e o uísque no chinelo.

Beber Stolichnaya com gelo era algo refinado, uma leve transgressão na Guerra Fria. Mas então um míssil soviético derrubou um avião civil, matando mais de 200 pessoas. A venda de vodca russa caiu junto com o boeing que, num infeliz erro de navegação, tinha invadido o espaço aéreo da URSS.

Foi a deixa para que a Absolut, da neutra Suécia, assumisse o posto de vodca chique e —mais importante— não comunista. Andy Warhol e Keith Harring foram convocados a desenhar rótulos especiais para a marca do país. Ironicamente, a Suécia é um dos maiores fabricantes de armas do planeta.

Por coincidência, a vodca tornou-se conhecida mundialmente na Ucrânia. Foi em 1945, na Conferência de Ialta, cidade da Criméia, controlada há menos de uma década pelos russos.

Na ocasião, Stalin torceu o bigode para o dry martini oferecido por Roosevelt e emborcou com orgulho a poção de sua pátria, consumida como elixir da coragem pelos soldados que atravessaram o arrasado solo ucraniano para tomar Berlim. Juntamente com Churchill, os três chefes de Estado discutiam os termos do final da Segunda Guerra. A vodca ganhava as cores de uma pomba com ramo no bico.

Drinque leva vodca, suco de limão, angostura biter e espuma de gengibre Zé Carlos Barretta/Folhapress

Não por acaso, o moscow mule nasceu um ano depois, da cabeça de dois empresários que nada tinham de comunistas, muito menos de russos. Numa tempestade cerebral que unia o útil ao agradável, combinaram a Smirnoff fabricada e distribuída por um deles, o americano John G. Martin, e a ginger beer importada e encalhada no bar do outro, o inglês Jack Morgan.

Na linguagem geopolítica, a história fica ainda mais divertida quando se sabe que o bar em questão, o Cock'n Bull, fica no centro do imperialismo cultural do planeta: Hollywood. Ou seja, é pouco provável que Putin tenha tomado um moscow mule em toda sua vida de lutador de judô, agente da KGB e autocrata. Não deve nem saber o que é. A etiqueta do macho tóxico não permitiria tal deslize.

Quanto a Biden e seus antecessores, não podemos botar a mão no fogo, já que o moscow mule é filho dileto da iniciativa capitalista. Nos anos 1960, a Smirnoff gastou tubos de dólares para realizar campanhas com Woody Allen e outros astros do cinema empunhando a famosa canequinha de cobre.

A canequinha, por sinal, era produzida pela empresa da namorada de Morgan. Tudo em casa. E bem longe de Kiev, Odessa e Moscou, onde a gigante coqueteleira da história prepara um coquetel de desgraças.

Na Ucrânia, além do (russo) Molotov, o que se produz são dissidências da vodca, lá chamada gorilka. Ervas, frutas, grãos e outros elementos são adicionados ao líquido transparente, talvez para diluir o caráter russo, em combinações que parecem sopas.

Resta sugerir o banimento da caipiroska, um atentado à velha e boa caipirinha.

Fachada da unidade da rua Melo Alves; publicação conta desde a concepção do projeto até a construção do cardápio e a relação com os clientes Divulgação

Le Jazz faz aniversário e divide suas receitas em livro

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Em dezembro de 2009, a rua dos Pinheiros ainda estava longe de ser uma das mais bombadas e gastronômicas do bairro mais bombado e gastronômico da cidade.

Mas foi ali, entre as esquinas da Joaquim Antunes e Cônego Eugênio Leite, em um imóvel antes ocupado por uma oficina, que Chico Ferreira e Gil Carvalhosa Leite escolheram plantar um bistrô de alma bem francesa, o Le Jazz.

São Paulo experimentava a moda da cozinha contemporânea, com suas desconstruções e experimentos moleculares, mas a dupla escolheu o caminho inverso e apostou no cardápio clássico francês.

Também faziam sucesso as casas imponentes, erguidas com investimentos milionários, mas os dois preferiram inaugurar uma loja pequenina e aconchegante, que não trabalhasse com reservas, e que acabou incorporando longas filas à decoração da fachada.

O resultado o paulistano já conhece. A fórmula se revelou certeira e o Le Jazz deu cria nos anos seguintes, já com Paulo Bitelman na sociedade, ganhando mais três unidades, maiores e mais cintilantes. A rua dos Pinheiros, que antes servia de passagem apressada entre importantes avenidas, ficou marcada pela história do restaurante —quem costuma circular por lá nos fins de semana atesta.

A história é contada pelo jornalista Luiz Américo Camargo em "Alma de Bistrô – A Trajetória do Le Jazz", livro que acaba de sair do forno pela editora Amê Content. Em 272 páginas ricamente ilustradas por fotos de Romulo Fialdini, Camargo entretém o leitor com todas as histórias dos bastidores do empreendimento, desde a concepção do projeto e a construção do cardápio até a relação estreita com clientes comuns e famosos —tudo entrelaçado com pitadas generosas de cultura francesa e jazz.

A ideia era lançar o livro em 2020. Aí veio a pandemia e acabou saindo dois anos depois, com um capítulo adicional sobre essa fase

Chico Ferreira
sócio e chef

A minuciosa documentação que os sócios guardaram, com direito a fotos da montagem do salão, e uma coletânea de textos de cronistas convidados, como Josimar Melo, Mariliz Pereira Jorge e Antonio Prata, todos colunistas da Folha, tornam ainda mais divertido o passeio histórico pelos 12 anos de casa.

Ferreira explica a data quebrada: "A ideia era lançar o livro em 2020, logo depois do aniversário de dez anos. Aí veio a pandemia e o projeto acabou saindo dois anos depois, com um capítulo adicional sobre essa fase".

A página 177 dá início a uma fatia não menos saborosa do livro: o Caderno de Receitas. São 30, de entradas a sobremesas, mais 14 de drinques, escolhidas entre as mais populares do bistrô, com direito a história dos pratos e dicas do chef para que os preparos deem certo na cozinha doméstica.

Estão lá o filet au poivre com molho à base de conhaque, o filet à la moutarde e o steak tartare, para comer com fritas ou salada, além do maior hit de todos os tempos: o ovo mollet, empanado em farinha de pão, que deve ir à mesa com a gema molinha, servido com cogumelos refogados na manteiga.

Escolher só 30 pratos, confessa Ferreira, foi um verdadeiro exercício de concisão. "Muita coisa ficou de fora. Inicialmente, fizemos uma seleção de umas 40 receitas, incluindo algumas que marcaram época e não estão mais no cardápio, porque sou muito nostálgico. Mas a beleza das fotos nos ajudou a fechar nas 30."

Alma de Bistrô – A Trajetória do Le Jazz

Luiz Américo Camargo e fotos de Romulo Fialdini, editora Amê Content, 272 pág., R$ 150

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Banco Safra S.A. ("Safra") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

DESEMPENHO

Os ativos do Banco Safra totalizaram R$ 233,8 bilhões em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido atingiu R$ 15,1 bilhões e o índice de Basileia foi de 13,7%, o que demonstra um sólido apoio à realização de seus negócios. No ano de 2021 o lucro líquido foi de R$ 2,2 bilhões, resultando em uma rentabilidade média anualizada de 14,8%. A carteira de crédito expandida, que inclui as operações de avais, fianças e outros instrumentos com risco de crédito, totalizou R$ 130,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021 e as aplicações interfinanceiras de liquidez, reservas no Banco Central, aplicações em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários totalizaram R$ 60,8 bilhões. No âmbito da captação, a instituição manteve o foco na estabilidade dos recursos captados de clientes, seja por meio do alongamento das operações, seja por meio da sólida expansão de sua base de clientes, composta tanto por pessoas físicas, quanto por pessoas jurídicas, as quais contam com uma plataforma de captação dedicada especialmente ao seu atendimento, atingindo ao final do período o montante de R$ 168,0 bilhões em passivos financeiros.

RECURSOS HUMANOS

A remuneração do pessoal, somada aos seus encargos e benefícios, e desconsideradas as despesas com desligamento e adicionais de folha, totalizou R$ 2,8 bilhões no ano de 2021. As despesas com benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes totalizaram R$ 230 milhões no mesmo período. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Safra S.A. e suas Controladas estão disponíveis no site do Banco (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN.

Aprovado pelo Conselho de Administração.
São Paulo, 03 de fevereiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	3(a) e 5	1.663.258	1.495.816
Ativos financeiros	3(b) e 6	49.053.731	78.905.455
Títulos e valores mobiliários		20.811.084	40.847.108
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Livres		28.242.647	38.058.347
Ativos financeiros vinculados	3(b) e 7	44.259.307	42.540.961
Reservas no Banco Central e Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.789.476	11.800.516
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto - Títulos públicos		32.469.831	30.740.445
Instrumentos financeiros derivativos	3(b-II) e 8	3.701.256	3.755.676
Carteira de crédito	3(c) e 9	112.914.081	83.473.386
Outros ativos financeiros	12(a)	9.577.112	5.273.276
Ativos fiscais e contingentes	3(g), 3(i) e 13(a)	3.604.019	3.742.429
Outros ativos	13(b)	153.023	150.278
Investimentos	3(d) e 16	8.132.301	8.426.737
Ativos imobilizado e intangível	3(e) e 17	770.945	740.310
TOTAL DO ATIVO		**233.829.033**	**228.504.324**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
		218.763.426	**214.826.413**
Passivos financeiros	3(b-I) e 10	168.032.463	171.825.784
Recursos captados		140.690.679	143.041.480
Obrigações por empréstimos e repasses		16.467.314	16.339.522
Recursos de financiamentos		10.874.470	12.444.782
Obrigações por TVM no exterior		2.561.008	2.274.175
Dívida subordinada		8.313.462	10.170.607
Captações no mercado aberto - Títulos públicos	3(b-I) e 10(c)	32.309.309	30.556.609
Instrumentos financeiros derivativos	3(b-II) e 8	2.923.743	3.638.171
Outros passivos financeiros	12(a)	11.715.750	6.176.087
Passivos fiscais e contingências	3(g), 3(i) e 13(a)	2.103.912	1.676.692
Outros passivos	13(b)	1.678.249	953.070
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**15.065.607**	**13.677.911**
TOTAL DO PASSIVO		**233.829.033**	**228.504.324**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 18(d)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2º Semestre	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO		**1.022.305**	**2.150.463**	**2.033.455**
Outros resultados abrangentes		(28.667)	(59.247)	17.036
Variação líquida nos ganhos / (perdas) não realizados		(106.221)	(199.952)	37.729
Variação no período ao valor justo		(200.687)	(379.015)	73.490
Efeito fiscal		94.466	179.063	(35.761)
Ganhos realizados transferidos ao resultado do período		77.554	140.705	(20.693)
Prejuízo/(Lucro) na venda de títulos	12(b-II)	146.025	267.775	(37.491)
Efeito fiscal		(68.470)	(126.228)	18.736
Coligadas e controladas		(1)	(842)	(1.938)
RESULTADO ABRANGENTE		**993.638**	**2.091.216**	**2.050.491**
Resultado abrangente básico e diluído por ação - Quantidade de ações 15.300 (15.300 em 31.12.2020)		64,94	136,68	134,02

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2º Semestre	2021	2020
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	12(b-I)	3.090.645	5.436.823	4.409.372
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12(b-II) e 20(a-I(2))	420.621	1.231.318	(865.164)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS RISCOS DE CRÉDITO		**3.511.266**	**6.668.141**	**3.544.208**
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO	3(c) e 9(a-II)	(400.555)	(548.653)	(646.580)
Despesas de provisão para risco de crédito		(622.222)	(942.675)	(1.041.451)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo		221.667	394.022	394.871
RESULTADO LÍQUIDO DA MARGEM FINANCEIRA APÓS OS RISCOS DE CRÉDITO		**3.110.711**	**6.119.488**	**2.897.628**
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES	12(b-III)	579.599	1.081.672	857.658
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	3(i), 15(a-II) e 20(a-I(2))	(237.079)	(476.664)	(273.110)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		**3.453.231**	**6.724.496**	**3.482.176**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(2.294.280)	(3.953.551)	(2.798.155)
Despesas de pessoal	13(c)	(1.597.839)	(2.937.398)	(2.591.324)
Despesas administrativas	13(d)	(684.057)	(1.287.957)	(1.094.830)
Resultado de participações em coligadas e controladas	16	128.978	530.861	1.186.064
Outras receitas/(despesas) operacionais	14(c)	(141.362)	(259.057)	(298.065)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**1.158.951**	**2.770.945**	**684.021**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(i), 15(a-I) e 20(a-I(2))	(136.646)	(620.482)	1.349.434
Imposto corrente		(19.694)	(78.541)	(13.277)
Imposto diferido		(116.952)	(541.941)	1.362.711
LUCRO LÍQUIDO		**1.022.305**	**2.150.463**	**2.033.455**
Lucro básico e diluído por ação - Quantidade de ações 15.300 (15.300 em 31.12.2020)	3(j) e 18(a)	66,82	140,55	132,91

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 18(d)

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**11.473.521**	**408.301**	**2.553**	**-**	**11.884.375**
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	17.036	-	17.036
Lucro líquido no período	-	-	-	2.033.455	2.033.455
Destinações:					
Reserva legal	-	101.673	-	(101.673)	-
Reserva especial	-	1.352.793	-	(1.352.793)	-
Juros sobre o capital próprio	322.034	-	-	(578.989)	(256.955)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**11.795.555**	**1.862.767**	**19.589**	**-**	**13.677.911**
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(59.247)	-	(59.247)
Lucro líquido no período	-	-	-	2.150.463	2.150.463
Destinações:					
Reserva legal	-	107.523	-	(107.523)	-
Reserva especial	-	1.389.420	-	(1.389.420)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(653.520)	(653.520)
Dividendos	-	(50.000)	-	-	(50.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**11.795.555**	**3.309.710**	**(39.658)**	**-**	**15.065.607**
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2021	**11.795.555**	**2.791.267**	**(10.991)**	**-**	**14.575.831**
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(28.667)	-	(28.667)
Lucro líquido no período	-	-	-	1.022.305	1.022.305
Destinações:					
Reserva legal	-	51.115	-	(51.115)	-
Reserva especial	-	467.328	-	(467.328)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(503.862)	(503.862)
Dividendos	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**11.795.555**	**3.309.710**	**(39.658)**	**-**	**15.065.607**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2º Semestre	2021	2020 Nota 2(a)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**1.541.795**	**2.024.024**	**922.786**
Resultado operacional antes da tributação		1.158.951	2.770.945	684.021
Lucro líquido dos períodos		1.022.305	2.150.463	2.033.455
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	15(a-I)	136.646	620.482	(1.349.434)
Ajustes ao lucro operacional		382.844	(746.921)	238.765
Depreciações, amortizações e Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados	17	124.299	244.406	204.190
Provisão para risco de crédito	9(a-II)	352.277	322.491	335.146
Resultado de participação em controladas e coligada	16	(128.978)	(530.861)	(1.186.064)
Provisões para contingências	14(c)	69.477	140.988	94.324
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	12(b-II)	(635.119)	(1.623.328)	317.208
Despesas financeiras sobre passivos de financiamentos		281.973	375.349	315.896
Provisão para pagamentos a efetuar	14(b)	318.915	324.034	158.065
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(3.504.926)**	**(3.786.764)**	**(98.549)**
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(12.943.290)	(664.634)	(48.774.041)
Em Ativos financeiros		18.149.664	26.276.668	(40.770.038)
Aplicações e captações no mercado aberto – Títulos públicos (ativos/passivos)		(5.300.278)	(304.981)	4.135.692
Em Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		334.115	997.261	(289.309)
Em carteira de crédito expandida		(25.826.276)	(29.231.575)	(12.039.669)
Em outros ativos e passivos financeiros		(300.515)	1.597.993	189.283
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS - Passivos financeiros líquidos		9.368.058	(3.172.354)	49.207.265
Recursos captados, Reservas no Banco Central e Aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados		7.794.333	(2.837.619)	46.768.505
Em Obrigações por empréstimos e repasses		1.573.725	(334.735)	2.438.760
OUTROS ATIVOS E PASSIVO LÍQUIDOS	13(a) e (b)	198.044	190.172	(476.764)
IMPOSTOS PAGOS		(127.738)	(139.948)	(55.009)
Corrente		(125.121)	(135.344)	(35.422)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	14(c)	(2.617)	(4.604)	(19.587)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(1.963.131)**	**(1.762.740)**	**824.237**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos	16	32.722	982.619	-
Aquisição de investimentos		(69.998)	(69.998)	-
(Aquisição) de imobilizado de uso	17	(91.680)	(220.881)	(139.904)
Alienação de imobilizado de uso	17	1.075	2.877	15.932
(Aplicação) no intangível	17	(33.546)	(58.726)	(108.726)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(161.427)**	**635.891**	**(232.698)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
RECURSOS DE FINANCIAMENTO - TERCEIROS		249.242	(1.943.368)	606.723
Captações		457.710	897.331	1.533.231
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		1.214	174.766	75.242
Dívida subordinada		456.496	722.565	1.457.989
Resgates		(208.468)	(2.840.699)	(926.508)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		-	-	(114.129)
Dívida subordinada		(208.468)	(2.840.699)	(812.379)
RECURSOS PRÓPRIOS - Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	18(b)	(76.526)	(276.184)	(180.429)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**172.716**	**(2.219.552)**	**426.294**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.951.842)**	**(3.346.401)**	**1.017.833**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		5.409.786	6.829.274	4.600.882
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		420.948	396.019	1.210.559
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	5	3.878.892	3.878.892	6.829.274
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.951.842)**	**(3.346.401)**	**1.017.833**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Safra S.A., (denominado "Safra", e/ou "Banco"), sediado na Avenida Paulista, 2.100, São Paulo – SP, CEP 01310-930, Brasil, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil (comercial, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de investimento), inclusive câmbio, operações compromissadas, crédito rural e o exercício de administração de carteira de valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis do Banco Safra S.A., autorizadas pela Diretoria para emissão em 31.01.2022, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Safra adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos nas Resoluções BCB nº 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. Apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. II. A adoção do conceito de carteira de crédito expandida – Nota 3(c) implica na apresentação das seguintes transações como operações com características de concessão de crédito tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado: • Adiantamento sobre contratos de câmbio, reclassificado do grupo "Operações de Câmbio", exceto as receitas e despesas decorrentes das diferenças de taxas incidentes sobre os montantes representativos de moedas estrangeiras, apresentadas como resultado de câmbio na Demonstração do Resultado; • Antecipação de recebíveis de arranjo de pagamento, reclassificada da rubrica "Relações Interfinanceiras e interdependências"; e • Títulos privados emitidos por entidades não financeiras, reclassificados da rubrica "Títulos e Valores Mobiliários". III. A apresentação na Demonstração do Resultado: • Da variação cambial de investimentos no exterior e das operações em moeda estrangeira na rubrica "Resultado líquido com instrumentos financeiros", juntamente com a variação cambial dos derivativos que fazem sua proteção *hedge*, para melhor apresentação da efetiva cobertura da exposição cambial; • Das receitas das operações líquidas dos seus custos diretos. Tais custos são representados substancialmente por recuperação, originação e manutenção das operações; e • Das receitas oriundas de garantias prestadas e avais e fianças em conjunto com receitas de operações da carteira de crédito expandida. IV. Adicionalmente, neste período, passamos a adotar os seguintes critérios de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Fluxos de Caixa: • Segregação em grupo específico no Balanço Patrimonial para os "ativos financeiros vinculados", compostos por reservas no Banco Central, aplicações vinculadas a garantias e vinculadas a captações no mercado aberto (operações compromissadas) com lastro em títulos públicos – Nota 7. • Segregação dos Impostos pagos, anteriormente apresentados como ajustes ao lucro líquido, como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para fins de comparabilidade, os saldos decorrentes do critério adotado neste período foram reclassificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período anterior. A reclassificação não afetou os totais das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa. Apresentamos abaixo os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes no lucro conforme disposto no artigo 34 da Resolução BCB nº 02/2020.

	2021	2020
Lucro líquido no período	**2.150.463**	**2.033.455**
(-) Resultado não recorrente	**2.853**	**(9.259)**
Contingências (Ativas/Passivas) – Notas 14 (a) e (c)	70.564	(37.202)
Provisão para risco de crédito – PDD adicional – Nota 9(a-II)	(66.480)	(208.632)
Crédito tributário – Nota 15(b-I(1))	-	315.176
Resultado não recorrente de controladas – Nota 16	(1.231)	(78.601)
Resultado recorrente	**2.147.610**	**2.042.714**

b) Incorporação parcial - Em 30 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de seus ativos e passivos pelo Banco Safra S.A., apurado por meio dos livros contábeis na data base de 31 de março de 2021. Os ativos incorporados totalizam R$ 7.114.464, sendo representados por aplicação interfinanceira de liquidez de R$ 340, R$ 7.160.205 de carteira de crédito, R$ (83.782) de provisão para risco de crédito – Nota 9(a-II) e crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito no montante de R$ 37.702 – Nota 15(b-I(1)), com respectivos passivos representados por Depósitos interfinanceiros no montante de R$ 7.113.464 – Nota 10. A operação não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação está em processo de homologação no Banco Central do Brasil. **c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura** - I. Resolução CMN nº 4.817 e Resolução BCB nº 33: Os normativos dispõem sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábil de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras, e passam a vigorar a partir de 01.01.2022. Permite a adoção de modelo simplificado para reconhecimento da variação cambial sobre investimento exterior. Além disso, estabelece a divulgação de informações mais detalhadas em notas explicativas. O Safra não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma. II. Resolução CMN nº 4.924: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN, não adotada pelo banco neste momento. O Safra não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma. III. Resolução CMN nº 4.966 (IFRS 9): Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e *hedge accounting*. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. É necessário envio, ao BACEN, até 30.06.2022, de plano de implementação da norma, aprovado pelo Conselho de Administração, e divulgação de um resumo deste plano nas demonstrações de 31.12.2022. A norma também aborda sobre a mensuração de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial, quando disponível para a venda, à ser mensurado pelo menor entre valor contábil líquido do ativo ou valor justo, sendo que este item entra em vigor em 01.01.2022. IV. Resolução CMN nº 4.975 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. **d) Base de consolidação** - Os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação, foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. Estão consolidados os Fundos de Investimentos Exclusivos, sendo que os títulos e aplicações pertencentes às carteiras desses fundos estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. As entidades sediadas no exterior, representadas basicamente pelas agências de Cayman e Luxemburgo, figuram de forma consolidada nas demonstrações contábeis. Os saldos consolidados dessas entidades, excluídos os montantes das transações entre elas, foram convertidos à taxa de câmbio vigente na data-base correspondente e estão apresentados abaixo:

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Total em 31.12.2021	29.611.439	28.741.923	869.516	66.511
Total em 31.12.2020	31.332.012	28.241.805	3.090.207	29.448

e) Moeda funcional - I- Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais das controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Banco Safra S.A. e suas Controladas. II- Transações em moeda estrangeira: São contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda transacional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira para a moeda funcional por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração consolidada do resultado. As alterações no valor justo dos títulos e valores mobiliários em moeda estrangeira classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são separadas das variações cambiais relacionadas ao título e das outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais são reconhecidas no resultado nas rubricas de "Receitas de juros" e "Despesas de juros" e os ajustes ao valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes". As variações cambiais de ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são reconhecidas como parte do resultado líquido com instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **a) Fluxo de Caixa** - I- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, considerados na rubrica de "Disponibilidades", "Aplicações no mercado aberto", "Aplicações em depósitos interfinanceiros" e "Aplicações em moedas estrangeiras", com prazo original de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II- Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que: O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa é apresentado conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) em uma rubrica intitulada "Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa", separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a conciliar o caixa e equivalentes a caixa do começo e do final do período de reporte. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **b) Instrumentos financeiros** - I - Classificação: A classificação dos ativos financeiros pelo Safra se dá nas seguintes categorias: • Empréstimos e recebíveis; • Títulos e valores mobiliários para negociação; • Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda; e • Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são apresentados nas rubricas de carteira de crédito e outros ativos financeiros do balanço patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. As variações negativas no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidas no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, exceto se designados como objeto de Hedge de risco de mercado. II - Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são classificados ao valor justo por meio do resultado. São considerados ativos quando o valor justo for positivo e passivos quando for negativo. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco, por meio da modificação de certas características de ativos e passivos financeiros objetos de hedge, que sejam altamente efetivos e que atendam a todos os demais requerimentos de designação e documentação de que trata a Circular BACEN nº 3.082/2002, são classificados como hedge contábil de acordo com sua natureza: • *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge*, inclusive os ativos classificados na categoria disponível para venda e seus efeitos fiscais, e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos fiscais, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes ou por conta própria, que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central, utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. III - Valor justo: A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. O Safra apura ajustes de marcação a mercado referentes ao apreçamento do componente risco de crédito e custo de liquidação de posições. Os ajustes apurados são reconhecidos nas demonstrações contábeis. IV - Baixa de instrumentos financeiros: De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem retidos substancialmente os riscos e benefícios, o Safra avalia o controle do instrumento, a fim de determinar sua manutenção ou não no ativo. Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são baixados porque o Safra retém substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos no caso de *default* do devedor original das operações de crédito. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **c) Carteira de crédito expandida e provisão para risco de crédito** - A carteira de crédito expandida engloba as operações de crédito, e demais operações que apresentam risco de crédito similar a uma operação de crédito, tais como outros instrumentos de risco de crédito emitidos por empresas – Nota 3(b-I), avais, fianças, variação cambial das operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *pro rata temporis* até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações de crédito classificadas como nível "H" são baixadas do ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referentes a operações de créditos baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas à sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão desses Bens Não de Uso é apresentado no balanço patrimonial líquido do seu ativo correspondente. As despesas de provisão e receitas reconhecidas por ocasião da venda dos Bens Não de Uso (regime de caixa) são registrados na rubrica "Resultado com risco de crédito" na Demonstração do Resultado. Para a constituição da provisão para risco de crédito, o Safra considera todas as operações classificadas no conceito de carteira de crédito expandida. A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. No ano de 2020, em função da pandemia do Covid-19, foi emitida a Resolução CMN nº 4.855/2020 com o objetivo de regulamentar a constituição de provisão cujos créditos foram concedidos com compartilhamento de risco com a União e suas respectivas instituições participantes, tais como o BNDES. Segundo a norma, para a constituição da provisão para fazer face à perda provável das operações cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, as instituições financeiras devem aplicar os percentuais definidos no artigo 6º da Resolução CMN nº 2.682/1999 somente sobre a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela própria instituição. Além disso, o Safra não considera somente os

(continua)

(continuação)

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. **d) Investimentos** - Os investimentos em empresas controladas e em empresas coligadas em que haja influência significativa ou a participação seja igual ou superior a 20% do capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são representados basicamente por ações e cotas de empresas em que o Banco, direta ou indiretamente, não exerce influência significativa ou não possui mais de 20% do capital votante, e que por isso são mantidos ao valor de custo, ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os dividendos recebidos destes investimentos são reconhecidos no resultado. **e) Ativos imobilizado e intangível** - Imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São reconhecidos pelo valor de custo, líquidos das respectivas depreciações ou amortização acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: imóveis de uso e instalações em imóveis próprios - 4%; sistemas de comunicação e segurança, aeronaves, móveis, equipamentos e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. **f) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração do Banco Safra não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2021 e 31.12.2020. **g) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: (i) Ativos contingentes: representados por devedores por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **h) Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.877/2020, são categorizados em: I. Benefícios de curto prazo e longo prazo: Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. O Safra não possui benefícios de longo prazo relativos a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, o Safra não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave e empregados. II. Benefícios rescisórios: Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Safra disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros: O Safra reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. O Safra reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **i) Tributos**: Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social [2]	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	15% – 25%	0,65%	4%	Até 5%
Instituições não financeiras	25%	9%	0,65% [3] - 1,65%	4% [3] - 7,6%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. [2] A Emenda Constitucional nº 103/2019, alterou a alíquota de Contribuição Social, de 15% para 20%, aplicável aos bancos de qualquer espécie, e não se estendendo às demais instituições financeiras, que permanecem sujeitas à alíquota de 15%. A Lei nº 14.183/2021, que aprova a Medida Provisória nº 1.034/2021, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para bancos de 20% para 25% e para as demais instituições financeiras de 15% para 20%, sendo estas alíquotas aplicadas no período de 01.07.2021 até 31.12.2021. [3] Aplicável sobre receitas financeiras. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os tributos diferidos de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **j) Lucro por ação** - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas do Safra pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pelo Safra e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **k) Patrimônio líquido** - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio: A distribuição de dividendos aos acionistas do Safra é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normatizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas: A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros após o encerramento do exercício (31 de dezembro de cada ano), após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Safra. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente ao longo do tempo. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas são aquelas que o Safra julga serem as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas pelo Safra, com base nas experiências passadas, novas evidências e outros fatores, incluindo expectativas que consideram eventos futuros. **a) Perdas e ajustes ao valor recuperável para risco de crédito** - A preparação das demonstrações contábeis exige que o Safra efetue certas estimativas e adote premissas no melhor do seu julgamento, que afetam os montantes das provisões para perdas e ajustes ao valor recuperável para risco de crédito. **b) Valor justo de instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente ativos financeiros classificados na categoria negociação e na categoria disponível para venda, derivativos, e ativos e passivos financeiros designados a *hedge* contábil, tais como operações de crédito e captações pré-fixadas. Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, com destaque às operações de crédito, tem seu valor justo correspondente divulgado nas demonstrações contábeis. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data de mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis relevantes como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis relevantes que refletem as próprias premissas do Safra ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento financeiro para o qual inexistem dados observáveis relevantes de mercado, o Safra determina o modelo mais apropriado a ser adotado, levando em consideração todas as informações relevantes capturadas através de sua experiência histórica e conhecimento do mercado. A partir daí, a derivação de dados de avaliação considera, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação. Além disso, para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo considera o componente de risco de crédito e custo de liquidação de posições. Os ajustes apurados foram reconhecidos no resultado nas demonstrações contábeis. **c) Provisões para contingências** - São reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e do Safra, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, quando aplicável. Os valores de eventual liquidação podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, ressaltando que em alguns casos existem depósitos judiciais – Nota 14(c). **d) Imposto de renda e contribuição social diferido** - Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando existe uma forte expectativa de sua utilização através da geração de resultados tributáveis – Nota 13(a). Tal expectativa se baseia em estudos que envolvem julgamento da Administração quanto à projeção de geração de resultados tributáveis e outras variáveis – Nota 15(b-II).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	1.663.258	1.495.816
No país	199.664	269.513
No exterior	1.463.594	1.226.303
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.215.634	5.333.458
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada – Tesouro Nacional	395.968	172.567
Aplicações em depósitos interfinanceiros	778.742	649.426
Aplicações em moedas estrangeiras	1.040.924	4.511.465
Total	**3.878.892**	**6.829.274**

6. ATIVOS FINANCEIROS

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez – Livres

	31.12.2021						31.12.2020
	Valores por prazos de vencimentos						
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.809.755	7.614.638	4.374.784	5.467.032	985.533	28.251.742	38.060.213
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada – Tesouro Nacional	3.025.842	1.959.412	-	-	-	4.985.254	4.855.659
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.742.989	5.655.226	4.374.784	5.467.032	985.533	22.225.564	28.693.089
Aplicações em moedas estrangeiras [1]	1.040.924	-	-	-	-	1.040.924	4.511.465
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(4.790)	(1.725)	(2.529)	(51)	-	(9.095)	(1.866)
Total em 31.12.2021	**9.804.965**	**7.612.913**	**4.372.255**	**5.466.981**	**985.533**	**28.242.647**	**38.058.347**
Total em 31.12.2020	**11.194.544**	**17.641.058**	**4.198.483**	**1.479.761**	**3.544.501**	**38.058.347**	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	11.194.614	17.642.848	4.198.489	1.479.761	3.544.501	38.060.213	
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(70)	(1.790)	(6)	-	-	(1.866)	

[1] Inclui operações com partes relacionadas – Nota 19(b).

b) Títulos e valores mobiliários - I – Por classificação contábil:

	31.12.2021				31.12.2020
		Ajuste ao valor justo:			
	Custo Amortizado	No resultado	Em outros resultados abrangentes – Nota 18(d)	Valor justo	Valor justo
Carteira de Títulos	21.148.629	(238.588)	(75.621)	20.834.420	40.855.097
Títulos Públicos	18.063.873	(237.401)	(75.621)	17.750.851	39.004.624
Tesouro Nacional	16.342.608	(232.708)	(75.621)	16.034.279	37.019.175
Letras do Tesouro Nacional	3.976.860	(48.679)	(75.621)	3.852.560	21.795.366
Notas do Tesouro Nacional – Nota 11	6.359.775	(186.582)	-	6.173.193	2.925.219
Letras Financeiras do Tesouro	6.005.973	2.553	-	6.008.526	12.298.590
Título Público Exterior	1.721.265	(4.693)	-	1.716.572	1.985.449
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	2.342.354	6.173	-	2.348.527	1.442.155
Cotas de fundos de investimentos	35.915	-	-	35.915	34.327
Certificado de depósito bancário e outros	257.321	-	-	257.321	263.441
Eurobonds	1.482.038	(1.910)	-	1.480.128	590.737
Hedge valor justo – Nota 11	1.338.047	(420)	-	1.337.627	504.029
Demais	143.991	(1.490)	-	142.501	86.708
Credit Linked Notes – Nota 8(c)	567.080	8.083	-	575.163	553.650
Títulos Privados Emitidos por Empresas	742.402	(7.360)	-	735.042	408.318
Ações	322.565	844	-	323.409	86.972
Eurobonds e outros	419.837	(8.204)	-	411.633	321.346
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	-	(23.336)	-	(23.336)	(7.989)
Total da carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2021	**21.148.629**	**(261.924)**	**(75.621)**	**20.811.084**	**40.847.108**
Total da carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2020	**40.702.419**	**109.069**	**35.620**	**40.847.108**	
Carteira de Títulos	40.703.898	115.579	35.620	40.855.097	
Títulos Públicos	38.897.578	74.037	33.009	39.004.624	
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	1.398.318	41.458	2.379	1.442.155	
Títulos Privados Emitidos por Empresas	408.002	84	232	408.318	
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	-	(7.989)	-	(7.989)	

II – Por prazos:

	31.12.2021						
		Valores por prazos de vencimento					
	Valor justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Carteira de Títulos	20.834.420	4.478.350	808.713	7.430.636	2.145.067	3.296.386	2.675.268
Títulos Públicos	17.750.851	3.468.184	627.770	7.410.316	1.412.519	2.481.078	2.350.984
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	2.348.527	686.757	180.943	20.320	732.548	727.194	765
Títulos Privados Emitidos por Empresas	735.042	323.409	-	-	-	88.114	323.519
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(23.336)	(218)	(24)	(8.969)	-	(120)	(14.005)
Carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2021	**20.811.084**	**4.478.132**	**808.689**	**7.421.667**	**2.145.067**	**3.296.266**	**2.661.263**
Títulos para negociação – Nota 3(b-I)	16.442.091	3.827.508	627.770	4.868.953	2.069.168	2.624.380	2.424.312
Hedge contábil – Nota 11	1.587.818	642.093	-	-	57.924	637.610	250.191
Títulos disponíveis para venda	2.781.175	8.531	180.919	2.552.714	17.975	34.276	(13.240)
Carteira de Títulos	40.855.097	2.294.966	10.213.287	20.679.167	2.693.387	3.965.429	1.008.861
Títulos Públicos	39.004.624	2.170.206	10.136.222	20.496.534	2.630.766	2.883.381	687.515
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	1.442.155	37.788	77.065	182.633	62.621	1.082.048	-
Títulos Privados Emitidos por Empresas	408.318	86.972	-	-	-	-	321.346
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(7.989)	(52)	-	(6.070)	(9)	(1.858)	-
Carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2020	**40.847.108**	**2.294.914**	**10.213.287**	**20.673.097**	**2.693.378**	**3.963.571**	**1.008.861**
Títulos para negociação – Nota 3(b-I)	30.618.081	2.290.090	10.136.221	11.436.458	2.630.766	3.437.031	687.515
Hedge contábil – Nota 11	504.029	-	-	-	55.603	448.426	-
Títulos disponíveis para venda	9.724.998	4.824	77.066	9.236.639	7.009	78.114	321.346

III – Por característica:

	31.12.2021								31.12.2020
		Vinculados:				Classificação contábil:			
						Para negociação	Disponíveis para venda		
	Carteira Própria	Compromissos de recompra sem livre movimentação e Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	Prestação de garantias [1]	Banco Central [2]	Total	No resultado	*Hedge* contábil – Nota 11	Em outros resultados abrangentes	Total
Carteira de Títulos	16.302.593	-	3.529.859	1.001.968	20.834.420	16.442.091	1.587.818	2.804.511	40.855.097
Títulos Públicos	13.254.939	-	3.493.944	1.001.968	17.750.851	14.953.470	250.191	2.547.190	39.004.624
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	2.312.612	-	35.915	-	2.348.527	753.579	1.337.627	257.321	1.442.155
Títulos Privados Emitidos por Empresas	735.042	-	-	-	735.042	735.042	-	-	408.318
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(23.336)	-	-	-	(23.336)	-	-	(23.336)	(7.989)
Carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2021	**16.279.257**	**-**	**3.529.859**	**1.001.968**	**20.811.084**	**16.442.091**	**1.587.818**	**2.781.175**	**40.847.108**
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto – Títulos públicos – Nota 7(b)	-	32.242.562	-	-	32.242.562	32.242.562	-	-	28.600.922
Carteira de crédito – Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 9	7.191.387	2.312.834	-	-	9.504.221	-	2.839.779	6.664.442	8.421.139
Eurobonds	963.408	389.155	-	-	1.352.563	-	1.352.563		2.912.242
Debêntures	1.680.305	1.923.679	-	-	3.603.984	-	1.199.594	2.404.390	2.820.238
Notas promissórias	1.262.413		-	-	1.262.413	-	97.768	1.164.645	1.572.618
Cédula de produto rural e outros	3.285.261		-	-	3.285.261	-	189.854	3.095.407	1.116.041
Total em 31.12.2021	**23.470.644**	**34.555.396**	**3.529.859**	**1.001.968**	**62.557.867**	**48.684.653**	**4.427.597**	**9.445.617**	**77.869.169**
Total em 31.12.2020	**42.059.160**	**30.549.029**	**4.844.956**	**416.024**	**77.869.169**	**59.219.003**	**3.974.276**	**14.675.890**	
Carteira de Títulos	35.683.220	77.924	4.677.929	416.024	40.855.097	30.618.081	504.029	9.732.987	
Títulos Públicos	33.944.998	-	4.643.602	416.024	39.004.624	29.944.548	-	9.060.076	
Títulos Privados Emitidos por Instituições Financeiras	1.329.904	77.924	34.327	-	1.442.155	587.977	504.029	350.149	
Títulos Privados Emitidos por Empresas	408.318	-	-	-	408.318	85.556	-	322.762	
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(7.989)	-	-	-	(7.989)	-	-	(7.989)	
Carteira de títulos e valores mobiliários em 31.12.2020	**35.675.231**	**77.924**	**4.677.929**	**416.024**	**40.847.108**	**30.618.081**	**504.029**	**9.724.998**	
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto – Títulos públicos – Nota 7(b)	-	28.600.922	-	-	28.600.922	28.600.922	-	-	
Carteira de crédito – Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 9	6.383.929	1.870.183	167.027	-	8.421.139	-	3.470.247	4.950.892	
Eurobonds	2.749.857	162.385	-	-	2.912.242	-	2.912.242	-	
Debêntures	945.413	1.707.798	167.027	-	2.820.238	-	445.305	2.374.933	
Notas promissórias	1.572.618	-	-	-	1.572.618	-	110.047	1.462.571	
Cédula de produto rural e outros	1.116.041	-	-	-	1.116.041	-	2.653	1.113.388	

[1] Refere-se a garantia de operações de instrumentos financeiros derivativos realizados em bolsa no valor de R$ 3.334.126 (R$ 4.140.205 em 31.12.2020), realizados em câmara de liquidação e custódia no valor de R$ 106.929 (R$ 503.457 em 31.12.2020) e recursos trabalhistas no valor de R$ 88.803 (R$ 83.536 em 31.12.2020) – Nota 14(c). [2] Representado por operações vinculadas aos recursos captados em depósitos de poupança. Durante o período findo em 31.12.2021 e 31.12.2020, não houve reclassificações entre as categorias dos títulos e valores mobiliários.

7. ATIVOS FINANCEIROS VINCULADOS

a) Reservas no Banco Central e Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31.12.2021					31.12.2020
	Valor por prazos de vencimento					
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Total	Total
Reservas no Banco Central [1]	11.173.492	-	-	-	11.173.492	11.427.203
Remunerados [2]	10.318.446	-	-	-	10.318.446	10.647.874
Não remunerados	683.506	-	-	-	683.506	611.819
Exterior	171.540	-	-	-	171.540	167.510
Aplicações em depósitos interfinanceiros [3]	433.078	168.522	12.253	2.131	615.984	373.313
Total em 31.12.2021	**11.606.570**	**168.522**	**12.253**	**2.131**	**11.789.476**	**11.800.516**
Total em 31.12.2020	**11.469.598**	**198.550**	**132.368**	**-**	**11.800.516**	
Reservas no Banco Central [1]	11.427.203	-	-	-	11.427.203	
Aplicações em depósitos interfinanceiros [3]	42.395	198.550	132.368	-	373.313	

[1] Operações representadas por recolhimentos compulsórios e classificadas no Ativo Circulante. [2] O resultado no montante de R$ 406.123 (R$ 239.208 em 2020) está apresentado em "Resultado com ativos financeiros e vinculados" – Nota 12(b-I). [3] Referem-se a operações vinculadas a garantias, basicamente crédito rural e crédito imobiliário.

b) Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto

	31.12.2021							31.12.2020
	Valores por prazos de vencimentos							
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Carteira própria – Vinculados a compromissos de recompra – Nota 6(b-III) [1]	3.180.561	978.224	14.320.761	12.487.770	1.141.279	133.967	32.242.562	28.600.922
Sem livre movimentação	920.311	978.224	14.320.761	12.487.770	1.141.279	-	29.848.345	28.600.922
Letras Financeiras do Tesouro	808.351	643.924	13.620.857	-	-	-	15.073.132	-
Letras do Tesouro Nacional	111.960	334.300	587.100	9.878.968	127.455	-	11.039.783	26.043.985
Notas do Tesouro Nacional – Nota 11	-	-	112.804	2.608.802	1.013.824	-	3.735.430	2.556.937
Com livre movimentação	2.260.250	-	-	-	-	133.967	2.394.217	-
Carteira de terceiros – Aplicações no mercado aberto – Tesouro Nacional	227.269	-	-	-	-	-	227.269	2.139.523
Posição financiada	51.925	-	-	-	-	-	51.925	555.279
Posição vendida	175.344	-	-	-	-	-	175.344	1.584.244
Total em 31.12.2021	**3.407.830**	**978.224**	**14.320.761**	**12.487.770**	**1.141.279**	**133.967**	**32.469.831**	**30.740.445**
Total em 31.12.2020	**1.589.418**	**21.371.387**	**3.998.534**	**2.196.510**	**1.380.345**	**204.251**	**30.740.445**	

[1] Inclui o ajuste ao valor justo de títulos para negociação no valor de R$ (385.612) (R$ 74.763 em 31.12.2020) – Nota 8(d-I).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos no Conglomerado tem por objetivos principais: • proporcionar aos seus clientes produtos estruturados de renda fixa e produtos que possibilitem a proteção de seus ativos e passivos contra eventuais riscos provenientes, principalmente, de oscilações de moedas e de taxas de juros; e • neutralizar os riscos assumidos pelo Safra das seguintes operações (*Hedge* econômico e/ou *Hedge* contábil – Nota 11): - operações de crédito e captações contratadas com taxas pré-fixadas e outras captações – Notas 9 e 10; e - investimentos no exterior – em conjunto com as operações de *interbancário* para liquidação futura, os derivativos em moeda estrangeira são contratados de forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior. Estes derivativos são contratados em volume superior em relação à exposição cambial apresentada, de forma a neutralizar os efeitos fiscais correspondentes – *over hedge*. As posições do Banco Safra e controladas são monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (*Value at Risk*) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, *backtesting* e demais recursos técnicos.

a) Contas patrimoniais: I - Por tipo de operação

	31.12.2021									31.12.2020
				Valores por prazos de vencimentos						
Ativo	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor justo – Nota 8(d-I)	Valor justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo
Non Deliverable Forward – NDF	**99.673**	**135.533**	**235.206**	**50.665**	**89.924**	**53.797**	**40.641**	**179**	**-**	**153.367**
Prêmios de opções	**146.655**	**229.260**	**375.915**	**92.138**	**90.838**	**53.871**	**31.683**	**107.385**	**-**	**339.925**
Índice Bovespa	37.923	123.319	161.242	915	29.464	6.229	18.728	105.906	-	126.647
Moeda Estrangeira	18.326	33.722	52.048	41.298	10.529	-	-	221	-	35.903
Índice DI	20.592	10.751	31.343	-	7.152	23.657	534	-	-	10.641
Ações	69.814	61.468	131.282	49.925	43.693	23.985	12.421	1.258	-	166.734
Termo – Títulos Públicos	**185.074**	**22.946**	**208.020**	**208.020**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Compras a receber – Moeda Estrangeira	-	23.282	23.282	23.282	-	-	-	-	-	-
Vendas a receber	185.074	(336)	184.738	184.738	-	-	-	-	-	-
Swap – Valores a receber	**2.395.811**	**340.489**	**2.736.300**	**420.370**	**631.479**	**200.788**	**154.853**	**1.250.343**	**78.467**	**3.192.236**
Taxa de juros	625.435	(102.180)	523.255	8.596	86.266	172.275	108.452	93.379	54.287	316.470
Moeda estrangeira	1.703.587	463.930	2.167.517	410.134	525.100	22.838	28.301	1.156.964	24.180	2.840.738
Outros	66.789	(21.261)	45.528	1.640	20.113	5.675	18.100	-	-	35.028
Derivativos de crédito – CDS	**148.333**	**-**	**148.333**	**1.853**	**3.525**	**4.742**	**17.385**	**120.828**	**-**	**70.435**
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	-	(2.518)	(2.518)	(2.518)	-	-	-	-	-	(287)
Total em 31.12.2021	**2.975.546**	**725.710**	**3.701.256**	**770.528**	**815.766**	**313.198**	**244.562**	**1.478.735**	**78.467**	**3.755.676**
Total em 31.12.2020	**3.403.928**	**351.748**	**3.755.676**	**1.017.196**	**1.249.732**	**175.394**	**115.279**	**194.056**	**1.004.019**	

	31.12.2021									31.12.2020
				Valores por prazos de vencimentos						
Passivo	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor justo – Nota 8(d-I)	Valor justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo
Non Deliverable Forward – NDF	**(179.309)**	**(26.576)**	**(205.885)**	**(50.061)**	**(88.068)**	**(17.230)**	**(50.478)**	**-**	**(48)**	**(131.043)**
Prêmios de opções	**(528.615)**	**(319.146)**	**(847.761)**	**(137.032)**	**(146.680)**	**(88.294)**	**(81.030)**	**(379.098)**	**(15.627)**	**(797.554)**
Índice Bovespa	(182.704)	(284.873)	(467.577)	(4.417)	(39.872)	(21.008)	(34.501)	(352.453)	(15.326)	(160.996)
Moeda estrangeira	(124.085)	(41.062)	(165.147)	(107.309)	(43.954)	(13.665)	-	(219)	-	(436.416)
Índice DI	(18.731)	15.243	(3.488)	(1.066)	-	(81)	(2.341)	-	-	(6.203)
Ações	(203.095)	(8.454)	(211.549)	(24.240)	(62.854)	(53.540)	(44.188)	(26.426)	(301)	(193.939)
Termo	**(185.074)**	**336**	**(184.738)**	**(184.738)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(40.894)**
Vendas a entregar	(185.074)	336	(184.738)	(184.738)	-	-	-	-	-	(40.894)
Títulos Públicos – LTN	(185.074)	336	(184.738)	(184.738)	-	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40.894)
Swap – valores a pagar	**(1.616.086)**	**74.323**	**(1.541.763)**	**(564.132)**	**(716.018)**	**(33.619)**	**(131.620)**	**(83.310)**	**(13.064)**	**(2.602.302)**
Taxa de juros	(425.343)	78.076	(347.267)	(10.578)	(104.961)	(24.044)	(131.620)	(68.876)	(7.188)	(410.128)
Moeda estrangeira	(1.190.743)	(3.753)	(1.194.496)	(553.554)	(611.057)	(9.575)	-	(14.434)	(5.876)	(2.192.174)
Derivativos de crédito – CDS	**(135.759)**	**-**	**(135.759)**	**(10)**	**(1.174)**	**(4.768)**	**(14.600)**	**(115.207)**	**-**	**(54.600)**
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	-	(7.837)	(7.837)	(7.837)	-	-	-	-	-	(11.778)
Total em 31.12.2021	**(2.644.843)**	**(278.900)**	**(2.923.743)**	**(943.810)**	**(951.940)**	**(143.911)**	**(277.728)**	**(577.615)**	**(28.739)**	**(3.638.171)**
Total em 31.12.2020	**(3.439.985)**	**(198.186)**	**(3.638.171)**	**(1.666.350)**	**(1.230.262)**	**(214.070)**	**(156.159)**	**(300.072)**	**(71.258)**	

II - Por contraparte ao valor justo

	Ativo		Passivo	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Instituições financeiras	1.943.005	2.355.669	(1.822.415)	(2.353.691)
B3	23.282	-	-	(40.894)
Pessoas jurídicas	1.460.549	1.222.724	(518.456)	(852.042)
Pessoas físicas	276.938	177.570	(575.035)	(379.766)
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(2.518)	(287)	(7.837)	(11.778)
Total	**3.701.256**	**3.755.676**	**(2.923.743)**	**(3.638.171)**

(continua)

(continuação)

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

b) Composição por valor referencial - I - Por tipo de operação

	31.12.2021							31.12.2020
	Valores por prazos de vencimentos							
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Non Deliverable Forward – NDF	**4.349.787**	**3.895.220**	**1.118.621**	**313.759**	**11.289**	**1.316**	**9.689.992**	**5.905.477**
Comprado	2.355.622	1.764.358	923.134	311.567	11.289	1.316	5.367.286	3.613.499
Vendido	1.994.165	2.130.862	195.487	2.192	-	-	4.322.706	2.291.978
Opções	**49.782.246**	**22.640.485**	**301.916**	**206.422**	**484.506**	-	**73.415.575**	**111.096.952**
Comprado	30.394.110	10.887.274	75.633	134.302	484.506	-	41.975.825	55.364.945
Ações	964.385	167.631	51.984	18.216	7.682	-	1.209.898	392.446
Índice DI	26.716.500	10.698.500	-	-	-	-	37.415.000	50.197.500
Índice Bovespa	-	21.143	23.649	116.086	474.070	-	634.948	776.609
Moeda estrangeira	2.713.225	-	-	-	2.754	-	2.715.979	3.998.390
Vendido	19.388.136	11.753.211	226.283	72.120	-	-	31.439.750	55.732.007
Ações	849.055	126.548	-	-	-	-	975.603	281.893
Índice DI	16.649.900	10.864.000	68.000	71.400	-	-	27.653.300	50.597.350
Índice Bovespa	-	-	-	720	-	-	720	625.705
Moeda estrangeira	1.889.181	762.663	158.283	-	-	-	2.810.127	4.227.059
Termo	**35.647.690**	-	-	-	-	-	**35.647.690**	**14.127.340**
Obrigações por vendas a entregar	35.647.690	-	-	-	-	-	35.647.690	14.127.340
Títulos Públicos – LTN	189.990	-	-	-	-	-	189.990	-
Moeda Estrangeira	35.457.700	-	-	-	-	-	35.457.700	14.127.340
Swap								
Ativo	29.850.112	36.837.973	3.562.209	3.603.005	6.922.677	2.257.168	83.033.144	71.884.717
Taxa de juros	572.418	5.792.475	2.556.605	2.970.091	4.097.455	2.015.988	18.005.032	12.339.949
Moeda estrangeira	29.267.368	30.770.255	818.096	337.561	2.825.222	241.180	64.259.682	58.934.831
Outros	10.326	275.243	187.508	295.353	-	-	768.430	609.937
Passivo	29.850.112	36.837.973	3.562.209	3.603.005	6.922.677	2.257.168	83.033.144	71.884.717
Taxa de juros	573.409	5.654.740	3.112.146	3.429.148	6.237.505	1.985.360	20.992.308	13.760.954
Moeda estrangeira	29.276.703	31.183.233	375.595	173.857	685.172	271.808	61.966.368	58.123.763
Outros	-	-	74.468	-	-	-	74.468	-
Futuro	**115.151.063**	**113.661.095**	**15.470.363**	**14.886.238**	**5.375.739**	**810.155**	**265.354.653**	**234.117.892**
Comprado	21.020.552	8.380.350	5.584.574	163.624	1.076.877	496.096	36.722.073	38.787.966
Taxa de juros	-	-	532.643	16.648	896.648	451.967	1.897.906	6.987.568
Cupom cambial	17.744.462	8.380.350	5.051.931	146.976	180.229	44.129	31.548.077	28.716.729
Moeda estrangeira	3.250.165	-	-	-	-	-	3.250.165	2.760.556
Índice Bovespa	25.925	-	-	-	-	-	25.925	323.113
Vendido	94.130.511	105.280.745	9.885.789	14.722.614	4.298.862	314.059	228.632.580	195.329.926
Taxa de juros	37.885.883	22.232.147	6.955.504	14.560.591	2.215.113	65.650	83.914.888	91.742.768
Cupom cambial	23.386.986	55.448.955	2.930.285	162.023	2.083.749	247.740	84.259.738	65.192.564
Moeda estrangeira	32.773.413	27.599.643	-	-	-	669	60.373.725	38.352.863
Índice Bovespa	84.229	-	-	-	-	-	84.229	41.731
Derivativos de crédito – CDS – Risco recebido – Nota 8(c)	**167.415**	**285.442**	**392.304**	**1.057.912**	**2.459.940**	-	**4.363.013**	**2.845.386**
Captações estruturadas – Nota 10(a)	**10.006.042**	**104.085.234**	**9.515.447**	**1.475.198**	**4.198.480**	**59.276**	**129.339.677**	**51.975.073**
Prêmios de Opções	9.968.946	103.557.954	8.366.186	547.802	1.495.115	59.276	123.995.279	47.818.238
Comprado	194.045	417.734	582.807	170.993	4.295	-	1.369.874	1.122.976
Ações	9.567	198.492	280.579	141.547	4.295	-	634.480	-
Índice DI	156.517	152.534	274.072	20.168	-	-	603.291	1.100.648
Índice Bovespa	884	55.158	28.156	9.278	-	-	93.476	22.328
Moeda Estrangeira	27.077	11.550	-	-	-	-	38.627	-
Vendido	9.774.901	103.140.220	7.783.379	376.809	1.490.820	59.276	122.625.405	46.695.262
Ações	2.213	143.645	283.809	202.655	128.931	1.607	762.860	907.438
Índice Bovespa	13.201	53.748	79.756	174.154	1.359.160	57.669	1.737.688	609.347
Moeda Estrangeira	9.759.487	102.942.827	7.419.814	-	2.729	-	120.124.857	45.178.477
Swap – Ativo/Passivo – Taxa de juros	20.354	270.912	803.192	399.894	83.415	-	1.577.767	1.588.860
Derivativos de crédito – CDS – Risco transferido – Nota 8(c)	16.742	256.368	346.069	527.502	2.619.950	-	3.766.631	2.567.975
Total em 31.12.2021	**244.954.355**	**281.405.449**	**30.360.860**	**21.542.534**	**19.452.631**	**3.127.915**	**600.843.744**	**491.952.837**
Total em 31.12.2020	**211.386.755**	**198.458.776**	**49.508.846**	**12.802.909**	**13.999.532**	**5.796.019**	**491.952.837**	

II - Locais de negociação por contrapartes

	31.12.2021					31.12.2020
Locais de Negociação	B3	Instituições Financeiras	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Total Referencial	Total Referencial
B3	298.518.124	14.616.375	209.305.456	6.693.163	529.133.118	427.315.088
Balcão – exterior	-	71.710.626	-	-	71.710.626	64.637.749
Total em 31.12.2021	**298.518.124**	**86.327.001**	**209.305.456**	**6.693.163**	**600.843.744**	**491.952.837**
Total em 31.12.2020	**246.763.689**	**74.827.540**	**165.498.319**	**4.863.289**	**491.952.837**	

c) Derivativos de crédito – CDS - O Banco Safra utiliza instrumentos financeiros derivativos de crédito com o objetivo de oferecer aos seus clientes, por meio de emissão de CD estruturados – Nota 10, oportunidades de diversificação de seus portfólios de investimento e Carteira de títulos – *Credit Linked Notes*. O Banco Safra detém as seguintes posições em derivativos de crédito, demonstradas pelo seu valor de referência:

	31.12.2021	31.12.2020
Swap de crédito cujos ativos subjacentes – Títulos e Valores Mobiliários – Nota 8(b) [1]		
Riscos Recebidos	4.363.013	2.845.386
Riscos Transferidos	(3.766.631)	(2.567.975)
Total líquido de exposição recebido/(transferido)	**596.382**	**277.411**
Risco Ativo – *Credit Linked Notes* – Nota 6(b)	558.050	519.670
Risco Passivo – CD estruturados – Nota 10(b)	38.332	(242.259)

[1] Os riscos transferidos e recebidos referem-se aos mesmos emissores. Durante o período de 2020, houve ocorrência de evento de crédito em uma operação com valor de referência de R$ 7.118. O Safra não incorreu em prejuízo, dado que o risco foi transferido via swap de crédito embutido a um CD estruturado, que se constitui na garantia da operação. Não houve efeito relevante no cálculo dos requerimentos mínimos de capital em 31.12.2021, de acordo com a Resolução CMN nº 4.958/2021.

d) Evolução da movimentação do ajuste a valor justo e ajustes prudenciais - I - Evolução da movimentação do ajuste a valor justo

	01.01 a 31.12.2021				
		Movimentação no período			
			Efeitos:		
	Saldo no início do período	Variação Cambial e Outros	No resultado – Nota 12(b-II)	Em outros resultados abrangentes – Nota 18(d)	Saldo no final do período
Títulos para negociação e Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação	47.541	9.843	(674.659)	-	(617.275)
Títulos para negociação – Nota 6(b-III)	174.362	9.843	(806.739)	-	(622.534)
Carteira de títulos e valores mobiliários – Nota 6(b-I)	99.599	9.843	(346.364)	-	(236.922)
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto – Títulos públicos – Nota 7(b)	74.763	-	(460.375)	-	(385.612)
Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação – Nota 10(c)	(126.821)	-	132.080	-	5.259
Títulos disponíveis para venda – Carteira de títulos e valores mobiliários – Notas 6(b-I) e 18(d)	35.620	-	-	(111.241)	(75.621)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) – Nota 8(a)	152.473	47.643	257.049	-	457.165
Recursos captados – Captações estruturadas e outros – Nota 10(a)	13.252	-	78.426	-	91.678
Hedge valor justo – Nota 11	(574.383)	(3.079)	485.535	-	(91.927)
Carteira Pré	(329.710)	-	72.772	-	(256.938)
Trade Finance	46.290	4.008	(37.167)	-	13.131
Carteira IPCA	(267.142)	-	431.314	-	164.172
Eurobonds	238.205	10.144	(223.885)	-	24.464
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda – Nota 6(b-I)	15.983	(1.970)	(14.433)	-	(420)
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 8	222.222	13.360	(209.452)	-	26.130
Passivos financeiros – Nota 10	(262.026)	(17.231)	242.501	-	(36.756)
Recursos captados – Captações estruturadas – CD Estruturado	(31.424)	(2.432)	82.752	-	48.896
Recursos de financiamento	(230.602)	(14.799)	159.749	-	(85.652)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(112.110)	(6.857)	62.345	-	(56.622)
Dívida subordinada	(118.492)	(7.942)	97.404	-	(29.030)
Ajustes Prudenciais – Risco de liquidez – Nota 8(d-II)	(11.778)	-	3.941	-	(7.837)
Total em 31.12.2021	**(337.275)**	**54.407**	**150.292**	**(111.241)**	**(243.817)**
Total em 31.12.2020	**(189.005)**	**42.154**	**(226.423)**	**35.999**	**(337.275)**
Títulos para negociação e Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação	(204.606)	1.261	250.886	-	47.541
Títulos disponíveis para venda – Carteira de títulos e valores mobiliários – Notas 6(b-I) e 18(d)	(379)	-	-	35.999	35.620
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) – Nota 8(a)	225.433	49.465	(122.425)	-	152.473
Recursos Captados – Captações estruturadas e Outros – Nota 10(b-II)	4.027	-	9.225	-	13.252
Hedge valor justo – Nota 11	(206.859)	(8.572)	(358.952)	-	(574.383)
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	(6.621)	-	(5.157)	-	(11.778)

II - Ajustes Prudenciais – Resolução CMN nº 4.277/2013 – Nota 3(b-III)

	01.01. a 31.12.2021		
	Saldo no início do período	Efeitos no resultado – Nota 12(b-II)	Saldo no final do período
Risco de crédito – Nota 9(a-III)	**(10.142)**	**(24.806)**	**(34.948)**
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Nota 6(a)	(1.866)	(7.229)	(9.095)
Títulos e valores mobiliários – Nota 6(b-I)	(7.989)	(15.347)	(23.336)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) – Nota 8(a)	(287)	(2.231)	(2.518)
Risco de liquidez – Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos) – Nota 8(a)	**(11.778)**	**3.941**	**(7.837)**
Total Ajustes Prudenciais – em 31.12.2021	**(21.920)**	**(20.866)**	**(42.786)**
Total Ajustes Prudenciais – em 31.12.2020	**(6.899)**	**(15.021)**	**(21.920)**

e) Valor justo de ativos e passivos financeiros

	31.12.2021 [1]		
	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos e valores mobiliários – Nota 6(b-III) [2]	**50.316.823**	**2.760.159**	**53.076.982**
Carteira de Títulos	18.074.261	2.760.159	20.834.420
Títulos Públicos	17.750.851	-	17.750.851
Títulos Emitidos por Instituições Financeiras	-	2.348.527	2.348.527
Títulos Emitidos por Empresas	323.409	411.633	735.042
Aplicações vinculadas a captações no mercado aberto – Títulos públicos – Nota 7(b)	32.242.562	-	32.242.562
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 9	-	**9.504.221**	**9.504.221**
Obrigações vinculadas a compromissos de recompra – Títulos públicos – Nota 10(c)	**(177.125)**	-	**(177.125)**
(-) Reclassificação de títulos designados para *Hedge* de Risco de Mercado [3]	-	**(2.940.381)**	**(2.940.381)**
Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivos – Nota 8	**23.282**	**754.231**	**777.513**
Non Deliverable Forward – NDF	-	29.321	29.321
Prêmios de opções	-	(471.846)	(471.846)
Termo	23.282	-	23.282
Swap – valores a receber	-	1.194.537	1.194.537
Derivativos de crédito – CDS	-	12.574	12.574
Ajustes Prudenciais – Nota 8(d-II)	-	(10.355)	(10.355)
Estratégia – *Hedge* de Risco de Mercado – Nota 11	-	**29.078.287**	**29.078.287**
Carteira pré	-	39.767.524	39.767.524
Ativo – Carteira de Crédito – Nota 9(a)	-	54.482.925	54.482.925
Passivos financeiros – Captação – Nota 10	-	(14.715.401)	(14.715.401)
Ativo – Carteira de crédito – Trade Finance – Nota 9(a)	-	700.770	700.770
Carteira IPCA	-	(5.316.578)	(5.316.578)
Ativo – Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 9(a) [2]	-	1.199.594	1.199.594
Passivos financeiros – Captação – Nota 10	-	(6.516.172)	(6.516.172)
Eurobonds [3]	-	2.940.381	2.940.381
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda – Nota 6(b-III)	-	1.587.818	1.587.818
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 9(a)	-	1.352.563	1.352.563
Passivos financeiros – Nota 10	-	(9.013.810)	(9.013.810)
Recursos captados – Captações estruturadas – CD Estruturado	-	(3.162.989)	(3.162.989)
Recursos de financiamento	-	(5.850.821)	(5.850.821)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	(2.561.008)	(2.561.008)
Dívida subordinada – *Medium term notes*	-	(3.289.813)	(3.289.813)

[1] Não havia operações classificadas no nível 3. [2] Destes montantes, R$ 16.442.091 referem-se a títulos para negociação (R$ 15.688.512 classificados em nível 1 e R$ 753.579 em nível 2) e R$ 4.392.329 referem-se a títulos disponíveis para venda (R$ 2.797.381 classificados em nível 1 e R$ 1.594.948 classificados em nível 2). [3] Reclassificação do montante relativo a títulos designados para *hedge* de risco de mercado (Eurobonds) – Nota 11.

9. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Carteira de crédito expandida e provisão para risco de crédito - I - Composição da carteira de crédito expandida

	31.12.2021					31.12.2020				
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Custo Amortizado e Valor justo	Provisão para risco de crédito	Total	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Custo Amortizado e Valor justo	Provisão para risco de crédito	Total
Carteira de crédito – Nota 9(b)	117.080.450	(995.800)	116.084.650	(3.170.569)	112.914.081	85.775.985	416.764	86.192.749	(2.719.363)	83.473.386
Custo Amortizado [1]	58.348.798	-	58.348.798		55.178.229	47.457.327	-	47.457.327		44.737.964
Hedge ao valor justo – Nota 11	58.731.652	(995.800)	57.735.852		57.735.852	38.318.658	416.764	38.735.422		38.735.422
Avais e Fianças – Nota 9(e)	14.797.529	-	14.797.529	(144.551)	14.652.978	17.684.058	-	17.684.058	(270.891)	17.413.167
Carteira de Crédito Expandida em 31.12.2021	**131.877.979**	**(995.800)**	**130.882.179**	**(3.315.120)**	**127.567.059**	**103.460.043**	**416.764**	**103.876.807**	**(2.990.254)**	**100.886.553**

[1] Inclui operações referentes a "Outros instrumentos de risco de crédito" – Nota 6(b-III).

II - Movimentação de provisão para risco de crédito

	Saldo no início do período	Parcela Incorporada - Nota 2(b)	Variação Cambial do Exterior e outros	(Constituição) /Reversão	Baixas a Prejuízo	Saldo no final do período	Recuperação de Crédito [1]	Resultado com Risco de crédito
Provisão mínima requerida	**(1.954.278)**	**(83.782)**	**(16.560)**	**(775.907)**	**620.184**	**(2.210.343)**	**394.022**	**(381.885)**
Carteira de crédito expandida	(1.954.278)	(83.782)	(6.418)	(778.142)	620.184	(2.202.436)	394.022	(384.120)
Carteira de crédito	(1.683.387)	(83.782)	(6.418)	(962.140)	620.184	(2.115.543)	394.022	(568.118)
Operações com empresas	(955.540)	-	(6.418)	(520.996)	375.428	(1.107.525)	370.279	(150.716)
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	(727.847)	(83.782)	-	(441.145)	244.756	(1.008.018)	23.743	(417.402)
Avais e fianças	(270.891)	-	-	183.998	-	(86.893)	-	183.998
Ajustes Prudenciais – Risco de Crédito – Nota 8(d-II)	-	-	(10.142)	2.235	-	(7.907)	-	2.235
Provisão adicional	**(1.035.976)**	-	-	**(166.768)**	-	**(1.202.744)**	-	**(166.768)**
Carteira de crédito Expandida [2]	(1.035.976)	-	-	(76.708)	-	(1.112.684)	-	(76.708)
Carteira de crédito	(1.035.976)	-	-	(19.050)	-	(1.055.026)	-	(19.050)
Avais e fianças	-	-	-	(57.658)	-	(57.658)	-	(57.658)
Limites de crédito	-	-	-	(63.019)	-	(63.019)	-	(63.019)
Ajustes Prudenciais – Risco de Crédito – Nota 8(d-II)	-	-	-	(27.041)	-	(27.041)	-	(27.041)
Total da provisão em 31.12.2021	**(2.990.254)**	**(83.782)**	**(16.560)**	**(942.675)**	**620.184**	**(3.413.087)**	**394.022**	**(548.653)**
Carteira de crédito Expandida – Nota 9(a-I)	(2.990.254)	(83.782)	(6.418)	(854.850)	620.184	(3.315.120)	394.022	(460.828)
Carteira de crédito	(2.719.363)	(83.782)	(6.418)	(981.190)	620.184	(3.170.569)	394.022	(587.168)
Avais e fianças – Nota 12(a)	(270.891)	-	-	126.340	-	(144.551)	-	126.340
Limites de crédito – Nota 12(a)	-	-	-	(63.019)	-	(63.019)	-	(63.019)
Ajustes Prudenciais – Risco de Crédito – Nota 8(d-II)	-	-	(10.142)	(24.806)	-	(34.948)	-	(24.806)
Total da provisão em 31.12.2020	**(2.652.911)**	-	**(2.196)**	**(1.041.451)**	**706.304**	**(2.990.254)**	**394.871**	**(646.580)**
Provisão mínima requerida	(1.715.861)	-	(2.196)	(942.525)	706.304	(1.954.278)	394.871	(547.654)
Provisão adicional – Carteira de crédito expandida [2]	(937.050)	-	-	(98.926)	-	(1.035.976)	-	(98.926)

[1] Recuperações de créditos baixados como prejuízo, líquidas dos custos diretos – Nota 2(a). [2] Contempla R$ (120.874) (R$ (335.585) em 2020) considerados como eventos não recorrentes – Nota 2(a). Em 2020 inclui a reversão por realização no valor de R$ 236.659.

b) Carteira de crédito e provisão por distribuição de nível de risco

	31.12.2021										31.12.2020
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações com empresas	86.821.137	3.759.298	4.250.624	2.217.886	627.526	152.038	138.202	44.913	563.553	98.575.177	72.789.801
Operações de crédito	77.599.868	3.532.136	4.234.115	2.178.721	627.526	152.038	138.202	44.913	563.437	89.070.956	64.368.662
Empréstimos, financiamentos e títulos descontados	51.649.841	2.493.054	3.331.649	1.517.114	478.905	80.636	134.940	44.163	446.547	60.176.849	42.219.517
Comércio exterior	20.488.850	621.111	516.676	226.151	140.203	68.097	217	-	25.840	22.087.145	16.832.047
Créditos direcionados – rural, agroindustrial e imobiliário	2.606.282	236.338	244.289	260.298	5.629	3.288	-	750	1.220	3.358.094	2.442.624
Repasses – BNDES/ FINAME	2.854.895	181.633	136.900	175.158	2.789	17	3.045	-	533	3.354.970	2.827.110
Outros créditos	-	-	4.601	-	-	-	-	-	89.297	93.898	47.364
Outros instrumentos de risco de crédito – 6(bIII)	9.221.269	227.162	16.509	39.165	-	-	-	-	116	9.504.221	8.421.139
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	3.630.079	458.002	11.691.587	257.804	83.059	80.788	932.136	104.475	271.543	17.509.473	13.402.948
Crédito consignado	-	36.049	7.199.677	52.686	21.390	14.412	7.024	84.132	165.034	7.580.404	8.345.778
Crédito direto ao consumidor	106.096	23.358	3.374.462	104.549	20.094	16.230	5.661	4.873	16.886	3.672.209	-
Crédito pessoal	3.523.983	398.595	1.117.448	100.569	41.575	50.146	919.451	15.470	89.623	6.256.860	5.057.170
Total da carteira em 31.12.2021	**90.451.216**	**4.217.300**	**15.942.211**	**2.475.690**	**710.585**	**232.826**	**1.070.338**	**149.388**	**835.096**	**116.084.650**	**86.192.749**
Curso anormal [1]	86.087	789	213.251	167.975	183.699	93.552	129.841	119.132	530.295	1.524.621	705.871
Curso normal [2]	90.365.130	4.216.511	15.728.958	2.307.715	526.886	139.274	940.497	30.256	304.801	114.560.029	85.486.878
Total provisão da carteira de crédito em 31.12.2021	**(341.731)**	**(41.751)**	**(476.672)**	**(247.321)**	**(213.104)**	**(116.390)**	**(749.130)**	**(149.373)**	**(835.096)**	**(3.170.568)**	**(2.719.363)**
Total da carteira em 31.12.2020	**65.355.696**	**4.416.451**	**12.470.641**	**1.483.195**	**419.356**	**220.763**	**974.305**	**97.313**	**755.029**	**86.192.749**	
Curso anormal [1]	-	-	97.309	47.388	40.964	41.054	101.343	22.727	355.086	705.871	
Curso normal [2]	65.355.696	4.416.451	12.373.332	1.435.807	378.392	179.709	872.962	74.586	399.943	85.486.878	
Total provisão da carteira de crédito em 31.12.2020	**(384.225)**	**(43.723)**	**(372.872)**	**(148.171)**	**(125.765)**	**(110.359)**	**(681.916)**	**(97.303)**	**(755.029)**	**(2.719.363)**	

[1] Curso Anormal – operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias. [2] Curso Normal – operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

c) Carteira de crédito e provisão mínima requerida para risco de crédito - I- Composição

	31.12.2021					
	Carteira de Crédito			Provisão Mínima Requerida		
	Anormal	Normal	Total	Anormal	Normal	Total
Operações com empresas	809.979	97.765.198	98.575.177	(423.700)	(683.825)	(1.107.525)
Operações de crédito	809.979	88.260.977	89.070.956	(423.700)	(671.015)	(1.094.715)
Empréstimos, financiamentos e títulos descontados	603.169	59.573.680	60.176.849	(335.513)	(529.246)	(864.759)
Comércio exterior	4.998	22.082.147	22.087.145	(2.119)	(102.940)	(105.059)
Créditos direcionados – Rural, agroindustrial e imobiliário	10.768	3.347.326	3.358.094	(1.227)	(20.611)	(21.838)
Repasses – BNDES/FINAME e outros	107.737	3.247.233	3.354.970	(1.534)	(12.122)	(13.656)
Outros créditos	83.307	10.591	93.898	(83.307)	(6.096)	(89.403)
Outros instrumentos de risco de crédito	-	9.504.221	9.504.221	-	(12.810)	(12.810)
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	714.642	16.794.831	17.509.473	(341.150)	(666.868)	(1.008.018)
Crédito consignado	335.084	7.245.320	7.580.404	(191.787)	(137.167)	(328.954)
Crédito direto ao consumidor	107.498	3.564.711	3.672.209	(24.045)	(48.469)	(72.514)
Crédito pessoal	272.060	5.984.800	6.256.860	(125.318)	(481.232)	(606.550)
Total em 31.12.2021	**1.524.621**	**114.560.029**	**116.084.650**	**(764.850)**	**(1.350.693)**	**(2.115.543)**
Total em 31.12.2020	**705.871**	**85.486.878**	**86.192.749**	**(442.792)**	**(1.240.595)**	**(1.683.387)**
Operações com empresas	290.026	72.499.775	72.789.801	(255.204)	(700.335)	(955.540)
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	415.845	12.987.103	13.402.948	(187.588)	(540.260)	(727.847)

II- Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações

	31.12.2021		31.12.2020	
	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
Curso Anormal	**1.524.621**	**(764.850)**	**705.871**	**(442.792)**
Operações Vencidas:				
De 15 a 30 dias	441.874	(136.124)	214.303	(69.280)
De 31 a 60 dias	270.665	(97.086)	77.298	(30.762)
De 61 a 90 dias	138.550	(52.213)	108.581	(79.267)
De 91 a 180 dias	356.317	(213.512)	182.559	(140.353)
De 181 a 365 dias	317.215	(265.915)	123.130	(123.130)
Curso Normal	**114.560.029**	**(1.350.693)**	**85.486.878**	**(1.240.595)**
Parcelas Vencidas – Vencidos até 14 dias	331.964	(10.616)	94.534	(5.970)
Parcelas Vincendas:				
De 01 a 30 dias	17.966.272	(98.662)	7.811.531	(65.242)
De 31 a 60 dias	13.835.962	(101.695)	7.156.240	(68.803)
De 61 a 90 dias	8.862.559	(55.779)	3.724.868	(36.805)
De 91 a 180 dias	15.862.883	(126.450)	11.112.922	(118.771)
De 181 a 365 dias	16.448.758	(181.386)	12.685.986	(189.926)
Acima de 365 dias	41.251.631	(776.105)	42.900.797	(755.078)
Total	**116.084.650**	**(2.115.543)**	**86.192.749**	**(1.683.387)**

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (*Non Accrual*), montante em R$ 812.082 (R$ 414.270 em 31.12.2020) e acima de 90 dias R$ 559.762 (R$ 305.689 em 31.12.2020), líquido do risco garantido em créditos com compartilhamento de risco – Nota 9(f-II).

d) Operações renegociadas

	Total
Curso Anormal	97.959
Operações Vencidas:	
De 15 a 30 dias	26.828
De 31 a 60 dias	40.018
De 61 a 90 dias	9.494
De 91 a 180 dias	18.639
De 181 a 365 dias	2.980
Curso Normal	225.553
Parcelas Vencidas – Vencidos até 14 dias	1.523
Parcelas Vincendas:	
De 01 a 90 dias	26.879
De 91 a 365 dias	66.964
Acima de 365 dias	130.187
Total da carteira em 31.12.2021 [1]	**323.512**
Total das perdas em 31.12.2021 [1]	**(273.750)**
Total da carteira em 31.12.2020 [1]	**340.382**
Total das perdas em 31.12.2020 [1]	**(332.636)**

[1] A provisão para risco de crédito sobre a carteira totaliza 84,6% (97,7% em 31.12.2020).

e) Compromissos de crédito *(off balance)* - Os valores fora do balanço *(off balance)* referentes a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Avais, fianças e outras garantias prestadas – Nota 9(a-I) [1]	14.797.529	17.684.058
AA	14.305.320	16.910.914
A	140.726	160.222
B	83.708	129.722
C	67.111	77.931
D	3	-
E	185.635	202.483
H	15.026	202.786
Limites concedidos [2]	20.421.885	14.968.208
Total [3]	**35.219.414**	**32.652.266**
Prazo Contratual:		
Até 90 dias	15.249.242	15.295.549
De 91 a 365 dias	7.851.137	8.021.492
De 1 a 2 anos	6.254.804	4.323.680
De 2 a 3 anos	2.886.969	1.198.831
De 3 a 5 anos	1.573.046	2.607.033
Acima de 5 anos	1.404.216	1.205.681

[1] O resultado de avais, fianças e outras garantias prestadas está apresentado na nota 12(b-I). [2] Referem-se, basicamente, a limites de crédito concedidos e não utilizados, caracterizados pela opção de cancelamento pelo Safra, tendo o prazo médio de vencimento de 90 dias. [3] O Safra constitui provisão para risco de crédito em compromissos de crédito *(off balance)* – Nota 12(a).

f) Operações de crédito relativas aos programas da COVID-19

I. Prorrogação de prazos – COVID-19 – Resolução CMN nº 4.803/2020 e alterações posteriores

	Quantidade de clientes	Saldo da Operação [1]	Saldo da parcela prorrogada	Saldo da parcela prorrogada/operação
Operações com Empresas	315	760.581	119.039	15,7%
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	425	30.375	4.379	14,4%
Total em 31.12.2021	**740**	**790.956**	**123.418**	**15,6%**
Total da provisão em 31.12.2021		**(41.601)**		
Total em 31.12.2020	**1.788**	**2.008.726**	**354.342**	**17,6%**
Total da provisão em 31.12.2020		**(99.293)**		

[1] Em 31.12.2021, Curso Anormal – operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias no montante de R$ 39.863 e Curso Normal – operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias no montante de R$ 751.093.

II. Créditos concedidos com compartilhamento de risco – Resolução CMN nº 4.855/2020

	Carteira		Provisão mínima requerida	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
AA	6.357.168	7.388.272	(11.725)	(4.797)
A	341.362	1.601.495	(3.221)	(8.645)
B	815.976	1.089.080	(12.964)	(14.432)
C	343.558	229.279	(17.949)	(8.821)
D	153.795	15.783	(29.830)	(2.871)
E	17.784	261	(5.336)	(79)
F	13.047	47	(6.656)	(24)
G	290	-	(203)	-
H	26.787	6.986	(26.787)	(6.986)
Total	**8.069.767**	**10.331.203**	**(114.671)**	**(46.655)**

(continua)

(continuação)

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

10. PASSIVOS FINANCEIROS

a) Por vencimentos

	31.12.2021				31.12.2020
	Valores por prazos de vencimentos				
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos captados	30.487.840	63.259.115	46.943.724	140.690.679	143.041.480
Depósitos e Captações no mercado aberto – Títulos privados	12.803.769	2.677.040	320.801	15.801.610	28.017.757
Depósitos	7.992.818	2.027.571	25.653	10.046.042	21.746.342
Depósitos a vista	2.390.300	-	-	2.390.300	2.192.674
Depósitos de poupança	4.670.220	-	-	4.670.220	4.104.127
Depósitos de instituições financeiras [1]	932.298	2.027.571	25.653	2.985.522	15.449.541
Captações no mercado aberto – Títulos privados – Nota 6(b-II)	4.810.951	649.469	295.148	5.755.568	6.271.415
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósito a prazo	16.555.597	55.640.496	38.980.441	111.176.534	105.936.354
Depósitos a prazo	11.643.102	41.667.174	7.733.477	61.043.753	65.914.047
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares	4.912.495	13.973.322	31.246.964	50.132.781	40.022.307
Letras financeiras	3.656.795	9.110.079	24.023.373	36.790.247	29.220.167
Letras de crédito de agronegócio	1.070.750	4.592.147	6.978.988	12.641.885	10.195.311
Letras de crédito imobiliário, hipotecária e outras	184.950	271.096	244.603	700.649	606.829
Captações estruturadas – Nota 8(b-I)	1.128.474	4.941.579	7.642.482	13.712.535	9.087.369
Renda fixa [2]	391.175	3.815.952	251.090	4.458.217	1.842.944
Certificado de operações estruturadas	236.649	868.255	3.843.802	4.948.706	4.193.768
CD estruturados – Nota 8(c)	500.650	257.372	3.547.590	4.305.612	3.050.657
Hedge [5]	16.742	146.236	3.000.011	3.162.989	1.890.590
Demais	483.908	111.136	547.579	1.142.623	1.160.067
Obrigações por empréstimos e repasses	3.689.610	9.434.797	3.342.907	16.467.314	16.339.522
Empréstimos no exterior [4]	2.896.249	8.473.107	1.004.490	12.373.846	13.126.978
Repasses no país	385.368	961.690	2.338.417	3.685.475	2.996.056
Tesouro Nacional	72.155	248.631	23.755	344.541	191.442
BNDES	188.221	428.505	1.390.969	2.007.695	1.993.351
FINAME	124.992	284.554	923.693	1.333.239	811.263
Outros empréstimos	407.993	-	-	407.993	216.488
Recursos de financiamento	76.674	117.788	10.680.008	10.874.470	12.444.782
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior – US$ 500.000 – 08.02.2018 – Pré (4,12% a.a.) – *Hedge* [2] [5]	-	-	2.561.008	2.561.008	2.274.175
Dívida subordinada – Nota 10(b)	76.674	117.788	8.119.000	8.313.462	10.170.607
Letras financeiras – LF	52.581	117.788	4.853.280	5.023.649	5.000.472
CDI (100% a 119%) + (juros de 0,68% a.a. a 1,97% a.a.)	1.076	18.460	2.580.382	2.599.918	2.625.618
IGPM + (juros de 2,94% a.a. a 3,16% a.a.)	-	-	989	989	5.578
IPCA + (juros de 3,43% a.a. a 8,82% a.a.) – *Hedge* [5]	47.959	73.458	1.617.291	1.738.708	1.589.253
Pré (7,26% a.a. a 17,66% a.a.) – *Hedge* [5]	3.546	9.044	616.917	629.507	728.004
Selic (109% a 110,5%)	-	16.826	37.701	54.527	52.019
Medium term notes – Hedge [5]	24.093	-	3.265.720	3.289.813	5.170.135
Perpétua – Nota 19(b)	24.093	-	3.265.720	3.289.813	2.730.610
US$ 200.000 a 5,80% a.a. – 14.02.2020	8.271	-	1.122.153	1.130.424	1.086.637
US$ 300.000 a 7,52% a.a. – 03.06.2014	9.442	-	1.705.195	1.714.637	1.643.973
US$ 80.000 a 6,12% a.a. – 06.07.2021	6.380	-	438.372	444.752	-
US$ 500.000 a 6,75% a.a. – 27.01.2011	-	-	-	-	2.439.525
Total de passivos financeiros em 31.12.2021	**34.254.124**	**72.811.700**	**60.966.639**	**168.032.463**	**171.825.784**
Total de passivos financeiros em 31.12.2020	**40.639.200**	**80.296.456**	**50.890.128**	**171.825.784**	
Recursos captados	35.003.442	68.770.838	39.267.200	143.041.480	
Obrigações por empréstimos e repasses	3.008.582	11.227.676	2.103.264	16.339.522	
Recursos de financiamento	2.627.176	297.942	9.519.664	12.444.782	

[1] Deste montante, R$ 224.247 (R$ 230.158 em 31.12.2020) referem-se a operações vinculadas ao crédito rural. [2] Inclui o custo de transação incorrido no montante de R$ (1.399) (R$ 2.369 em 31.12.2020) – Nota 3(b-I). [3] Operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos – Opções. [4] Linhas de crédito destinadas para financiamentos de importações e exportações. [5] Nota 11. **b) Dívida subordinada – Por características**

Títulos	31.12.2021 Homologadas no BACEN	31.12.2021 Em processo de homologação no BACEN	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
2021	-	-	-	2.908.620
2022	170.368	-	170.368	164.313
2023	668.216	-	668.216	645.117
2024	449.983	-	449.983	434.100
2025	1.086.809	-	1.086.809	1.097.591
2026	1.095.043	-	1.095.043	1.083.489
2027	310.550	-	310.550	299.723
2028	590.001	-	590.001	371.707
2029	209.390	-	209.390	231.980
2030	186.311	737	187.048	200.977
2031	204.089	4.135	208.224	-
2033	45.391	-	45.391	2.380
2036	2.626	-	2.626	-
Perpétua	3.289.813	-	3.289.813	2.730.610
Total em 31.12.2021 – Nota 10(a) [1]	**8.308.590**	**4.872**	**8.313.462**	**10.170.607**
Total em 31.12.2020 – Nota 10(a) [1]	**9.845.859**	**324.748**	**10.170.607**	

[1] O saldo de R$ 8.308.590 (R$ 9.845.859 em 31.12.2020), possui o montante de R$ 8.301.860 com cláusula de extinção (R$ 7.400.069 em 31.12.2020) e R$ 6.730 sem cláusula de extinção (R$ 2.445.790 em 31.12.2020). **c) Captações no mercado aberto**

	31.12.2021	31.12.2020
Carteira Própria – Vinculados a compromissos de recompra	32.081.851	28.365.145
Sem livre movimentação	29.690.935	28.365.145
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	15.053.467	-
Letras do Tesouro Nacional	10.929.829	25.832.089
Notas do Tesouro Nacional	3.707.639	2.533.056
Com livre movimentação	2.390.916	-
Carteira de Terceiros	227.458	2.191.464
Operações compromissadas	50.333	556.334
Obrigações vinculadas a títulos de livre movimentação [1]	177.125	1.635.130
Letras do Tesouro Nacional	1.776	4.454
Notas do Tesouro Nacional	175.349	1.630.676
Total [2]	**32.309.309**	**30.556.609**

[1] Inclui o ajuste ao valor justo no valor de (R$ 5.259) (R$ 126.821 em 31.12.2020) – Nota 8(d-I). [2] Em 31.12.2021 o saldo de R$ 32.309.309 possui vencimento até 90 dias (R$ 30.556.609 em 31.12.2020, sendo R$ 30.086.364 com vencimento até 90 dias e R$ 470.245 com vencimento de 91 a 365 dias).

11. HEDGE DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O objetivo dos relacionamentos de *hedge* contábil designado pelo Safra é proteger o valor justo de ativos e passivos, decorrentes do risco de oscilação da taxa de juros referencial de mercado (CDI ou Libor) ou variação cambial, conforme o caso.

Estratégia – *Hedge* de Risco de Mercado	Valor justo [1] 31.12.2021	Valor justo [1] 31.12.2020	MTM objeto *hedge* – Nota 8(d-I) 31.12.2021	MTM objeto *hedge* – Nota 8(d-I) 31.12.2020	Instrumento derivativo de *hedge*	Valor Referencial 31.12.2021	Valor Referencial 31.12.2020
Carteira Pré [2]	56.878.904	40.060.082	(751.342)	(74.757)	Futuros DI1, Swap CDI x Pré	(57.875.403)	(40.894.862)
Ativo – Carteira de Crédito – Nota 9(a)	71.594.305	49.651.994	(1.458.153)	402.213			
Operações de crédito	71.306.683	49.539.294	(1.448.797)	395.072			
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 6(b-III)	287.622	112.700	(9.356)	7.141			
Passivos financeiros – Nota 10	(14.715.401)	(9.591.912)	706.811	(476.970)			
Recursos captados	(14.085.894)	(8.863.908)	693.837	(339.788)			
Depósitos	(650.107)	(471.800)	14.808	(4.750)			
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(10.822.599)	(6.876.608)	521.134	(318.758)			
Captações estruturadas – Certificado de operações estruturadas	(2.613.188)	(1.515.500)	157.895	(16.280)			
Recursos de financiamento – Dívida subordinada	(629.507)	(728.004)	12.974	(137.182)			
Ativo – Carteira de Crédito – *Trade finance* – Nota 9(a)	700.770	651.901	13.131	46.290	Swap Pré x Libor	(783.321)	(654.178)
Carteira IPCA [2] [3]	(272.729)	3.244.953	161.724	304.210	Futuros DAP+ Swap IPCA, Líquido	783.673	(3.719.311)
Ativo – Carteira de crédito - Outros instrumentos de risco de crédito – Debêntures – Notas 6(b-III) e 9(a)	6.243.443	6.307.343	(74.090)	575.505			
Passivos financeiros – Nota 10	(6.516.172)	(3.062.390)	235.814	(271.295)			
Recursos captados – Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo – Recursos de letras financeiras, de créditos e similares	(4.777.464)	(1.473.137)	176.141	(95.888)			
Recursos de financiamento – Dívida subordinada	(1.738.708)	(1.589.253)	59.673	(175.407)			
Eurobonds	2.940.381	3.416.271	24.464	238.205	Swap Pré x Libor	(1.956.681)	(3.455.640)
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda – Notas 6(b-I e III)	1.587.818	504.029	(1.666)	15.983			
Carteira de crédito – Outros instrumentos de risco de crédito – Notas 6(b-III) e 9(a)	1.352.563	2.912.242	26.130	222.222			
Passivos financeiros – Nota 10	(9.013.810)	(9.334.900)	(36.756)	(262.026)	Swap Pré x Libor	9.000.488	9.958.724
Recursos captados – Captações estruturadas – CD Estruturado	(3.162.989)	(1.890.590)	48.896	(31.424)		3.190.679	1.881.633
Recursos de financiamento	(5.850.821)	(7.444.310)	(85.652)	(230.602)		5.809.809	8.077.091
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior – US$ 500.000 – 08.02.2018	(2.561.008)	(2.274.175)	(56.622)	(112.110)		2.539.079	2.709.435
Dívida subordinada	(3.289.813)	(5.170.135)	(29.030)	(118.492)		3.270.730	5.367.656
US$ 500.000 – 27.01.2011	-	(2.439.525)	-	(2.728)		-	2.640.083
US$ 300.000 – 03.06.2014	(1.714.637)	(1.643.973)	(31.045)	(76.170)		1.708.161	1.643.393
US$ 200.000 – 14.02.2020	(1.130.424)	(1.086.637)	(6.053)	(39.594)		1.124.085	1.084.180
US$ 80.000 – 06.07.2021	(444.752)	-	8.068	-		438.484	-
Total	**51.233.516**	**38.038.307**	**(588.779)**	**251.922**		**(50.831.244)**	**(38.765.267)**

[1] O risco de crédito das operações de crédito foi mensurado com base nas melhores estimativas que a administração possui para estimar o valor da carteira face seu nível de perda de crédito – Nota 9(a-II). O risco de mercado das operações de crédito e das captações pré-fixadas, que é a possibilidade de perda financeira decorrente de variações nas taxas de juros de mercado, é mensurado utilizando as taxas de juros de mercado praticadas na data-base de cálculo, para descontar os fluxos de caixa das operações a valor presente – Nota 8(d-II). [2] Inclui operações de controladas designadas a hedge contábil pela controladora, representado pelo valor justo de R$ 17.111.380 (R$ 14.926.019 em 31.12.2020) e ajuste MTM objeto de hedge de R$ (494.404) (R$ 254.963 em 31.12.2020) no ativo da carteira de crédito na estratégia carteira pré e R$5.043.849 (R$ 5.862.039 em 31.12.2020) e ajuste MTM objeto de hedge de R$ (2.446) (R$ 571.352 em 31.12.2020) no ativo de outros instrumentos de risco de crédito na estratégia carteira IPCA. – Notas 8(d-I) e 16. [3] O Banco Safra tem a estratégia de designar instrumentos financeiros derivativos indexados ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA para relacionamento de *hedge* com o objetivo proteger economicamente o valor justo de ativos e passivos do risco de oscilação a este índice. Desta forma, os ativos e passivos objetos de *hedge* que eram contabilizados pelo custo amortizado, passam a ser contabilizados ao valor justo no resultado. Os instrumentos derivativos de *hedge* estão apresentados líquidos dos objetos de *hedge* contabilizados ao valor justo no resultado, totalizando R$ 783.673 (R$ (3.719.311) em 31.12.2020), representados por instrumentos derivativos no montante de R$ (5.778.015) (R$ (2.231.315) em 31.12.2020) e Títulos Públicos – NTN-B nos montantes de R$ 6.708.144 (R$ 402.565 em 31.12.2020) – Nota 6(b-I) e Nota 7(b) e R$ (146.456) (R$ (1.890.561) em 31.12.2020) – Nota 10(c). A efetividade apurada para os hedges contábeis designados pelo Safra estão em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

12. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS COM OPERAÇÕES

a) Composição dos ativos e passivos financeiros

	31.12.2021 ATIVO	31.12.2021 PASSIVO	31.12.2020 ATIVO	31.12.2020 PASSIVO
Carteira de câmbio	2.252.824	2.309.829	932.131	958.673
Câmbio comprado a liquidar (M.E.) e Obrigações por compra de câmbio (M.N.) [1]	1.183.550	1.214.660	209.361	253.008
Direitos por venda de câmbio (M.N.) e Câmbio vendido a liquidar (M.E.)	1.069.274	1.095.169	722.770	705.665
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	-	18.503	-	1.906
Negociação e intermediação de valores [2]	785.231	961.916	594.496	32.268
Relações interfinanceiras e interdependências	16	318.562	-	361.661
Valores a receber/(pagar) – Credenciadora	6.495.745	6.528.023	3.702.782	3.812.964
Outros	43.296	1.578.917	43.867	1.008.615
Provisão para compromissos de crédito – Notas 9(a-II) e 9(e)	-	207.570	-	270.891
Obrigações com administração de cartões de créditos	-	1.205.455	-	679.789
Demais	43.296	165.892	43.867	37.989
Total [3]	**9.577.112**	**11.715.750**	**5.273.276**	**6.176.087**

[1] A variação cambial positiva das operações de adiantamento sobre contratos de câmbio – Nota 3(c) monta R$ 148.472 (R$ 68.732 em 31.12.2020) e foi apresentada na rubrica "Carteira de crédito – Operações de crédito" – Nota 9. [2] Refere-se substancialmente a operações em Bolsa, ativos financeiros e mercadorias a liquidar. [3] Operações classificadas no Ativo e Passivo Circulante.

b) Receitas, despesas e resultados com operações - I. Resultado líquido de juros com intermediação financeira

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Operações com carteira de crédito expandida	5.371.524	9.293.913	6.849.094
Carteira de crédito	5.261.454	9.055.545	6.619.446
Operações com empresas	4.104.011	6.851.383	4.911.939
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	1.157.443	2.204.162	1.707.507
Garantias prestadas e avais e fianças – Nota 9(e)	110.070	238.368	229.648
Resultado com ativos financeiros e ativos financeiros vinculados – Notas 6 e 7	3.373.377	5.349.426	3.692.100
Outras receitas financeiras	3.274	5.571	11.923
Total com receitas de juros	**8.748.175**	**14.648.910**	**10.553.117**
Operações com passivos financeiros – Nota 10	(4.548.189)	(7.040.885)	(4.287.340)
Operações com recursos captados	(3.921.680)	(5.897.941)	(3.200.711)
Operações de empréstimos e repasses	(195.488)	(385.290)	(393.434)
Operações com recursos de financiamento	(431.021)	(757.654)	(693.195)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(51.890)	(94.992)	(96.759)
Dívida subordinada	(379.131)	(662.662)	(596.436)
Operações de captação no mercado – Títulos públicos – Nota 10(c)	(1.158.931)	(1.651.186)	(1.101.969)
Outras despesas financeiras	(68.027)	(115.094)	(147.584)
Total das despesas de juros	**(5.775.147)**	**(8.807.165)**	**(5.536.893)**
Resultado com derivativos (*Accrual*) – Swap/Futuro/Outros – Nota 3(b-II)	**117.617**	**(404.922)**	**(606.852)**
Resultado líquido de juros com intermediação financeira [1]	**3.090.645**	**5.436.823**	**4.409.372**

[1] Contempla custos diretos da operação no 2º semestre de R$ (275.176) e período no acumulado de R$ (651.685) (R$ (343.786) em 2020) – Nota 2(a).

II. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Variação cambial com investimento no exterior – *Over Hedge* – Nota 20(a-I(2))	(196.105)	(147.137)	(788.492)
Resultado com instrumentos financeiros	616.726	1.378.455	(76.672)
Resultado ao valor justo por meio do resultado e hedge contábil	635.119	1.623.328	(317.208)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros – Nota 8(d-I)	699.156	147.565	(226.423)
Operações de derivativos (futuros) e títulos para negociação	(64.037)	1.475.761	(90.785)
Resultado realizado de instrumentos financeiros classificados em outros resultados abrangentes	(31.861)	(267.775)	37.491
Variação cambial com operações em moedas estrangeiras	13.468	22.902	203.045
Total [1]	**420.621**	**1.231.318**	**(865.164)**

[1] Totaliza R$ (91.839) (R$ (623.858) em 2020), quando considerado o efeito no resultado do ajuste ao valor justo em operações de controladas designadas a hedge contábil pela controladora no montante de R$ (1.323.157) (R$ 241.306 em 2020) – Notas 11 e 16.

III. Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias e câmbio

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Rendas com recursos administrados – Nota 19(b)	304.707	563.198	395.559
Operações de crédito	53.223	106.819	102.428
Operações e serviços de câmbio	84.789	144.990	111.265
Serviços de conta corrente e cobrança	136.880	266.665	248.406
Total [1]	**579.599**	**1.081.672**	**857.658**

[1] Contempla custos diretos da operação no 2º semestre de R$ (130.286) e no período acumulado de R$ (238.901) (R$ (52.831) em 2020) – Nota 2(a).

13. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos fiscais e contingentes	**3.604.019**	**3.742.429**
Contingentes – Devedores por depósito em garantia de contingências – Nota 14(c)	165.611	156.666
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais [1]	42.877	40.766
Cíveis e trabalhistas	122.734	115.900
Fiscais [2]	3.438.408	3.585.763
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	314.428	173.997
Diferidos – Créditos tributários – Nota 15(b-I(1))	3.123.980	3.411.766
Passivos fiscais e provisão para contingências	**2.103.912**	**1.676.692**
Provisão para contingências – Nota 14(c)	1.589.333	1.451.954
Fiscais [2]	514.579	224.738
Correntes	265.175	219.400
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	24.671	29.502
Impostos e contribuições a recolher	240.504	189.898
Diferidos – Obrigações fiscais – Nota 15(b-I(2))	249.404	5.338

[1] As parcelas vinculadas a contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais estão relacionadas na Nota 14(c). [2] Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e as operações de devedores por depósito em garantia de contingências e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Outros ativos e passivos

	31.12.2021	31.12.2020
Total de outros ativos [1]	**153.023**	**150.278**
Despesas antecipadas	107.374	119.073
Diversos	45.649	31.205
Total de outros passivos [2]	**1.678.249**	**953.070**
Provisão para pagamentos a efetuar [3]	1.046.642	736.406
Resultados de exercícios futuros	70.238	73.075
Sociais e estatutárias – Nota 18(b)	428.282	76.526
Operações passivas a processar	40.521	36.600
Diversos	92.566	30.463

[1] Operações classificadas no Ativo Circulante. [2] Operações classificadas no Passivo Circulante. [3] Inclui R$ 62.000 relativo a investimentos a integralizar – Nota 16.

c) Despesas de pessoal

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Remuneração e participação nos resultados	(1.148.611)	(2.065.402)	(1.783.547)
Benefícios	(119.009)	(229.811)	(206.120)
Encargos sociais	(242.086)	(462.298)	(428.090)
Desligamentos e adicionais da folha	(88.133)	(179.887)	(173.567)
Total	**(1.597.839)**	**(2.937.398)**	**(2.591.324)**

d) Despesas administrativas

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Equipamentos de informática e processamento de dados – Nota 19(b) [1]	(365.374)	(668.863)	(583.395)
Manutenção de instalações – Nota 19(b) [1]	(120.878)	(252.223)	(212.479)
Publicidade e propaganda	(100.428)	(197.598)	(143.360)
Serviços de vigilância, segurança e transportes [1]	(21.743)	(42.831)	(37.892)
Serviços de terceiros	(17.587)	(36.530)	(40.216)
Viagens	(10.343)	(17.020)	(24.553)
Serviços do sistema financeiro	(11.444)	(20.410)	(16.889)
Outras	(36.260)	(52.482)	(36.046)
Total	**(684.057)**	**(1.287.957)**	**(1.094.830)**

[1] Inclui despesas com depreciações e amortizações dos ativos imobilizados e intangíveis – Nota 17.

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes: - O Banco Safra obteve, por meio de processo judicial, o direito de deduzir do seu lucro tributável, para fins de apuração do IRPJ, o dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador, observado o limite de 4% do lucro tributável, conforme artigo 5º da Lei nº 6.321/1976. Referido processo transitou em julgado em 2020, o que permite o Banco a compensação dos valores indevidamente recolhidos em anos anteriores. Os pedidos de Habilitação de Crédito foram deferidos pela Receita Federal do Brasil em 30.12.2020. O montante de imposto a compensar reconhecido no período foi de R$ 32.569, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Em 24.09.2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Extraordinário nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". Referida decisão foi tomada de forma unânime no mérito e em sede de repercussão geral. Considerando que i) o Safra possui ação judicial própria sobre o tema e ii) o histórico de modulações pelo STF, o Banco entende que seu direito de recuperar o IRPJ e a CSLL pagos indevidamente esteja resguardado, portanto, reconheceu imposto a compensar de R$ 37.995. Desta forma, foi reconhecido no período o montante de R$ 70.564, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais" – Nota 2(a).

b) Provisões e passivos contingentes: São quantificados conforme segue: I - Ações Cíveis: estão representadas, substancialmente, por pleitos de indenização por danos materiais e/ou morais, versando, principalmente, sobre questões atinentes a crédito direto ao consumidor, cobrança e empréstimos, protestos de títulos, inclusão de informações no cadastro de restrições ao crédito e expurgos inflacionários em Planos Econômicos sobre saldos de poupança. As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como massificadas, quando relacionadas a causas semelhantes e de valor não relevante, ou como especiais, quando há alguma peculiaridade na ação recepcionada, seja decorrente da relevância do valor envolvido ou, ainda, de matéria com importância institucional ou diversa das ações recepcionadas ordinariamente. A provisão constituída sobre as ações massificadas é calculada mensalmente com base no custo médio histórico de pagamentos das ações encerradas nos últimos 12 meses, considerando também a média dos honorários pagos no mesmo período e causas encerradas por êxito. Este custo médio é atualizado trimestralmente, e multiplicado pela quantidade de ações em aberto na carteira no último dia útil do mês. As ações especiais são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e/ou na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável. II - Ações Trabalhistas: buscam o pagamento de pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, em especial horas extras. As ações são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável, reajustada pela atualização do ticket médio (processos com risco inferior a um milhão de reais) e os casos especiais (processos com risco superior a um milhão de reais) com base no risco avaliado e ambos com o valor efetivamente pago das ações nos últimos 24 meses. Estas atualizações serão recalculadas trimestralmente e anualmente. A provisão decorrente de avaliação técnica é reajustada pelos valores de depósitos judiciais. Provisiona-se o valor integral dos depósitos em espécie. III - Ações Fiscais e Previdenciárias: representadas, principalmente, por processos administrativos e judiciais relacionados a tributos municipais e federais. Quantificadas individualmente quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base no valor de autuação e atualizados mensalmente. A provisão é constituída pelo valor integral para os processos classificados como risco de perda provável. IV -Outros riscos: Contingências específicas quantificadas e provisionadas por avaliação individual, basicamente representadas por provisões de FCVS.

c) As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas – Nota 13(a):

	01.01 a 31.12.2021 Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [3]	Outras	Total	01.01 a 31.12.2020 Total
Saldo no início do período	**383.582**	**421.333**	**486.256**	**160.783**	**1.451.954**	**1.376.196**
Atualização / Encargos [1]	51.493	27.675	12.433	7.217	98.818	129.791
Movimentação do período refletida no resultado [2]	112.575	154.726	5.179	6.025	278.505	282.083
Constituição / (Reversão)	137.849	159.483	14.397	6.025	317.754	310.326
Reversão por êxito	(25.274)	(4.757)	(9.218)	-	(39.249)	(28.243)
Pagamento	(113.114)	(123.221)	(4.604)	-	(240.939)	(337.137)
Outras movimentações	-	-	-	995	995	1.021
Saldo no final do período [5]	**434.536**	**480.513**	**499.264**	**175.020**	**1.589.333**	**1.451.954**
Depósitos em Garantia de Recursos	52.477	70.257	29.117	-	151.851	
Títulos e valores mobiliários em garantia [4]	-	88.803	-	-	88.803	
Total de Recursos em Garantia em 31.12.2021	**52.477**	**159.060**	**29.117**	**-**	**240.654**	
Depósitos em Garantia de Recursos	43.757	72.143	26.673	-	142.573	
Títulos e valores mobiliários em garantia [4]	-	83.536	-	-	83.536	
Total de Recursos em Garantia em 31.12.2020	**43.757**	**155.679**	**26.673**	**-**	**226.109**	

[1] Registrada em "Outras despesas financeiras". [2] A movimentação das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais estão registradas em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Em 31.12.2020 foram constituídas provisões não recorrentes no montante de R$ 34.370 – Nota 2(a), sendo R$ 98.785 de contingências fiscais relativo a Incidência de INSS sobre Participação de Lucros e Resultados, e reversão no montante de R$ (64.415) referente a contingências trabalhistas relativa a discussão de atualização do índice de correção. [3] As principais ações relativas às Contingências Fiscais e Previdenciárias e Obrigações Legais que compõem o saldo são: (i) Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de férias no montante de R$ 46.315 (R$ 43.564 em 31.12.2020); Contribuição Previdenciária sobre Participação nos Lucros e Resultados no montante de R$ 312.115 (R$ 304.336 em 31.12.2020); (ii) ISS Atividades Bancárias: diversos autos de infração e processos judiciais relacionados à incidência do imposto sobre as receitas de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado, no montante de R$ 43.049 (R$ 42.014 em 31.12.2020); (iii) Dedutibilidade da carteira de mútuos no montante de R$ 26.529 (R$ 27.510 em 31.12.2020); (iv) PER/DCOMPs não homologados pela Receita Federal do Brasil no montante de R$ 12.595 (R$ 10.770 em 31.12.2020); (v) Lei do Bem (utilizada, mas não homologada) constituída no montante de R$ 25.576 (R$ 24.928 em 31.12.2020). (vi) Provisão de despesas não comprovadas de 2011 (perdas de crédito, despesas trabalhistas e cíveis) constituída no montante de R$ 24.026 (R$ 17.709 em 31.12.2020). [4] Nota 6(b-III). [5] Deste montante, R$ 231.934 está classificado no Circulante e R$ 1.357.399 no Não Circulante (272.408 está classificado no Circulante e R$ 1.374.966 no Não Circulante em 31.12.2020). O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R$ 42.992 (R$ 26.308 em 31.12.2020). Não há passivos contingentes trabalhistas e ações fiscais e previdenciárias classificados como perda possível.

15. TRIBUTOS

a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.158.951**	**2.770.945**	**684.021**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) – Nota 3(i)	(521.528)	(1.246.925)	(307.809)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**384.882**	**626.443**	**1.657.243**
Participações em coligadas e controladas no país	58.040	238.887	533.729
Efeito da variação cambial sobre investimentos no exterior [1]	76.970	53.844	428.052
Juros sobre capital próprio – Nota 18(b) e 16	212.013	279.359	260.545
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	37.859	54.353	-
Crédito Tributário sobre outras movimentações – Nota 15 (b-I(1))	-	-	315.176
Crédito tributário reconhecimento de períodos anteriores e outros	-	-	119.741
Imposto de Renda e Contribuição Social do período – Nota 20(a-I(2))	**(136.646)**	**(620.482)**	**1.349.434**

[1] A partir de 2021, a variação cambial da parcela com cobertura de risco (*hedge*) sobre os investimentos no exterior passou a ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País, na proporção de 50%. O percentual passará a 100% a partir de 2022.

II – Despesas tributárias das operações

	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
PIS / COFINS	(196.855)	(399.007)	(214.143)
ISS – Imposto sobre serviços	(40.224)	(77.657)	(58.967)
Total – Nota 20(a-I(2))	**(237.079)**	**(476.664)**	**(273.110)**

b) Ativos e passivos fiscais diferidos – Nota 13(a) - I - Movimentação e realização dos ativos e passivos fiscais e diferidos. (1) Ativos fiscais diferidos – Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	01.01 a 31.12.2021 Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Realização	Outras Movimentações [1]	Saldo no final do período
Provisão para risco de crédito	1.828.586	392.033	(378.903)	37.702	1.879.418
Provisões para contingências – Nota 14(c)	547.834	181.610	(123.618)	-	605.826
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	524.650	(444.637)	(80.013)	-	-
Outros	244.207	128.505	(10.919)	-	361.793
Total sobre diferenças temporárias	**3.145.277**	**257.511**	**(593.453)**	**37.702**	**2.847.037**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	266.489	20.655	(10.201)	-	276.943
Total em 31.12.2021	**3.411.766**	**278.166**	**(603.654)**	**37.702**	**3.123.980**
Total em 31.12.2020	**2.011.777**	**1.553.876**	**(469.067)**	**315.176**	**3.411.762**

[1] Em 2021, refere-se ao crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito sobre a parcela incorporada da cisão parcial do Banco J. Safra – Nota 2(b). Em 31.12.2020, foi constituído o saldo de crédito tributário não reconhecido sobre PDD adicional de 30.06.2020 no montante de R$ 315.176 – Notas 2(a) e 15(a-I).

(continua)

(continuação)

Banco Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 58.160.789/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

(2) Passivos fiscais diferidos

	01.01 a 31.12.2021		
	Saldo no início do período	Constituição / (Reversão)	Saldo no final do período
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	-	243.964	243.964
Atualização de depósitos judiciais	3.334	(102)	3.232
Outras	2.004	204	2.208
Total em 31.12.2021	**5.338**	**244.066**	**249.404**
Total em 31.12.2020	**5.462**	**(124)**	**5.338**

II – Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência

	Créditos Tributários				
Exercício de realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos diferidos Líquidos
2022	526.641	51.650	578.291	(123.070)	455.221
2023	800.037	56.815	856.852	(123.070)	733.782
2024	782.663	62.497	845.160	(1.088)	844.072
2025	203.260	68.746	272.006	(1.088)	270.918
2026	390.283	37.235	427.518	(1.088)	426.430
2027 a 2031	144.153	-	144.153	-	144.153
Total	**2.847.037**	**276.943**	**3.123.980**	**(249.404)**	**2.874.576**
Valor Presente [1]	**2.431.593**	**236.524**	**2.668.117**	**(228.642)**	**2.439.475**

[1] Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. O estudo técnico de realização dos Créditos Tributários é reavaliado semestralmente, suportando a totalidade dos valores constituídos. Os cálculos foram elaborados nos termos do Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.842/2020.

16. INVESTIMENTOS

	31.12.2021					31.12.2020	2020
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido no período	Participação %	Valor Contábil do Investimento	Resultado de equivalência no período	Valor Contábil do Investimento	Resultado de equivalência no período
No país:				7.968.500	529.536	8.275.435	1.184.270
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil [2][6]	465.327	(12.743)	100	457.866	(25.585)	483.451	11.747
Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. [1]	193.439	45.784	100	193.439	45.784	262.655	65.281
Banco J. Safra S.A. [1][2][3][7][8]	1.054.607	489.001	100	793.882	(172.742)	1.401.188	374.950
Sercom Comércio e Serviços Ltda. [1][3]	5.773.435	524.491	100	5.751.675	515.600	5.521.074	622.689
Elong Administração e Representações Ltda. [3][4]	283.434	9.726	100	190.781	9.433	165.198	8.134
Safra Vida e Previdência S.A. [1][3]	383.989	152.084	100	383.339	152.461	367.291	105.239
Safra Seguros Gerais S.A. [1][3][8]	153.672	3.871	100	196.432	5.283	72.794	(3.573)
SafraPay Credenciadora Ltda.	1.086	(698)	100	1.086	(698)	1.784	(197)
No exterior: Banco Safra (Cayman Islands) Limited	163.801	1.325	100	163.801	1.325	151.302	1.794
Total de investimento em controladas e coligadas				**8.132.301**	**530.861**	**8.426.737**	**1.186.064**

[1] Em Reunião da Diretoria e de Sócios realizada em 09.04.2021, houve recebimento de dividendos no montante de R$ 949.897, sendo R$ 400.000 do Banco J. Safra S.A., R$ 285.000 da Sercom Comércio e Serviços Ltda., R$ 149.897 da Safra Vida e Previdência S.A e R$ 115.000 da Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. No período houve provisão de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 155, sendo R$ 152 na Safra Vida e Previdência S.A. e R$ 3 na Safra Seguros Gerais S.A. [2] Incluío efeito líquido das operações designadas a hedge contábil pela controladora,no saldo do valor contábil do investimento R$ (259.277) (R$ 134.164 em 2020) e no resultado de equivalência R$ (665.677) (R$ 132.718 em 2020) – Notas 11 e 12(b-II). [3] Incluem os ajustes de critérios nos investimentos das suas controladas em função do reconhecimento de provisõese comissões. [4] Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.04.2021 foi aprovado redução de capital no montante de R$ 1.000 em decorrência da cisão parcial da sociedade – Nota 2(b). [5] Através do Instrumento Particular de Alteração Contratual realizado em 26.01.2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 1.416 com investimentos, com emissão de 1.415.600 cotas e em 08.06.2021 foi aprovado aumento de capital no valor de R$ 14.733 com imóveis e emissão de 14.733.407 cotas. [6] Conforme Ata de Assembleia Extraordinária realizada em 15.09.2021, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$ 131.996 e emissão de 42.171.419 ações, sendo R$ 69.998 integralizado no ato, e R$ 61.998 a ser integralizado até 15.09.2022 – Nota 13(b). [7] Em Reunião da Diretoria realizada em 21.12.2021, foi deliberados juros sobre o capital próprio do Banco J. Safra S.A. no montante de R$ 32.722 – Nota 15(a-I). [8] Inclui resultado não recorrente relativo a provisões para contingências e provisão para risco de crédito – PDD adicional, R$ (1.231) (R$(78.601) em 2020) – Nota 2(a).

17. ATIVOS IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	31.12.2021			31.12.2020		
	Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Líquido
Ativos imobilizados	977.598	(500.437)	477.161	776.037	(336.396)	439.641
Equipamentos de informática e processamento de dados	318.786	(90.737)	228.049	237.460	(71.069)	166.391
Instalações, móveis e equipamentos de uso	596.297	(387.517)	208.780	484.707	(247.073)	237.634
Outros	62.515	(22.183)	40.332	53.870	(18.254)	35.616
Ativos intangíveis	530.402	(236.618)	293.784	471.676	(171.007)	300.669
Software	500.677	(228.242)	272.435	447.970	(166.441)	281.529
Direitos relativos a carteira de clientes/Exclusividade	29.725	(8.376)	21.349	23.705	(4.566)	19.139
Total [1]	**1.508.000**	**(737.055)**	**770.945**	**1.247.713**	**(507.403)**	**740.310**

[1] Ativos imobilizado e intangível em curso totalizam R$ 161.807 (R$ 146.174 em 31.12.2020) sendo R$ 47.999 (R$ 21.701 em 31.12.2020) em imobilizados em curso e R$ 113.808 (R$ 124.473 em 31.12.2020) em intangíveis em curso.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social do Banco Safra S.A. está representado por 15.300 (15.300 em 31.12.2020) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 7.650 (7.650 em 31.12.2020) ações ordinárias, compostas pelas classes "A", "D" e "J" com 2.142 ações cada e classe "E" com 1.224 ações e 7.650 (7.650 em 31.12.2020) ações preferenciais. O controle societário do Banco Safra S.A. é exercido em conjunto por Vicky Safra, Jacob Joseph Safra, Alberto Joseph Safra, David Joseph Safra e Esther Safra Dayan. Em Assembleia Geral Extraordinária de 06.01.2021, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R$ 322.034, sem emissão de ações, mediante a utilização dos créditos relativos aos JCP, declarados em 30.12.2020. O mencionado aumento de capital foi homologado em 07.04.2021, pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 8019/2021-BCB/Deorf/GTSP2. **b) Dividendos e Juros sobre capital próprio** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social, equivalente a 1% do lucro líquido apurado em relação às ações ordinárias e de 2% sobre o valor do capital social correspondente às ações preferenciais por elas representado. Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31.03.2021 e 29.12.2021, foram declarados a distribuição de dividendos no montante de R$ 50.000, pagos em abril de 2021 e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 653.520, que líquido do IR fonte representa R$ 555.492, dos quais R$ 149.658, que líquido do IR fonte representa R$ 127.210 foram pagos em abril de 2021 e R$ 503.862, que líquido do IR Fonte representa R$ 428.282, apurados no período de abril a dezembro/2021 e serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2021, a serem pagos até 30.12.2022 – Nota 13(b). Adicionalmente, no período foram pagos R$ 76.526 que estavam registrados "Outros passivos – Sociais e estatutárias" – Nota 13(b).

c) Reservas de lucros

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	**3.309.710**	**1.862.767**
Legal	334.934	227.411
Especial [1]	2.974.776	1.635.356

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. **d) Outros resultados abrangentes – Ativos financeiros disponíveis para venda**

	31.12.2021	31.12.2020
Valor bruto – Nota 6(b-I)	(75.621)	35.620
Efeito fiscal	35.964	(16.873)
Coligadas e controladas	-	842
Total [1]	**(39.657)**	**19.589**

[1] Não existem valores que não serão reclassificados subsequentemente para o lucro líquido, quando de sua realização.

19. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração: Em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29.04.2021, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 75.000 (R$ 75.000 em 2020). A remuneração recebida pela Administração monta R$ (36.447) no segundo semestre, R$ (64.534) (R$ (55.974) em 2020). O Grupo não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas) 2021		2020
	31.12.2021	31.12.2020	2º semestre	Acumulado	Acumulado
Operações com partes relacionadas					
Disponibilidades – Nota 5	**594.324**	**506.339**	-	-	-
Grupo J. Safra Sarasin	585.578	493.918	-	-	-
Safra National Bank of New York	8.746	12.421	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Aplicações em moedas estrangeiras – Nota 6(a)	**384.518**	**2.465.391**	**434**	**450**	**11.904**
Safra National Bank of New York	363.291	2.446.191	74	74	6.612
Demais	21.227	19.200	360	376	5.292
Carteira de crédito – Operações de crédito [2]	**123.225**	**37.213**	**2.408**	**2.760**	**330**
Passivos financeiros – Nota 10	**(4.697.633)**	**(4.489.482)**	**(119.100)**	**(222.513)**	**(207.307)**
Recursos captados	**(1.407.820)**	**(1.758.872)**	**(13.576)**	**(24.892)**	**(34.281)**
Depósitos	**(1.296.781)**	**(1.618.317)**	**(10.081)**	**(18.230)**	**(23.210)**
Grupo J. Safra Sarasin	(116.735)	(490.823)	(733)	(1.711)	(1.491)
Safra National Bank of New York	(934.560)	(1.034.639)	(3.093)	(7.611)	(19.646)
Demais empresas	(245.486)	(92.855)	(6.255)	(8.908)	(2.073)
Recursos de aceites e emissão de títulos – Recursos de letras financeiras, de crédito e similares – Institutos Safra	**(111.039)**	**(140.555)**	**(3.495)**	**(6.662)**	**(11.071)**
Recursos de financiamento – Dívida subordinada – Entidades no exterior pertencentes aos controladores [3]	**(3.289.813)**	**(2.730.610)**	**(105.524)**	**(197.621)**	**(173.026)**
Outros ativos e passivos líquidos	**(485.320)**	**772**	-	-	-
Sociais e estatutárias – Nota 13(b)	(428.282)	(76.521)	-	-	-
Demais	(57.038)	77.293	-	-	-
Despesas administrativas – Nota 13(d)	-	-	**(72.214)**	**(147.458)**	**(142.418)**
Despesas de Serviços de Vigilância – Aratu Segurança e Vigilância S/C.	-	-	(1.983)	(3.655)	(2.508)
Manutenção de instalações – Aluguéis	-	-	(58.400)	(120.287)	(95.306)
Exton Participações Ltda.	-	-	(24.776)	(49.675)	(38.194)
J. Safra Participações Ltda.	-	-	(13.466)	(26.968)	(23.373)
Harvel Participações Ltda.	-	-	(9.732)	(19.464)	(12.717)
Lebec Participações Ltda.	-	-	(3.391)	(6.782)	(5.409)
Demais empresas	-	-	(7.035)	(17.398)	(15.613)
Processamento de dados e telecomunicações – J. Safra Telecomunicações Ltda.	-	-	(11.920)	(23.589)	(44.432)
Outras	-	-	89	73	(172)
Serviços de Representação – Safra National Bank of New York	-	-	**2.542**	**2.726**	**3.909**
Receita de aluguéis – Casablanc Repr. e Participação Ltda.	-	-	**60**	**102**	**102**
Operações com controladas					
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Nota 6(a)	**25.121.757**	**31.789.729**	**803.811**	**1.212.566**	**1.360.104**
Aplicações no mercado aberto – Banco J. Safra S.A.	3.713.540	4.575.200	136.994	199.904	118.516
Aplicações em depósitos interfinanceiros	21.408.217	27.214.529	666.817	1.012.662	1.241.588
Banco J. Safra S.A.	18.629.783	27.214.529	583.383	929.228	1.241.588
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	2.778.434	-	83.434	83.434	-
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo/(Passivo) - Nota 8 – Banco J. Safra S.A.	**95.402**	**177.606**	**(7.576)**	**(50.018)**	**310.066**
Passivos financeiros – Recursos captados – Nota 10	**(1.740.898)**	**(12.744.774)**	**(54.939)**	**(166.353)**	**(111.622)**
Captações no mercado aberto – Banco J. Safra S.A.	**(1.237.247)**	**(230.079)**	**(40.194)**	**(96.434)**	**(10.761)**
Depósitos Interfinanceiros	**(503.651)**	**(12.514.695)**	**(14.745)**	**(69.919)**	**(100.861)**
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	(414.067)	-	(14.067)	(14.067)	-
Banco Safra (Cayman Islands) Limited	(89.584)	-	(894)	(894)	-
Banco J. Safra S.A.	-	(12.514.695)	216	(54.958)	(100.861)
Depósitos a prazo – Stone Fountain	**(1.565)**	-	-	-	-
Relações interfinanceiras e interdependências	**(48.439)**	-	-	-	-
Outros ativos e passivos líquidos	**(1.010)**	**16.028**	-	-	-
Bonificações e dividendos a receber	233	16.028	-	-	-
Demais – Nota 13(b)	(1.243)	-	-	-	-
Despesas administrativas - Safra Corretora	-	-	**(474)**	**(474)**	-
Receitas de prestação de serviços – Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	**428**	**428**	-
Receita de aluguéis – Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	**35**	**60**	**60**
Operações com fundos de investimentos					
Captações no mercado aberto – Títulos públicos – Nota 10(b)	(10.839.499)	(15.385.004)	(382.295)	(520.980)	(469.503)
Recursos de aceites e emissão de títulos e Depósitos a prazo	(2.334.982)	(1.882.961)	(83.871)	(127.293)	(43.041)
Depósitos a prazo – Certificado de depósito bancário	(161.938)	(364.922)	(5.180)	(10.998)	(922)
Recursos de letras financeiras, de crédito e similares – Letras financeiras – Nota 10 [1]	(2.173.044)	(1.518.039)	(78.691)	(116.295)	(42.119)
Receita de gestão e administração de fundos de investimento			304.707	563.198	395.559

[1] Deste montante, R$ 314.904 (R$ 253.227 em 31.12.2020) referem-se a letras financeiras subordinadas. [2] Operações realizadas no âmbito da Resolução CMN nº 4.693/2018. [3] Títulos custodiados no Grupo J. Safra Sarasin.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos e capital - O Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, com informações referentes à gestão de riscos e capital, estabelecidas pela Resolução BCB nº 54/2020 do BACEN. A Resolução CMN nº 4.553/2017 dividiu as instituições financeiras em cinco segmentos, de acordo com o nível de ativos e a relevância da atividade internacional, sendo o Banco Safra classificado como S2. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco Safra faz a gestão integrada de riscos envolvendo a inter-relação entre os processos de finanças, negócios, gerenciamento de risco e de capital. Em sua governança, vale destacar que o Comitê Superior de Riscos, composto por 3 (três) membros, tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento integrado de riscos e de capital. Além disso, o *Chief Risk Officer* (CRO), o qual se reporta ao Comitê Superior de Riscos e ao Conselho de Administração, responde pela gestão integrada de riscos. A declaração formal de apetite ao risco (*Risk Appetite Statement* – RAS) também compõe a estrutura de gestão de riscos do Safra, a qual contempla os principais indicadores, métricas e princípios que norteiam a realização de negócios e o controle de riscos da Instituição. A RAS é monitorada periodicamente pelos Diretores, pelo Comitê Superior de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A partir de 01.03.2022, com a entrada em vigor das Resoluções CMN nº 4.926/2021 e BCB nº 111/2021, haverá um enrijecimento normativo quanto à liberdade na metodologia de classificação dos instrumentos, moedas estrangeiras e commodities do Banco nas carteiras de *banking* ou *trading*, que passará a convergir com as classificações de reconhecimento contábil inicial previstas pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Assim, espera-se que determinados grupos de ativos listados taxativamente pela Resolução BCB nº 111/2021 eventualmente possam vir a ser reclassificados de uma carteira para outra por força vinculante do BACEN. O Banco Safra elabora anualmente o ICAAP (sigla em inglês para o Processo Interno de Auto Avaliação e Adequação de Capital). Esse processo, regulado pelo BACEN, envolve a avaliação de todos os procedimentos e processos referentes à gestão de riscos e capital em todos os níveis hierárquicos, incluindo o plano de capital prospectivo para um período mínimo de três anos. Além disso, o Safra participa junto com as outras instituições financeiras de destaque, do exercício do TEBU (Teste de Estresse *Bottom-Up*) do BACEN. O objetivo destes processos citados anteriormente é trazer maior solidez e segurança ao Sistema Financeiro Nacional, além de antecipar possíveis ajustes necessários à manutenção do bom funcionamento do mercado. I. Risco de câmbio - O Safra está exposto a efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre suas exposições e fluxos de caixa denominados em moedas estrangeiras ou atrelados a variações cambiais. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira.

(1) A exposição por moeda está demonstrada abaixo e contempla posições em reais (BRL), dólar americano (USD) e outras moedas:

	31.12.2021			
POR MOEDAS	BRL	Moedas fortes [1]	Demais moedas	Total
Exposição Líquida – Patrimônio Líquido	**15.590.517**	**(509.773)**	**(15.137)**	**15.065.607**
Over Hedge de Investimento no Exterior	(321.195)	321.195	-	-
Posição líquida – Comprada/(Vendida) em 31.12.2021	**15.269.322**	**(188.578)**	**(15.137)**	**15.065.607**
Posição líquida – Comprada/(Vendida) em 31.12.2020	**13.524.282**	**152.367**	**1.262**	**13.677.911**

[1] São consideradas moedas fortes o Dólar Norte-Americano, o Dólar Canadense, o Euro, o Franco Suíço, o Iene e a Libra Esterlina, mesmo conceito adotado pelo Circular BACEN nº 3.641/2013, que dispõe sobre os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para ativos sujeitos à exposição cambial. *(2) Over Hedge* de investimentos no exterior: Para garantir 100% de efetividade na proteção cambial dos investimentos no exterior, o Safra contrata um montante suficientemente maior de derivativos em relação à exposição cambial apresentada (*Over Hedge*), de forma a neutralizar, no resultado, os efeitos tributários correspondentes. O ajuste da exposição cambial por esta posição é regulamentada pela Circular BACEN nº 3.641/2013. O resultado da variação cambial do excesso de derivativos contratados (*Over Hedge*) é contabilizado como resultado de derivativo, conforme previsão normativa, afetando a margem financeira bruta da entidade. Dado o racional econômico da operação, segue abaixo as linhas da demonstração do resultado, reclassificadas considerando a estratégia de proteção cambial adotada pelo Safra:

	2021			2020		
	Contábil	Ajuste *Over Hedge*	Saldo Ajustado	Contábil	Ajuste *Over Hedge*	Saldo Ajustado
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Nota 12(b-II)	1.231.318	147.137	1.378.455	(865.164)	788.492	(76.672)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES – Nota 15(a-II)	(476.664)	(18.400)	(495.064)	(273.110)	(79.893)	(353.003)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES	**6.724.496**	**128.737**	**6.853.233**	**3.482.176**	**708.599**	**4.190.775**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**2.770.945**	**128.737**	**2.899.682**	**684.021**	**708.599**	**1.392.620**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – Nota 15(a-I)	(620.482)	(128.737)	(749.219)	1.349.434	(708.599)	640.835
LUCRO LÍQUIDO	**2.150.463**	**-**	**2.150.463**	**2.033.455**	**-**	**2.033.455**

b) Política de seguros - O Banco Safra e suas controladas, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros. **c) Comitê de auditoria** - O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco Safra S.A. é um órgão estatutário de caráter permanente que atua em consonância com as disposições da Resolução nº 4.910/2021, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Resolução nº 432/2021, do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"). O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é composto atualmente por 05 (cinco) integrantes, sendo os 03 (três) deles Diretores da Sociedade, e 02 (dois) membros independentes. **d) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis** - Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, o Safra identificou como principais impactos: a) impactos sobre a provisão para risco de crédito – Nota 9(a-III); b) impactos na precificação dos instrumentos financeiros decorrentes da alta volatilidade dos mercados – Nota 12(b-II); e c) aumento das captações realizadas – Nota 10. No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. O Safra continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios. Diante disso, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Diante disso, o Safra continua monitorando a conjuntura, principalmente em relação aos índices de inadimplência das operações da carteira de crédito expandida e à variação no valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Aquisição CA Indosuez Wealth DTVM – Brasil** - Em 23.04.2021, o Banco Safra anunciou a aquisição da CA Indosuez Wealth DTVM – Brasil, entidade que concentra as operações de Asset Management e Private Banking do Grupo Credit Agricole no Brasil. Em 10.06.2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação, restando pendente o aval do Banco Central do Brasil.

A DIRETORIA

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Safra S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Safra S.A. ("Banco" ou "Banco Safra"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Safra S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco Safra, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 1. "Hedge accounting". *Por que é um PAA?* O Banco Safra possui operações com instrumentos financeiros derivativos, designadas para "hedge accounting" com o objetivo de proteger o valor justo de ativos e passivos, em virtude do risco de oscilação da taxa de juros referencial de mercado ou variação cambial, conforme o caso, incluindo "hedge" das carteiras prefixadas (vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis). Conforme a Circular BACEN nº 3.082/02, as operações destinadas a "hedge accounting" devem atender a certas condições cumulativamente, como comprovar a efetividade da operação desde sua concepção e em seu decorrer. Devido à complexidade inerente do assunto, consideramos o envolvimento de membros seniores da nossa equipe de auditoria na análise da efetividade do "hedge" e da adequação da documentação, das políticas e da designação das operações, bem como do teste de efetividade do "hedge". *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento com a Administração das estratégias de "hedge" existentes no Banco Safra; (b) análise da documentação de designação e das políticas elaboradas pela Administração sobre as estruturas de "hedge" com a descrição do risco objeto de "hedge" e obtenção de informação detalhada sobre a operação, destacados o processo de gerenciamento de risco e a metodologia utilizada na avaliação da efetividade do "hedge" desde a concepção da operação; (c) análise dos testes de efetividade das estruturas de "hedge" elaborados pela Administração; e (d) revisão das demonstrações contábeis, atentando-se para as divulgações mínimas requeridas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis. *Conclusão da avaliação.* Considerando a política, os critérios adotados para atender às estratégias e aos processos de análise de efetividade das estruturas e as divulgações de "hedge accounting" realizadas pela Administração, o resultado dos nossos procedimentos foi considerado apropriado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 2. "Impairment" de ativos financeiros e da carteira de crédito expandida – operações de crédito e títulos e valores mobiliários emitidos pelo setor privado (títulos privados). *Por que é um PAA?* O Banco Safra possui operações de crédito e aplicação em títulos privados detidos com o propósito de coletar os fluxos de caixa de juros e principal desses ativos financeiros, de maneira similar à de uma operação de crédito (carteira de crédito expandida). O Banco Safra utiliza modelos internos para definição da escala interna de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira de crédito expandida, incluindo os impactos da covid-19, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.c) e nº 9 às demonstrações contábeis. Devido à complexidade do modelo de provisão para perdas de crédito, do uso de estimativa e do alto nível de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas, demandamos esforços na auditoria, incluindo o trabalho de membros seniores e especialistas da nossa equipe, por termos considerado o assunto relevante para a nossa auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco Safra para a carteira de crédito expandida, incluindo os impactos da covid-19; (b) leitura da política de provisionamento do Banco Safra para a carteira de crédito expandida; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) revisão e teste de controles internos sobre o processo de atribuição de "rating"; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) análise do nível de provisionamento total das carteiras, incluindo os impactos da covid-19, e desafio aos critérios utilizados na política do Banco Safra. *Conclusão da avaliação:* Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Ambiente de tecnologia da informação. *Por que é um PAA?* As operações do Banco dependem de um ambiente de tecnologia e de infraestrutura capaz de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?* Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles relacionada à segurança da informação, ao desenvolvimento e manutenção de sistemas e à operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco. *Conclusão da avaliação:* Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos o resultado dos nossos procedimentos apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos - *Demonstrações contábeis consolidadas:* O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, sem modificações, com data de 8 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de março 2022

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

(continua)

(continuação)

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 03.017.677/0001-20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis do Banco J. Safra S.A. relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Conjuntura Econômica

O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

Desempenho

Os ativos totais do Banco J. Safra totalizaram R$ 24,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021. Deste montante, R$ 2,1 bilhões eram representados por aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários e R$ 22,3 bilhões representados pela carteira de crédito expandida.

Os passivos financeiros atingiram R$ 22,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representados por depósitos interfinanceiros, captações no mercado aberto (debêntures) e obrigações por repasses.

O lucro líquido no ano de 2021 foi de R$ 489 milhões e o patrimônio líquido do Banco J. Safra S.A. atingiu R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2021.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros	3(b-I) e 5(a)	2.073.943	13.132.352
Títulos e valores mobiliários		836.696	339.984
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Livres	3(a) e 5(a)	1.237.247	12.792.368
Ativos financeiros vinculados - Reservas no Banco Central		1.000	1.000
Instrumentos financeiros derivativos	3(b-II) e 5	2.585	-
Carteira de crédito	3(c) e 6	21.356.972	20.179.278
Outros ativos financeiros	13(b)	56.600	132.298
Ativos fiscais e contingentes	3(f), 3(h) e 9(a)	884.847	737.288
Outros ativos	9(b)	3.780	4.596
Ativos imobilizado e intangível	3(d)	33.249	39.327
TOTAL DO ATIVO		**24.412.976**	**34.226.139**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO		**23.358.369**	**32.953.733**
Passivos financeiros	3(b-I) e 7(a)	22.448.430	32.001.107
Instrumentos financeiros derivativos	3(b-II) e 5	97.985	177.606
Outros passivos financeiros		88.279	59.076
Passivos fiscais e contingências	3(f), 3(h) e 9(a)	543.821	578.691
Outros passivos	9(b)	179.854	137.253
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**1.054.607**	**1.272.406**
TOTAL DO PASSIVO		**24.412.976**	**34.226.139**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 12

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**492.914**	**1.023**	**258.405**	**267.361**	-	**1.019.703**
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	12.290	-	12.290
Lucro líquido no período	-	-	-	-	259.077	259.077
Destinações:						
Reserva legal	-	-	12.954	-	(12.954)	-
Reserva especial	-	-	227.459	-	(227.459)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.664)	(18.664)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**492.914**	**1.023**	**498.818**	**279.651**	-	**1.272.406**
Redução de capital por cisão parcial - Nota 2(b)	(1.000)	-	-	-	-	(1.000)
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(273.079)	-	(273.079)
Lucro líquido no período	-	-	-	-	489.002	489.002
Destinações:						
Reserva legal	-	-	10.520	-	(10.520)	-
Reserva especial	-	-	445.760	-	(445.760)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(32.722)	(32.722)
Dividendos	-	-	-	-	(400.000)	(400.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**491.914**	**1.023**	**555.098**	**6.572**	-	**1.054.607**
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2021	**491.914**	**1.023**	**447.379**	**113.461**	-	**1.053.777**
Outros resultados abrangentes - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(106.889)	-	(106.889)
Lucro líquido no período	-	-	-	-	137.026	137.026
Destinações:						
Reserva especial	-	-	107.719	-	(107.719)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(32.722)	(32.722)
Dividendos - Reversão de provisão	-	-	-	-	3.415	3.415
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**491.914**	**1.023**	**555.098**	**6.572**	-	**1.054.607**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	8(a)	485.204	1.098.388	886.687
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	8(b)	162.104	401.302	174.727
RESULTADO BRUTO DA MARGEM FINANCEIRA ANTES DOS RISCOS DE CRÉDITO		**647.308**	**1.499.690**	**1.061.414**
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO	3(c) e 6(a-II)	(271.023)	(368.072)	(676.312)
Despesas de provisão para risco de crédito		(339.938)	(462.810)	(722.231)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo		68.915	94.738	45.919
RESULTADO LÍQUIDO DA MARGEM FINANCEIRA APÓS OS RISCOS DE CRÉDITO		**376.285**	**1.131.618**	**385.102**
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES	8(c)	105.043	210.357	242.665
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	11(a-II)	(61.371)	(121.586)	(91.233)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		**419.957**	**1.220.389**	**536.534**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(261.144)	(490.026)	(383.740)
Despesas de pessoal	9(c)	(206.734)	(389.554)	(290.338)
Despesas administrativas	9(d)	(43.402)	(76.806)	(57.113)
Outras receitas/(despesas) operacionais	10(b)	(11.008)	(23.666)	(36.289)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**158.813**	**730.363**	**152.794**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(h) e 11(a-I)	(21.787)	(241.361)	106.283
Imposto corrente		(68.696)	(220.271)	(202.627)
Imposto diferido		46.909	(21.090)	308.910
LUCRO LÍQUIDO		**137.026**	**489.002**	**259.077**
Lucro básico e diluído por ação - Quantidade de ações 1.938.625.401 (1.938.265.401 em 31.12.2020)	3(i)	0,07	0,25	0,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
LUCRO LÍQUIDO		**137.026**	**489.002**	**259.077**
Outros resultados abrangentes	12(d)	(106.889)	(273.079)	12.290
Variação líquida nos ganhos / (perdas) não realizados		(127.021)	(293.207)	12.563
Variação no período ao valor justo		(242.155)	(558.281)	25.759
Efeito fiscal		115.134	265.074	(13.196)
Ganhos realizados transferidos ao resultado do período		20.132	20.128	(273)
Prejuízo/(Lucro) na venda de títulos	8(b)	38.333	38.325	(560)
Efeito fiscal		(18.201)	(18.197)	287
RESULTADO ABRANGENTE		**30.137**	**215.923**	**271.367**
Resultado abrangente básico e diluído por ação - Quantidade de ações 1.938.265.401 (1.938.265.401 em 31.12.2020)		(0,07)	0,11	0,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO- NOTA 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Nota 2(a) Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**210.456**	**419.856**	**410.061**
Resultado operacional antes da tributação		158.813	730.363	152.794
Lucro líquido dos períodos		137.026	489.002	259.077
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	21.787	241.361	(106.283)
Ajustes ao lucro operacional		51.643	(310.507)	257.267
Depreciações e amortizações	9(d)	3.999	7.234	4.938
Provisão para risco de crédito	6(a-II)	201.041	34.733	386.738
Provisões para contingências	10(b)	6.141	17.386	27.973
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	8(b)	(200.437)	(439.627)	(191.408)
Provisão para pagamentos a efetuar	9(b)	40.899	69.767	11.784
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(1.582.244)**	**1.563.359**	**(392.311)**
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		933.443	4.244.903	(10.425.006)
Em Ativos financeiros		7.756.011	12.591.386	(10.331.398)
Títulos e valores mobiliários		312.476	29.437	27.131
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Livres		7.443.535	12.561.949	(10.358.529)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		(352.651)	(162.535)	136.403
Em carteira de crédito		(6.465.596)	(8.288.849)	(98.764)
Em outros ativos e passivos financeiros		(4.321)	104.901	(131.247)
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS - Em passivos financeiros líquidos		(2.377.787)	(2.439.213)	10.279.537
Recursos captados		(2.332.942)	(2.332.942)	10.547.713
Em Obrigações por repasses		(44.845)	(106.271)	(268.176)
OUTROS ATIVOS E PASSIVO LÍQUIDOS	9(a) e (b)	(113.664)	(18.652)	(8.980)
IMPOSTOS PAGOS		(24.236)	(223.679)	(237.862)
Corrente		(20.756)	(217.568)	(231.097)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	10(b)	(3.480)	(6.111)	(6.765)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(1.371.787)**	**1.983.215**	**17.750**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(Aquisição) de imobilizado de uso		(2.058)	(4.031)	(8.134)
(Aplicação) no intangível		1.780	2.719	(443)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(278)**	**(1.312)**	**(8.577)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
RECURSOS PRÓPRIOS - Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	12(a)	(48.586)	(448.586)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(48.586)**	**(448.586)**	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.420.651)**	**1.533.317**	**9.173**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		3.390.635	436.667	427.494
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	1.969.984	1.969.984	436.667
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(1.420.651)**	**1.533.317**	**9.173**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco J. Safra S.A ("Instituição") tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerente às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil) inclusive de câmbio, na forma das disposições legais e regulamentares em vigor, bem como a administração de carteira de valores mobiliários e administração de fundos de investimentos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis do Banco J. Safra S.A., aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Banco J. Safra adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos nas Resoluções nº BCB 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. A apresentação no Balanço Patrimonial: Apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. A adoção do conceito de carteira de crédito – Nota 3(c) implica na apresentação dos Títulos privados emitidos por entidades não financeiras, reclassificados da rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" como operações com características de concessão de crédito tanto no balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado. II. A apresentação na Demonstração do Resultado: Das receitas das operações líquidas dos seus custos diretos. Tais custos são representados substancialmente por recuperação, originação e manutenção das operações. III. Adicionalmente, neste período, passamos a apresentar os impostos pagos, anteriormente apresentados como ajustes ao lucro líquido, como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para fins de comparabilidade, os saldos decorrentes do critério adotado neste período foram reclassificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período anterior. A reclassificação não afetou os totais das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa. Apresentamos abaixo os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes no lucro conforme disposto no artigo 34 da Resolução BCB nº 02/2020.

	2021	2020
Lucro líquido no período	**489.002**	**259.077**
(-) Resultado não recorrente	**(29.468)**	**(30.212)**
Contingências (Ativas/Passivas) – Nota 10(a) e (b)	9.442	(11.993)
Provisão para risco de crédito – PDD adicional – Nota 6(a-II)	(38.909)	(91.393)
Crédito tributário – Nota 11(b-I(1))	-	73.174
Resultado recorrente	**518.470**	**289.289**

b) Cisão parcial - Em 30 de abril de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária uma cisão parcial do Banco J. Safra S.A. e posterior incorporação de seus ativos e passivos pelo Banco Safra S.A., apurado por meio dos livros contábeis na data base de 31 de março de 2021. Esta operação gerou uma redução de R$ 1.000 do capital social do Banco J. Safra S.A. Os ativos cindidos totalizam R$ 7.114.464, sendo representados por aplicação interfinanceira de liquidez de R$ 340, R$ 7.160.205 de carteira de crédito - Nota 6, R$ (83.783) de provisão para risco de crédito - Nota 6(a-II) e crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito no montante de R$ 37.702 – Nota 11(b-I(1)), com respectivos passivos representados por Depósitos interfinanceiros no montante de R$ 7.113.464 – Nota 7(a). A operação não envolveu o uso de caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não foi considerada na demonstração dos fluxos de caixa. Esta operação está em processo de homologação no Banco Central do Brasil. **c) Nova norma emitida pelo BACEN com vigência futura** - I. Resolução CMN nº 4.924: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN, não adotada pelo banco neste momento. O Banco não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma. II. Resolução CMN nº 4.966 (IFRS 9): Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e *hedge accounting*. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. É necessário envio, ao BACEN, até 30.06.2022, de plano de implementação da norma, aprovado pelo Conselho de Administração, e divulgação de um resumo deste plano nas demonstrações de 31.12.2022. A norma também aborda sobre a mensuração de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial, quando disponível para a venda, à ser mensurado pelo menor entre valor contábil líquido do ativo ou valor justo, sendo que este item entra em vigor em 01.01.2022. III. Resolução CMN nº 4.975 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. **d) Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Banco J. Safra.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Fluxos de Caixa - I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo e operações compromissadas, com prazo original de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa é apresentado conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) em uma rubrica intitulada "Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa", separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, de forma a conciliar o caixa e equivalentes a caixa do começo e do final do período de reporte. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **b) Instrumentos Financeiros** - I. Classificação e mensuração: A classificação dos ativos financeiros pelo Banco J. Safra se dá nas seguintes categorias: •Empréstimos e recebíveis; •Títulos e valores mobiliários para negociação; •Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda; e •Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são apresentados nas rubricas de carteira de crédito e outros ativos financeiros do balanço patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de *Hedge* de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais o Banco J. Safra tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. As variações negativas no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Banco J. Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, exceto se designados como objeto de *Hedge* de risco de mercado. II. Instrumentos financeiros derivativos - Os derivativos são classificados ao valor justo por meio do resultado. São considerados ativos quando o valor justo for positivo e passivos quando for negativo. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco, por meio da modificação de certas características de ativos e passivos financeiros objetos de *Hedge*, que sejam altamente efetivos e que atendam a todos os demais requerimentos de designação e documentação de que trata a Circular BACEN nº 3.082/2002, são classificados como *Hedge* contábil de acordo com sua natureza: • *Hedge* de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e seus efeitos fiscais, e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período; e • *Hedge* de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor justo, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos fiscais, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste de Avaliação Patrimonial". A parcela não efetiva do *Hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período. III. Valor justo: A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. IV. Baixa de instrumentos financeiros: De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. **c) Carteira de crédito e provisão para risco de crédito** - A carteira de crédito engloba as operações de crédito, e demais operações que apresentam risco de crédito similar a uma operação de crédito, tais como outros instrumentos de risco de crédito emitidos por empresas – Nota 3(b-I), acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis à operação. As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *pro rata temporis* até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações de crédito classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de créditos baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de perdas prováveis quanto a sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado nessas demonstrações contábeis na despesa de baixa a prejuízo da operação de crédito atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda dos bens não de uso (regime de caixa). A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. No ano de 2020, em função da pandemia do Covid-19, foi emitida a Resolução CMN nº 4.855/2020 com o objetivo de regulamentar a constituição de provisão cujos créditos foram concedidos com compartilhamento de risco com a União e suas respectivas instituições participantes, tais como o BNDES. Segundo a norma, para a constituição da provisão para fazer face à perda provável das operações cujo risco de crédito seja parcial ou integralmente assumido pela União, as instituições financeiras devem aplicar os percentuais definidos no art. 6º da Resolução nº 2.682/1999 somente sobre a parcela do valor contábil da operação, incluindo principal e encargos, cujo risco de crédito é detido pela própria instituição. Além disso, o Banco J. Safra considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. **d) Ativos imobilizado e intangível** - Imobilizado corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São reconhecidos pelo valor de custo, líquidos das respectivas depreciações ou amortização acumuladas e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). Tais depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: sistemas de comunicação e segurança, móveis, equipamentos e utensílios - 10%; e veículos e equipamentos de processamento de dados - 20%. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. **e) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2021 e 31.12.2020. **f) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: representados por devedores por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecido mas divulgado, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **g) Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.877/2020, são categorizados em: I. Benefícios de curto prazo e longo prazo. Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. O Banco J. Safra não possui benefícios de longo prazo relativos a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. Adicionalmente, o Banco J. Safra não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave e empregados. II. Benefícios rescisórios: Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco J. Safra disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios. III. Participação nos lucros: O Banco J. Safra reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. O Banco J. Safra reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **h) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social [2]	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	20% - 25%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. [2] A Lei nº 14.183/2021, que aprova a Medida Provisória nº 1.034/2021, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 20% para 25%, sendo esta alíquota aplicada no período de 01.07.2021 até 31.12.2021. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **i) Lucro por ação** - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas do Safra pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pelo Safra e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **j) Patrimônio líquido** - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio. A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normatizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas: A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. **k) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortização dos ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários e (vi) provisão para risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada – Nota 5(a)	1.237.247	230.079
Fundos de investimento exclusivo – Nota 5(a)	732.737	206.588
Total	**1.969.984**	**436.667**

(continua)

(continuação)

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 03.017.677/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

5. ATIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Ativos financeiros

	31.12.2021								31.12.2020
				Valores por prazos de Vencimentos:			Classificação contábil dos títulos:		
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo – Nota 13(d)	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Para negociação	Disponíveis para venda	Valor Justo
Aplicações interfinanceiras de liquidez[2]	**1.237.247**	**-**	**1.237.247**	**1.237.247**	**-**	**-**	**1.237.247**	**-**	**12.792.368**
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	1.237.247	-	1.237.247	1.237.247	-	-	1.237.247	-	230.079
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	12.562.289
Títulos e valores mobiliários	**834.464**	**2.232**	**836.696**	**734.732**	**-**	**101.964**	**734.732**	**101.964**	**339.984**
Títulos privados emitidos por instituições financeiras [3]	1.995	-	1.995	1.995	-	-	1.995	-	1.998
Títulos emitidos por empresas – Ações	99.732	2.232	101.964	-	-	101.964	-	101.964	131.398
Fundo de investimento exclusivo [2] [3]	732.737	-	732.737	732.737	-	-	732.737	-	206.588
Total ativos financeiros em 31.12.2021	**2.071.711**	**2.232**	**2.073.943**	**1.971.979**	**-**	**101.964**	**1.971.979**	**101.964**	**13.132.352**
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 6(a)	4.421.256	12.532	4.433.788	6.090	214.589	4.213.109	-	4.433.788	5.482.942
Debêntures	4.384.716	12.532	4.397.248	-	196.319	4.200.929	-	4.397.248	5.424.593
Notas promissórias e outros	36.540	-	36.540	6.090	18.270	12.180	-	36.540	58.349
Total em 31.12.2021 [1]	**6.492.967**	**14.764**	**6.507.731**	**1.978.069**	**214.589**	**4.315.073**	**1.971.979**	**4.535.752**	**18.615.294**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	12.792.368	-	12.792.368	6.579.462	6.212.906	-	12.792.368	-	
Títulos e valores mobiliários	339.142	842	339.984	208.586	-	131.398	208.586	131.398	
Total ativos financeiros em 31.12.2020	**13.131.510**	**842**	**13.132.352**	**6.788.048**	**6.212.906**	**131.398**	**13.000.954**	**131.398**	
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 6(a)	4.951.296	531.646	5.482.942	-	146.652	5.336.290	-	5.482.942	
Total em 31.12.2020 [1]	**18.082.806**	**532.488**	**18.615.294**	**6.788.048**	**6.359.558**	**5.467.688**	**13.000.954**	**5.614.340**	

[1] Deste montante, R$ 3.812.127 (R$ 5.205.906 em 31.12.2020) se refere a operações Vinculadas a compromissos de recompra – nota 7(a). [2] Nota 13(b). [3] Cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) – Notas 4 e 13(b), cuja carteira proporcional está assim distribuída:

Títulos para negociação	31.12.2021	31.12.2020
Operações compromissadas – Títulos Públicos	732.280	206.111
Outros	457	477
Total – Nota 4	**732.737**	**206.588**

b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco J. Safra na administração diária dos riscos assumidos em suas operações. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez, abaixo definidos: • Risco de crédito é o risco decorrente da possibilidade de perda devido ao não recebimento de operações contratadas junto a clientes ou contrapartes. • Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente. • Define-se como risco de liquidez a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. As posições do Banco J. Safra monitoradas por área de controle independente, que utiliza sistema específico para administração de risco, com cálculo do VaR (valor em risco) com intervalo de confiança de 99%, testes de estresse, *backtesting* e demais recursos técnicos. O Safra possui um Comitê de Risco de Mercado, composto por executivos do alto escalão, que se reúne semanalmente, com foco principal na discussão de conjuntura econômica, e um Comitê de Riscos e Tesouraria, com participação de membros da Alta Administração, que se reúne trimestralmente para discutir de forma detalhada aspectos da gestão de Risco de Mercado, bem como revisar limites de risco, estratégias e resultados – Nota 14(a).

I. Contas patrimoniais

	31.12.2021						31.12.2020
				Valores por prazos de Vencimentos:			
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Total de Ativo em 31.12.2021 – Swaps - Nota 13(b)	6.284	(3.699)	2.585	-	-	2.585	-
Total de Passivo em 31.12.2021– Swaps - Nota 13(b)	(495.743)	397.758	(97.985)	(4.366)	(29.674)	(63.945)	-
Total de Passivo em 31.12.2020 – Swaps - Nota 13(b)	(134.271)	(43.335)	(177.606)	-	(10.596)	(167.010)	-

II. Composição por valor referencial:

	Locais de Negociação	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total Referencial
Swap – Taxa de juros em 31.12.2021 [1]	CETIP	57.063	616.527	4.162.482	4.836.072
Swap – Taxa de juros em 31.12.2020 [1]	CETIP	-	579.173	4.549.797	5.128.970

[1] Refere-se a operações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador) – Nota 13(b). **c) Valor justo – Nota 5(a)**

	31.12.2021 [1]		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros	**1.969.527**	**104.416**	**2.073.943**
Títulos privados – Fundo de investimento – FGI	-	1.995	1.995
Títulos privados – Ações	-	101.964	101.964
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.237.247	-	1.237.247
Fundos de investimentos exclusivos	732.280	457	732.737
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 6(a-I)	**-**	**4.433.788**	**4.433.788**
Total do ativo	**1.969.527**	**4.538.204**	**6.507.731**
Instrumentos financeiros derivativos – Swap (Ativos/passivos)	**-**	**(95.400)**	**(95.400)**

[1] Não havia operações classificadas no nível 3.

6. CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Carteira de crédito e provisão para risco de crédito - I - Composição da carteira de crédito

	31.12.2021					31.12.2020				
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Custo Amortizado e Valor justo	Provisão para risco de crédito	Total	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Custo Amortizado e Valor justo	Provisão para risco de crédito	Total
Carteira de crédito – Nota 9(b)	17.915.538	-	17.915.538	(987.087)	16.928.451	15.737.739	-	15.737.739	(1.009.113)	14.696.336
Outros instrumentos de risco de crédito – Nota 5(a)	4.421.256	12.532	4.433.788	(5.267)	4.428.521	4.951.296	531.646	5.482.942	(32.290)	5.482.942
Carteira de Crédito Expandida em 31.12.2021	**22.336.794**	**12.532**	**22.349.326**	**(992.354)**	**21.356.972**	**20.689.035**	**531.646**	**21.220.681**	**(1.041.403)**	**20.179.278**

II - Movimentação da carteira de crédito

	Saldo no início do período	Parcela cindida – Nota 2(b)	Movimentação financeira líquida	Juros – Nota 8(a)	Baixas a Prejuízo – Nota 6(a-III)	Saldo no final do período
Operações com Empresas	5.694.133	-	(1.911.172)	755.536	(33)	4.538.464
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	15.526.548	(7.160.205)	8.177.084	1.695.480	(428.044)	17.810.862
Total da Carteira de Crédito em 31.12.2021	**21.220.681**	**(7.160.205)**	**6.265.912**	**2.451.016**	**(428.077)**	**22.349.326**
Total da Carteira de Crédito em 31.12.2020	**21.121.917**	**-**	**(2.186.367)**	**2.620.624**	**(335.493)**	**21.220.681**

III - Provisão para risco de crédito e resultado com risco de crédito

	Saldo no início do período	Parcela cindida – Nota 2(b)	(Constituição) /Reversão	Baixas a Prejuízo	Saldo no final do período	Recuperação de Crédito [1]	Resultado com Risco e Crédito [1]
Provisão Mínima Requerida – Carteira de Crédito	(668.879)	83.782	(430.622)	428.077	(587.642)	94.738	(335.884)
Operações com Empresas	(3.407)	-	(1.867)	33	(5.241)	2.786	919
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	(665.472)	83.782	(428.755)	428.044	(582.401)	91.952	(336.803)
Provisão Adicional [2]	(372.524)	-	(32.188)	-	(404.712)	-	(32.188)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2021 – Nota 6(a-I)	**(1.041.403)**	**83.782**	**(462.810)**	**428.077**	**(992.354)**	**94.738**	**(368.072)**
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2020	**(654.665)**	**-**	**(722.231)**	**335.493**	**(1.041.403)**	**45.919**	**(676.312)**
Provisão Mínima Requerida – Resolução CMN nº 2.682/1999	(405.260)	-	(599.112)	335.493	(668.879)	45.919	(553.193)
Operações com Empresas	(6.582)	-	3.008	167	(3.407)	2.725	5.733
Operações de Empréstimos e Financiamento ao Consumo	(398.678)	-	(602.120)	335.326	(665.472)	43.194	(558.926)
Provisão Adicional [2]	(249.405)	-	(123.119)	-	(372.524)	-	(123.119)

[1] Recuperações de créditos baixados como prejuízo, líquidas dos custos diretos – Nota 2(a). [2] Contempla R$ (70.744) (R$ (209.915) em 2020) considerados como eventos não recorrentes – Nota 2(a). Em 2020, a movimentação refere-se a reversão por realização no valor de R$ 86.796. **b) Carteira de crédito e provisão por distribuição de nível de risco**

	31.12.2021										31.12.2020
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações com empresas [1]	4.536.319	-	42	-	-	-	-	-	2.103	4.538.464	5.694.133
Operações de financiamento ao consumo	758.597	202.653	13.404.590	2.860.193	195.635	108.197	61.880	37.811	181.306	17.810.862	15.526.548
Total da carteira em 31.12.2021	**5.294.916**	**202.653**	**13.404.632**	**2.860.193**	**195.635**	**108.197**	**61.880**	**37.811**	**183.409**	**22.349.326**	**21.220.681**
Curso anormal [2]	6	-	155.927	230.741	104.074	84.979	55.943	35.937	163.294	830.901	1.058.768
Curso normal [2]	5.294.910	202.653	13.248.705	2.629.452	91.561	23.218	5.937	1.874	20.115	21.518.425	20.161.913
Total da provisão da carteira de crédito em 31.12.2021	**(4.968)**	**(1.459)**	**(322.909)**	**(285.733)**	**(58.671)**	**(54.088)**	**(43.310)**	**(37.807)**	**(183.409)**	**(992.354)**	**(1.041.403)**
Total da carteira em 31.12.2020	**6.688.818**	**507.003**	**11.727.725**	**1.550.381**	**167.847**	**99.550**	**58.019**	**48.709**	**372.629**	**21.220.681**	
Curso anormal [2]	-	-	171.366	217.164	122.504	88.396	55.441	48.132	355.765	1.058.768	
Curso normal [2]	6.688.818	507.003	11.556.359	1.333.217	45.343	11.154	2.578	577	16.864	20.161.913	
Total da provisão da carteira de crédito em 31.12.2020	**(32.847)**	**(3.122)**	**(288.509)**	**(154.883)**	**(50.337)**	**(49.764)**	**(40.608)**	**(48.704)**	**(372.629)**	**(1.041.403)**	

[1] Contempla basicamente a carteira de outros instrumentos de risco de crédito – Nota 5(a) e operações de repasses – BNDES/FINAME. [2] Curso Anormal – operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias e Curso Normal – operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

c) Distribuição das carteiras por prazo de vencimento das operações

	31.12.2021		31.12.2020	
	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
Curso Anormal	**830.901**	**(264.069)**	**1.058.768**	**(465.823)**
Operações Vencidas em dias:				
De 15 a 30 dias	200.922	(6.451)	182.009	(3.554)
De 31 a 60 dias	204.538	(10.497)	217.431	(10.977)
De 61 a 90 dias	107.996	(15.059)	125.252	(15.435)
De 91 a 180 dias	162.192	(76.809)	186.507	(88.417)
De 181 a 365 dias	155.253	(155.253)	347.569	(347.440)
Curso Normal	**21.518.425**	**(323.573)**	**20.161.913**	**(203.056)**
Parcelas Vencidas – Vencidos até 14 dias	32.227	(741)	33.568	(469)
Parcelas Vincendas:				
De 01 a 30 dias	600.266	(10.495)	589.052	(7.668)
De 31 a 60 dias	783.299	(12.915)	647.018	(8.358)
De 61 a 90 dias	465.371	(9.275)	610.171	(7.948)
De 91 a 180 dias	1.858.455	(31.861)	1.759.779	(22.730)
De 181 a 365 dias	3.305.610	(58.587)	3.344.872	(42.358)
Acima de 365 dias	14.473.197	(199.699)	13.177.453	(113.525)
Total	**22.349.326**	**(587.642)**	**21.220.681**	**(668.879)**

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (*Non Accrual*), monta em R$ 425.441 (R$ 659.328 em 31.12.2020) e acima de 90 dias R$ 317.445 (R$ 534.076 em 31.12.2020).

d) Distribuição das carteiras por ramo de atividade

	31.12.2021	31.12.2020
Setor Privado		
Indústria	4.407.592	5.222.820
Serviços	1.436.231	1.308.016
Comércio	496.639	647.347
Pessoas físicas	15.907.183	13.918.527
Rural	35.807	51.873
Habitação	65.874	72.098
Total	**22.349.326**	**21.220.681**

e) Prorrogação de prazos – COVID-19 – Resolução CMN nº 4.803/2020 e alterações posteriores - O total atualizado de operações prorrogadas foi de 28.654 (46.578 em 2020), totalizando o saldo de operações no montante de R$ 499.708 (R$ 1.214.191 em 2020) e saldo de parcelas prorrogadas no montante de R$ 19.722 (R$ 41.266 em 2020).

7. PASSIVOS FINANCEIROS E RECURSOS ADMINISTRADOS

a) Passivos financeiros – Por vencimentos – Nota 2(b)

	31.12.2021				31.12.2020
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos captados – Nota 13(b)	4.310.520	7.344.649	10.688.154	22.343.323	31.789.729
Depósitos de instituições financeiras	2.537.701	5.403.928	10.688.154	18.629.783	27.214.529
Captação no mercado aberto – Carteira própria – Títulos privados – Debêntures – Nota 5(a)	1.772.819	1.940.721	-	3.713.540	4.575.200
Obrigações por repasses	17.008	46.573	41.526	105.107	211.378
Total de passivos financeiros em 31.12.2021	**4.327.528**	**7.391.222**	**10.729.680**	**22.448.430**	**32.001.107**
Total de passivos financeiros em 31.12.2020	**6.478.356**	**16.186.461**	**9.336.290**	**32.001.107**	

b) Recursos administrados - O Banco J. Safra é responsável pela gestão e administração de fundos de investimento. O patrimônio líquido dos fundos administrados totaliza R$ 4.087.980 (R$ 3.428.460 em 31.12.2020), sendo R$ 91.024 (R$ 88.390 em 31.12.2020) em fundos de aplicações em ações e R$ 3.996.956 (R$ 3.340.070 em 31.12.2020) em fundos de investimento financeiros. As receitas com taxas de gestão e administração com fundos estão registradas na rubrica "Receitas de Prestação de Serviços e tarifas bancárias" – Nota 8(c).

8. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS COM OPERAÇÕES

a) Resultado líquido de juros com intermediação financeira

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Carteira de crédito	1.311.532	2.451.016	2.620.624
Operações com empresas	413.677	755.481	480.237
Operações de empréstimos e financiamento ao consumo	897.855	1.695.535	2.140.387
Resultado com ativos financeiros – Nota 5	91.601	174.520	124.984
Outras receitas financeiras	297	437	263
Total das receitas de juros	**1.403.430**	**2.625.973**	**2.745.871**
Operações com passivos financeiros – Nota 7	(722.181)	(1.133.575)	(1.374.551)
Outras despesas financeiras	(4.643)	(6.783)	(6.886)
Total das despesas de juros	**(726.824)**	**(1.140.358)**	**(1.381.437)**
Resultado com derivativos (*Accrual*) – Swap – Notas 3(b-III) e 13(b)	**(191.402)**	**(387.227)**	**(477.747)**
Resultado líquido de juros com intermediação financeira [1]	**485.204**	**1.098.388**	**886.687**

[1] Contempla custos diretos da operação no 2º semestre de R$ (388.562) e período no acumulado de R$ (556.937) (R$ (258.868) em 2020) – Nota 2(a).

b) Resultado líquido com instrumentos financeiros

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Resultado ao valor justo por meio do resultado - Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	200.437	439.627	174.166
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(38.333)	(38.325)	560
Total	**162.104**	**401.302**	**174.727**

c) Outros resultados das operações – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Rendas com recursos administrados – Notas 7(b) e 13(b)	25.879	63.894	85.484
Operações de crédito	79.164	146.457	157.173
Serviços de conta corrente e cobrança	-	6	8
Total [1]	**105.043**	**210.357**	**242.665**

[1] Contempla custos diretos da operação no 2º semestre de R$ (36.052) e no período acumulado de R$ (64.503) (R$ (44.120) em 2020) – Nota 2(a).

9. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos fiscais e contingentes [2]	**884.847**	**737.288**
Contingentes – Devedores por depósito em garantia de contingências – Nota 10(b)	26.399	23.274
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais [1]	13.047	12.995
Cíveis e trabalhistas	13.352	10.279
Fiscais	858.448	714.014
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	19.484	2.120
Diferidos – Créditos tributários – Nota 11(b-I(1))	838.964	711.894
Passivos fiscais e provisão para contingências [2]	**543.821**	**578.691**
Provisão para contingências – Nota 10(b)	201.095	189.820
Fiscais	342.726	388.871
Correntes	150.542	155.866
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	123.378	134.879
Impostos e contribuições a recolher	27.164	20.987
Diferidos – Obrigações fiscais – Nota 11(b-I(2))	192.184	233.005

[1] As parcelas vinculadas a contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais estão relacionadas na Nota 10(b). [2] Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e as operações de devedores por depósito em garantia de contingências e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Outros ativos e passivos

	31.12.2021	31.12.2020
Total de outros ativos [1]	**3.780**	**4.596**
Despesas antecipadas	1.344	1.466
Diversos	2.436	3.130
Total de outros passivos [2]	**179.854**	**137.253**
Provisão para pagamentos a efetuar	156.643	86.965
Sociais e estatutárias – Notas 12(b) e 13(b)	-	15.864
Operações passivas a processar	20.962	34.412
Diversos	2.249	12

[1] Operações classificadas no Ativo Circulante. [2] Operações classificadas no Passivo Circulante.

c) Despesas de pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Remuneração	(145.541)	(278.659)	(197.689)
Benefícios	(15.658)	(28.787)	(26.604)
Encargos sociais	(27.472)	(52.255)	(43.957)
Desligamentos e adicionais da folha	(18.063)	(29.853)	(22.088)
Total	**(206.734)**	**(389.554)**	**(290.338)**

d) Despesas administrativas

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Equipamentos de informática e processamento de dados [1]	(16.584)	(28.878)	(22.991)
Manutenção de instalações – Nota 13(b) [1]	(4.420)	(9.005)	(7.179)
Publicidade e propaganda	(9.345)	(12.692)	(6.754)
Doações	-	(1.600)	(3.608)
Serviços de terceiros	(6.827)	(11.794)	(5.719)
Viagens	(3.447)	(5.414)	(3.590)
Outras [1]	(2.779)	(7.423)	(7.272)
Total	**(43.402)**	**(76.806)**	**(57.113)**

[1] As depreciações e amortizações dos ativos imobilizados e intangíveis totalizam R$ (3.999) no segundo semestre, R$ (7.234) (R$ (4.938) em 2020).

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes: O Banco J. Safra S.A. obteve, por meio de processo judicial, o direito de deduzir do seu lucro tributável, para fins de apuração do IRPJ, o dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador, observado o limite de 4% do lucro tributável, conforme artigo 5º da Lei nº 6.321/1976. Referido processo transitou em julgado em 2020, o que permite a Instituição a compensação dos valores indevidamente recolhidos em anos anteriores. Os pedidos de Habilitação de Crédito foram deferidos pela Receita Federal do Brasil em 30.12.2020. O montante de imposto a compensar reconhecido no período foi de R$ 6.167, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Em 24.09.2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Extraordinário nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "... inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". Referida decisão foi tomada de forma unânime no mérito e em sede de repercussão geral. Considerando que: i) o Banco J. Safra S.A. possui ação judicial própria sobre o tema e ii) o histórico de modulações pelo STF, o Banco entende que seu direito de recuperar o IRPJ e a CSLL pagos indevidamente esteja resguardado, portanto, reconheceu imposto a compensar de R$ 3.275. Desta forma, foi reconhecido no período o montante de R$9.442, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais" – Nota 2(a). **b)** Passivos Contingentes: As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas – Nota 9(a):

	01.01 a 31.12.2021				01.01 a 31.12.2020
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [3]	Total	Total
Saldo no início do período	**17.995**	**44.806**	**127.019**	**189.820**	**168.612**
Atualização / Encargos [1]	261	2.963	2.634	5.858	6.182
Movimentação do período refletida no resultado [2]	7.916	25.832	(4.062)	29.686	36.231
Constituição / (Reversão)	11.340	26.587	(3.635)	34.292	42.299
Reversão por êxito	(3.424)	(755)	(427)	(4.606)	(6.068)
Pagamento	(7.087)	(11.071)	(6.111)	(24.269)	(21.205)
Saldo no final do período [4]	**19.085**	**62.530**	**119.480**	**201.095**	**189.820**
Total de Recursos em Garantia em 31.12.2021	**5.234**	**8.118**	**10.467**	**23.819**	
Total de Recursos em Garantia em 31.12.2020	**3.753**	**6.526**	**10.498**	**20.777**	

[1] Registrado em "Outras despesas financeiras". [2] A movimentação das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais estão registradas em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Em 31.12.2020 foram constituídas provisões não recorrentes no montante de R$ 14.448 – Nota 2(a), sendo R$ 21.811 de contingências fiscais relativo a Incidência de INSS sobre Participação de Lucros e Resultados e reversão no montante de R$ (7.363) referente a contingências trabalhistas relativa a discussão de atualização do índice de correção. [3] As principais ações relativas às Contingências Fiscais e Previdenciárias são: Contribuição Previdenciária sobre Participação nos Lucros e Resultados no montante de R$ 87.306 (R$ 95.168 em 31.12.2020); ISS operações de Leasing e atividades bancárias no montante de R$ 9.494 (R$ 9.451 em 31.12.2020); e Dedutibilidade da carteira de mútuos no montante de R$ 10.545 (R$ 10.321 em 31.12.2020). [4] Deste montante, R$ 21.434 está classificado no Circulante e R$ 179.661 no Não Circulante (R$ 20.292 está classificado no Circulante e R$ 169.528 no Não Circulante em 31.12.2020). O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R$ 94 (R$ 80 em 31.12.2020). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

11. TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**158.813**	**730.363**	**152.794**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) – Nota 3(h)	(71.466)	(328.663)	(68.757)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**49.679**	**87.302**	**175.040**
Juros sobre o capital próprio – Nota 12(b)	14.725	14.725	8.399
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	34.954	72.577	46.397
Crédito tributário sobre outras movimentações – Nota 11(b-I(1))	-	-	73.174
Crédito tributário reconhecimento de períodos anteriores e outros	-	-	47.070
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(21.787)**	**(241.361)**	**106.283**

II. Despesas tributárias das operações - Totalizam R$ (61.371) no segundo semestre, R$ (121.586) (R$ (91.233) em 2020), representadas por PIS/COFINS no montante de R$ (55.238) no segundo semestre, R$ (109.551) (R$ (78.486) em 2020) e ISS no montante de R$ (6.133) no segundo semestre, R$ (12.035) (R$ (12.747) em 2020). **b) Ativos e passivos fiscais – Nota 9(a)** - I. Movimentação e realização dos ativos e passivos fiscais e diferidos.

(1) Ativos fiscais diferidos – Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Realização	Outras Movimentações [1]	Saldo no final do período
Provisão para risco de crédito – Nota 6(a-I)	607.935	207.376	(169.428)	(37.702)	608.181
Provisões para contingências – Nota 10(b)	67.498	14.849	(8.163)	-	74.184
Outros	36.461	21.754	-	-	58.215
Total dos créditos tributário sobre diferenças temporárias	**711.894**	**243.979**	**(177.591)**	**(37.702)**	**740.580**
Prejuízo fiscal e base negativa	-	98.384	-	-	98.384
Total em 31.12.2021	**711.894**	**342.363**	**(177.591)**	**(37.702)**	**838.964**
Total em 31.12.2020	**334.925**	**391.990**	**(88.195)**	**73.174**	**711.894**

[1] Em 2021, refere-se ao crédito tributário relativo à provisão para risco de crédito sobre a parcela cindida ao Banco Safra – Nota 2(b). Em 31.12.2020, foi constituído o saldo de crédito tributário não reconhecido sobre PDD adicional de 30.06.2020 no montante de R$ 73.174 – Notas 2(a) e 11(a-I).

(2) Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Ajuste ao valor justo títulos disponíveis para venda – Nota 12(d)	252.837	(246.877)	5.960
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	(20.609)	206.540	185.931
Outras	777	(484)	293
Total em 31.12.2021	**233.005**	**(40.821)**	**192.184**
Total em 31.12.2020	**144.508**	**88.497**	**233.005**

II. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	31.12.2021				
Exercício de realização	Tributos Diferidos sobre diferenças temporárias – Nota 11(b-I(1))	Prejuízo fiscal e base negativa	Total	Provisão para impostos e contribuições diferidos – Nota 11(b-I(2))	Tributos diferidos líquidos
2022	141.328	35.639	176.967	(96.004)	80.963
2023	215.803	39.203	255.006	(96.004)	159.002
2024	218.684	23.542	242.226	(59)	242.167
2025	18.146	-	18.146	(59)	18.087
2026	131.180	-	131.180	(58)	131.122
2027 a 2031	15.439	-	15.439	-	15.439
Total	**740.580**	**98.384**	**838.964**	**(192.184)**	**646.780**
Valor Presente [1]	**636.815**	**88.660**	**725.475**	**(176.446)**	**549.029**

[1] Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais. O estudo técnico de realização dos créditos tributários é reavaliado semestralmente, suportando a totalidade dos valores constituídos. Os cálculos foram elaborados nos termos do Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.842/2020.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social do Banco J. Safra S.A. está dividido em 1.938.265.401 (1.938.265.401 em 31.12.2020) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Acionista	Quantidade	(%)
Banco Safra S.A.	1.938.265.395	99,99
Elong Administração e Representações Ltda.	6	0,01
Total	**1.938.265.401**	**100,00**

Não houve cancelamento das ações na redução do capital social, decorrente da cisão parcial da Sociedade aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada de 30.04.2021 – Nota 2(b), em processo de homologação no Banco Central do Brasil. **b) Dividendos e Juros sobre o capital próprio** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social equivalente a 1% sobre o valor do lucro líquido do exercício correspondente as ações. Em Reunião de Sócios e da Diretoria realizada em 09.04.2021, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 400.000, a débito da conta de Reserva Especial. Em Reunião da Diretoria realizada em 21.12.2021, foi declarado e pago Juros Sobre Capital Próprio no montante de R$ 32.722, que líquido do IR fonte representa R$ 27.813. Adicionalmente, no período foram pagos R$ 15.864 que estavam registrados "Outros passivos – Sociais e estatutárias" – Nota 9(b).

c) Reservas de capital e lucros

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de capital	**1.023**	**1.023**
Reservas de lucros	**555.098**	**498.818**
Legal	98.383	87.863
Especial [1]	456.715	410.955

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

d) Outros resultados abrangentes – Ativos financeiros disponíveis para venda

	31.12.2021	31.12.2020
Valor bruto – Nota 5(a)	12.532	532.488
Efeito fiscal – Nota 11(b-I(2))	(5.960)	(252.837)
Total [1]	**6.572**	**279.651**

[1] Não existem valores que não serão reclassificados subsequentemente para o lucro líquido, quando de sua realização.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração - Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30.04.2021, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Diretoria no montante de R$ 55.000 (R$ 35.000 em 2020), tendo sido pago no período o montante R$ (24.326) no segundo semestre, R$ (44.020) (R$ (21.249) em 2020). O Banco J. Safra S.A. não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)		
			2021		2020
	31.12.2021	31.12.2020	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Notas 5 e 8(a) [1]	**1.237.247**	**12.792.368**	**75.724**	**151.391**	**110.362**
Aplicações no mercado aberto	1.237.247	230.079	75.724	96.434	10.760
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	12.562.289	-	54.957	99.602
Outros ativos financeiros – Relações interfinanceiras [1]	**48.439**	**126.119**	-	-	-
Recursos captados – Notas 7(a) e 8(a)	**(22.343.323)**	**(31.789.729)**	**(720.377)**	**(1.129.132)**	**(1.360.104)**
Depósitos interfinanceiros [1]	(18.629.783)	(27.214.529)	(583.383)	(929.228)	(1.241.588)
Captações no mercado aberto – Carteira própria – Títulos Privados – Debêntures [1]	(3.713.540)	(4.575.200)	(136.994)	(199.904)	(118.516)
Instrumentos financeiros derivativos – Swaps – Notas 5(a), 8(a) e (b) [1]	**(95.400)**	**(177.606)**	**7.725**	**50.167**	**(303.606)**
Outros ativos e passivos líquidos	**2.446**	**(13.911)**	-	-	-
Sociais e estatutárias – Dividendos a Pagar – Notas 9(b) e 12(b) [1]	-	(15.864)	-	-	-
Demais	2.446	1.953	-	-	-
Receitas de prestação de serviços – Safra Vida e Previdência S.A.	-	-	**10.448**	**20.004**	**15.902**
Despesas administrativas – Aluguéis – Nota 9(d)	-	-	**(3.352)**	**(6.703)**	**(5.277)**
Lebec Participações Ltda.	-	-	(2.362)	(4.724)	(1.531)
Exton Participações Ltda.	-	-	(990)	(1.979)	(3.746)
Operações com fundos de investimentos – Receitas de gestão e administração de fundos de investimentos – Nota 8(c)	-	-	**25.879**	**63.894**	**60.872**

[1] Refere-se a transações realizadas com o Banco Safra S.A. (Controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Safra, conforme composição contida na Nota 5(a).

(continua)

(continuação)

Banco J. Safra S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 03.017.677/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos - O Banco J. Safra através de seu controlador Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Resolução nº 54/2020 do BACEN. **b) Comitê de auditoria -** Conforme previsto na Resolução CMN nº 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo o Banco J. Safra S.A., foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Instituição líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site (www.safra.com.br). **c) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis -** Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, o Banco J. Safra identificou como principais impactos: a) impactos sobre a provisão para risco de crédito – Nota 6(a-II); e b) impactos na precificação dos instrumentos financeiros decorrentes da alta volatilidade dos mercados – Nota 5(a). Ainda que diversas vacinas tenham sido disponibilizadas no Brasil, que segue imunizando sua população, não temos a pandemia sob controle. Sendo assim, o Banco J. Safra continua acompanhando os desdobramentos da crise, adotando as medidas necessárias visando minimizar os efeitos em nossos negócios. Diante disso, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. O Banco J. Safra continua monitorando a conjuntura, principalmente em relação aos índices de inadimplência das operações da carteira de crédito e à variação no valor justo dos instrumentos financeiros.

A DIRETORIA

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP 219692/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do Banco J. Safra S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J. Safra S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J. Safra S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Safra Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

DESEMPENHO

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R$ 4,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R$ 910 milhões em 31 de dezembro de 2021. O *funding* das operações era composto basicamente por depósitos interfinanceiros no montante de R$ 2,8 bilhões. O patrimônio líquido da Safra Leasing atingiu R$ 465 milhões em 31 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece seus clientes pela confiança, preferência e fidelidade e, aos colaboradores, pelo empenho e dedicação que permitem obter os resultados alcançados.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	3(a) e 4	6.691	8.511
Ativos financeiros	3(b) e 5(a)	3.235.949	157.681
Títulos e valores mobiliários		2.821.882	157.681
Aplicações interfinanceiras de liquidez		414.067	-
Operações de arrendamento mercantil	6(a)	910.156	966.070
Ativos fiscais e contingentes	3(f), 3(h) e 9(a)	246.339	212.464
Outros ativos		1.597	3.239
Investimentos	3(d)	14	9
TOTAL DO ATIVO		4.400.746	1.347.974

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO		3.935.419	869.904
Passivos financeiros	7	3.722.881	621.029
Passivos fiscais e contingências	3(f), 3(h), e 9(a)	210.597	247.414
Outros passivos		1.941	1.461
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	465.327	478.070
TOTAL DO PASSIVO		4.400.746	1.347.974

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 12

EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	384.205	87.505	-	471.710
Lucro líquido no período	-	-	6.366	6.366
Destinações:				
Reserva especial	-	6.360	(6.360)	-
Dividendos	-	-	(6)	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	384.205	93.865	-	478.070
Prejuízo líquido no período	-	-	(12.743)	(12.743)
Destinações:				
Reserva especial - Absorção de prejuízo	-	(12.743)	12.743	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	384.205	81.122	-	465.327
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2021	384.205	108.299	-	492.504
Prejuízo líquido no período	-	-	(27.191)	(27.191)
Destinações:				
Reserva especial - Absorção de prejuízo	-	(27.177)	27.177	-
Reversão Provisão Dividendos	-	-	14	14
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	384.205	81.122	-	465.327

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS	8(a)	55.909	84.306	52.010
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS	8(b)	(143.290)	(143.290)	-
RESULTADO BRUTO DA MARGEM FINANCEIRA ANTES DOS RISCOS DE CRÉDITO		**(87.381)**	**(58.984)**	**52.010**
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO	6(b)	(690)	(1.167)	11.831
Receitas (Despesas) de provisão para risco de crédito		(1.485)	(4.397)	10.320
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo		795	3.230	1.511
RESULTADO LÍQUIDO DA MARGEM FINANCEIRA APÓS OS RISCOS DE CRÉDITO		**(88.071)**	**(60.151)**	**63.841**
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES		23	53	(6)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	11(a-II)	1.906	(1.630)	(8.184)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		**(86.142)**	**(61.728)**	**55.651**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		52.882	52.547	(54.243)
Despesas de pessoal	9(b)	(1.074)	(2.211)	(2.283)
Despesas administrativas	9(c)	(726)	(1.498)	(3.291)
Outras receitas/(despesas) operacionais	10(b)	54.682	56.256	(48.669)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**(33.260)**	**(9.181)**	**1.408**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(h) e 11(a-I)	6.069	(3.562)	4.958
Imposto corrente		(9.579)	(13.285)	(18.448)
Imposto diferido		15.648	9.723	23.406
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO		**(27.191)**	**(12.743)**	**6.366**
Lucro básico e diluído por ação - Quantidade de ações 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2020)	3(i)	(0,19)	(0,09)	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	2020 Acumulado
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO		**(27.191)**	**(12.743)**	**6.366**
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**(27.191)**	**(12.743)**	**6.366**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO NOTA 3(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021 2º Semestre	2021 Acumulado	Nota 2(a) 2020 Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**59.471**	**86.571**	**42.222**
Resultado operacional antes da tributação		(33.260)	(9.181)	1.408
Lucro/(Prejuízo) líquido dos períodos		(27.191)	(12.743)	6.366
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	(6.069)	3.562	(4.958)
Ajustes ao lucro operacional:		92.459	95.752	40.814
Provisão para risco de crédito	6(b)	1.481	3.582	(10.582)
Provisões para contingências	10(b)	(52.318)	(51.398)	51.228
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	8(b)	143.290	143.290	-
Provisão para pagamentos a efetuar		6	278	168
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**18.128**	**(80.558)**	**(4.679.892)**
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(2.851.132)	(3.161.395)	50.633
Em Ativos financeiros		(2.813.510)	(3.213.727)	(1.770)
Títulos e valores mobiliários		(2.799.660)	(2.799.660)	-
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		-	-	(1.770)
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(13.850)	(414.067)	-
Em Operações de arrendamento mercantil		(37.622)	52.332	52.403
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS - Passivos financeiros		2.886.189	3.101.852	(4.560.734)
Em Recursos captados		2.886.693	3.105.342	(4.552.861)
Em Obrigações por repasses no país - Finame		(504)	(3.490)	(7.873)
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		(7.414)	(4.728)	(138.947)
IMPOSTOS PAGOS		(9.515)	(16.287)	(30.844)
Corrente		(8.478)	(12.546)	(30.372)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	10(b)	(1.037)	(3.741)	(472)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**77.599**	**6.013**	**(4.637.670)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de investimentos		(2)	(2)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(2)**	**(2)**	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**77.597**	**6.011**	**(4.637.670)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		94.606	166.192	4.803.862
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	172.203	172.203	166.192
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**77.597**	**6.011**	**(4.637.670)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia e/ou Safra Leasing") é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Safra Leasing adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações. Dentre eles, as entidades de arrendamento mercantil devem apresentar suas operações pelo método financeiro, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos nas Resoluções nº BCB 02/2020, CMN nº 4.818/2020 e normativos complementares. Destacamos: I. A apresentação no Balanço Patrimonial: • Apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. • valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, calculado utilizando taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não previsto, pela taxa que equaliza o valor do bem arrendado ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos, incluindo o valor residual garantido. II. A apresentação na Demonstração do Resultado. • Resultado líquido de juros – Operações de arrendamento mercantil – Referida Circular altera somente a forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, sem modificar a forma de contabilização dessas operações ou os montantes totais do patrimônio líquido e resultado da entidade. • Outros resultados das operações líquidas dos seus custos diretos. Tais custos são representados substancialmente por recuperação, originação e manutenção das operações. III. Adicionalmente, neste período, passamos a apresentar os impostos pagos, anteriormente apresentados como ajustes ao lucro líquido, como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para fins de comparabilidade, os saldos decorrentes do critério adotado neste período foram reclassificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período anterior. A reclassificação não afetou os totais das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa. Apresentamos abaixo os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes da Safra Leasing, conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020.

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) líquido no período	(12.743)	6.366
(-) Resultado não recorrente - Provisões para contingências – Nota 10(b)	28.467	(48.362)
Resultado recorrente	(41.210)	54.728

b) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura - I. Resolução CMN nº 4.924: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN. O Safra não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma. II. Resolução CMN nº 4.966 (IFRS 9): Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e *hedge accounting*. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. É necessário envio de plano de implementação da norma, aprovado pelo Conselho de Administração, até 30.06.2022 ao BACEN, e divulgação de um resumo nas demonstrações de 31.12.2022. A norma também aborda sobre a mensuração de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial, quando disponível para a venda, à ser mensurado pelo menor entre valor contábil líquido do ativo ou valor justo, sendo este item em vigor em 01.01.2022. III. Resolução CMN nº 4.975 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Safra Leasing.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Fluxos de Caixa - I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. As operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro. **b) Instrumentos financeiros -** I. Classificação e mensuração - Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são apresentados nas rubricas de carteira de crédito e outros ativos financeiros do balanço patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de *Hedge* de risco de mercado. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais a Safra Leasing tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado, exceto se tais ativos financeiros tiverem sido designados como objeto de Hedge de risco de mercado. As variações negativas no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Safra Leasing, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado e demonstrados pelos valores das exigibilidades. Consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. II. Valor justo: A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. O processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado. III. Baixa de instrumentos financeiros: De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada. **c) Operações de arrendamento mercantil e provisão para risco de crédito -** Embora a Resolução BCB nº 2/2020 tenha alterado a forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, os procedimentos contábeis de registro permaneceram inalterados. Deste modo, a carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria MF nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: I. Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. II. Imobilizado de Arrendamento - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: (i) veículos e afins - 20% a 28,5%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10% a 20%; e (iii) aeronaves – 10% a 20%, sendo que 10% para aviões a jato de carreira, 14,3% para avião a jato executivo e 20% para avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor. III. Valor residual garantido – VRG - O VRG é registrado pelo valor contratual, em contrapartida a conta retificadora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica "Credores por antecipação de valor residual" e apresentadas como retificadora na rubrica "Operações de arrendamento mercantil – Ativo". IV. Perdas em Arrendamentos - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento. V. Superveniência (insuficiência) de depreciação - Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. VI. Provisão para risco de crédito - Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *pro rata temporis* até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas à sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda do bem não de uso (regime de caixa). A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao

(continua)

(continuação)

Safra Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (EM MILHARES DE REAIS)

risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. Além disso, a Safra Leasing considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração. **d) Investimentos** - Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **e) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros** - A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2021 e 31.12.2020. **f) Ativos e passivos contingentes** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: representados por devedores por depósitos em garantia de contingências e créditos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O crédito contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. III. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais pelas quais sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **g) Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.424/2015, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Safra Leasing não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. **h) Tributos** - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social [2]	PIS	COFINS	ISS
Instituições financeiras	25%	15% - 20%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. [2] A Lei nº 14.183/2021, que aprova a Medida Provisória nº 1.034/2021, altera a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20%, sendo esta alíquota aplicada no período de 01.07.2021 até 31.12.2021. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. **i) Lucro por ação** - O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Safra Leasing pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Safra Leasing e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **j) Patrimônio líquido** - I. Dividendos e juros sobre o capital próprio - A distribuição de dividendos aos acionistas da Safra Leasing é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, ao final do exercício, com base no estatuto social, para os dividendos mínimos obrigatórios nele definidos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. A base de cálculo desses dividendos é o resultado apurado pelas normas brasileiras normatizadas pelo Banco Central do Brasil. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas demonstrações contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado. II. Reservas realizadas - A reserva de lucros é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações legais, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral. O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, após as deduções e provisões legais. Destina-se 5% do lucro líquido à reserva legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. **k) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) créditos tributários e (v) provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferente dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades – Nota 13(b)	6.691	8.511
Fundo de investimento exclusivo – Nota 5(a)	165.512	157.681
Total	**172.203**	**166.192**

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição da carteira

	31.12.2021			Valores por prazo de vencimento			31.12.2020
	Custo amortizado	Ajuste ao Valor Justo [2]	Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**414.067**	-	**414.067**	-	**414.067**	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros – Nota 13(b)	414.067	-	414.067	-	414.067	-	-
Carteira de títulos – Títulos para negociação	**2.965.172**	**(143.290)**	**2.821.882**	**165.512**	-	**2.656.370**	**157.681**
Títulos públicos – Letras do Tesouro Nacional	2.799.660	(143.290)	2.656.370	-	-	2.656.370	-
Fundos de investimentos exclusivos [1]	165.512	-	165.512	165.512	-	-	157.681
Total em 31.12.2021	**3.379.239**	**(143.290)**	**3.235.949**	**165.512**	**414.067**	**2.656.370**	**157.681**
Total em 31.12.2020	**157.681**	-	**157.681**	**157.681**	-	-	
Fundos de investimentos exclusivos [1]	157.681	-	157.681	157.681	-	-	

[1] Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo J. Safra (Parte Relacionada) – Notas 4 e 13(b), cuja carteira proporcional está distribuída conforme abaixo. [2] Nota 8(b).

Títulos para negociação	31.12.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	165.464	157.654
Outros	48	27
Total – Nota 4	**165.512**	**157.681**

Em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Safra Leasing não detinha operações de instrumentos financeiros derivativos. **b) Valor justo** - I. Classificação por nível de ativos financeiros ao valor justo

	31.12.2021 [1]		
	Nível 1	Nível 2	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	**414.067**	**414.067**
Carteira de títulos – Títulos para negociação	**2.821.834**	**48**	**2.821.882**
Títulos Públicos - LTN	2.656.370	-	2.656.370
Fundos de investimentos exclusivos	165.464	48	165.512

[1] Não havia operações classificadas no nível 3.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – NOTA 3(c)

a) Composição da carteira de arrendamento a valor presente

	31.12.2021	31.12.2020
Carteira de crédito	**917.189**	**969.521**
Operações de arrendamento mercantil	11.451	13.927
Arrendamento a receber	540.871	567.956
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(529.420)	(554.029)
Valores residuais a realizar	595.116	638.356
Valores residuais a balancear	(595.116)	(638.356)
Imobilizado de arrendamento	1.372.699	1.383.073
Bens arrendados	2.070.533	2.092.784
Veículos e afins	799.180	812.426
Máquinas e equipamentos	784.719	829.901
Aeronaves	445.317	401.169
Perdas em arrendamentos a amortizar	37.872	45.305
Outros	3.445	3.983
Total de depreciação acumulada de bens arrendados	(697.834)	(709.711)
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.305.140)	(1.205.847)
Superveniência de depreciação	607.306	496.136
Credores por antecipação de valor residual – VRG	(466.961)	(427.479)
Provisão para risco de crédito – Nota 6(b)	**(7.033)**	**(3.451)**
Total – Nota 2(a)	**910.156**	**966.070**

b) Provisão para risco de crédito e resultado com risco de crédito

	Saldo no início do período	(Constituição)/ Reversão	Baixas a Prejuízo	Saldo no final do período
Provisão Mínima Requerida – Resolução CMN nº 2.682/1999	(3.451)	(953)	815	(3.589)
Provisão Adicional	-	(3.444)	-	(3.444)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2021	**(3.451)**	**(4.397)**	**815**	**(7.033)**
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2020	**(14.033)**	**10.320**	**262**	**(3.451)**
Provisão Mínima Requerida – Resolução CMN nº 2.682/1999	(6.169)	2.456	262	(3.451)
Provisão Adicional	(7.864)	7.864	-	-

c) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão

	31.12.2021										31.12.2020
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Arrendamento Mercantil	834.147	40.981	37.142	2.871	327	-	-	-	1.721	917.189	966.564
Finame Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.957
Total da carteira em 31.12.2021	**834.147**	**40.981**	**37.142**	**2.871**	**327**	-	-	-	**1.721**	**917.189**	**969.521**
Provisão Mínima Requerida	(853)	(268)	(511)	(162)	(74)	-	-	-	(1.721)	(3.589)	(3.451)
Provisão Adicional	(2.558)	(138)	(600)	(124)	(24)	-	-	-	-	(3.444)	-
Total provisão em 31.12.2021	**(3.411)**	**(406)**	**(1.111)**	**(286)**	**(98)**	-	-	-	**(1.721)**	**(7.033)**	**(3.451)**
Total da carteira em 31.12.2020	**800.745**	**119.989**	**35.042**	**12.270**	-	**45**	-	**4**	**1.426**	**969.521**	
Provisão Mínima Requerida	(63)	(822)	(412)	(712)	-	(13)	-	(3)	(1.426)	(3.451)	
Total provisão em 31.12.2020	**(63)**	**(822)**	**(412)**	**(712)**	-	**(13)**	-	**(3)**	**(1.426)**	**(3.451)**	

d) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações

	31.12.2021		31.12.2020	
	Carteira	Provisão mínima requerida	Carteira	Provisão mínima requerida
Curso Anormal	**4.777**	**(1.555)**	**1.169**	**(834)**
Operações Vencidas:				
De 15 a 30 dias	3.286	(75)	305	(3)
De 31 a 60 dias	1.491	(1.480)	-	-
De 61 a 365 dias	-	-	864	(831)
Curso Normal	**912.412**	**(2.034)**	**968.352**	**(2.617)**
Parcelas Vencidas – Vencidas até 14 dias	568	(4)	376	(1)
Parcelas Vincendas:				
De 01 a 30 dias	32.174	(101)	33.217	(96)
De 31 a 60 dias	33.793	(110)	35.006	(99)
De 61 a 90 dias	31.525	(103)	31.817	(94)
De 91 a 180 dias	90.014	(293)	92.141	(277)
De 181 a 365 dias	185.666	(429)	186.404	(533)
Acima de 365 dias	538.672	(994)	589.391	(1.517)
Total	**917.189**	**(3.589)**	**969.521**	**(3.451)**

[1] Curso Anormal – Operações vencidas há mais de 14 dias. [2] Curso Normal – Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (*Non Accrual*), montam em R$ 864 em 31.12.2020.

e) Distribuição da carteira por ramo de atividade

	31.12.2021	31.12.2020
Setor Privado:		
Serviços	597.081	661.075
Comércio	189.552	213.639
Indústria	86.431	67.923
Pessoas Físicas	-	27
Rural	2.709	13.259
Habitação	41.416	13.598
Total	**917.189**	**969.521**

7. PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2021				31.12.2020
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos captados [1]	**2.968.526**	**725.256**	**29.099**	**3.722.881**	**617.539**
Depósitos interfinanceiros – Nota 13(b)	2.778.434	-	-	2.778.434	-
Recursos de aceites e emissões de títulos – Letras de arrendamento mercantil	190.092	725.256	29.099	944.447	617.539
Obrigações por repasses no país - Finame	-	-	-	-	3.490
Total em 31.12.2021	**2.968.526**	**725.256**	**29.099**	**3.722.881**	**621.029**
Total em 31.12.2020	**278.510**	**238.392**	**104.127**	**621.029**	

[1] Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI e PRÉ.

8. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADOS COM OPERAÇÕES

a) Resultado líquido de juros

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Operações de arrendamento mercantil – Nota 6	45.748	82.820	88.232
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e ativos financeiros – Notas 5 e 13(b)	122.172	126.597	47.939
Outras receitas financeiras	267	419	817
Total das receitas de juros	**168.187**	**209.836**	**136.988**
Operações com passivos financeiros – Notas 7 e 13(b)	(110.489)	(121.896)	(78.804)
Outras despesas financeiras	(1.789)	(3.634)	(6.174)
Total das despesas de juros	**(112.278)**	**(125.530)**	**(84.978)**
Resultado líquido de juros	**55.909**	**84.306**	**52.010**

b) Resultado líquido com instrumentos financeiros - Em 2021, refere-se a resultado não realizado no montante de R$ (143.290).

9. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos fiscais e contingentes [2]	**246.339**	**212.464**
Contingentes – Devedores por depósito em garantia de contingências – Nota 10(b) [1]	151.470	150.979
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais	147.095	147.055
Cíveis e trabalhistas	4.375	3.924
Fiscais	94.869	61.485
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	9.808	10.969
Diferidos – Créditos tributários – Nota 11(b-I(1))	85.061	50.516
Passivos fiscais e provisão para contingências [2]	**210.597**	**247.414**
Provisão para contingências – Nota 10(b)	65.317	120.456
Fiscais	145.280	126.958
Correntes	2.776	2.612
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.823	1.955
Impostos e contribuições a recolher	953	657
Diferidos – Obrigações fiscais – Nota 11(b-I(2))	142.504	124.346

[1] As parcelas vinculadas a contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais provisionadas estão relacionadas na Nota 10(b). [2] Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e as operações de devedores por depósito em garantia de contingências e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Despesas de pessoal

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Remuneração e participação nos resultados	(821)	(1.722)	(1.752)
Benefícios	(54)	(95)	(97)
Encargos sociais	(199)	(364)	(368)
Desligamentos e adicionais da folha	-	(30)	(66)
Total	**(1.074)**	**(2.211)**	**(2.283)**

c) Despesas administrativas - Totaliza R$ (726) no segundo semestre, R$ (1.498) (R$ (3.291) em 2020) e são representadas substancialmente por Serviços do Sistema Financeiro e de Terceiros no montante de R$ (324) no segundo semestre, R$ (698) (R$ (1.633) em 2020) e Instalações e aluguéis no montante de R$ (300) no segundo semestre, R$ (594) (R$ (562) em 2020). Em 2020 houve Doações no montante de R$ (900).

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes - Em 2021 foi recebido o montante de R$ 2.931 relativo a PIS/COFINS restituído de períodos anteriores e seu efeito esta demostrado em "Outras Receitas Operacionais" na Demonstração do Resultado. Em 24.09.2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Extraordinário nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "... inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". Referida decisão foi tomada de forma unânime no mérito e em sede de repercussão geral. Considerando que i) o Safra possui ação judicial própria sobre o tema e ii) o histórico de modulações pelo STF, o Safra entende que seu direito de recuperar o IRPJ e a CSLL pagos indevidamente esteja resguardado. Desta forma, foi reconhecido no período o montante de R$ 3.194, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais" – Nota 2(a).

b) Passivos Contingentes: As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas – Nota 9(a):

	01.01 a 31.12.2021				01.01 a 31.12.2020
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [3]	Total	Total
Saldo no início do período	**23.504**	**175**	**96.777**	**120.456**	**69.700**
Atualização / Encargos [1]	3.418	10	78	3.506	6.009
Movimentação do período Refletida no Resultado [2]	(2.693)	12	(47.670)	(50.351)	50.690
Constituição / (Reversão)	(2.549)	12	(47.634)	(50.171)	51.215
Reversão por êxito	(144)	-	(36)	(180)	(525)
Pagamento	(4.547)	(6)	(3.741)	(8.294)	(5.943)
Saldo no final do período [4]	**19.682**	**191**	**45.444**	**65.317**	**120.456**
Depósitos em Garantia de Recursos – 31.12.2021	**4.296**	**79**	**145.003**	**149.378**	
Depósitos em Garantia de Recursos – 31.12.2020	**3.868**	**56**	**144.947**	**148.871**	

[1] Registrado em "Outras despesas financeiras". [2] Registradas em "Outras receitas/(despesas) operacionais". A movimentação refere-se à reversão de provisão não recorrente no montante de R$ 52.386 (constituição de R$ (80.604) em 2020) – Nota 2(a), relativa a ISS sobre operações. [3] O saldo das contingências fiscais e previdenciárias está representado substancialmente por contingência de ISS, na qual se discute o local da prestação do serviço de leasing no montante de R$ 41.280 (R$ 92.914 em 31.12.2020), e PER/DCOMPs não homologados pela Receita Federal do Brasil no montante de R$ 3.652 (R$ 3.602 em 31.12.2020). [4] Deste montante, R$ 4.083 (R$ 4.693 em 31.12.2020) está classificado no Circulante e R$ 61.234 (R$ 115.763 em 31.12.2020) no Não Circulante. O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R$ 2.963 (R$ 791 em 31.12.2020). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

11. TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições - I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021		2020
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(33.260)**	**(9.181)**	**1.408**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) – Nota 3(h)	13.303	3.672	(563)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**(7.234)**	**(7.234)**	**5.521**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**6.069**	**(3.562)**	**4.958**

II. Despesas tributárias das operações - Totaliza R$ 1.906 no segundo semestre, R$ (1.630) (R$ (8.184) em 2020) e estão representadas por ISS no montante R$ (2.061) no segundo semestre, R$ (4.211) (R$ (5.499) em 2020) e PIS/COFINS corrente e diferido no montante de R$ 3.967 no segundo semestre, R$ 2.581 (R$ (2.685) em 2020). **b) Ativos e passivos fiscais – Nota 9(a)** - I. Movimentação e realização dos ativos e passivos fiscais diferidos.

(1) Ativos fiscais diferidos - Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Provisões para contingências – Nota 10(b)	48.182	(28.307)	19.875
Provisão de risco de crédito	2.238	1.432	3.670
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Financeiros	-	61.314	61.314
Outros	96	106	202
Total em 31.12.2021	**50.516**	**34.545**	**85.061**
Total em 31.12.2020	**28.476**	**22.040**	**50.516**

(2) Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Superveniência de depreciação	124.034	18.150	142.184
Outras	312	8	320
Total em 31.12.2021	**124.346**	**18.158**	**142.504**
Total em 31.12.2020	**125.710**	**(1.364)**	**124.346**

II. Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência

Exercício de realização	Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias – Nota 11 (b-I(1))	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Nota 11 (b-I(2))	Tributos Diferidos Líquidos
2022	32.428	(78.944)	(46.516)
2023	33.513	(37.748)	(4.235)
2024	3.039	(17.305)	(14.266)
2025	1.741	(5.322)	(3.581)
2026	13.864	(3.185)	10.679
2027 a 2031	476	-	476
Total	**85.061**	**(142.504)**	**(57.443)**
Valor Presente [1]	**75.399**	**(129.560)**	**(54.161)**

[1] Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

O estudo técnico de realização dos tributos diferidos, elaborado nos termos do Artigo 4º da Resolução CMN nº 4.842/2020, é reavaliado semestralmente.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social da Safra Leasing está representado por 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2020) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Participação acionária integral do Banco Safra S.A. **b) Dividendos** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações. **c) Reservas de lucros**

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	**81.122**	**93.865**
Legal	76.841	76.841
Especial [1]	4.281	17.024

[1] Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22.04.2021, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 3.000 (R$ 2.000 em 2020), vigente até a data-base, tendo sido pago no período o montante de R$ (499) no segundo semestre, R$ (928) (R$ (944) em 2020). **b) Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas) 2021		2020
	31.12.2021	31.12.2020	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Disponibilidades – Nota 4 [1]	6.691	8.511	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez – Aplicação em depósitos interfinanceiros [3]	414.067	-	13.850	14.067	-
Recursos captados	(2.778.434)	(162)	(83.434)	(83.434)	(10.125)
Depósitos Interfinanceiros	(2.778.434)	-	(83.434)	(83.434)	-
Letras de arrendamento mercantil [3]	-	(162)	-	-	(10.125)
Outros ativos e passivos líquidos [1]	1.117	950	(224)	(428)	(1.066)
Sociais e Estatutárias – Dividendos a Pagar	-	(6)	-	-	-
Demais	1.117	956	(224)	(428)	(1.066)
Despesas de aluguéis	-	-	(262)	(527)	(506)
Severa Incorporações Imobiliárias S.A.	-	-	(183)	(366)	(366)
Demais empresas	-	-	(79)	(161)	(140)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). [2] Refere-se substancialmente a transações com instituições filantrópicas. [3] Operação cuja contraparte é o Banco Safra S.A.. Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5(a).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos - A Safra Leasing através de seu controlador Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Resolução nº 54/2020 do BACEN. **b) Comitê de auditoria** - Conforme previsto na Resolução CMN nº. 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site (www.safra.com.br). **c) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis** - No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. No entanto, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Desse modo, a companhia continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios.

A Diretoria

José Manuel da Costa Gomes - Contador - CRC nº 1SP219692/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 24.990.603/0001-46

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da J. Safra Holding S.A., relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

DESEMPENHO

Os ativos totais da J. Safra Holding S.A. – Consolidado totalizaram R$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2021, representados substancialmente por ativos financeiros no montante de R$ 214 milhões, ativos imobiliários no montante de R$ 620 milhões e ativos biológicos no montante de R$ 73 milhões. Em 2021, o resultado líquido das operações foi de R$ 347 milhões, com crescimento de 89,8% sobre igual período do ano anterior. No período, o lucro líquido foi de R$ 189 milhões, resultando em uma rentabilidade média anualizada de 23,3%. O patrimônio líquido atingiu R$ 907 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 2(a)

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 31.12.2021	INDIVIDUAL 31.12.2020	CONSOLIDADO 31.12.2021	CONSOLIDADO 31.12.2020
Disponibilidades	3(b)	1	-	234	366
Ativos financeiros	3(c) e 4(a)	527	173	213.677	66.842
Ativos do agronegócio	3(d)	-	-	83.161	74.733
Estoques		-	-	10.036	7.513
Ativos biológicos	6	-	-	73.125	67.220
Ativos imobiliários mantidos para venda	3(e) e 5(a)	-	-	99.260	121.233
Ativos fiscais e Contingentes	7(a)	98	71	19.128	51.793
Outros ativos	7(b)	-	-	203.560	187.057
Investimentos		910.910	721.320	520.860	525.981
Participações em controladas e coligadas	3(f-I) e 8	910.910	721.320	-	3.548
Ativos imobiliários mantidos para renda	3(f-II) e 5(b)	-	-	520.860	522.433
Imobilizado e Intangível	3(i) e 9	-	-	27.711	26.480
TOTAL DO ATIVO		**911.536**	**721.564**	**1.167.591**	**1.054.485**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 31.12.2021	INDIVIDUAL 31.12.2020	CONSOLIDADO 31.12.2021	CONSOLIDADO 31.12.2020
Obrigações financeiras	3(c) e 4(b)	-	-	22.357	26.458
Passivos fiscais e Contingências	3(k) e 7(a)	238	189	57.393	51.426
Outros passivos	7(b) e 11(b)	4.664	3.755	181.207	258.981
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	906.634	717.620	906.634	717.620
Capital social		570.758	570.758	570.758	570.758
Reserva de lucros		335.876	146.862	335.876	146.862
TOTAL DO PASSIVO		**911.536**	**721.564**	**1.167.591**	**1.054.485**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 2021	INDIVIDUAL 2020	CONSOLIDADO 2021	CONSOLIDADO 2020
RESULTADO COM ATIVOS DO AGRONEGÓCIO	6(c)	-	-	22.520	34.896
Receita líquida das vendas		-	-	24.856	10.994
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos		-	-	(2.336)	23.902
RESULTADO COM ATIVOS IMOBILIÁRIOS	5(c)	-	-	164.376	108.848
Receita líquida com ativos mantidos para renda		-	-	92.203	108.733
Receita líquida com ativos mantidos para venda		-	-	72.173	115
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7(c)	-	-	160.458	39.291
RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	8	196.566	90.068	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		**196.566**	**90.068**	**347.354**	**183.035**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.372)	(5.401)	(82.797)	(82.872)
Despesas administrativas	7(d)	(7.522)	(5.669)	(75.536)	(82.419)
Resultado financeiro	4(d)	145	268	5.693	1.158
Outras receitas/(despesas) operacionais	7(a) e 8	5	-	(12.954)	(1.611)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**189.194**	**84.667**	**264.557**	**100.163**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(l)	-	-	(75.363)	(15.496)
Impostos correntes		-	-	(37.940)	(19.492)
Impostos diferidos		-	-	(37.423)	3.996
LUCRO LÍQUIDO		**189.194**	**84.667**	**189.194**	**84.667**
Lucro básico e diluído por ações - Quantidade de ações 100.000 (100.000 em 31.12.2020)	3(n)	1,89	0,85	1,89	0,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	INDIVIDUAL 2021	INDIVIDUAL 2020	CONSOLIDADO 2021	CONSOLIDADO 2020
LUCRO LÍQUIDO		**189.194**	**84.667**	**189.194**	**84.667**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**189.194**	**84.667**	**189.194**	**84.667**
Resultado abrangente básico e diluído por ações - Quantidade de ações 100.000 (100.000 em 31.12.2020)	3(n)	1,89	0,85	1,89	0,85

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 10

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**570.758**	**62.293**	**-**	**633.051**
Lucro líquido do período	-	-	84.667	84.667
Destinações:				
Reserva legal	-	4.233	(4.233)	-
Reserva especial	-	80.353	(80.353)	-
Dividendos	-	(17)	(81)	(98)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**570.758**	**146.862**	**-**	**717.620**
Lucro líquido do período	-	-	189.194	189.194
Destinações:				
Reserva legal	-	9.460	(9.460)	-
Reserva especial	-	179.554	(179.554)	-
Dividendos	-	-	(180)	(180)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**570.758**	**335.876**	**-**	**906.634**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM DEZEMBRO - NOTA 3(b)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**(7.372)**	**(5.401)**	**302.085**	**120.841**
Resultado operacional antes da tributação		189.194	84.667	264.557	100.163
Lucro líquido		189.194	84.667	189.194	84.667
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	3(l)	-	-	75.363	15.496
Ajustes ao lucro operacional		(196.566)	(90.068)	37.528	20.678
Depreciações, amortizações e redução ao valor recuperável	5, 8 e 9(b)	-	-	51.261	43.992
Ajustes ao valor justo - Ativos biológicos	6(c)	-	-	2.336	(23.902)
Juros sobre ativos e obrigações financeiras	4(d)	-	-	(5.360)	(1.041)
Resultado de participação em controladas e coligadas	8	(196.566)	(90.068)	-	-
Provisões para contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias	7(a)	-	-	11.076	1.762
Resultado não realizado - Ativos imobiliários	7(b)	-	-	(32.463)	-
Provisão para pagamentos a efetuar		-	-	10.678	(133)
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS		**751**	**2.425**	**(70.288)**	**(58.590)**
Em ativos do agronegócio		-	-	(10.764)	1.250
Em ativos imobiliários mantidos para venda	5(a)	-	-	-	2.216
Em ativos e passivos fiscais e contingentes		22	(151)	(9.638)	(1.679)
Em outros ativos e passivos		729	2.576	(11.717)	(42.295)
Impostos pagos		-	-	(38.169)	(18.037)
Corrente		-	-	(37.264)	(17.961)
Contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias		-	-	(905)	(76)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(6.621)**	**(2.976)**	**231.797**	**62.251**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Ativos financeiros - (Aplicações)/Resgates	4	(354)	(173)	(138.981)	(39.786)
Investimentos em controladas e coligadas e outros	8	6.976	3.129	-	-
Aumento de capital		(74.757)	-	-	-
Redução de capital		27.146	77.005	-	-
Dividendos recebidos		58.582	67.235	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(4.000)	(141.111)	-	-
Ativos imobiliários mantidos para renda	5(b)	-	-	(71.792)	(117.607)
Aquisição		-	-	(71.792)	(120.080)
Alienação		-	-	-	46.305
Imobilizado e intangível	9(b)	-	-	(14.561)	(9.578)
Aquisição		-	-	(16.182)	(10.294)
Alienação		-	-	1.621	716
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**6.622**	**2.956**	**(225.334)**	**(123.139)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
(Amortizações)/Captações - Obrigações financeiras		-	-	(6.595)	(2.106)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**-**	**-**	**(6.595)**	**(2.106)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1**	**(20)**	**(132)**	**(62.994)**
Caixa e equivalente de caixa no início dos períodos		-	20	366	63.360
Caixa e equivalente de caixa no fim dos períodos		1	-	234	366
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1**	**(20)**	**(132)**	**(62.994)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A J. Safra Holding S.A. ("Companhia"), na qualidade de sócia, acionista ou quotista, tem por objeto social a participação em outras sociedades, que exercem, em sua maioria, atividades relacionadas a operações imobiliárias, agronegócio, telecomunicações e gestão de investimento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação - As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia opta pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1). Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. Adicionalmente, neste período, passamos a apresentar os impostos pagos, anteriormente apresentados como ajustes ao lucro líquido, como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para fins de comparabilidade, os saldos decorrentes do critério adotado neste período foram reclassificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período anterior. A reclassificação não afetou os totais das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa. **b) Adoção de novos normativos** - Novos Pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, aplicáveis ao período findo em 31.12.2021: Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) – Fase II - A revisão nº 17/2020 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) altera os pronunciamentos 06 (R2), 11, 38, 40 (R1) e 48 podem ser resumidas em: modificação de ativos e passivos financeiros e divulgação em decorrência da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado IBOR. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01.01.2021. No entanto, não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da Fase II. **c) Base de consolidação** - As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que compreendem a J. Safra Holding e suas controladas diretas – Nota 8 e indiretas. Desta forma, os saldos das contas patrimoniais e os resultados entre a controladora e as sociedades controladas, bem como os resultados não realizados entre as empresas incluídas na consolidação, foram eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. **d) Moeda Funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxo de caixa:** • Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. • Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **c) Instrumentos financeiros** - Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) ao Custo amortizado; (ii) ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) ao valor justo no resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **d) Ativos do agronegócio** - I. Estoques - Os estoques são compostos, substancialmente, por insumos agropecuários utilizados no plantio e nos processos de cria, recria e engorda do rebanho bovino, e são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, entre os dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. II. Ativos biológicos - São compostos substancialmente pelo rebanho de gado bovino, sendo, matrizes utilizadas no processo de recria, e gado em fase de cria e engorda, o qual é vendido para abate; por soja; e por milho. O custo do rebanho de gado bovino é determinado pelo seu custo de formação, compostos basicamente por insumos e depreciação, acrescido dos nascimentos. Já o custo do rebanho de gado reprodutor é ajustado pela depreciação, calculada pelo método linear, com taxas anuais aplicadas, em 14,28% para matrizes e 20,00% para touros. Os ativos biológicos (rebanho de gado bovino e reprodutor) são mensurados a valor justo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo registrados no resultado do período na rubrica "Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos". **e) Ativos imobiliários mantidos para venda** - Os ativos imobiliários mantidos para venda são reconhecidos de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e referem-se a imóveis. Desta forma, a Companhia mensura tais ativos pelo menor entre o valor contábil e o valor justo dos ativos menos as despesas de venda, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando o valor contábil do ativo excede seu valor justo. **f) Investimentos** - I. Participações em controladas e coligadas - Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. II. Ativos imobiliários mantidos para renda – Propriedades para investimento - As propriedades para investimento são contabilizadas de acordo com o CPC 28 - Propriedade para Investimento e estão representados substancialmente por imóveis. De acordo com a norma, é opção da Companhia adotar como política contábil a mensuração de propriedades para investimento pelo método do custo ou do valor justo, aplicando a todas as suas propriedades para investimento. A companhia adota como política a mensuração de suas propriedades para investimento pelo método do custo, líquido de depreciação calculada com base nos mesmos critérios aplicados ao imobilizado de uso de mesma natureza e sujeito à análise de perda por redução do valor recuperável desses bens (*impairment*). O valor justo desses ativos classificados como propriedade para investimento foi determinado e está apresentado na Nota 5(b). **g) Mensuração do valor justo** - A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretamente ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade. O valor justo dos ativos biológicos é determinado com base nos preços cotados nos mercados ativos, no caso de criação são observadas as classificações de idade, raça e qualidades genéticas similares e, no caso de plantações, o valor presente da expectativa de fluxo de caixa futuros. O valor justo dos ativos imobiliários é obtido através de laudo de avaliação, interna ou de terceiros, conforme o caso. São consideradas as condições de mercado de cada localidade, tais como velocidade de venda, quantidade de ofertas, valor de vendas efetivas, etc. **h) Ativos circulantes e não circulantes, exceto ativos financeiros** - Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização. Ativos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto a variações monetárias futuras, considerando o prazo das referidas operações. **i) Imobilizado e Intangível** - São reconhecidos pelos seus valores de custo, líquidos das depreciações e amortizações, respectivamente, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos imobilizados são bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das atividades da entidade e que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo que as taxas anuais aplicadas, em função da vida útil econômica dos bens, são as seguintes: (i) edificações 4%; (ii) móveis e utensílios 10%; (iii) sistemas de segurança e transporte 20%. Os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. As amortizações são reconhecidas, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, sendo que a taxa anual aplicada para as aquisições e desenvolvimento de software é de até 20%, considerando o período do contrato. **j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros** - O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. **k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **l) Tributos** - Impostos Correntes – apurados de acordo com o regime de tributação da Companhia e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calcula à alíquota de 9%. Impostos diferidos – representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. Até 31.12.2020 a Companhia registrava também os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa – Nota 7(a). Impostos diretos – As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base cumulativa são de 0,65% e 3,00% e na base não cumulativa são de 1,65% e 7,60%, sendo que a alíquota das Receitas financeiras são 0,65% e 4%. A alíquota de ISS varia de acordo com a prestação de serviços, podendo chegar a 5%. Os impostos diretos são apresentados na Receita Líquida das áreas de negócio. **m) Benefícios a empregados** - Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Companhia não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. **n) Lucro por ações** - Conforme dispõe o CPC 41 – Lucro por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. **o) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receita e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) créditos tributários; e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) valor justo dos ativos imobiliários; (vi) valor justo dos ativos biológicos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros

CONSOLIDADO	31.12.2021 Até 90 dias	31.12.2021 De 91 a 365 dias	31.12.2021 Acima de 365 dias	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Certificado de Depósito Bancário [1]	3.810	190.618	-	194.428	49.864
Venda futura – Termo – Nota 4(c)	19.249	-	-	19.249	16.978
Total em 31.12.2021 [2]	**23.059**	**190.618**	**-**	**213.677**	**66.842**
Total em 31.12.2020 [2]	**11.378**	**49.591**	**5.873**	**66.842**	

[1] Inclui operações com partes relacionadas – Nota 11(b). [2] Nível I – Nota 3(g). Durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos realizados em mercado estruturados.

b) Obrigações financeiras

CONSOLIDADO	31.12.2021 Até 90 dias	31.12.2021 De 91 a 365 dias	31.12.2021 De 1 a 2 anos	31.12.2021 De 3 a 5 anos	31.12.2021 Acima de 5 anos	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
Empréstimos	-	490	1.070	1.548	-	3.108	3.504
Financiamentos – Nota 11(b)	-	-	-	-	-	-	5.976
Venda futura – Termo – Nota 4(c)	19.249	-	-	-	-	19.249	16.978
Total em 31.12.2021	**19.249**	**490**	**1.070**	**1.548**	**-**	**22.357**	**26.458**
Total em 31.12.2020	**11.378**	**6.030**	**484**	**2.978**	**5.588**	**26.458**	

c) Contrato de compra e venda futura de soja - A Companhia efetivou contratos de compra e venda a preço fixo no valor de R$ 19.249 (R$ 16.978 em 31.12.2020). Os contratos foram firmados em julho e outubro de 2021, registrados no ativo e obrigações financeiras, respectivamente, o resultado será apurado em março de 2022 quando houver a realização do objeto do contrato com entrega física da soja. Estes contratos não têm características de instrumentos financeiros derivativos.

d) Resultado financeiro

CONSOLIDADO	2021	2020
Receita com ativos financeiros, líquida de impostos diretos– Nota 3(l)	5.262	1.645
Atualização sobre ativos imobiliários	970	467
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(223)	(604)
Atualização de contingências, depósito judicial e outras	(316)	(350)
Total [1]	**5.693**	**1.158**

[1] Totaliza R$ 145 (268 em 2020), na Individual.

5. ATIVOS IMOBILIÁRIOS

a) Resumo

CONSOLIDADO	31.12.2021 Custo contábil	31.12.2021 Depreciação acumulada	31.12.2021 Líquido	31.12.2020 Custo contábil	31.12.2020 Depreciação acumulada	31.12.2020 Líquido
Mantidos para venda	99.260	-	99.260	121.233	-	121.233
Mantidos para renda	760.945	(240.085)	520.860	753.825	(231.392)	522.433
Total	**860.205**	**(240.085)**	**620.120**	**875.058**	**(231.392)**	**643.666**

b) Movimentações dos ativos – Notas 3(e), (f-II) e (j)

CONSOLIDADO	01.01 a 31.12.2021 Mantidos para Venda	01.01 a 31.12.2021 Mantidos para Renda	01.01 a 31.12.2021 Total	01.01 a 31.12.2020 Mantidos para Venda	01.01 a 31.12.2020 Mantidos para Renda	01.01 a 31.12.2020 Total
Saldo no início do período	**121.233**	**522.433**	**643.666**	**120.533**	**414.663**	**535.196**
Entradas por aquisições e construções – Nota 7(b)	-	33.393	33.393	-	163.912	163.912
Baixas por alienação – Nota 5(c)	(20.913)	-	(20.913)	(2.216)	(46.305)	(48.521)
Efeitos no resultado – Depreciações e Redução ao valor recuperável – Nota 5(c)	-	(34.887)	(34.887)	-	(6.406)	(6.406)
Outros	(1.060)	(79)	(1.139)	2.916	(3.431)	(515)
Saldo no final do período	**99.260**	**520.860**	**620.120**	**121.233**	**522.433**	**643.666**

O valor justo desses imóveis monta em R$ 2.020.592 (R$ 1.952.825 em 31.12.2020) – Notas 3(f-II) e (g).

(continua)

(continuação)

J. Safra Holding S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 24.990.603/0001-46

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - EM MILHARES DE REAIS

c) Resultado com ativos imobiliários

CONSOLIDADO	2021	2020
Receita líquida com ativos mantidos para renda	92.203	108.733
Receita bruta de aluguéis – Nota 11(b)	152.010	130.291
Custos diretos – Depreciações, Redução ao valor recuperável e Outros – Nota 5(b)	(39.932)	(12.750)
Lucro na venda de bens	-	4.446
Dedução de impostos diretos – Nota 3(l) [1][2]	(19.875)	(13.254)
Receita líquida com ativos mantidos para venda	72.173	115
Receita bruta de – Nota 7(b)	95.195	2.035
Custo das vendas – CPV – Nota 5(b)	(20.913)	(1.832)
Dedução de impostos diretos – Nota 3(l) e outros [1]	(2.109)	(88)
Resultado líquido das operações	**164.376**	**108.848**

[1] Representados substancialmente por PIS/COFINS. [2] Inclui IPTU.

6. ATIVOS DO AGRONEGÓCIO

a) Composição de saldo dos ativos biológicos – Notas 3(d-II) e (g)

CONSOLIDADO	31.12.2021 Quantidades de gados [1]	31.12.2021 Custo amortizado	31.12.2021 Ajuste ao valor justo	31.12.2021 Valor Justo	31.12.2020 Quantidades de gados [1]	31.12.2020 Valor Justo
Rebanho de gado bovino	13.482	13.699	12.394	26.093	13.043	30.684
Rebanho de gado reprodutor	11.029	8.670	22.487	31.157	9.767	25.857
Soja e Milho	-	15.875	-	15.875	-	10.679
Total em 31.12.2021	**24.511**	**38.244**	**34.881**	**73.125**	**22.810**	**67.220**
Total em 31.12.2020	**22.810**	**30.003**	**37.217**	**67.220**		

[1] Deste montante, 2.363 (2.306 em 31.12.2020) se refere à rebanho de gado bovino e 11.029 (9.767 em 31.12.2020) rebanho de gado reprodutor, com idade superior a 24 meses, e estão classificados no Ativo Circulante.

b) Movimentação dos ativos biológicos

CONSOLIDADO	31.12.2021 Quantidades de gados	31.12.2021 Rebanho de gado bovino	31.12.2021 Rebanho de gado reprodutor	31.12.2021 Soja e Milho	31.12.2021 Total	31.12.2020 Total
Saldo no início do período	**22.810**	**30.684**	**25.857**	**10.679**	**67.220**	**39.766**
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos – Nota 6(c)	-	(5.935)	3.599	-	(2.336)	23.902
Transferências de categorias	-	(3.419)	3.419	-	-	-
Custo de formação [1]	8.209	9.542	-	25.617	35.159	25.278
Estoque inicial	-	6.115	-	25.617	31.732	22.156
Nascimentos e compras	8.209	3.427	-	-	3.427	3.122
Saídas	(6.508)	(4.779)	(1.718)	(20.421)	(26.918)	(21.726)
Custo das vendas – CPV – Nota 6(c)	(5.915)	(4.388)	(134)	(20.407)	(24.929)	(19.995)
Mortes	(578)	(373)	(25)	-	(398)	(371)
Depreciação	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.360)
Perdas inventário	(15)	(18)	-	-	(18)	-
Outras [2]	-	-	-	(14)	(14)	-
Saldo no final do período	**24.511**	**26.093**	**31.157**	**15.875**	**73.125**	**67.220**

[1] O rebanho de gado bovino apresenta a depreciação do período incorporada ao custo de formação no montante de R$ 4.046 (R$ 4.312 em 2020) – Nota 9(b). [2] Milho plantado e colhido que não foi vendido, foi levado para estoque para alimentação do Gado.

c) Resultado com ativos do agronegócio

CONSOLIDADO	2021 Rebanho de Gado	2021 Soja	2021 Milho	2021 Total	2020 Total
Receita líquida de vendas	13.225	10.293	1.338	24.856	10.994
Receita bruta	19.349	30.749	2.648	52.746	32.596
Dedução de impostos diretos– Nota 3(l) e outros	(1.602)	(1.332)	(27)	(2.961)	(1.607)
Custo das vendas – CPV – Nota 6(b)	(4.522)	(19.124)	(1.283)	(24.929)	(19.995)
Ajuste ao valor justo dos ativos biológicos – Nota 6(b)	(2.336)	-	-	(2.336)	23.902
Total em 31.12.2021	**10.889**	**10.293**	**1.338**	**22.520**	**34.896**
Total em 31.12.2020	**33.073**	**1.576**	**247**	**34.896**	

7. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Ativos fiscais e contingentes	**19.128**	**51.793**
Devedores por depósito em garantia de contingências [1][2]	7.308	7.060
Fiscais [2]	11.820	44.733
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	11.820	5.901
Diferidos – Crédito tributário [4]	-	38.832
Passivos fiscais e provisão para contingências	**57.393**	**51.426**
Provisão para contingências [1][3]	29.069	19.439
Fiscais [2]	28.324	31.987
Correntes	15.661	18.126
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	7.285	7.717
Impostos e contribuições a recolher	8.376	10.409
Diferidos – Obrigações fiscais [4]	12.663	13.861

[1] Devedores por depósito em garantia de contingências correspondem basicamente a parcelas vinculadas a contingências fiscais. [2] As operações de devedores por depósito em garantia de contingências e ativos e passivos fiscais correntes estão classificadas no Ativo e Passivo Circulante e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificadas no Ativo e Passivo Não Circulante. [3] Representado substancialmente por processos administrativos fiscais, que discutem o indeferimento de pedido de compensação no montante de R$ 18.750 (R$ 13.864 em 31.12.2020) e contribuição previdenciária no montante de R$ 6.106 (R$ 1.306 em 31.12.2020). As movimentações refletidas em resultado montam R$ (8.955) (R$ (1.235) em 2020) e estão registradas na rubrica "Outras receitas/ (despesas) operacionais". [4] Em 31.12.2020, no ativo, está representado substancialmente por prejuízo fiscal e base negativa – Nota 3(l). No passivo, está representado substancialmente por ajuste ao valor justo de ativos biológicos – Nota 6(a).

b) Outros ativos e passivos

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Total de outros ativos [1]	**203.560**	**187.057**
Mandato / contrato de comissão – Nota 11(b) [3]	141.825	157.662
Devedores por compra a prazo – Imóveis – Nota 5(b)	57.015	3.639
Outros – Nota 11(b)	4.720	25.756
Total de outros passivos [2]	**181.207**	**258.981**
Mandato / contrato de comissão – Nota 11(b) [3]	139.313	158.223
Credores por compra a prazo – Imóveis – Nota 5(b)	5.433	43.832
Contas a pagar	34.814	25.582
Obrigações com aluguéis – Nota 11(b)	-	29.870
Outros – Nota 11(b)	1.647	1.474

[1] Operações classificadas no Ativo Circulante. [2] Operações classificadas no Passivo Circulante. [3] Mandato/ contrato de comissão realizado com o controlador, representados substancialmente por bens imóveis e móveis.

c) Rendas de prestação de serviços

CONSOLIDADO	2021	2020
Rendas brutas	174.775	45.166
Receitas de gestão de recursos financeiros	158.810	39.208
Receitas com telecomunicações – Notas 9(b) e 11(b)	15.666	5.688
Demais	299	270
Dedução de impostos diretos – PIS/COFINS e ISS – Nota 3(l)	(14.317)	(5.875)
Total	**160.458**	**39.291**

d) Despesas administrativas - Totaliza R$ (75.536) (R$ (82.419) em 2020), representadas substancialmente por despesas com pessoal no montante de R$ (56.469) (R$ (55.602) em 2020), despesas de depreciações no montante de R$ (10.308) (R$ (10.586) em 2020) – Nota 9 e despesas com telecomunicações no montante de R$ (3.184) (R$ (9.744) em 2020), no Consolidado.

8. TRIBUTOS

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei nº 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base cumulativa são de 0,65% e 3,00% e na base não cumulativa são de 1,65% e 7,60%, sendo que a alíquota das Receitas financeiras são 0,65% e 4%. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis.

Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

INDIVIDUAL [1]	2021	2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**189.194**	**84.667**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(64.326)	(28.787)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**64.326**	**28.787**
Participações em coligadas e controladas	66.832	30.623
Outros	(2.506)	(1.836)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	-	-

[1] No Consolidado, o Imposto de Renda e Contribuição Social são apurados de acordo com o regime de tributação (real ou presumido) das controladas diretas e indiretas.

9. INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

INDIVIDUAL	31.12.2021 Patrimônio Líquido	31.12.2021 Lucro Líquido/ (Prejuízo) no período	31.12.2021 Participação (%)	31.12.2021 Valor Contábil do Investimento	31.12.2021 Resultado de equivalência no período	31.12.2020 Valor Contábil do Investimento	31.12.2020 Resultado de equivalência no período
Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. [1][2]	217.179	123.274	100	217.179	123.274	140.940	50.075
J. Safra Participações Sociedade Unipessoal Ltda. [1][2]	173.382	41.686	100	173.382	41.686	154.236	31.674
Fremont Participações Ltda. [2][4]	364.996	(25.395)	100	364.996	(25.395)	283.877	8.262
Tehama Participações Sociedade Unipessoal Ltda. [1][2][3][4]	103.434	71.002	100	58.971	44.358	62.528	(19.873)
Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. [2][3]	62.826	10.548	100	79.455	9.679	66.276	14.600
Agropecuária Potrillo Sociedade Unipessoal Ltda. [2][4]	10.534	3.636	100	16.927	2.964	13.463	5.330
Total				**910.910**	**196.566**	**721.320**	**90.068**

[1] No período houve recebimento de dividendos no montante de R$ 58.587, sendo R$ 1.550 da Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda., R$ 22.738 da J. Safra Participações Sociedade Unipessoal Ltda. e R$ 34.299 da Tehama Participações Sociedade Unipessoal Ltda. [2] Em reunião dos sócios em 2021, foi deliberado: i) redução de investimento na Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda. e aumento de investimento na Fremont Participações Ltda. no montante de R$ 98.335, referente a transferência de participação em controlada direta. ii) Redução de investimento com recursos financeiros no montante de R$ 27.146, sendo R$ 1.386 da Quince Participações Sociedade Unipessoal Ltda., R$ 5.506 da Fremont Participações Ltda., R$ 17.254 da Tehama Participações Sociedade Unipessoal Ltda., e R$ 3.000 da Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. iii) Aumento de investimento com recursos financeiros no montante de R$ 74.757, sendo R$ 54.236 da Quince Participações Ltda., R$ 198 da J Safra Participações Ltda., R$ 13.685 da Fremont Participações Ltda., R$ 3.638 da Tehama Participações Ltda. R$ 2.500 da Pastoril Agropecuária Couto Magalhães e R$ 500 da Agropecuária Potrillo Sociedade Unipessoal Ltda. iv) Adiantamento para futuro aumento de capital de caráter irrevogável e irretratável no montante de R$ 4.000 Pastoril Agropecuária Couto Magalhães Ltda. [3] No período, houve a redução ao valor recuperável do ágio gerado na aquisição, pela Acauã Construtora Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada direta), de participação adicional de 27,54% na Severa Incorporações Sociedade Unipessoal Ltda. (controlada indireta), no montante de R$ (3.548), registrado na rubrica "Outras receitas e (despesas) operacionais". [4] Inclui os ajustes de critérios nos investimentos das suas controladas em função do reconhecimento do ajuste ao valor justo de ativos biológicos e provisões de *Impairment* – Nota 9(b).

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição

CONSOLIDADO	31.12.2021 Custo amortizado	31.12.2021 Depreciações/ Amortizações acumuladas	31.12.2021 Líquido	31.12.2020 Custo amortizado	31.12.2020 Depreciações/ Amortizações acumuladas	31.12.2020 Líquido
Imobilizado	62.992	(35.281)	27.711	55.795	(33.211)	22.584
Agronegócio	53.823	(29.853)	23.970	46.788	(29.246)	17.542
Outros	9.169	(5.428)	3.741	9.007	(3.965)	5.042
Intangível	-	-	-	17.697	(13.801)	3.896
Total	**62.992**	**(35.281)**	**27.711**	**73.492**	**(47.012)**	**26.480**

b) Movimentação

CONSOLIDADO	Saldo no início do período	Aquisição	Baixas [2]	Depreciação/ Amortização e Impairment [1]	Saldo no final do período
	31.12.2021				
Imobilizado líquido	**22.584**	**11.310**	**(504)**	**(5.679)**	**27.711**
Agronegócio	17.542	11.142	(504)	(4.210)	23.970
Outros	5.042	168	-	(1.469)	3.741
Intangível líquido - Software	**3.896**	**4.872**	**(1.621)**	**(7.147)**	-
Total líquido de depreciação e amortização em 31.12.2021	**26.480**	**16.182**	**(2.125)**	**(12.826)**	**27.711**
Total líquido de depreciação e amortização em 31.12.2020	**72.258**	**10.294**	**(14.675)**	**(41.397)**	**26.480**
Imobilizado líquido	39.414	3.586	(13.975)	(6.441)	22.584
Intangível líquido - Software	32.844	6.708	(700)	(34.956)	3.896

[1] Totaliza R$ (12.826) (R$ (41.397) em 2020), referente a despesas de depreciação e amortização de R$ (8.780) (10.085 em 2020) – Nota 7(d), despesas de depreciação incorporadas ao custo de formação de ativos biológicos de R$ (4.046) (R$ (4.312) em 2020) – Nota 6(b) e Redução ao valor recuperável de R$ (27.000) em 2020 – Notas 7(c) e 8. [2] Deste montante, R$ (1.621) (R$ (716) em 2020) refere-se à alienações, R$ (395) efeito de baixas em contrapartida do resultado na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais" e R$ (109) (R$ (13.959) em 2020 – Nota 7(b)) refere-se a ativos transferidos para outra categoria contábil.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social está representado por 100.000 (100.000 em 31.12.2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, compostas e distribuídas por classes, sendo 28.000 na classe A, 28.000 na classe D, 28.000 na classe J e 16.000 na classe E. **b) Dividendos** - Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido, após as destinações legais. O valor apurado no período, correspondente as ações, é de R$ 180 – Notas 7(b) e 11(b).

c) Reservas de lucros

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de lucros	**335.876**	**146.862**
Legal	18.800	9.340
Especial [1]	317.076	137.522

[1] Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração - Em Atos Societários em 2021, foi estabelecido o valor máximo anual global de remuneração para os Administradores no montante de R$ 2.000 (R$ 2.000 em 2020), no Individual e R$ 14.000 (R$ 18.600 em 2020), no Consolidado. A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (329) (R$ (1.417) em 2020), no Individual e R$ (7.764) (R$ (11.482) em 2020), no Consolidado. A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas** - As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

CONSOLIDADO	Ativo/ (Passivo) 31.12.2021	Ativo/ (Passivo) 31.12.2020	Receitas/ (Despesas) 2021	Receitas/ (Despesas) 2020
Disponibilidades – Banco Safra S.A.	36	29	-	-
Ativos financeiros – Certificado de depósito bancário - Banco Safra – Nota 4(a)	185.396	41.229	5.134	274
Obrigações financeiras – Banco Safra S.A. – Notas 4(b) e (d)	-	(5.976)	(52)	(409)
Outros ativos – Nota 7(b)	142.284	180.507	-	-
Mandato/Contrato de comissão – Controlador	141.825	157.662	-	-
Outros –Valoresa receber	459	22.845	-	-
Banco Safra S.A.	415	22.754	-	-
Demais empresas	44	91	-	-
Outros passivos – Nota 7(b)	(140.690)	(159.407)	-	-
Mandato/Contrato de comissão – Controlador	(139.313)	(158.223)	-	-
Outros	(1.377)	(1.184)	-	-
Sociais e estatutárias – Controlador(1)	(1.364)	(1.184)	-	-
Valores a pagar – Banco Safra S.A.	(13)	-	-	-
Aluguéis – Nota 5(c)	-	(29.870)	125.435	95.379
Equipamentos – Banco Safra S.A.	-	-	1.049	1.049
Imóveis	-	(29.870)	124.386	94.330
Banco Safra S.A.	-	(29.870)	116.222	87.872
Banco J. Safra S.A.	-	-	6.702	5.277
Demais empresas	-	-	1.462	1.181
Receitas de prestação de serviços - Telecomunicações – Banco Safra S.A. – Nota 7(c)	-	-	21.231	45.633

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis. No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. No entanto, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Desse modo, a Companhia continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios.

Diretoria

Ivan Siqueira Marinho Junior - Contador - CRC nº 1SP292690/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da J. Safra Holding S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J. Safra Holding S.A. ("Entidade") e controladas ("Consolidado"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J. Safra Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e de suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 43.826.833/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Turmalina Gestão de Recursos S.A., relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O PIB real avançou 5,7% nos três primeiros trimestres de 2021 em relação ao mesmo período no ano anterior. Dentre as categorias, a agricultura apresentou queda de 0,1%, enquanto a indústria cresceu 6,5%, ambos na mesma base de comparação. O setor de serviços, por sua vez, avançou 5,2% no período, com a recuperação dos segmentos mais dependentes da interação social ao longo do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos tiveram forte avanço de 22,7%. Já o consumo das famílias expandiu 4,1%. Incluindo nossa expectativa de desempenho moderado para o último trimestre, o PIB real deve apresentar crescimento de 4,5% em 2021.

DESEMPENHO

Os ativos totais da Turmalina totalizaram R$ 4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021. Deste montante, R$ 4,4 bilhões eram representados por ativos financeiros. O patrimônio líquido atingiu R$ 4,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

Aprovado pela Diretoria.
São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	3(b) e 4	806	982
Ativos financeiros - Aplicações financeiras	3(c) e 5(a)	4.424.797	4.519.795
Ativos fiscais e Contingentes	3(g), 3(h) e 8(b-I)	455.760	442.298
Outros ativos	7	9.232	12.357
TOTAL DO ATIVO		**4.890.595**	**4.975.432**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Passivos fiscais e Contingências	3(g), 3(h) e 8(b-I)	570.034	654.492
Outros passivos		4.430	1.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	4.316.131	4.319.357
Capital social		4.769.940	4.769.940
Prejuízos acumulados		(453.809)	(450.583)
TOTAL DO PASSIVO		**4.890.595**	**4.975.432**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS - Resultado de gestão de fundos de investimentos	7	115.790	124.035
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(121.180)	148.440
Despesas administrativas		(7.623)	(4.751)
Resultado financeiro	5(b)	(114.798)	143.591
Outras receitas/(despesas) operacionais	6(b)	1.241	9.600
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**(5.390)**	**272.475**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8(a-I)	2.164	(91.313)
Corrente		(6.573)	(54.864)
Diferido		8.737	(36.449)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO		**(3.226)**	**181.162**
Lucro básico e diluído por ações em R$ - Quantidade de ações 1.920.582.742 (1.920.582.742 em 31.12.2020)	3(k)	(0,00)	0,09

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continua)

(continuação)

Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A.

Avenida Paulista, 2.100 - São Paulo/SP
CNPJ nº 43.826.833/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO		**(3.226)**	**181.162**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE		**(3.226)**	**181.162**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 9

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	**4.769.940**	**(631.745)**	**4.138.195**
Lucro líquido do período	-	181.162	181.162
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**4.769.940**	**(450.583)**	**4.319.357**
Prejuízo líquido do período	-	(3.226)	(3.226)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**4.769.940**	**(453.809)**	**4.316.131**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 2(a)

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**45.564**	**244.967**
Resultado operacional antes da tributação		(5.390)	272.475
Lucro líquido		(3.226)	181.162
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido		(2.164)	91.313
Ajuste ao lucro operacional		50.954	(27.508)
Provisões para contingências	6(b)	16.714	6.129
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros		34.240	(34.560)
Provisão para pagamentos a efetuar		-	923
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(106.498)**	**(127.163)**
Em ativos e passivos fiscais		(14.789)	(4.935)
Em outros ativos e passivos		3.537	(5.175)
IMPOSTOS PAGOS		(95.246)	(126.664)
Correntes		(35.822)	(68.463)
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	5(b) e 8(b-I)	(59.424)	(58.201)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(60.934)**	**117.804**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Ativos financeiros - (Aplicações) / Resgates	5(a)	73.303	(140.867)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**73.303**	**(140.867)**
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**12.369**	**(23.063)**
Caixa e equivalente de caixa no início dos períodos		40.996	64.059
Caixa e equivalente de caixa no fim dos períodos	4	53.365	40.996
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**12.369**	**(23.063)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. ("Companhia"), tem por objeto social a administração de fundos de investimentos, a concessão de avais e fianças para terceiros, a participação no capital de outras sociedades, a realização e intermediação de negócios, representações comerciais por conta própria ou de terceiros, assim como mandatária de terceiros para a prática de atos que se relacionem com o seu objeto social.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação - As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 31.01.2022 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1). Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior. Adicionalmente, neste período, passamos a apresentar os impostos pagos, anteriormente apresentados como ajustes ao lucro líquido, como variações dos ativos e passivos das atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Para fins de comparabilidade, os saldos decorrentes do critério adotado neste período foram reclassificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa do período anterior. A reclassificação não afetou os totais das Atividades Operacionais, de Investimentos e Financiamentos na Demonstração do Fluxo de Caixa. **b) Adoção de novos normativos -** Novos Pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, aplicáveis ao período findo em 31.12.2021: Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) – Fase II. A revisão nº 17/2020 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) altera os pronunciamentos 06 (R2), 11, 38, 40 (R1) e 48 podem ser resumidas em: modificação de ativos e passivos financeiros e divulgação em decorrência da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado IBOR. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01.01.2021. No entanto, não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da Fase II. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - A apuração de resultado é efetuada pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxo de caixa -** • Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, cotas de fundos de investimento e aplicações em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. • Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **c) Instrumentos financeiros -** Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócios em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. **d) Mensuração do valor justo -** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A entidade maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40 (R1), Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são diretas ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da entidade. **e) Ativos circulantes e não circulantes, exceto ativos financeiros -** Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização. Ativos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto a variações monetárias futuras, considerando o prazo das referidas operações. **f) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros -** O CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o valor recuperável dos ativos não financeiros. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31.12.2021 e de 31.12.2020, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis. **g) Tributos -** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%, conforme Lei nº 9.249/1995. A contribuição social foi apurada à alíquota de 9%. As alíquotas incidentes de PIS e COFINS são 1,65% e 7,60% na base não cumulativa, respectivamente. As alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as Receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. (ii) Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. (iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **i) Benefícios a empregados -** Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Companhia não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria. **j) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) tributos diferidos e (iii) valor justo de ativos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **k) Lucro por ação -** O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidades	806	982
Fundos de investimento exclusivo – Nota 5(a)	52.559	40.014
Total	**53.365**	**40.996**

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Ativos Financeiros

	31.12.2021						31.12.2020
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Custo Amortizado e Valor Justo	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Custo Amortizado e Valor Justo
Custo amortizado [1]	**881.150**	-	**881.150**	-	**216.728**	**664.423**	**731.862**
CDB DPGE	253.903	-	253.903	-	216.728	37.175	311.329
Debêntures	627.247	-	627.247	-	-	627.248	420.533
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**3.542.261**	**1.386**	**3.543.647**	**100.350**	-	**3.443.297**	**3.787.933**
Fundos de investimento exclusivo – Nota 4 [2,3]	52.559	-	52.559	52.559	-	-	40.014
Tesouro Nacional – Títulos públicos [4]	38.719	-	38.719	38.719	-	-	19.818
Operações compromissadas – Títulos públicos [4]	13.768	-	13.768	13.768	-	-	20.100
Outros [1]	72	-	72	72	-	-	96
Títulos públicos [4,5]	3.489.702	1.386	3.491.088	47.791	-	3.443.297	3.747.919
Total em 31.12.2021	**4.423.411**	**1.386**	**4.424.797**	**100.350**	**216.728**	**4.107.720**	**4.519.795**
Total em 31.12.2020	**4.484.170**	**35.625**	**4.519.795**	**40.014**	**181.212**	**4.298.569**	

[1] Classificados como Nível 2 – Nota 3(d). [2] Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo J. Safra. [3] Operações com partes relacionadas – Nota 10(b). [4] Classificados como Nível 1 – Nota 3(d). [5] Composto por Letras Financeiras do Tesouro no montante de R$ 3.491.088 (R$ 526.273 em 31.12.2020) e Letras do Tesouro Nacional no montante de R$ 3.221.646 em 31.12.2020. Durante os períodos findos em 31.12.2021 e 31.12.2020, a Companhia não possuía posições próprias em instrumentos financeiros derivativos. **b) Resultado financeiro -** Totaliza R$ (114.798) (R$ 143.591 em 31.12.2020), representado substancialmente por receitas com ativos financeiros no montante de de R$ 266.683 (R$ 141.295 em 2020), resultado realizado com ativos financeiros no montante de R$ (332.060) (R$ (16.536 em 2020), resultado não realizado com ativos financeiros de R$ (34.240) (R$ 34.560 em 2020) e custos da obrigação fiscal e previdenciária – PERT no montante de R$ (14.294) (R$ (13.151) em 2020) – Nota 6(b). **c) Análise de sensibilidade -** A Administração gerencia continuamente os negócios do Grupo e sua exposição aos riscos de mercado através de Comitê específico, observando os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, e em conformidade com as melhores práticas de mercado. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades e a totalidade das exposições expostas, a análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados. Estes cenários são considerados com base na deterioração em fatores de risco e estando em conformidade ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, para os instrumentos financeiros derivativos e as demais exposições que podem sofrer impactos relevantes sobre o resultado. No período findo em 31.12.2021, os testes calculados não apresentaram valores relevantes de risco.

6. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes - Em 24.09.2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar o Recurso Extraordinário nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser "inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". Referida decisão foi tomada de forma unânime no mérito e em sede de repercussão geral. Considerando que i) a Companhia possui ação judicial própria sobre o tema e ii) o histórico de modulações pelo STF, a Companhia entende que seu direito de recuperar o IRPJ e a CSLL pagos indevidamente esteja resguardado. Desta forma, foi reconhecido no período o montante de R$ 1.145, registrado em "Outras receitas/(despesas) operacionais". **b) Passivos contingentes -** Estão representados substancialmente por contingências fiscais no montante de R$ 128.931 (R$ 128.848 em 31.12.2020). As principais ações relativas às contingências fiscais são: discussão sobre a incidência de PIS e COFINS sobre a receita de JCP, no montante de R$ 99.888 (R$ 99.888 em 31.12.2020), dedutibilidade da despesa de debêntures nas bases de IRPJ e CSLL no montante de R$ 18.446 (R$ 18.138 em 31.12.2020), IRPJ e CSLL – Trava de Compensação de Prejuízo Fiscal, na qual defendemos a compensação de prejuízo fiscal integral no caso de extinção da empresa, no montante de R$ 7.908 (R$ 8.322 em 31.12.2020). Os depósitos fiscais vinculados às contingências estão registrados no ativo em "Outros Ativos" no montante de R$ 108.949 (R$ 106.973 em 31.12.2020). As "Outras receitas/(despesas) operacionais" no montante de R$ 1.241 (R$ 9.600 em 31.12.2020) são representadas substancialmente por habilitação do crédito Selic no montante de R$ 1.145 – Nota 6(a) e reversão de contingências fiscais e previdenciárias no montante de R$ 105 (R$ 9.815 em 2020).

7. GESTÃO DE RECURSOS ADMINISTRADOS

A Turmalina é responsável por exercer a atividade de gestão de fundos, conforme abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de Investimento		
Fundos Administrados	19.257.300	19.465.330
Fundos de aplicações em cotas	16.822.340	21.505.514
Total	**36.079.640**	**40.970.844**

Os valores a receber de taxa de gestão estão registrados em "Outros Ativos" no montante de R$ 8.220 (R$ 10.102 em 31.12.2020). As receitas com taxas de administração no montante de R$ 115.790 (R$ 124.035 em 31.12.2020), apresentadas líquidas dos efeitos fiscais – Nota 8(a-II), estão registradas na rubrica "Resultado de gestão de fundos de investimentos".

8. TRIBUTOS

a) Composição das despesas com impostos e contribuições - I - Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(5.390)**	**272.475**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) – Nota 3(g)	1.833	(92.642)
Crédito tributário de períodos anteriores e outros	331	1.329
Imposto de renda e contribuição social do período	**2.164**	**(91.313)**

II - Despesas tributárias - Totalizam R$ (27.799) (R$ (24.493) em 31.12.2020), representadas substancialmente por despesas com PIS/COFINS no montante de R$ (24.682) (R$ (21.231) em 2020) e ISS no montante de R$ (2.871) (R$ (2.994) em 2020).

b) Ativos e Passivos Fiscais - I - Composição

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos fiscais	**346.751**	**333.265**
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	83.443	67.138
Diferidos – Créditos tributários	263.308	266.127
Passivos fiscais	**441.103**	**525.534**
Correntes [1]	438.246	509.462
Diferidos – Obrigações fiscais	2.857	16.072

[1] Inclui R$ 435.362 (R$ 480.491 em 31.12.2020) que se refere a débitos parcelados estabelecido pela Lei nº 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT – Nota 5(b).

II - Origem dos tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01.01.2021	Constituição/ (Reversão)	Saldo em 31.12.2021
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias – Provisões para contingências e outros – Nota 6(b)	134.924	(24)	134.900
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	131.203	(2.795)	128.408
Total dos créditos tributários em 31.12.2021	**266.127**	**(2.819)**	**263.308**
Total dos créditos tributários em 31.12.2020	**291.365**	**(25.238)**	**266.127**

III - Obrigações fiscais diferidas - Totaliza R$ 2.857 (R$ 16.072 em 31.12.2020) e estão compostas por ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros no montante de R$ 13.207 em 31.12.2020 e atualização de depósitos judiciais no montante de R$ 2.857 (R$ 2.865 em 31.12.2020). IV - Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	31.12.2021		
Exercício de realização	Tributos diferidos – Nota 8(b-II)	Provisão para impostos e contribuições diferidos - Nota 8(b-III)	Tributos diferidos líquidos
2022	56.160	(571)	55.589
2023	61.784	(571)	61.213
2024	144.543	(571)	143.972
2025	150	(571)	(421)
2026	143	(573)	(430)
2027 a 2031	528	-	528
Total	**263.308**	**(2.857)**	**260.450**
Valor Presente [1]	**231.668**	**(2.433)**	**229.235**

[1] Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações - O capital social é composto por 1.920.582.742 (1.920.582.742 em 31.12.2020) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 1.910.242.240 ações ordinárias, e 10.340.502 ordinárias, compostas pelas classes "A", D" e "J" com 2.895.340 cada, e classe "E" com 1.654.482 ações. O controle societário da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. é exercido pela Sercom Comércio e Serviços Ltda. **b) Dividendos -** Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações.

10. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração - Em Assembleia Geral Ordinária de 31.03.2021, foi estabelecido o valor global anual de remuneração para os administradores no montante de R$ 10.000 (R$ 10.000 em 2020). A remuneração recebida pela Administração monta a R$ (2.761) (R$ (1.648) em 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas -** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. Estão representadas por Disponibilidades com o Banco Safra S.A. no montante de R$ 806 (R$ 982 em 31.12.2020) – Nota 4, valores a pagar para a Safra Asset Management Ltda. no montante de R$ (16) e Despesas administrativas – Aluguéis com a Exton Participações Sociedade Unipessoal Limitada no montante de R$ (16). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo J. Safra, conforme composição contida na Nota 5.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos - A Companhia, através de seu controlador Banco Safra, realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Resolução BCB nº 54/2020 do BACEN. **b) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis -** No momento atual, diversas vacinas estão disponíveis no Brasil, que segue imunizando sua população. No entanto, entendemos que ainda existem incertezas quanto aos impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios. Embora os indicadores econômicos mostrem uma expectativa de recuperação econômica, de fato a pandemia ainda não está controlada. Desse modo, a companhia continua acompanhando eventuais alterações no cenário da pandemia, visando adotar medidas, caso necessário, a fim de minimizar eventuais efeitos em nossos negócios.

Diretoria

José Manuel da Costa Gomes
Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2022

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5